

# O EIXO e a RODA

*V. 27, N. 1, 2018*

O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira  
e-ISSN 2358-9787

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Reitora:** Sandra Regina Goulart Almeida; **Vice-Reitor:** Alessandro Fernandes Moreira

**FACULDADE DE LETRAS**

**Diretora:** Graciela Inés Ravetti de Gómez; **Vice-Diretora:** Sueli Maria Coelho

**CONSELHO EDITORIAL**

*Alcir Pêcora (Unicamp), Antônio Carlos Secchin (UFRJ/Academina Brasileira de Letras), Berthold Zilly (UFSC/Freie Universität Berlin), Ettore Finazzi-Agrò (Università di Roma “La Sapienza”), Flora Süsseskind (UFRJ/Casa Rui Barbosa), Heloisa Buarque de Hollanda (UFRJ), João Adolfo Hansen (USP), John Gledson (Universidade de Liverpool), José Américo de Miranda Barros (UFMG/UFES), Leticia Malard (UFMG), Maria Zilda Ferreira Cury (UFMG), Murilo Marcondes de Moura (USP), Roberto Acizelo de Souza (UFRJ).*

**EDITORA:** *Claudia Campos Soares*

**EDITORA ADJUNTA:** *Márcia Regina Jaschke Machado*

**ORGANIZAÇÃO:** *Marcia Regina Jaschke Machado (FALE/UFMG)*

*Marcos Antonio de Moraes (IEB/USP)*

*Claudia Poncioni (Université Sorbonne Nouvelle)*

*Leandro Garcia (FALE/UFMG)*

**SECRETARIA:** *Úrsula Francine Massula*

**REVISÃO:** *Olívia Almeida*

**REVISÃO DO INGLÊS:** *Gabriela Rosa, Isabela Lee, Marina Naves, Marisa Mendonça Carneiro, Natália Benevides, Raquel Rossini*

**FORMATAÇÃO:** *Alda Lopes, Henrique Vieira*

O EIXO E A RODA: revista de literatura brasileira, 1982 -

Belo Horizonte. Faculdade de Letras da UFMG.

ilust. 25cm

Periodicidade quadrimestral

Histórico: 1982 fasc. não numerado; v.1 (1983); v.2 (1984); v.3 (não publicado); v.4 (1985); v.5 (1986); v.6 (1988); v.7 (2001)

1. Literatura brasileira – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários.

CDD: B869.05

ISSN:0102-4809

Faculdade de Letras da UFMG  
Setor de Publicações, sala 4003  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha  
31270-901 Belo Horizonte, MG – Brasil  
Tel.: (31) 3409-6009 - [www.lettras.ufmg.br](http://www.lettras.ufmg.br)  
*e-mail:* [periodicosfaleufmg@gmail.com](mailto:periodicosfaleufmg@gmail.com)

# Sumário

7 Apresentação

## **DIÁLOGO EPISTOLAR NA LITERATURA BRASILEIRA**

11 Escritos epistolares, utopia e arquivos Pedro Nava e Drummond em *Descendo a Rua da Bahia*  
*Epistolary Writings, Utopia and Archives Pedro Nava and Drummond in Descendo a Rua da Bahia*

Eliane Vasconcellos  
Matildes Demetrio dos Santos

25 Incursões do livro brasileiro: Ribeiro Couto e a diplomacia literária com Portugal e Cabo Verde  
*Incursions of the Brazilian Book: Ribeiro Couto and the Literary Diplomacy With Portugal and Cape Verde*

Bruna Carolina de Almeida Pinto

41 Entre cartas e textos: Cecília Meireles e seus diálogos transatlânticos  
*Between letters and texts: Cecilia Meireles and her transatlantic dialogues*

Karla Renata Mendes

59 O rumor da vida: sobre escrita, afetos e revolução  
*The Rumor of Life: About Writing, Affection and Revolution*

Regina Dalcastagnè

- 73 Um poema inédito na obra poética de Manuel Bandeira  
*An Unpublished Poem in Manuel Bandeira's Poetic Work*  
Éverton Barbosa Correia
- 97 Um mosaico textual: a correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade  
*A Textual Mosaic: Letters From Ronald de Carvalho to Mário de Andrade*  
Mirhiane Mendes de Abreu
- 119 “Deus me livre de dizer com isso que a sua indicação está errada”: correspondência de Mário de Andrade e Graco Silveira  
*“God Forbid I Should Mean for that Your Indication Is Wrong”*: *Letters Between Mário de Andrade and Graco Silveira*  
Ricardo Gaiotto de Moraes
- 137 O historiador e o romancista: o diálogo entre Oliveira Lima e Lima Barreto  
*The Diplomat and the Novelist: The Dialogue Between Oliveira Lima and Lima Barreto*  
Ricardo Souza de Carvalho
- 153 “Não precisas tirar a máscara” – Notas sobre a carta no jornal e o jornal na carta  
*“Do Not Need to Take Out the Mask” – Notes About the Letter in the Newspaper and the Newspaper in the Letter*  
Viviane Cristina Oliveira
- 181 “Em mangas de camisa”: lugares-comuns do gênero epistolar a partir de cartas de escritores brasileiros do século XX  
*“In Shirt-Sleeves”*: *Vommonplaces of the Epistolary Genre in Letters of Brazilian Writers of the 20th Century*  
Emerson Tin

- 205 Canibalismo, uma questão de gosto: representações antropofágicas nas cartas e tratados sobre os índios brasileiros no século XVI  
*Cannibalism: a Matter of Taste: Anthropophagical Representations in the Letters and Treatises on Brazilian Natives in the 16th Century*

Fabiano Lemos

Ulysses Pinheiro

- 233 A cadeia de Vila Rica: um diálogo poético entre as “Cartas Chilenas”, um soneto de Alvarenga Peixoto e uma ode inédita de Cláudio Manuel

*The Vila Rica's Prison: A Poetic Dialogue Between “Cartas Chilenas”, a Sonnet by Alvarenga Peixoto and an Unpublished Ode by Cláudio Manuel*

Carlos Versiani dos Anjos

### ***Tradução***

- 259 O século XIX frente às correspondências

José-Luis Diaz

Brigitte Hervot (Trad.)

Cláudia Valéria Penavel Binato (Trad.)

### ***Resenha***

- 293 Obras involuntárias, olhares extemporâneos (edições de correspondência de escritores brasileiros em 2017)

Marcos Antonio de Moraes



## Apresentação

O presente número de *O Eixo e a Roda* é todo dedicado ao tema da epistolografia. No Brasil, o interesse cada vez maior por essa área de investigação é notável no crescente número de publicações de correspondências, na considerável produção bibliográfica sobre as práticas epistolares e na divulgação científica de relevantes trabalhos de pesquisa em reconhecidos periódicos acadêmicos e importantes eventos da área. Nessa perspectiva, considerando as muitas direções de leitura e possibilidades de conexões que correspondências de intelectuais e escritores oferecem aos estudos literários, o presente dossiê, “Diálogo epistolar na Literatura Brasileira”, reúne investigações voltadas para os usos de cartas como espaço de reflexão crítica ou teórica no âmbito da literatura brasileira.

A maior parte dos artigos aqui organizados assemelha-se pelo caráter historiográfico, tendo como fontes correspondências do século XX, mais precisamente aquelas produzidas entre as décadas de 1920 e 1960. O dossiê tem início, portanto, com o artigo “Escritos epistolares, utopia e arquivos Pedro Nava e Drummond em *Descendo a Rua da Bahia*”, de Eliane Vasconcellos e Matildes Demetrio dos Santos, que focaliza aspectos metodológicos na produção da obra *Descendo a rua da Bahia: a correspondência entre Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade* (Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017).

“Incursões do livro brasileiro: Ribeiro Couto e a diplomacia literária com Portugal e Cabo Verde”, de Bruna Carolina de Almeida Pinto, “Entre cartas e textos: Cecília Meireles e seus diálogos transatlânticos”, de Karla Renata Mendes, e “O rumor da vida: sobre escrita, afetos e revolução”, de Regina Dalcastagnè, aproximam-se pela proposta comum da pesquisa no âmbito do diálogo entre Brasil e Portugal. Oferecem, conseqüentemente, questões relevantes para os estudos literários e de epistolografia, como a noção de “redes epistolares”, depoimentos sobre os processos de composição do livro *Olhinhos de gato* e do poema “Pequeno oratório de Santa Clara”, de Cecília Meireles, e a recuperação da expressiva atuação intelectual e política de Augusto

dos Santos Abranches por meio das cartas remetidas ao escritor Salim Miguel, entre 1952 e 1961.

Na sequência, “Um poema inédito na obra poética de Manuel Bandeira”, traz o soneto “A D. Anna Salles”. Ao lado da análise desse poema o autor, Éverton Barbosa Correia, apresenta a correspondência ativa do escritor pernambucano com Anna Salles Brandão.

A correspondência de Mário de Andrade é verificada em dois artigos deste dossiê: “Um mosaico textual: a correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade”, de Mirhiane Mendes de Abreu, e “‘Deus me livre de dizer com isso que a sua indicação está errada’: correspondência de Mário de Andrade e Graco Silveira”, de Ricardo Gaiotto de Moraes. O primeiro aponta para a dinâmica tensiva na sociabilidade literária na vanguarda da década de 1920 e o segundo, para os estudos de ambos missivistas em torno da língua nacional.

No artigo “O historiador e o romancista: o diálogo entre Oliveira Lima e Lima Barreto”, de Ricardo Souza de Carvalho, abre-se um campo de investigação acerca da epistolografia em diálogo com a historiografia. Em “‘Não precisas tirar a máscara’ – Notas sobre a carta no jornal e o jornal na carta”, por sua vez, Viviane Cristina Oliveira explora os pontos de convergência entre escrita epistolar, jornal e ficção. O olhar investigativo mira, nesse caso, o final do século XIX, com os autores Aluísio Azevedo, Lúcio de Mendonça e Júlio Ribeiro. No mesmo segmento, da análise do gênero epistolar, está também “‘Em mangas de camisa’: lugares-comuns do gênero epistolar a partir de cartas de escritores brasileiros do século XX”, de Emerson Tin, que recupera considerações sobre o ato da escrita epistolar elaboradas nas próprias cartas de Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Fernando Sabino.

As cartas produzidas no século XVI também integram esta coletânea em “Canibalismo, uma questão de gosto: representações antropofágicas nas cartas e tratados sobre os índios brasileiros no século XVI”, de Fabiano Lemos e Ulysses Pinheiro.

Por fim, fechando o conjunto dos 12 artigos que compõem este dossiê, temos o tema das cartas literárias em “A cadeia de Vila Rica: um diálogo poético entre as ‘Cartas Chilenas’, um soneto de Alvarenga Peixoto e uma ode inédita de Cláudio Manuel”, de Carlos Versiani dos Anjos. Esse estudo buscou a reconstituição de um diálogo literário estabelecido entre as *Cartas Chilenas*, de Tomás Antonio Gonzaga, um poema de Alvarenga Peixoto e uma ode inédita de Cláudio Manuel da

Costa. Ao término do artigo, o autor presenteia-nos com a transcrição integral desse inédito de Cláudio Manuel da Costa, “A vaidade humana”.

O dossiê conta ainda com a tradução inédita do artigo “Le XIXe siècle devant les correspondances”, de José-Luis Diaz, Universidade Paris-Diderot e Société des études romantiques et dix-neuviémistes. Publicado originalmente no periódico *Romantisme. Revue dix-neuvième siècle*, disponibilizamos aqui a versão para o português de Brigitte Hervot e Cláudia Valéria Penavel Binato. Aproveitamos para agradecer a generosa contribuição de José-Luis Diaz.

A resenha “Obras involuntárias, olhares extemporâneos”, de Marcos Antonio de Moraes, encerra este número de *O Eixo e a Roda* com a apresentação das edições de correspondência de escritores brasileiros que vieram a público em 2017.

*A comissão organizadora*

Marcia Regina Jaschke Machado

Marcos Antonio de Moraes

Leandro Garcia

Claudia Poncioni

# **DOSSIÊ**

## **Diálogo epistolar na Literatura Brasileira**



**Escritos epistolares, utopia e arquivos**  
**Pedro Nava e Drummond em *Descendo a Rua da Bahia***

***Epistolary Writings, Utopia and Archives***  
***Pedro Nava and Drummond in Descendo a Rua da Bahia***

Eliane Vasconcellos

Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro /Brasil

vasconcellosev@gmail.com

Matildes Demetrio dos Santos

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro /Brasil

mdemetri@terra.com.br

**Resumo:** A coletânea, *Descendo a Rua da Bahia* (2017), torna público escritos íntimos de Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, que se encontram no Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB), da Fundação Casa de Rui Barbosa. São 63 documentos, datados de 1926 a 1983, onde os dois autores falam de si, dos amigos, dos projetos de vida, além de fornecerem ao leitor uma descrição da realidade sócio-política do Brasil da época. As cartas, os cartões, os bilhetes e outros documentos testemunham uma amizade que teve início quando Nava, médico recém-formado, escrevia de Belo Horizonte ao Carlos, residente em Itabira do Mato Dentro. Amizade que se fez sólida e que não se dissolveu com o passar dos anos. Para promover uma convivência mais íntima com o material encontrado, a correspondência é contextualizada por notas e enriquecida por fotos. Traz ainda crônicas, discursos e poemas que atestam a afinidade literária que existia entre eles e, sobretudo, a afeição profunda, à prova de qualquer desatino.

**Palavras-chave:** Carlos Drummond de Andrade; Pedro Nava; correspondência; arquivos.

**Abstract:** The collection *Descendo a Rua da Bahia* (2017) unveils the private writings of Carlos Drummond de Andrade and Pedro Nava. These writings can be found at the *Arquivo Museu de Literatura Brasileira* (AMLB) of *Fundação Casa de Rui Barbosa*. There are 63 documents, from 1926 to 1983, in which both writers portray themselves, their friends and life projects. While doing so, they provide a picture of the socio-political reality of the country at that time. The letters, the postcards, the notes and

other documents published attest an old friendship, which started when Nava, a newly graduated doctor from *Belo Horizonte*, was writing to Carlos, who lived in *Itabira do Mato Dentro*. In order to closely approach the material, notes and photographs help to provide a context for the analysis of such correspondence. It also contains narratives, speeches and poems that attest their literary affinity and the deep affection that existed between them, regardless of any madness.

**Keywords:** Carlos Drummond de Andrade; Pedro Nava; correspondence; archives.

## 1 Sobre a edição de *Descendo a Rua da Bahia*

*Ali onde, foi o que dissemos, e nesse lugar. Como pensar esse ali?  
E como pensar este ter lugar ou este tomar o lugar do arkhê?*

Jacques Derrida, *Mal de arquivo*

Editar correspondência significa realizar uma lenta pesquisa em fontes primárias e tomar decisões para a transcrição e apresentação do material. Nesta parte, apresentamos as etapas que nortearam a publicação das cartas de Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava que compõem o livro *Descendo a Rua da Bahia*, editado pela Bazar do Tempo, em 2017.

Os originais das cartas encontram-se no arquivo pessoal de Carlos Drummond de Andrade e no de Pedro Nava, depositados no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira – AMLB, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Perfazem um total de 63 documentos, entre manuscritos e datilografados. Há cartas, cartões de visita, cartões-postais e um telegrama que cobrem um período compreendido de 23 de março de 1926 – missiva de Pedro Nava – a 1 de novembro de 1983 – bilhete de Carlos Drummond de Andrade.

No que diz respeito à transcrição das cartas, não houve maiores problemas, pois a grafia dos signatários é de fácil leitura. Neste quesito, o procedimento adotado foi:

- atualizar a grafia dos vocábulos conforme a norma vigente, à exceção do termo “folquelore”;
- respeitar a pontuação;
- manter os trechos sublinhados;
- grafar em itálico os títulos de livros e periódicos e usar aspas nos títulos dos poemas;

- desenvolver e padronizar o endereço de Carlos Drummond de Andrade, pois há oscilação. Ex.: Rua Cons. Lafayette, 60; Rua Conselheiro Lafaiete, 60; Rua Cons. Lafaiete, 60, Gb; Rua Conselheiro Lafayette, 60, Guanabara;
- conservar as abreviaturas, por demonstrar o caráter cursivo da escrita epistolar, e desenvolvê-las em nota de rodapé, à exceção de VCS.

Nem todos os documentos estão datados, e há uma flutuação na forma como a datação se apresenta. Assim, normatizamos a indicação dos locais e datas, na seguinte ordem: cidade, dia, mês e ano. Os locais e datas atestados foram colocados entre colchetes.

Acompanham também a edição notas de rodapé, cujo objetivo é esclarecer ao leitor e contextualizar referências pessoais, espaciais, literárias e históricas. Os nomes citados foram identificados na primeira menção, de modo sucinto. Exemplo de notas:

- 1) Na carta de Belo Horizonte, 23 de março de 1926, Nava escreve a CDA: “Você positivamente não tem nada *que se queixar de Itabira*”. Esta observação do memorialista mereceu o seguinte esclarecimento, que vai aparecer em nota de rodapé:

Drummond residia em Belo Horizonte desde 1920. Em 30 de maio de 1925, casa-se com Dolores Dutra de Moraes e, em 3 de março de 1926, retorna a Itabira, quando escreve a Mário de Andrade: “Estou em Itabira com armas e bagagens”. Entretanto, o poeta não se adaptava à vida na Fazenda do Pontal e reclamava do trabalho como professor de geografia do Ginásio Sul-Americano. Para sua sorte, ainda em 1926, volta para Belo Horizonte, lá permanecendo até 1929, conseguindo por intermédio de Alberto Campos um lugar como redator-chefe do *Diário de Minas*, órgão oficial do Partido Republicano Mineiro. Ele relata o episódio nas crônicas “Um jornal sério que era divertido” e “Coisas de uma redação” (*Jornal do Brasil*, 12 e 15 nov. 1977).

- 2) Em, 6 de setembro de 1947. Carlos Drummond de Andrade escreve:

Tive uma grande alegria com o seu *Território de Epidauro*. Nunca me conformei com o fato de você continuar sem o nome na capa de um livro. Uma geração é vaidosa de si mesmo, e sentir você tão bem-dotado e ao mesmo tempo tão esquivo era o mesmo que sentir fraudado *aquele nosso grupo da década 20*. Você, muito manhosamente, *se refugiava num bissexismo* cômodo, mas essa solução não me satisfazia, nem de resto à comunidade

de seus amigos. Por isso mesmo, este *Território*, tão inteligente, tão rico de perspectivas para o leigo, a quem você desvenda aspectos pitorescos, poéticos e humanos da medicina – é uma espécie de pagamento de dívida. O livro saiu digno de você, cheio de ilustração sem pedantismo, e vazado numa forma literária gostosíssima. Agora você fica intimado a nos dar outros.  
Um abraço fiel do seu velho

Carlos

Para esta carta foram feitas três notas:

*Território de Epidauró*

O livro, sobre a história da medicina, foi a primeira publicação de Pedro Nava, lançada no Rio de Janeiro pela Mendes Júnior em 1947, com fotografias da época e capa de Luís Jardim.

*aquele nosso grupo da década 20*

Referência ao Grupo do Estrela. Ver nota nº 5, carta de 23 de março de 1926, e a crônica de Carlos Drummond de Andrade “Uns rapazes que tinham coisas a dizer” (*Jornal do Brasil*, 29 out. 1977).

*se refugiava num bissextismo*

Na expressão de Manuel Bandeira, “poeta bissexto deve, pois, chamar-se aquele em cuja vida o poema acontece como o dia 29 de fevereiro no ano civil”. No seu bissextismo, o memorialista só publicaria poemas ocasionalmente.

Para a elaboração das notas, foram consultadas fontes bibliográficas tradicionais, os próprios arquivos dos dois missivistas e também dos escritores Abgar Renault e Afonso Arinos, amigos de ambos. Valemos ainda das crônicas publicadas por Drummond no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil*, dos livros de memórias de Nava e da biblioteca do memorialista, que se encontra na Universidade de Brasília, e da de Carlos Drummond de Andrade, depositada no Instituto Moreira Salles.

Para facilitar o acesso ao material, as cartas foram numeradas e um índice onomástico foi elaborado. A edição é rica em iconografia e quase todo o material apresentado pertence às coleções do AMLB. As fotos foram digitalizadas a partir, principalmente, dos arquivos de Nava, Drummond e Plínio Doyle.

Podemos trazer como exemplo a iconografia que ilustra a carta de CDA a Nava, de 21 de maio de 1980:

Estamos recebendo *Poliedro*, que eu já conhecia em provas tipográficas. Você é bom em português, em espanhol, em francês, em qualquer língua do mundo. Deus te abençoe, danado!

Esse bilhete veio acompanhado da nota sobre *Poliedro*, transcrita abaixo, e de três fotos, respectivamente: convite para o lançamento de *Poliedro* em Buenos Aires e fotos do lançamento do livro em Buenos Aires.

Nota sobre *Poliedro*

*Poliedro*, organização de Maria Julieta Drummond de Andrade, tradução de Roberto Fernandez Beyro, prefácio de Antonio Candido. Buenos Aires: Centro de Estudios Brasileños, 1980, 136 p. Colección Iracema. Seleção de textos de *Bau de ossos* e *Balão cativo*. A tiragem foi de 500 exemplares, sem caráter comercial. No arquivo de Pedro Nava, há um convite do lançamento do livro, que aconteceria no dia 11 de abril de 1980, às 19h30, no Centro de Estudios Brasileños, com a participação do autor, de María Esther Vásquez, de Roberto Fernández Beyro e de Ricardo Mosquera Eastman. Na ocasião, Bibi Vogel leu fragmentos dos textos publicados. No exemplar que pertenceu a Drummond, e que se encontra em sua biblioteca, no Instituto Moreira Salles, consta a dedicatória: “Aos queridos amigos Dolores e Carlos, esse livro que se deve a Maria Julieta. Pedro Nava. Rio 19.V.80”. No arquivo de Pedro Nava, há nove fotos tiradas em casa de Maria Julieta Drummond, em Buenos Aires, por ocasião do lançamento do livro. Mais informações sobre a publicação podem ser encontradas na crônica que Maria Julieta Drummond de Andrade publicou no *Globo* de 19 abril de 1980.

O consentimento dos herdeiros de Carlos Drummond de Andrade e de Pedro Nava foi de grande valia para a publicação do material que ora trazemos a público.

## 2 Escritos íntimos

Então como decifrar aquelas cartas?  
Como compreender o que anunciam?

Ricardo Piglia, *Respiração artificial*

No privado dos arquivos, documentos, notas e demais papéis escritos aguardam impacientes o momento de se tornarem públicos. Logo, violar a inércia de um arquivo é recuperar e projetar para o

futuro fragmentos de conversas íntimas, rastros de acontecimentos, sonhos imaginados e histórias diversas, que poderão ser lidos por outros leitores em qualquer tempo. Nas palavras de Jacques Derrida, todo arquivo “é ao mesmo tempo instituidor e conservador, revolucionário e tradicional” (DERRIDA, 2001, p. 17). Se é assim, o arquivamento de documentos pessoais registra acontecimentos de uma vida que, ao serem desarquivados, se soltam das amarras do passado, se ligam ao presente, e se anunciam como histórias que não querem ser esquecidas. Lembranças e reminiscências pessoais vindas à tona tornam possível a recriação de uma vida privada, além de proporcionar ao pesquisador um doce exercício de nostalgia.

Pois bem, a coletânea de cartas, bilhetes, fotos, poemas e artigos, que compõem *Descendo a Rua da Bahia* (2017), traz histórias da vida de Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, dois escritores que definiram a literatura brasileira do século XX e que, nos seus escritos informais, compartilharam confissões, ideias e pensamentos. Sobre essas estratégias distanciadoras, Michel Foucault afirma: “Escrever cartas é mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro” (FOUCAULT, 2006, p. 150). É também uma tática autofavorecedora, pois no espaço subjetivo da folha de papel, o *eu* sente a necessidade de falar de si, submetendo suas lembranças à calculada sensação de distância e de nostalgia com que as evoca. Muitas vezes, basta ler as primeiras linhas para se perceber o dom proveitoso de ter uma vida ao lado de amigos verdadeiros: “É bom contar com a solidariedade afetiva de vocês, nesse negócio de contar tempo” (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 167).

Numa correspondência, lugar e data são fatores importantes que têm a vantagem de situar, no tempo e no espaço, acontecimentos que, uma vez acionados no presente, transformam o tempo estático em algo dinâmico, carregado de novos significados. Muitas lembranças, consideradas em retrospectiva, tornam-se agradáveis e divertidas. No artigo “Nava contando e revelando”, publicado no *Jornal do Brasil*, em 11 de janeiro de 1979, Carlos Drummond relembra quando ele e o amigo subiam e desciam a Rua da Bahia, em Belo Horizonte, à procura de namoradas, brincadeiras, “estudos sérios ou vadiantes” (NAVA; ANDRADE, 2017, p.154), desde que se conheceram, no início da década de 1920, quando tinham o hábito de frequentarem a Livraria Alves e se reunirem no Bar do Ponto ou no Café e Confeitaria Estrela. Jovens aguerridos, que chamavam a atenção e ficaram conhecidos como

o “Grupo do Estrela”,<sup>1</sup> uma confraria embalada pelo sonho de participar ativamente da vida cultural e política do país.

Herdeiros da tradição epistolar do século XVIII, ambos acreditavam na eficácia da palavra escrita e, como o gênero epistolar precisa da ausência e da distância para se manter ativo, os dois afiançaram a construção de uma afeição que não esmoreceu com o passar dos anos, nem com a proximidade de endereços. Até quando moravam na mesma cidade, Nava morando na Glória e Drummond, em Copacabana, as mensagens fluíam numa figuração íntima, que consistia em querer o outro próximo de si, no desejo de prolongar a conversa. Parte dos escritos de *Descendo a Rua da Bahia* são bilhetes redigidos no calor da hora, incitando o outro a se pronunciar com igual afabilidade. Exemplo:

Querido Nava: Fiquei contente por não ter faltado ao meu aniversário (mais um!) o abraço afetuoso de você e de Nieta.<sup>2</sup> Nessas ocasiões, o agravo do tempo é compensado pela solidariedade dos amigos. Sou grato a vocês pela palavra cordial e pelo presente (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 206).

Nos primeiros anos, a troca de cartas é mais significativa por parte de Pedro Nava, principalmente, quando Drummond se transfere para Itabira e, no Ginásio Sul-Americano, começa a trabalhar como professor de geografia e português. Pela leitura da epístola de 23 de março de 1926, não há dúvidas de que Nava é o tipo de remetente que tem necessidade de trazer o ausente para perto de si, e a carta é a fórmula mágica para vencer a distância e conseguir repensar o que lhe acontecia no momento da escrita. A data atua como dado autobiográfico do *eu*, que se confessa sob o efeito de uma “terrível burrice”, cometida depois do carnaval. Razão pela qual deixou o outro à espera de uma resposta. Num estilo lacunar e sincopado, sem entrar em detalhes, diz que estava sentindo “muitíssima dor de Corno”. Refletia e traduzia o próprio aniquilamento: “a gente fica vazia, sem miolos, sem vontade, uma grandíssima droga” (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 19).

---

<sup>1</sup> Além de Nava e Drummond, Abgar Renault, Alberto Campos, Emílio Moura, Francisco Martins de Almeida, Gabriel de Resende Passos, Gustavo Capanema Filho, Hamilton de Paula, Heitor Augusto de Souza, João Alphonsus de Guimaraens, dentre outros, eram denominados de os “Rapazes do Estrela”.

<sup>2</sup> Nieta era o apelido de Antonieta Penido da Silva Nava, esposa do autor de *Baú de ossos*.

No curso das lembranças que emergem, a memória se suplementava das experiências vividas, dos fazeres observados, das reclamações e das falas ouvidas. O desejo do remetente era deixar aquela Belo Horizonte “sórdida”. Ali, com uma livraria, um café e um cinema, os dias eram monótonos. Ele tinha vontade de conversar, de encontrar pessoas e sentia-se condenado a ver as “mesmas caras”. Consolava-se, imaginando que o amigo em Itabira do Mato Dentro era muito mais feliz do que ele, pois tinha a seu favor os atrativos naturais da região, que compensavam a “vida besta” de cidadezinha do interior.

Entretanto, Nava não é o tipo de missivista que se contenta apenas com confidências e confissões dolorosas. Ao contrário, um desejo férreo urgia dentro dele e essa urgência o colocava à frente do seu tempo, prenunciando o amigo leal e o intelectual combativo, capaz de intervir quando se tratava de unir os companheiros em prol de um objetivo comum. Por exemplo, ele incentivou Carlos Drummond a não desistir de *A Revista*, órgão modernista de Minas Gerais que, desde 1925, trazia o melhor da literatura brasileira. No seu terceiro número, apesar de se mostrar inviável financeiramente, a publicação trazia “Poética” (Manuel Bandeira), “Sambinha”, (Mário de Andrade), “Pijama” (Guilherme de Almeida) e “Broadway” (Ronald de Carvalho), por isso Nava insistia para que o amigo escrevesse, “dando coragem” para Martins de Almeida, Emílio Moura e Gregoriano Canedo, os editores e redatores da revista.<sup>3</sup>

Naquele momento, como em outros de interação, Pedro Nava se revelava como um missivista que tinha acesso às atividades de outros companheiros e, sempre que a ocasião exigia, enfrentava com disposição os problemas que surgiam dentro do grupo. Na carta de 23 de março de 1926, há o repasse de uma mensagem de Mário de Andrade, pedindo para divulgar o artigo “Contrabando de passadismo”, escrito para o suplemento de o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 18 de março. O objetivo era evitar desavenças, caso algum mineiro lesse o texto, como avisa: “Fica entendido pois que as ofensas têm direção exata pra certos tipóides daqui, paulistas” (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 19).

---

<sup>3</sup> Na opinião de Carlos Drummond de Andrade, *A Revista* contava com a boa vontade e o apoio dos colaboradores e não havia como fazer melhor. O periódico teve apenas três números, que se revestiram de muita importância para a modernização da literatura nacional. Em 1978, José Mindlin reeditou a coleção em fac-símile, com introdução de Pedro Nava.

Desde 1924, após a visita feita às cidades históricas, que o poeta de *Pauliceia desvairada* era amigo e mentor intelectual dos moços mineiros. Mas, para além da mera postura professoral, Mário não escondia a admiração e o apreço por aqueles jovens de tendência modernista que, na sua opinião, eram o que de melhor e mais sério havia no país. Confidenciava: “Não é elogio besta, é verdade: não vejo em parte nenhuma do Brasil um grupo tão bem harmonioso e exato como o de vocês. Vocês são tão naturais, tão equilibrados tão inteligência sensível e sobretudo tão sem diletantismo literário, tão sem extraordinarices”.<sup>4</sup>

De fato, Pedro Nava e Carlos Drummond tinham o potencial para se tornarem grandes escritores e, na vida afetiva, se deixavam enxergar de dentro e cultivavam a amizade como um tesouro acumulado lentamente. Entre eles não havia desentendimentos, embora das primeiras cartas se tenha apenas a espontaneidade e a sobra de assuntos de Nava. Em *Descendo a Rua da Bahia*, é Pedro Nava quem teve o cuidado de historiar o percurso de sua vida de médico do interior a servidor público no Rio de Janeiro. Ele conta que enfrentou uma série de desafios a partir de 1931, quando teve a chance de mudar de domicílio, com acesso a um trabalho remunerado como clínico de Engenheiro Schmidt, em São Paulo. Foi uma decisão involuntária, porém ele estava disposto a permanecer lá por algum tempo. Em Engenheiro, morava Joaquim Nunes Coutinho Cavalcanti, e ele diz para Carlos, na carta de 23 de setembro de 1931, que resolveu seguir o conselho do amigo, “montando no sertão paulista [sua] tenda árabe até poder [se] transferir para o Rio, conforme velho desejo” (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 29). Aconteceu que foi logo transferido para Monte Aprazível, e esse novo “exílio” o tornou profundamente deprimido. Entenda-se: numa cidade pequena, onde não podia agir sexualmente de modo mais livre, o jovem médico se sentiu sufocado. Para ele, o gozo do corpo era tão ou mais importante do que o trabalho. Em 6 de janeiro de 1932, fez um balanço de sua existência naquela cidade. Tentava explicar que a atmosfera preconceituosa não era boa para a vida sexual de um homem. Vivia insatisfeito e dolorosamente consciente de que era impossível aceder ao essencial: “Infelizmente eu vou perdendo

---

<sup>4</sup> Trecho da carta de 16 de outubro de 1925 a Drummond, na qual analisa o panorama literário da época. E, como havia esquecido de citar Pedro Nava entre as promessas do Grupo, conclui: “É verdade que inda não vi nenhuma crítica dele sobre literatura porém me parece um dos elementos mais preciosos de Minas” (Cf. ANDRADE, 2002, p. 153).

até o gosto das coisas femininas, metido neste buraco moralizador e banal que é Monte Aprazível. Sem anedotas. Sem bandalheiras” (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 41).

A continuidade da correspondência revela a inquietação do remetente com a situação política do país, que dividia mineiros e paulistas, colocando em risco a amizade que os unia. Coligado aos vencedores da Revolução de 1930, Carlos estava em Belo Horizonte, trabalhando como chefe de gabinete de Gustavo Capanema, nomeado Interventor Federal em Minas Gerais. Nava estava no “vago e impreciso” Monte Aprazível, vivendo a delicada situação de *ser mineiro* num reduto de paulistas insatisfeitos, mais exatamente entre os constitucionalistas que, entre julho e outubro de 1932, se armaram para derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e foram derrotados. No dia 4 de novembro daquele ano, correu atrás da solidariedade do destinatário para contar o drama de ter sido acusado e perseguido enquanto durou o levante:

Como foi Vce. durante estes três meses? Eu comi o pão amassado no inferno, pois como mineiro fui logo apontado a dedo, suspeitadíssimo de derrotismo, derrotado como boateiro e sem muita manha e muita malandragem teria ido fazer uma estação de repouso no “Paraíso” ou na “Imigração”. Felizmente passou a tempestade, há mais um pouco de tolerância menos imbecilidade nos homens e eu vou novamente começando a entrar na normal (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 47).

O dado mais relevante, todavia, é que no auge da concepção de ideias e caminhos divergentes, que a Revolução de 1930 insuflava, Carlos Drummond, na sua rotina de ativista partidária, não acusou presença em cartas. É a personalidade incomparável de Pedro Nava que perpassa essa correspondência, mesmo quando as turbulências advindas do militarismo político o atingiam. No seu íntimo, ele estava decidido a ficar com os companheiros, situando-se à margem, longe das dicotomias que colocavam em campos opostos amigos de longa data. O que o atraía mais particularmente era buscar os companheiros nas cartas, nas casas familiares, na roda dos bares, fermentar conhecimentos, compartilhar ideias, conversar. No entanto, a tarefa de vencer as rivalidades é difícil e, às vezes, pelo menos momentaneamente, ele se resignava com isso. Na missiva de 4 de novembro de 1932, escreveu a Carlos para dizer que viu “de longe o Mário de Andrade, inevitável com os óculos e aquele ar que

Deus lhe deu, no Triângulo. Não me aproximei dele, porque estava bastante preocupado”. Ele não ignorava que Mário estava passando por um dos piores momentos de sua vida, ao ver a sua cidade sitiada e companheiros na cadeia. Assim, para não aumentar a aflição, que causaria sofrimento a um e constrangimento a outro, preferiu ficar à distância, como um espectador mudo. Entretanto, não se deu por satisfeito e aproveitou a ocasião para divulgar a notícia que frutificaria afetos tão profundamente sedimentados: “O Mário escreveu um troço interessante sobre a ‘literatura bibi’ no *Diário de Notícias*. Era a literatura mavórtica dos dísticos dos bonés dos voluntários. Vce. viu?”<sup>5</sup> (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 49).

Naquele pesadelo, sobravam gritos de rancor e a conversa silenciosa ajudava o missivista a desafogar as mágoas, oferecendo amparo às dores que o afligiam. Nos avanços e recuos, antes de chegar ao sonhado Rio de Janeiro, Nava não titubeou em pedir ajuda sempre que as circunstâncias lhe eram adversas, enxergando nas personalidades influentes o meio mais rápido para alcançar a sua transferência. Em 4 de novembro de 1932, ele se apoiou em Drummond para atuar como intermediário no pedido para a efetivação de sua irmã, Ana Jaguaribe Nava, no serviço público. Dessa forma, a travessia profissional de Nava em direção ao Rio de Janeiro dependeu unicamente dos amigos influentes, que ocupavam cargos na esfera federal, até que no dia 7 de abril de 1933, deu a boa notícia de que tinha sido transferido para o Rio de Janeiro. Com ele, veio o irmão, José da Silva Nava, alocado a “título provisório” no Tribunal Eleitoral, enquanto esperava a vaga no Serviço Médico Legal. Esse era o efeito de um prêmio para quem cultivou boas amizades. Por arte, ou artimanhas, de Virgílio e Rodrigo Melo Franco, o Dr. Pedro Nava foi nomeado para o quadro oficial dos médicos do estado.

Partidário incondicional da verdadeira amizade, nada impedia o Dr. Nava de reconhecer qualidades naqueles que não pensavam como ele. Nesse conjunto excepcional que é a correspondência entre ele e Carlos Drummond, saltam da sua escrita íntima palavras e imagens que dão ideia de um espírito observador, bem-humorado, e até zombeteiro, capaz de amar

---

<sup>5</sup> O memorialista se refere ao artigo “Folclore da Constituição (IX): Literatura bibi”, publicado em 11 de setembro de 1932. Nele, o autor cita e comenta os dísticos e quadrinhas populares escritas nos bibis usados pelos soldados. Por exemplo: “Tudo por São Paulo”; “Quem me matar, vá para o inferno”; “Vem mas quero volta”; dentre outras (Cf. ANDRADE, 1976, p. 589-591).

e admirar cada um dos amigos. Drummond é o “Querido Carlos”; Martins de Almeida é o “babaca risonho e cínico deslembado”. Por quê? Esqueceu de enviar-lhe o livro publicado. Joaquim Nunes Coutinho Cavalcanti ficou eternizado como o “nosso mineiro sucessivo e renovado”. No credo que formulava, o poderoso Gustavo Capanema era o “patrimônio das agências telegráficas”. E Mário? Para ele, reservava modos de alegria e saber: seus óculos, a careca, o riso. “Todos argumentando, principalmente a careca” (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 29).

Por sua vez, o “velho Carlos” também consagra ao “Nava querido” uma recepção igualmente amistosa, permitindo-se receber, mas acima de tudo doar. De perto ou de longe, Drummond seguia os passos do amigo, achando que ele só receberia da vida tudo o que merecia, quando se tornasse escritor. Não era, porém, uma impressão fortuita: “que beleza de discurso! E dizer que você além de especialista insigne na medicina se recusa a ser escritor público, dominando tão bem a expressão literária” (NAVA; ANDRADE, 2017, p.79).

Sendo assim, Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade interpretam a amizade como um bem maior, e a razão mais profunda para permanecerem unidos está na atitude dos próprios protagonistas. Em 1956, aportado de vez na metrópole carioca, Nava foi nomeado diretor do Hospital dos Servidores do Estado, cargo à altura do sucesso que alcançou na carreira. Para a ocasião, Drummond redigiu a crônica “O homem cordial” para o *Correio da Manhã*, de 24 de março. No relato, ele retrata Nava como um homem excepcional, um ser humano único, capaz de criar “uma unanimidade de afetos” e “a quem era fácil admirar, basta conhecê-lo”. Em seguida, lembra a trajetória do médico de espírito aberto que, sem prever as dificuldades que o aguardavam, se meteu “heroicamente nas brenhas paulistas, atraído pela presença amiga de Coutinho Cavalcanti”. Para exemplificar o caráter daquele que tinha a grandeza encarnada no amor e na solidariedade, transcreve um trecho da carta de 23 de setembro de 1931, na qual Nava reconhecia a amizade como o bem supremo de sua vida, acima dos conflitos políticos: “Eu por mim, afunde-se o país, soçobre Minas – o que quero é que se conservem as minhas afeições ao abrigo destes choques partidários, que não valem a lembrança dos chopos, tomados na antiga harmonia” (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 33).

Gestada no prazer, o cronista prossegue e, com toda convicção, afirmava que “uma porção de talentos brinca de mostrar e esconder em

Pedro Nava”. A cada oportunidade, Drummond se consagrava a provar que encontrava nele o escritor genial nos textos que produzia, ou nos discursos que proferia. Assim, ele tinha a obrigação de ocupar o lugar que lhe era reservado: a “ala dos escritores tem com ele uma camaradagem especial. Se não pertence a essa confraria, é porque não quer”. Fazendo valer a sua afirmação, lembrou que Nava já ocupava um lugar na antologia dos poetas bissextos, como autor de o “Defunto” e de “Mestre Aurélio entre rosas”.

Esse movimento em favor do escritor já estava no bilhete de 6 de setembro de 1947, quando ao ler o *Território de Epidauro*, o primeiro dos livros que o médico escreveu sobre a história da medicina, Drummond correu para saldar o amigo, dizendo-se impressionado com a “forma literária gostosíssima” do livro. O destino de Nava demonstrava que o sucesso na carreira caminhava lado a lado com a felicidade na escrita. Por que não dedicar parte de seu tempo à criação? Em resposta a esses questionamentos o “tão bem-dotado” Nava saiu de seu pedestal de médico para ascender ao terreno transformador da literatura. Enfim, o impulso até então ignorado foi removido com a publicação de *Bau de ossos*, em 1972. A partir de então, Nava deu início à ficcionalização de suas memórias, com obras de grande valor literário. Por sua vez, Carlos continuou expondo suas convicções sobre a atividade artística do amigo, apoiando e contribuindo para o desenvolvimento pleno de sua escrita:

Minha prima Pitu, neta do desembargador Drummond, entrou em êxtase quando, pelo telefone, li para ela o trecho de *Chão de ferro*, que descreve os altos habitados da Serra. E quem não se deslumbra com o seu terceiro volume? Estou convencido de que você tem parte com o capeta, para escrever assim com tanta força, beleza, graça, pungência, tudo ao mesmo tempo, e sem dar nunca sinal de fadiga ou relaxamento!

Abraços sempre gratos do seu velho

Carlos (NAVA; ANDRADE, 2017, p. 129)

As cartas trocadas por Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade são simples na feitura, mas provocam sentimentos delicados e pedem para serem lidas e admiradas à maneira de uma descoberta inesperada. Dessa forma, as missivas de *Descendo a Rua da Bahia* convidam a uma dupla leitura: trazem para o centro da cena fragmentos da história de vida de dois amigos inseparáveis e, ao mesmo tempo, proporcionam ao leitor documentos e notas, que o ajudam a ler cartas

pródigas em conhecimentos. No conjunto, são cartas que garantem a utopia jubilosa de um discurso, que celebra a amizade e canta a alegria do encontro e, pela relação estabelecida entre atividade literária e vida social, são o alicerce que permite a construção de novos e infinitos significados.

## Referências

ANDRADE, C. D. de. *Carlos e Mário: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade*. Prefácio e notas de Silviano Santiago. Organização e pesquisa iconográfica de Lélia Coelho Frota. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

ANDRADE, M. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma interpretação freudiana*. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2001.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. *O que é um autor?* 6. ed. Tradução de Antonio Fernandes Cascais. Lisboa: Vega, 2006. p. 127-160.

NAVA, P.; ANDRADE, C. D. de. *Descendo a Rua da Bahia: correspondência de Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade*. Organização e notas de Eliane Vasconcellos e Matildes Demetrio dos Santos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

PIGLIA, R. *Respiração artificial*. Tradução de Heloísa Jahn. São Paulo: Iluminuras, 2008..

Recebido em: 23 de maio de 2018.

Aprovado em: 19 de junho de 2018



## **Incursões do livro brasileiro: Ribeiro Couto e a diplomacia literária com Portugal e Cabo Verde<sup>1</sup>**

### ***Incursions of the Brazilian Book: Ribeiro Couto and the Literary Diplomacy with Portugal and Cape Verde***

Bruna Carolina de Almeida Pinto

Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo / Brasil

brunespassis@yahoo.com.br

Resumo: O diálogo epistolar de Ribeiro Couto com intelectuais brasileiros, portugueses e cabo-verdianos registrado entre os anos de 1920, período de sua mudança para Portugal, a 1963, ano de sua morte, revela a atmosfera de um importante momento da história das relações intelectuais e literárias no âmbito da língua portuguesa. Inserido no Movimento Modernista brasileiro, Couto se posicionou ativamente e na linha de frente da divulgação internacional das “novas” obras nacionalistas produzidas no Brasil a partir dos anos 1920, encarando-a como uma missão pessoal e um projeto complementar ao processo de autonomização modernista. O objetivo deste artigo é apontar o modo pelo qual Couto, valendo-se de sua posição diplomática no âmbito internacional, procurou promover diálogos, parcerias, reflexões e até articular colaboradores para a tarefa de introduzir ou projetar os novos escritores brasileiros e suas obras em outros contextos culturais.

**Palavras-chave:** literatura brasileira; epistolografia; história intelectual; modernismo.

Abstract: The epistolary dialogue of Ribeiro Couto with Brazilian, Portuguese and Cape Verdean intellectuals reveals the atmosphere of an important moment in the history of intellectual and literary relations of the Portuguese language. This dialogue was recorded between the 1920s, when Ribeiro Couto began to live in Portugal, and 1963,

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de pesquisa de doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo nº 2014/12385-7

the year of his death. As a member of the Brazilian Modernist Movement, Couto was productive and in the front line of the international dissemination of “new” nationalist writings produced in Brazil since the 1920s. The author faced it as a personal mission and a complementary project in the process of modernist autonomization. The purpose of this article is to indentify how Couto, using his diplomatic position in the international arena, sought to foster dialogues, partnerships and reflections. Moreover, his initiative even contributed to gather collaborators for the task of both introducing and projecting new Brazilian writers and their works into other cultural contexts.

**Keywords:** Brazilian literature; epistolography; intelectual history; modernism.

Um livro é uma força em marcha. Está melhor quando passa de mão em mão, do que quando dorme o sono egoístico das bibliotecas.

(Ribeiro Couto)

Os anos 1930 viram surgir no Brasil uma nova e intensa forma de interação entre o intelectual e o Estado. Por meio de um processo de cooperação que consistia em unir à revolução literária uma ideia de revolução política (VELLOSO, 1987, p. 43), o Estado Novo “recrutava” intelectuais, que se filiavam de alguma forma (provisória ou permanentemente) ao funcionalismo público, com o intuito de integrar discursos de modernização do país e modificar as suas relações políticas, culturais e sociais internas e externas através da veiculação de uma nova doutrina nacional e popular. Decorre daí também a aproximação entre intelectuais e a classe dirigente no Brasil, tese defendida por Sérgio Miceli, em *Intelectuais à brasileira* (2001), sob um ponto de vista sociológico e fundamentalmente biográfico que analisa a inserção e reconstrói os condicionamentos que acabaram por determinar a falta de autonomia e a marginalização da atividade intelectual no Brasil.

Sem adentrar, entretanto, na problemática que essa relação suscita no que diz respeito à dependência que o intelectual nessas condições contrai, o intuito deste artigo é discutir a especificidade do papel que o intelectual modernista se dispôs a desempenhar em prol da cultura nacional na conjuntura das negociações culturais junto à comunidade internacional. Também não faz sentido abordar aqui as dissonâncias

estéticas e partidárias existentes entre os diversos escritores brasileiros que de alguma forma se aliaram ao Estado, uma vez que o assunto de que trataremos remete a uma necessidade maior e comum a todas as obras empenhadas em construir retratos do país: a sua ampla divulgação que, pode-se dizer, em alguns momentos foi um elemento apaziguador de diferenças ideológicas.

Mediante o espírito de reformulação que guiou os intelectuais modernistas, incentivando-os a pensarem a questão cultural sob novos parâmetros, o campo epistolográfico é difuso e propício para ilustrar o diálogo em questão, não só porque permite o afloramento da individualidade e dos anseios pessoais dos escritores, mas também porque ajuda a compreender a atmosfera na qual se manifestaram essas relações que configuraram um importante circuito para as obras brasileiras.

Sendo assim, nos debruçamos sobre a correspondência de Ribeiro Couto (1898-1963), um importante intelectual modernista que passou grande parte de sua vida no meio europeu, mas manteve mesmo assim um incansável interesse pelas letras, pela cultura e pela vida intelectual brasileira. A sua atuação no cenário internacional se dá, sobretudo, a partir de sua estada em Portugal, no final dos anos 1920, quando Couto trava contato com a intelectualidade portuguesa e, exercendo funções no âmbito diplomático, tem a oportunidade de conhecer tanto consagrados nomes das letras como os jovens escritores da geração de então, à qual pertencia José Osório de Oliveira.

A relação de Couto com este escritor português será longa, controversa e marcada por um projeto cultural inovador, que envolve Portugal, Brasil e Cabo Verde. Portanto, a abordagem desse registro epistolar, até agora insuficientemente explorado, visa contribuir documentalmente para os estudos de literatura comparada entre esses países.

O material catalogado pela Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ) se divide entre escritos públicos e privados, e a seleção aqui apresentada visa ilustrar os fluxos textuais e de ideias que permitam observar as especificidades e o caráter de uma formulação discursiva que serviu de respaldo à concepção de uma moderna e importante rede de escritores,

imaginada e construída por esses intermediadores que se situaram na intersecção do processo de reavaliação dos valores e modelos literários e culturais do período.

## **1 *Boom* editorial e divulgação da literatura brasileira**

Não é difícil identificar entre os principais anseios dos intelectuais envolvidos no projeto modernista de 1922 a divulgação do discurso construído pela vanguarda brasileira e da arte dele derivada junto à intelectualidade europeia. Com uma conferência proferida na Sorbone em 1923 (*O esforço intelectual do Brasil contemporâneo*), Oswald de Andrade situa-se claramente como um aspirante a “exportador”. Mais tarde, em 1925, ele propõe o seu metafórico “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” como um produto para ser consumido lá fora. Três anos depois, incrementa essa proposta com a publicação de outro manifesto: o “Antropofágico”, desta vez, proclamando a seus interlocutores sobre o direito contraventor de apropriar-se do outro. Pode-se dizer que essa postura já situava o intelectual brasileiro moderno frente às artes e às culturas de um modo mais flexível e dinâmico, redirecionando o Brasil para o exercício de uma ação catalisadora e exportadora de ideias e novos conceitos literários e culturais.

Deve-se ressaltar, entretanto, que não se deve conceber a divulgação da literatura brasileira no exterior sem reconhecer que isso só foi possível em virtude desses intelectuais pertencerem a uma posição social e econômica privilegiada, ligada, como no caso de Oswald de Andrade, à elite cafeeicultora paulista que possibilitava suas viagens de longa estada e garantia suas participações em eventos artísticos europeus. Além disso, a educação afrancesada das classes mais abastadas passava a ser vista como uma via de mão dupla a, paradoxalmente, amparar o caminho da autoafirmação de uma intelectualidade que se pretendia legitimamente brasileira.

Entretanto, as condições para isso só se estabeleceram ampla e efetivamente com a implementação de um campo editorial no Brasil, que propiciou melhores condições à publicação de obras nacionais e também favoreceu a sua circulação no meio nacional e internacional. Em *O livro no Brasil: sua história* (2005), Laurence Hallewell analisa as circunstâncias que determinaram o desenvolvimento de um sistema mercadológico voltado para o livro nacional, associando a sua plena

expansão ao processo de politização empreendido pela ficção do início do século XX e ressaltando a implicância mútua dessa relação. A necessidade de implantar editoras nacionais derivou, segundo Hallewell, da conjuntura mundial dos anos 1920-1930. A Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929 haviam contribuído para o encarecimento dos produtos e bens culturais importados no Brasil. Operou-se com isso uma carência que levou, de um modo geral, à valorização do produto industrial brasileiro em relação ao importado. Mas, de maneira especial, o livro nacional ocupou um lugar de destaque nessa substituição de referências:

entre 1930 e 1937, o produto industrial brasileiro deu um salto de quase 50%. Mas o crescimento de edição de livros foi fenomenal, mesmo em relação a essa situação geral. As cifras relativas a São Paulo (as únicas de que dispomos) sugerem uma taxa de crescimento, na produção de livros, entre 1930 e 1936, de mais de 600%! [...]. Ninguém na época punha em dúvida uma realidade: a de que surgiria praticamente do nada, no período que se seguiria à revolução, uma indústria editorial brasileira, viável (HALLEWELL, 2005, p. 422).

O comércio do livro despontou possibilidades e ampliou o campo de profissionalização do escritor e de outras ocupações ligadas aos setores de produção e circulação do livro. Com sua percepção do gosto literário do público e seu aguçado senso de empreendedorismo, José Olympio conseguiu edificar o maior projeto de nacionalização editorial, se tornando “o editor literário mais importante do Brasil e o nome mais prestigioso no negócio livreiro do país” (HALLEWELL, 2005, p. 432). Com isso, acabou promovendo uma mudança na perspectiva de consumo do livro importado para o livro nacional junto ao público brasileiro. Sob esse aspecto, a Livraria José Olympio Editora se torna um contraponto da Casa Garraux, principal casa de importação de livros e artigos importados de São Paulo, o estabelecimento onde José Olympio aprendera o seu ofício.

Nesse cenário, ressalta-se o desenvolvimento de uma conjuntura favorável à aceitação de artigos nacionais, que se inicia com um movimento de mercado e demarca um processo de nacionalização dos bens culturais e sua gradativa absorção junto ao exíguo público letrado que transforma a relação dos brasileiros com o livro nacional em amplas escalas.

Pode-se dizer, além disso, que o empreendimento editorial de José Olympio constituiu um marco não apenas na história do livro brasileiro, mas também na história das relações intelectuais, uma vez que promoveu um fluxo de escritores e de obras que fez de sua “casa” um ponto de convergência dos novos pensadores brasileiros, de um modo que jamais se repetiu. O ambiente amistoso de trocas que congregou personalidades de diversas posições ideológicas, em um período no qual a renovação e a descoberta do país estavam em pauta, alimentou os espíritos dos escritores brasileiros dentro de uma certa comunhão. A amizade (tal como tratada por Gustavo Sorá em “A arte da amizade: José Olympio, o campo do poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros” (2011)), tornara-se símbolo e ferramenta necessária à expansão do novo pensamento em sua pluralidade.

É nessa circunstância que situamos o desejo e o esforço de divulgação empreendido por Ribeiro Couto, autor que integrou o seleto rol de autores da Livraria José Olympio Editora e viveu o clima de efervescência cultural que conformou a produção literária e as relações intelectuais dos anos 1920, 1930 e 1940.

## **2 Diplomacia e letras**

A maior oferta de obras brasileiras no mercado nacional favoreceu também a sua divulgação internacional. Nesse prisma, a língua portuguesa atuou como uma importante ferramenta intermediadora, sobretudo, entre intelectuais brasileiros e portugueses. Esse diálogo de teor claramente ideológico, uma vez que perpassado pela questão colonial, tinha pretensões contestatárias e de autoafirmação. Em suma, a necessidade de declarar sua grandeza (e tê-la reconhecida pelos portugueses) conformou um novo trânsito de bens culturais entre Brasil e Portugal, que foi essencial à divulgação do nacionalismo brasileiro e suas novas interpretações culturais. Ao acolher as obras modernistas, a academia lisboeta investe na criação de uma cadeira universitária dedicada ao ensino das letras brasileiras na tradicional Faculdade de Letras de Lisboa (SARAIVA, 2004, p. 41-42).

A relação de Ribeiro Couto com escritores portugueses, além de homens ligados à política e interessados na diplomacia dos dois países, no período em que exerceu cargos diplomáticos em Portugal e em outros países europeus, foi primordial para estabelecer os caminhos de uma

efetiva difusão. Em Portugal, Couto estabelece uma importante parceria com José Osório de Oliveira que, na posição de crítico, desempenhou no decorrer das décadas de 1920, 1930 e 1940 uma importante e intensa divulgação da “nova” literatura brasileira. Como pontua Arnaldo Saraiva:

não há dúvida de que José Osório, juntamente com Ribeiro Couto, que no final da década de 1920 esteve em Portugal, e com Adolfo Casais Monteiro, foi o grande responsável pela popularização que a literatura brasileira moderna conheceria em Portugal nas décadas seguintes (SARAIVA, 2004, p. 40).

Inúmeras referências a essa tarefa de difusão podem ser encontradas tanto no diálogo epistolar que Couto manteve com outros escritores quanto em artigos publicados em jornais, como *A Província e Jornal do Brasil*. No artigo intitulado “O instinto do Brasil”, de 10 de fevereiro de 1929, Couto manifesta o seu “estado de permanente vigília”, que ele considera próprio do espírito modernista. Alguns meses depois dessa publicação, expressa sua intercessão por meio da publicação do artigo “Irradiação da literatura brasileira” no jornal *A Província* (FCRB – Acervo de Recortes RC),<sup>2</sup> de 5 de setembro de 1929, no qual, entre outras coisas, defende a necessidade de encontrar representantes críticos que elessem, no estrangeiro, obras brasileiras representativas do ponto de vista cultural e estético; e continua sua missão por meio da coluna mantida no *Jornal do Brasil*: Projeção literária do Brasil no estrangeiro.

A sua correspondência pessoal, assim como esses textos de jornais e revistas, reflete a sua preocupação, como escritor de uma geração revolucionária, para com a urgência da divulgação do que então se produzia de novo no Brasil.

Apontadas essas particularidades, explicam-se, pois, os motivos de sua trajetória pessoal tornar-se relevante para a documentação desse trânsito: o seu empenho em se ocupar de questões brasileiras mesmo residindo no exterior e seu interesse em promover uma verdadeira aproximação diplomática, não apenas em termos políticos, mas também

---

<sup>2</sup> Os documentos pessoais de Ribeiro Couto, catalogados pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e utilizados neste texto, estão divididos entre correspondências (identificados no acervo pela sigla CP) e recortes de jornais e revistas da época (RC). A maior parte desses documentos não é enumerada, no entanto, em alguns há numeração. Nestes casos, ela consta na citação logo após a sigla de identificação.

literários, culturais e linguísticos, entre Brasil, Portugal e, também como veremos, Cabo Verde (que recebe a designação genérica de “nação portuguesa”, de acordo com o conceito corrente da época de que Portugal era uma nação além-mar), e que já tinha importantes representantes do que se poderia chamar de uma literatura protonacionalista. É interessante notar que a sua postura de divulgador não está estritamente ligada ao Brasil, mas também a outras literaturas que em sua concepção deveriam interessar ao escritor brasileiro moderno:

O artigo que publiquei quinta-feira passada, nestas colunas, sobre “Destino e poesia de Cabo Verde”, despertou um interesse que muito me desvanece e mostra, principalmente, quanto andamos necessitados de um mais vivo contrato entre o pensamento novo português e o novo pensamento do Brasil. O tema do artigo foi o livro “Mornas”, do poeta cabo-verdiano Eugenio Tavares, que há pouco faleceu em Lisboa. Anunciei que possuía três exemplares – devidos à obsequiosidade de Osório de Oliveira, a cujos cuidados apareceu a obra, no editor J. Rodrigues & Comp. – e que daria dois, guardando o terceiro para mim, aos dois primeiros leitores que m’os pedissem. Ora, foram tantos os pedidos que em vez de dar os dois, dei os três. Sempre é grato dar um livro. E já que eu conhecia a obra, não era justo privar dele o leitor o numero três. Um livro é uma força em marcha. Está melhor quando passa de mão em mão, do que quando dorme o sono egoístico das bibliotecas. (FCRB – Acervo de Recortes RC).

A consonância de interesses pela divulgação da literatura cabo-verdiana parece estar no âmago da motivação que leva Couto a apoiar, em *Sentimento lusitano* (1961), a proposta feita por José Osório de Oliveira, em *Geografia literária* (1931), de intensificar os laços intelectuais e culturais entre portugueses, brasileiros e cabo-verdianos pela via da língua e da cultura, muito embora o discurso do escritor português ganhe um perigoso relevo nacionalista (para não dizer imperialista) em algumas passagens desse livro de ensaios, o que certamente pode ser atribuído à condição do intelectual como um aliado do Estado, uma vez que, além de escritor (atividade marginal), Osório de Oliveira compunha o quadro de funcionários coloniais, sendo de seu interesse manter boa relação com o governo vigente. Couto também parece muitas vezes beirar o discurso imperialista português, sem que seja possível saber se quem

fala é o diplomata ou o escritor que negocia o seu lugar de periferia a centro. Apesar disso, nos interessa frisar aqui tanto a postura de Osório como a de Couto em advogar em favor de um comunitarismo intelectual e cultural maior, que começasse por superar certo preconceito, sempre reinante, entre colonizador e colonizado.

### **3 Portugal**

A interlocução de Couto com intelectuais e políticos portugueses, a exemplo de sua relação com o escritor e crítico José Osório de Oliveira e o estadista Antônio Oliveira Salazar, evidencia a cultura, a língua e a literatura como elementos centrais de uma negociação que visava reposicionar a imagem do Brasil dentro do circuito dessa comunidade. Uma das maiores preocupações do *zeitgeist* modernista brasileiro era o de construir uma autonomia baseada na afirmação cultural e linguística. É nesse princípio que Couto baseia sua difusão do modernismo brasileiro junto à comunidade internacional.

A parceria de Ribeiro Couto e Osório de Oliveira, apesar de ter sofrido alguns percalços por volta de 1934, atravessou décadas levando adiante o projeto de aproximar as literaturas portuguesa (incluam-se aí as africanas escritas em português) e brasileira. Por um lado, as preocupações de ambos os escritores (cujos laços sanguíneos e familiares sustentavam uma grande identificação para com as culturas desses países) estavam voltadas para o futuro das suas relações. Por outro, essa amizade tinha também interesses financeiros, dado que os jornais brasileiros da época, buscando ampliar as correspondências com o cenário nacional e internacional, pagavam bem aos seus correspondentes, oferecendo uma importante fonte de renda aos escritores.

Ao tecer contato com o escritor Ribeiro Couto, José Osório de Oliveira consegue estreitar relações também com outros escritores da literatura brasileira. Ele começa por enviar materiais literários e de crítica de Portugal, como a revista dirigida pelo seu irmão, João de Castro Osório, a *Descobrimento*; e a *Seara Nova*, para a qual contribuía.

A carta a seguir, dirigida a Couto, revela a sua intenção de desconstruir a imagem que o Brasil tinha a respeito de Portugal, e vice-versa, para que se estabelecesse entre os dois países laços de identificação e de cumplicidade. Para tanto, ele mostrava-se disposto a romper com

a relação, ainda corrente, de subjugação entre portugueses e brasileiros, manifestando entre estes o seu sentimento de incômodo:

O que eu mandei ao Alcantara Machado não foi o “Descobrimento”, foi a “Seara Nova” com a minha nota sobre o acordo ortográfico. À margem, escrevi duas palavras, dizendo que lhe enviava essa nota por indicação sua. Foi a isso que não recebi resposta, apesar de, segundo me parece, essa nota ter um interesse especial para ele, Alcantara Machado, visto reconhecer, até um certo ponto, os direitos linguísticos dos escritores paulistas. Isto, feito por um português, [que] tem um certo valor. Mas o que me magoa nos brasileiros é, precisamente, a indiferença pelo que pensam e sentem, acerca do Brasil, os portugueses. Compreendo o desprezo pelos que não fazem senão incensá-los, ou a raiva contra os que não se compenetraram ainda bem de que o Brasil não é colônia, isto é, que pretendem de qualquer forma, impor uma autoridade metropolitana, seja sobre a língua, seja sobre que for. Mas eu creio que a minha atitude está isenta dessas duas pechas (FCRB – Acervo de Correspondências RC-CP481).

Pouco a pouco, Osório de Oliveira vai encontrando seu lugar entre os escritores brasileiros, insistindo na necessidade de trocar contribuições por questões de divulgação e reciprocidade crítica. Enxergava nesse intercâmbio (autores e críticos brasileiros publicando em revistas portuguesas e autores e críticos portugueses publicando em revistas brasileiras) uma possibilidade de alargar a dimensão e o alcance da literatura e da crítica de ambos os países. Em carta de 1931, ele chega a pedir a Ribeiro Couto a sua intermediação para uma colaboração em jornal brasileiro:

Uma coisa: não seria possível arranjar uma correspondência ou uma colaboração para o “Jornal do Brasil” ou outro jornal do Rio ou de São Paulo? Não sei se sabe que o Estado português paga miseravelmente aos seus funcionários e que os editores portugueses, quando editam, não dão nada pelas edições. Ora eu tenho certa necessidade de ganhar dinheiro (é por isso, e não por gosto, que faço traduções) e lembrei-me de que poderia ganhar alguma coisa escrevendo para o Brasil. Repare que, sendo eu um dos mais fervorosos, senão o mais fervoroso e provado amigo do Brasil, não há cão nem gato português que não escreva para jornais brasileiros, enquanto que eu... (FCRB – Acervo de

Correspondência RC-CP481).

Os argumentos de José Osório, para além de manifestarem seu interesse em figurar no meio intelectual brasileiro – fosse por questões financeiras, por *status* ou em busca de reconhecimento pelo trabalho dedicado a ele –, revelam de fundo que a imprensa brasileira oferecia melhores condições à atuação do intelectual do que a portuguesa (sobretudo a um intelectual que parecia, a princípio, estar mais vinculado aos interesses de cá, do que aos de lá e também, certamente, devido à censura e à crise) e que, de fato, a tradução não era uma atividade rentável, mas a sua necessidade e o restrito campo profissional de atuação oferecido ao intelectual compelia os escritores a dedicarem-se também a ela, como forma de sobrevivência. Em outras cartas, Osório ainda lamenta a respeito das dificuldades de ser artista/escritor em Portugal, constatando a falta de condições necessárias, assim como de reconhecimento, ao exercício do ofício artístico e crítico.

A correspondência de Couto com António de Oliveira Salazar é constituída de cartões, bilhetes e telegramas, emitidos do Gabinete do Presidente (manuscritos e datilografados datados de 1944, 1945 e 1946), dos quais destacamos dois: o agradecimento pelo envio de *Cabocla* e suas considerações sobre a obra. Em ambos, Salazar se refere à linguagem empregada por Couto:

Ao Doutor Ribeiro Couto

Venho agradecer muito penhorado a oferta da *Cabocla* em primorosíssima edição. Já li uma porção de páginas e tenho gostado muito. Pena é que em geral os pronomes estejam fora do sítio e que alguns complementos de verbos não venham regidos pelas proposições habituais. Mas acabou-se: alguns dos seus compatriotas dizem que estão a fazer outra língua e bem pode ser que daqui a duzentos anos esses desvios de agora estejam legitimados pelo tempo. Muitos e afectuosos cumprimentos e mais uma vez os melhores agradecimentos pela sua gentileza. De V. Exa. com toda a consideração, Mto. at.º ven.ºr. e obr.º 18-1-1946 (a) Oliveira Salazar (FCRB – Acervo de Correspondência RC).

Apesar do agradecimento de Salazar à gentil oferta de *Cabocla* pelo seu próprio autor, o ditador não perde a oportunidade de tecer comentários com o fito de corrigir os “erros” gramaticais cometidos

contra o “bom” português. A alusão à instrumentalização literária de uma “outra língua”, isto é, a corrupção linguística do livro de Ribeiro Couto, assim como a de muitos outros escritores da época, soa como uma repreensão nas palavras de Salazar. Embora ele admita que esses desvios poderiam se tornar legítimos no curso do tempo, nessa carta ele superestima o tempo que isso levaria. A ortografia ainda é assunto central em outra missiva remetida por ele:

Ao Dr. Ribeiro Couto

Devolvo o telegrama do nosso Dr. Teotónio Pereira. Estimei saber que se considera cada vez mais feliz, decerto no exercício da função e nas relações com o Itamaraty e o Dr. João Neves. A mim queixa-se-me do imenso calor; e eu por minha conta acrescento à temperatura do ambiente e da imprensa que continua de respeito, ainda que um pouco melhor. Foi uma pena que o “Diário de Notícias” tenha omitido os elogios de ordem pessoal e no caso presente tão importantes. Tinha falado ao Ferro e chamado a atenção para que a paz entre os deuses da filosofia se revelava o único meio eficaz de termos o Vocabulário e com ele a prática da ortografia uniforme. Logo vi que se ia embarçar com uma frase da minha carta. Eu devo ter escrito pouco mais ou menos: os jornais vêm hoje (do verbo vir) todos do Brasil. Quero dizer, apresentam-se recheados de notícias do Brasil, não falam senão do Brasil, não parecem saber de mais nada senão do [que] respeita ao Brasil, tomaram todos o gesto, a paixão, o partido do Brasil. Eu talvez devesse ter evitado a construção para um brasileiro que escreveu a Cabocla com pronomes respectivamente fora do lugar. Com a maior consideração, de V. Exa. Mto. at<sup>o</sup>. ven<sup>o</sup>. e gr<sup>o</sup> (a) Oliveira Salazar 16/2/1946 (FCRB – Acervo de Correspondências RC).

A questão da língua e da imprensa (ou mais claramente a representação do Brasil nela) são assuntos centrais nessa carta emitida por Salazar. A presença constante de assuntos relacionados ao Brasil na imprensa parece incomodá-lo. Talvez por essa posição de destaque que o Brasil conquistara, a questão da ortografia uniforme torna-se salutar. Nesse sentido, é significativo que, em outubro de 1945, isto é, poucos meses antes de Salazar remeter sua carta a Couto, Brasil e Portugal haviam assinado um acordo ortográfico que visava padronizar o uso da língua portuguesa, diminuindo assim as suas discrepâncias. Entretanto, apesar da questão ter sido uma das maiores preocupações do Estado Novo

português, no que diz respeito à autonomia linguística proclamada pelo Brasil, mesmo assinado por ambas as partes, o acordo acabou por não se consolidar do lado de cá. Em grande parte, isso se deu porque as mudanças eram maiores para os brasileiros do que para os portugueses e porque, além disso, submeter-se ao novo código não parecia ser a intenção dos escritores de então que haviam conquistado uma liberdade linguística que se mostrava incomodamente revolucionária. Mediante essa postura, pode-se reconhecer como de fundamento político as sucessivas propostas de acordo cultural e linguístico de Portugal para com o Brasil, entre as décadas de 1930 e 1940. O Acordo Cultural Luso-Brasileiro, assinado em 14 de setembro de 1941, no Palácio do Catete, por António Ferro (Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional – SPN) e Lourival Fontes (Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP), pretendeu instituir a colaboração mútua entre intelectuais brasileiros e portugueses. Mas essa diplomacia parece ter sido mais uma manobra do Estado Novo português para estreitar laços com um Brasil em evidência cultural.

O que particularmente é preciso destacar na carta remetida de Salazar a Couto é que, a partir de suas críticas, se manifesta um reconhecimento, ainda que a contragosto, de um processo de inversão de predomínio no que diz respeito às referências literárias e culturais no interior dessa comunidade linguística. Daí, talvez, alguns anos depois, os intelectuais estadonovistas terem visto nos escritores brasileiros e na imagem que construíram do Brasil uma forma de recuperar o seu lugar proeminente projetando sua salvação no discurso luso-tropicalista, ainda que não concordassem inteiramente com os discursos culturais oriundos do Brasil moderno.

#### **4 Casa dos Estudantes do Império**

As Casas dos Estudantes do Império tiveram suas sedes estabelecidas em Lisboa e Coimbra e foram importantes centros de concentração de universitários, instituições criadas, a princípio, com o fito de unificar a intelectualidade das colônias junto ao pensamento da metrópole. Contraditoriamente, e apesar de cumprir bem o papel de integração, acabaram sendo espaços de reunião e discussão que muito contribuíram para pensar o futuro e a independência dos países africanos de língua portuguesa.

A presença frequente de intelectuais portugueses e brasileiros ajudou a criar vínculos amistosos entre esses intelectuais, que buscavam se amparar em novas formas de pensamento capazes de auxiliá-los na construção de discursos protonacionalistas e no desvencilhamento do pensamento colonialista que comprometia o desenvolvimento autônomo dessas sociedades. É nesse ínterim que se insere o novo pensamento brasileiro de autoafirmação e legitimação da mestiçagem tanto cultural quanto linguística.

Couto, que conviveu com os estudantes africanos da Casa dos Estudantes do Império e os visitou em reuniões literárias e comemorativas, procurou também contribuir para a difusão de suas obras, como o fez com o livro *Mornas*, de Eugénio Tavares, promovendo uma divulgação a um só tempo centrípeta e centrífuga que alimentou um amplo esforço por difundir novas perspectivas literárias. Em artigo sobre o “Destino e poesia de Cabo Verde”, publicado no *Jornal do Brasil* em 26 de janeiro de 1933, Ribeiro Couto destaca o interesse e empenho de José Osório de Oliveira na apresentação da poesia cabo-verdiana entre os portugueses (que ele estende aos brasileiros), citando o caso de Eugénio Tavares:

Os estudiosos da nossa língua quererão, sem dúvida, conhecer as “Mornas” de Eugénio Tavares. Não sei se as livrarias do Rio terão recebido a obra. À gentileza do Osório de Oliveira devo a posse de três exemplares. Um é meu; os dois outros serão de quem ler estas notas e primeiro os pedir... [...]. (FCRB – Acervo de Recortes RC)

Osório não só publica as *Mornas* de E. Tavares em Portugal, como cede três exemplares ao já conhecido embaixador das letras brasileiras. Décadas mais tarde, recebe um cartão-postal do romancista cabo-verdiano claridoso, Manuel Lopes, que expressa a sua gratidão pelo envio de sua última obra:

Prezado amigo S. Ribeiro Couto:

Não quero demorar o agradecimento pela amável oferta do seu livro “Sentimento Lusitano” e pela cortesia do autógrafo. Não li o livro ainda, mas já conhecia o belo ensaio “A mensagem do lusíada António Nobre” e “Destino e poesia em Cabo Verde” que me evoca[m] os saudosos tempos da “Claridade” e que folgo ver reproduzido neste seu último livro. Muito e muito obrigado por mais estes diálogos com o seu generoso espírito que a leitura de “Sentimento Lusitano” me vai proporcionar.

Com um abraço de reconhecida amizade e admiração (FCRB – Acervo de Correspondências RC).

Parece nítido que a sua posição como escritor “novo” certamente facilitou o seu trânsito e abriu portas para a sua participação nesses canais de negociação. Mas foi, sobretudo, a sua posição conciliadora na política que ofereceu a ele as mais efetivas ferramentas para seguir esse caminho, além de sua ascendência cabo-verdiana pelo lado de sua avó também ter contribuído para a aproximação específica, mas não apenas, com os intelectuais do arquipélago.

## **5 Considerações finais**

Por meio do enfoque epistolográfico, é possível perceber pelo tom do diálogo que Ribeiro Couto teceu com outros intelectuais e políticos portugueses e cabo-verdianos a mudança de perspectiva que está subentendida nesse processo de atribuição de novos significados que caracteriza o período modernista, promovendo uma visão da literatura que está essencialmente perpassada pela ênfase nas ações e discursos que visaram divulgar bens culturais e ideias brasileiras, em uma clara relação de oposição aos séculos anteriores que tendiam à valorização da importação como condição de inserção no meio intelectual europeu.

Como afirma Candido (2006, p. 231), esse foi o período no qual gestou-se um crescente interesse pelo estudo de estratos até então desprezados na constituição social brasileira, como o negro, o índio e o pobre de modo geral (trabalhadores rurais e urbanos). A inserção dessas figuras nas obras literárias de 1930, ainda que não se possa falar em uma estética democrática ou em uma democracia artística, deu novos sentidos à literatura e à posição do intelectual frente à sociedade. Pode-se dizer que as mudanças linguísticas presentes nessas obras se processaram, sobretudo, a partir do interesse sociológico de então, cujo resultado direto foi, de um lado, a diferenciação do código linguístico frente a Portugal e, de outro, uma certa identificação expressiva projetada por Cabo Verde.

Em vista do exposto, o diálogo epistolar de Ribeiro Couto constitui um material indispensável para estudos de literatura comparada, dado que a sua história intelectual, marcada por um processo de negociação da inserção da obra brasileira a partir de sua originalidade no contexto internacional revela uma viragem conceitual que é bastante mencionada

ao se tratar do modernismo, mas ainda pouco elucidada em exemplos tangíveis como é o seu caso.

Observa-se que essa falta reflete sobre as pesquisas acadêmicas ligadas ao campo da história literária que parecem não ter acompanhado intimamente o movimento segundo o qual as relações intelectuais brasileiras promoveram essa guinada cultural. Prova disso é a pouca importância que a academia ainda dedica ao estudo das literaturas africanas de língua portuguesa (que tomaram a literatura brasileira como modelo de criação e expressão de suas nacionalidades) em alguns cursos de Letras, que ignoram por completo a história intelectual que promoveu uma nova concepção da imagem do Brasil no âmbito internacional, em uma perspectiva de futuro, e continuam valorizando mais estudos da história literária brasileira do ponto de vista das relações com a Europa, sobretudo com a França, deixando de lado um arsenal documental a respeito do Brasil como modelo cultural e literário.

## Referências

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006.

COUTO, Ribeiro. *Sentimento lusitano*. São Paulo: Livraria Martins, 1961.

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Museu de Literatura Brasileira. Acervo pessoal de Ribeiro Couto (Correspondência e recortes).

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e amp. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2005.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, José Osório de. *Geografia literária*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Recebido em: 01 de março de 2018.

Aprovado em: 06 de maio de 2018.



## Entre cartas e textos: Cecília Meireles e seus diálogos transatlânticos

### *Between Letters and Texts: Cecilia Meireles and Her Transatlantic Dialogues*

Karla Renata Mendes

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Arapiraca, Alagoas / Brasil  
krmendes@yahoo.com.br

**Resumo:** Abordar a proximidade entre Cecília Meireles e Portugal é deparar-se com um complexo emaranhado de relações que passam pela herança familiar, por relações afetivas e também por relações literárias, evidenciadas em seus diálogos profícuos com escritores, artistas e personalidades lusitanas. Exemplo disso é sua intensa produção literária em revistas entre as décadas de 1930 e 1950, fato que revela o diálogo ceciliano com o Modernismo português. A presença da autora nessas publicações evidencia uma verdadeira teia de relações entre a poeta brasileira e escritores, editores e artistas portugueses. Cartas, bilhetes, fotografias e documentos variados, remetidos por Cecília aos amigos lusitanos, encontrados em bibliotecas e fundações portuguesas, ajudam a reconstruir essa proximidade, oferecendo pistas da participação da autora em tais publicações, textos inéditos e, mais do que isso, etapas de seu processo de criação. Através da presença da autora na revista *Ocidente*, por exemplo, e de cartas remetidas a amigos portugueses em virtude dessa colaboração, recuperam-se, no presente artigo, aspectos da idealização do livro *Olhinhos de gato*, a estreita relação de amizade com o casal português Eva Arruda e Diogo de Macedo, pintor a quem Cecília dedicou um texto restrito até hoje às páginas da *Ocidente*, além da concepção do poema “Pequeno oratório de Santa Clara”.

**Palavras-chave:** Cecília Meireles; Portugal; epistolografia; *Ocidente*.

**Abstract:** When one approaches the close connection between Cecilia Meireles and Portugal one may find a complex web of relationships that touch upon family heritage, affective relationships and also literary relationships, which are demonstrated by her fruitful dialogues with Lusitanian writers, artists and personalities. An example of this intricacy is Meireles’ intense literary production in magazines between the 1930s

and the 1950s, which reveals her dialogue with Portuguese Modernism. The author's presence in these publications demonstrates an actual web of relations between the Brazilian poet and Portuguese writers, editors and artists. Letters, notes, pictures and diverse documents sent by Cecilia to Lusitanian friends (documents that are now found in libraries and in Portuguese foundations) help to rebuild this proximity, offering clues about her participation in these publications, about her unpublished texts and, furthermore, about stages of her creation process. Through the author's presence in the magazine *Ocidente*, for example, and through letters sent to Portuguese friends due to this collaboration, some aspects of the idealization of the book *Olhinhos de gato*, as well as the close friendship with the Portuguese couple Eva Arruda and Diogo de Macedo (painter to whom Cecilia dedicated a text published only in the *Ocidente* pages) and the conception of the poem "Pequeno oratório de Santa Clara" are recovered in this article.

**Keywords:** Cecília Meireles; Portugal; epistolography; *Ocidente*.

A revista *Ocidente*, fundada em 1938, em Lisboa, emergiu em meio a um cenário político, social e histórico que lhe deixou marcas ideológicas inegáveis, ao menos em seus primeiros anos de publicação. Inserida em pleno salazarismo, a revista, para Clara Rocha, é uma das publicações que dá "seguimento às tendências nacionalistas", verificável, segundo a autora, em algumas publicações surgidas entre 1927 e 1940 (ROCHA, 1985, p. 447). Surgida de um projeto idealizado por Álvaro Pinto, escritor e editor, responsável por publicações como *A Águia*, órgão da Renascença Portuguesa, e idealizador, no Brasil, da revista *Terra de Sol*, a *Ocidente* seria uma nova experiência editorial (uma revista portuguesa de cultura) voltada para a divulgação, em Portugal e em outros países, do que ali melhor havia em termos de arte. Após deixar o Brasil e retornar a Portugal, em 1935, o escritor Álvaro Pinto deu início ao projeto de publicação daquela que se tornaria uma das revistas mais longevas da história portuguesa: tendo sido editada mensalmente de 1938 a 1973, e anualmente de 1974 a 1999, ela acumularia mais de 60 anos de existência. Suas colaborações vinham dos mais diversos países, como Alemanha, França, Rússia, Holanda, Itália e Estados Unidos, mas, conforme aponta Alda Santos, em *Occidente: imagens e representações da Europa*, o periódico privilegiava "nas suas relações internacionais o Brasil e a Espanha, 'países que melhor podiam receber e compreender a cultura portuguesa'" (SANTOS, 2009, p. 10). Embora não se tenham registros precisos de quantos e quais brasileiros atuaram junto à publicação, evidencia-se que Álvaro Pinto contou com a participação de

personalidades que conhecera durante sua visita ao Brasil e com as quais estreitou laços também através da revista *Terra de Sol*. Dentre esses estão Tasso da Silveira, Alceu Amoroso Lima e a própria Cecília Meireles, que acompanhou a criação da revista brasileira, uma vez que Correia Dias, seu primeiro marido, foi quem coordenou seu projeto gráfico.

O que se percebe é que, em seus primeiros anos, as páginas da *Ocidente* dividiram-se entre textos políticos fortemente vinculados ao salazarismo e colaborações artísticas dos mais variados tipos. Embora a arte moderna dividisse opiniões, gerando repúdio nos articulistas mais conservadores e sendo entendida pelos mais liberais como uma manifestação do espírito daquela época, não faltaram nas páginas da revista participações de artistas modernos, “chamados a colaborar com o Estado Novo, articulando o vanguardismo das suas criações, com o espírito nacional e a estética nacionalista e conservadora do Regime” (SANTOS, 2009, p. 128). Contudo, como nota a pesquisadora, o que se percebe é que a revista revelou “dificuldades em conciliar a ideologia nacionalista com as criações modernistas” (SANTOS, 2009, p. 128), o que pode ajudar a justificar a presença de autores renomados do passado (Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Camões, Padre Antônio Vieira), bem como daqueles completamente desconhecidos, mas que não se opunham ideologicamente ao sistema político de Salazar. Ainda surgiram nas páginas da revista autores contemporâneos já reconhecidos e que, embora não apoiassem o governo salazarista, colaboraram com a publicação, como é o caso de Cecília Meireles.

De fato, não é possível precisar como a participação da autora brasileira se efetivou no periódico português, mas, já em seu número de lançamento, dois poemas cecilianos são publicados sob o título de “Canções”. Os dois textos, inéditos até então, só viriam a ser publicados em 1939, na obra *Viagem*, ganhando os títulos “Canção” e “Timidez”. Os dois poemas, apresentados na *Ocidente*, revelavam ao leitor português um pouco da essência da poesia de Cecília Meireles, colaborando para a divulgação da autora brasileira. Embora o discurso ideológico subjacente à revista se ligasse ao regime salazarista e aos ideais do Estado Novo, seus poemas e sua participação, como a de outros autores, acabam por se “descolar” dessa proposta. De fato, nas poucas menções que faz à sua passagem pelo periódico, Cecília jamais revela qualquer incômodo ou mal-estar por contribuir com uma publicação de suposta orientação nacionalista. Em carta ao poeta Alberto de Serpa, datada de dezembro

de 1938, por exemplo, a autora responde uma possível crítica do colega ao caráter “reacionário” e conservador da *Ocidente*:

A sua frase sobre a *Ocidente* fez-me pensar nesta recomendação de um inglês: “quando a tua mulher envelhecer, vá para o Egito, lá junto às múmias, ela te parecerá adolescente”. Creia, no entanto, que o pessoal da revista tem sido de uma gentileza desconcertante para comigo. E, como o mundo só me tem dado amarguras, estou muito agradecida a esse carinho.<sup>1</sup>

Segundo o que se infere das palavras de Cecília, a revista portuguesa proporcionava uma acolhida simpática a sua pessoa e sua obra. Nessa mesma carta, linhas antes, Cecília mencionava a possibilidade de realizar cursos nos Estados Unidos, embora reiterasse: “A Europa seduzia-me mais, com toda a sua velhice e desgovernos”.<sup>2</sup> Tal afirmação corrobora a suposição de que a autora defendia, na carta, a sua atuação na *Ocidente*. Sua brincadeira a respeito da “recomendação de um inglês”, evidencia que, enquanto Alberto de Serpa julgava a revista como um espaço artístico retrógrado, Cecília justificava que sua participação trazia ao periódico uma leveza e um frescor, amenizando qualquer possível restrição ao conteúdo ideológico que lhe permeava. Na visão da poeta, o que parece prevalecer é o fato de que a *Ocidente* se tornava um respeitado meio de propagação da arte em suas mais variadas formas, abrindo importante espaço à literatura e, além de tudo, tendo à frente Álvaro Pinto, uma grande personalidade portuguesa e de prestígio também no Brasil.

Por tudo isso, entende-se que a revista acabou se tornando importante capítulo na trajetória literária da autora, configurando-se como único periódico no qual ela manteve uma colaboração regular mensal por pouco mais de um ano. Entre novembro de 1938 e janeiro de 1940, a revista publicou *Olhinhos de gato*, obra então inédita e na qual Cecília recupera parte da sua infância, reconstruindo-a sob um prisma ficcional e literário. Como revela em cartas aos amigos portugueses, em especial a também escritora Maria Valupi,<sup>3</sup> em meados de 1937, a poeta

<sup>1</sup> Carta de Cecília Meireles a Alberto de Serpa, datada de dezembro de 1938, pertencente ao espólio do poeta na Biblioteca Municipal do Porto.

<sup>2</sup> Carta de Cecília Meireles a Alberto de Serpa, datada de dezembro de 1938, pertencente ao espólio do poeta na Biblioteca Municipal do Porto.

<sup>3</sup> Pseudônimo usado por Maria Dulce Lupi Cohen Osório de Castro, poeta com a qual Cecília Meireles correspondeu-se entre agosto de 1935 e dezembro de 1951. Como

brasileira dava início ao projeto de compor a novela de sua infância, como confessava em carta a Valupi, datada de 8 de agosto de 1937:

Estou todos os dias para começar um livro de memórias – mais ou menos memórias... ou talvez só imaginação... Mas por enquanto não passei do título (que aliás não sei se conservarei) “Olhinhos de Gato” – já vês que era o nome que me davam em pequena. És a 1ª pessoa a saber disso. Tenho vontade de começa-lo logo aqui e mandar-te a menina sensível e pensativa que fui, pª brincares com ela – pª deixares brincar com ela a menina pensativa e sensível que foste (MEIRELES *apud* VALUPI, 2007, p. 159).

O projeto foi colocado em prática pouco depois, como afirma Cecília em 24 de novembro de 1937: “Comecei o tal livrinho de memórias que talvez acabe por te oferecer, si gostares dele” (MEIRELES *apud* VALUPI, 2007, p. 140). A poeta portuguesa tornou-se a interlocutora com a qual Cecília mais dividiu informações acerca do seu “livro de memórias”, alimentada por esse pensamento de “oferecê-lo” à amiga, a quem esperava enviar os capítulos ou a obra toda quando terminada.

É interessante perceber que a construção do livro acabou atrelando-se a um universo sentimental e evocativo da autora, desvelando recônditos de sua personalidade e intimidade. Como ela afirmava em carta de 24 de março de 1938, tratava-se de “um livrinho de confissões”, em que expunha suas “paisagens”, “ambiente” e “primeiras queixas” (cf. MEIRELES *apud* VALUPI, 2007, p. 150). Assim, Cecília reconstruiu seu universo infantil na forma de uma narrativa permeada por instantâneos poéticos e líricos. As pessoas com quem conviveu quando criança foram resgatadas como personagens: a autora tornou-se “Olhinhos de Gato”; a avó, “Boquinha de Doce”; a ama é “Dentinho de Arroz”. Além destes, fazem parte da convivência da personagem central, “Maria Maruca”, criada da família, a madrinha “Có”, alguns vizinhos e conhecidos que ajudam a recriar essa atmosfera infantil. O relato, feito em primeira pessoa, revela a realidade observada através de “Olhinhos de Gato”, menina solitária e introvertida que se depara, ao longo da obra, com

---

afirma Antonio Osório, também poeta e sobrinho da autora, em posfácio à *Antologia poética* de Valupi, na qual também são apresentadas as cartas enviadas por Cecília à amiga, “na ligação entre as duas deve ter sido mediano José Osório de Oliveira [...] primo do marido de Maria Valupi” (OSÓRIO *apud* VALUPI, 2007, p. 121). As citações de cartas da autora brasileira à portuguesa tomam como base essa edição.

questionamentos acerca da morte, da vida e da própria existência. Porém, se a obra cecilianiana é reconhecida por certas reflexões de caráter universal, o registro do mundo infantil circundante não deixa de se fazer presente, e há o retrato de ruas, costumes, brincadeiras, com espaço, inclusive, para a reprodução de cantigas e parlendas.

Recuperando detalhes acerca da criação de sua história, Cecília reafirmava, na mesma carta mencionada anteriormente, que o título *Olhinhos de gato* referia-se ao apelido que a avó, Jacinta Benevides, lhe dera quando criança. A autora relata ainda que o projeto de escritura do livro surgiu quase que por acaso, fruto de uma pequena “epifania”:

eu não pensava escrever isto, nem dar-lhe este nome. Mas, indo um dia pela Avenida (que é como quem diz pelo Chiado), um destes madrigalescos senhores tão abundantes no meu caminho, atirou-me como um brinquedo essa expressão [Olhinhos de gato]. E não soube o infeliz mortal que mundo de beleza se abre dentro de mim: foi como si uma última vez a minha Avó chamasse por mim, pequenina e inocente (MEIRELES *apud* VALUPI, 2007, p. 150).

Além disso, a autora confessava a ideia de inscrever seu livro de memórias para concorrer ao prêmio de “ficção em prosa” pela Academia Brasileira de Letras. Ao que tudo indica, Cecília tencionava inscrever *Viagem* para concorrer como obra poética e *Olhinhos de gato* nessa categoria ficcional. Concorrer com duas obras aumentava, logicamente, as chances de a autora receber algum dos prêmios, o que, segundo ela, fazia “não pela glória”, mas para ver se poderia pagar “uma de [suas] dívidas” (MEIRELES *apud* VALUPI, 2007, p. 140). Os problemas financeiros, advindos após o suicídio do primeiro marido, agravavam-se pela dificuldade de publicação de suas obras, como se registra pela queixa a Maria Valupi:

não há editores que paguem nada – e literatura propriamente dita – é coisa que pouco se vende por aqui, principalmente de autores nacionais, e especialmente sendo coisa minha. Postumamente, talvez. Não dá vontade de morrer ao menos por alguns dias? (MEIRELES *apud* VALUPI, 2007, p. 150).

Tal dificuldade poderia ter impulsionado ainda mais a escritora a lançar *Olhinhos de gato* na revista e apenas posteriormente em livro.

De qualquer forma, em 24 de abril de 1938, Cecília escreveu à amiga portuguesa informando-lhe que já tinha o livro pronto e preparado para enviar-lhe, embora não tivesse ainda “dinheiro suficiente para os

selos” (cf. MEIRELES *apud* VALUPI, 2007, p. 161), o que, assegura ela, ocorreria em breve. Após efetivado o compromisso sentimental de fazer chegar a Maria Valupi a obra pretendida, Cecília Meireles continuou a planejar a publicação da obra, conforme relatado ao poeta Alberto de Serpa, em carta enviada em 7 de setembro de 1938:

Mas agora dou-lhe uma notícia: o Álvaro Pinto que, como você sabe, está no “Ocidente”, propõe-me uma coisa: a edição de um livro. Ou será de versos (livro desigual, feito de poemas apanhados daqui e dali, nestes dez anos, como num chão de catástrofe) ou uma historiazinha de minha infância que andei escrevendo no último verão (e que ameaça prolongar-se por vários tomos).<sup>4</sup>

Como se observa, a autora mantinha diálogo com Álvaro Pinto (o que ajuda a explicar sua participação na *Ocidente*), e, diante do cenário pouco favorável de publicação de seus livros no Brasil, discutia com ele possibilidades de fazê-lo em Portugal. Nessa época, Álvaro Pinto, já atuante no mercado livreiro, administrava, em Lisboa, o Editorial Império, responsável também pela circulação da revista *Ocidente*. Como mencionado por Cecília, havia a possibilidade de edição de um livro de poesias – o que tudo leva a crer tratar-se de *Viagem* ou de *Olhinhos de gato* –, porém, o que realmente ocorreu, foi a publicação de ambas as obras, mas em formatos distintos. A primeira seria lançada em livro pela editora de Álvaro Pinto em 1939, enquanto a segunda acabaria ganhando as páginas da revista e sendo publicada em capítulos mês a mês. Como registrava em carta a Alberto de Serpa, a autora parecia empolgada com a possibilidade, e, ainda em setembro de 38, compartilha a novidade com o amigo português:

Dou-lhe uma notícia: vão publicar no “Ocidente” [em nota à margem da carta: “vários capítulos em cada número, possivelmente a partir de novembro”] um livrinho que escrevi no último verão: a minha biografia de menina. Não tem nada de sensacional: é a história de uma criança arrancada à mente. Mas talvez venha a ser interessante como ponto de partida para o resto da biografia da mesma personagem à medida que foi deixando, “oficialmente”,

---

<sup>4</sup> Carta de Cecília Meireles a Alberto de Serpa, datada de 7 de setembro de 1938, pertencente ao espólio do poeta na Biblioteca Municipal do Porto.

de ser considerada criança. Dê-me as suas impressões, viu?<sup>5</sup>

Dessa forma, em novembro de 1938, o primeiro capítulo de *Olhinhos de gato* foi lançado na revista, mantendo-se a publicação durante 15 números. Para a edição em livro, ocorrida no Brasil apenas em 1980, o texto foi reestruturado e passou a contar com 13 capítulos. Embora não se vangloriasse de sua criação, tentando, pelo contrário, minimizar sua importância ao referir-se a ela sempre como uma história de criança resgatada pela memória e sem grande lapidação, é possível perceber que *Olhinhos de gato* acabou por se tornar uma obra de grande importância pessoal para a autora. A evocação de sua infância e de seu passado, principalmente por permitir recuperar a imagem da avó, tornaram o livro uma espécie de “referência particular”, que desvelava uma parcela da vida íntima de Cecília Meireles, o que a levava a querer compartilhá-la com seus amigos portugueses.

Alguns anos após a publicação na *Ocidente*, o livro ainda lhe causava enternecimento, como atesta carta enviada a um de seus interlocutores lusitanos mais assíduos, o poeta açoriano Armando Côrtes-Rodrigues, em 1946: “O que eu gostava de lhe mandar era uma novelinha (biografia poetizada da infância) que saiu em folhetim na revista ‘Ocidente’, de Lisboa, pelo ano de 38. Aí V. me verá como fui entre os três e os seis anos, com a minha Avó açoriana, que amei tanto” (MEIRELES, 1998, p. 3). Assim, o fato de ter lançado integralmente sua “biografia poetizada da infância” no periódico lusitano elevava a revista a um novo patamar na trajetória literária da autora, uma vez que se tornou uma alternativa à publicação em livro e constituiu-se como único exemplo de utilização de um periódico para esse fim, ao longo de toda a sua carreira.

Vinte anos após publicar sua “biografia da infância”, um novo texto da autora brasileira viria a ocupar as páginas da revista, sendo esse de motivação muito mais pessoal do que propriamente literária. Isso porque, em maio de 1959, um número especial da *Ocidente* chegava ao público inteiramente dedicado ao pintor e escultor Diogo de Macedo, falecido em fevereiro daquele ano e que muito contribuiu com a revista, uma vez que era responsável por uma seção sobre arte. Dentre os convidados a escreverem textos, depoimentos e homenagens sobre o pintor, encontrava-

---

<sup>5</sup> Carta de Cecília Meireles a Alberto de Serpa, datada de setembro de 1938, pertencente ao espólio do poeta na Biblioteca Municipal do Porto.

se Cecília Meireles, que redigiu um relato íntimo acerca da sua convivência com Diogo, bem como aspectos da personalidade do amigo.

O texto foi composto como uma espécie de carta, dirigida, simbolicamente, ao próprio artista. No lugar de um título, portanto, encontra-se o vocativo “Meu amigo Diogo”, e, segundo Cecília, teria o objetivo de recuperar um pouco da história de sua amizade com o pintor e sua esposa, Eva de Macedo. Como relatava a autora brasileira, embora já conhecesse o casal, sua relação com eles, a quem carinhosamente chama de “os Dioguevas”, tornar-se-ia mais estreita em 1951, quando os dois a hospedaram durante uma viagem da escritora a Portugal (cf. MEIRELES, 1959, p. 283). Sobre Diogo, Cecília afirmava tê-lo conhecido durante sua primeira visita ao país, ocorrida em 1934, e, na ocasião, sua impressão foi a de que ele era

um boêmio tímido e sério, por mais que essas três palavras sejam difíceis de entender juntas. Boêmio, pelo seu jeito de andar, de colocar o chapéu, de acompanhar sem fadiga os nossos passos forasteiros [...]. Tímido, pelo seu pouco falar, pela sua gentileza sempre discreta, pelo ar de quem se ausenta [...]. E sério, austero e até indignado moderadamente, quando os assuntos fossem de trabalho ou de espírito, em especial de Arte, – de Escultura, de Pintura, de Museus, coisas que respeitava com idolatria. Passado o quê, acendia o cigarrinho e tudo voltava à amenidade (MEIRELES, 1959, p. 283).

Conforme se observa pela descrição do físico e da índole de Diogo de Macedo, a autora procurou construir seu texto tendo como único ponto de partida sua visão pessoal dos fatos. Na tentativa de recuperar a trajetória dessa amizade, Cecília evocava o passado e reconstruía sua relação com o pintor português, sempre tendo como ponto de partida um viés mais íntimo. Tal liberdade permitiu-lhe, por exemplo, confessar que, após sua volta para o Brasil, a amizade entre ambos foi dificultada pela distância, mas também alimentada pela proximidade com os escritos e a produção intelectual do amigo: “Entretinha-me a ler seus livros de memórias, seus estudos, seus artigos de crítica e informação artística, porque esse homem, tocado por muitas inspirações, também se fizera escritor [...]” (MEIRELES, 1959, p. 284). Dessa forma, entre as tantas facetas do intelectual português, Cecília acabou se debruçando sobre aquela com a qual mais profundamente identificava-se: sua vertente de escritor.

A respeito do tema, a poeta brasileira se deteve em alguns aspectos do estilo do colega, afirmando, por exemplo, que ao “ler o Diogo, [achava]

graça na sua linguagem, tão sua, tão viva, tão justa, com palavras que desencantava ou fabricava, e belas imagens inesquecíveis” (MEIRELES, 1959, p. 284). “Belas imagens” também foram usadas por Cecília, que não deixou de lado a poeticidade em seu texto, quando procura defini-lo como escritor, revelando-o “meio clássico, meio aldeão, como um pianista a sentir sob os dedos a combinação de sons que cultivava” (MEIRELES, 1959, p. 284). Ainda segundo a autora, Diogo de Macedo era um tipo de “criatura total”, que deixava transparecer nas descrições de seus passeios e experiências como “via tudo por todos os lados, em volume, perfil, cores, voz, substância e essência, como escultor, como poeta, como pintor” (MEIRELES, 1959, p. 284). Nota-se, portanto, que Cecília se deteve sobre as potencialidades da escrita de Diogo, exaltando aquilo que julgava mais notável. Seu senso estético, herança do trabalho com as artes, transformava-o em um observador exímio, capaz de transpor para o texto esse grau de apreensão do mundo à sua volta, embora, como anotava Cecília, seu estilo ainda fosse um tanto quanto rústico.

A distância, diminuída através do contato com os escritos de Diogo de Macedo, foi encurtada ainda mais no ano de 1950, quando o pintor chegou inesperadamente ao Brasil:

Em 1950, veio até o Brasil, sem mandar uma linha de aviso. Tivemos de ir descobri-lo, pois era capaz de chegar e partir sem dizer nada, e eu queria agradecer-lhe os antigos obséquios. Por fim, sempre o caçámos, mais a Eva, e ficaram sendo os *Dioguevas*, com muitas conversas de Portugal e África, e muitas promessas de mil futuros encontros, em qualquer lugar do mundo, mas de preferência na Turquia (MEIRELES, 1959, p. 285).

O interesse por assuntos comuns compartilhado por Cecília Meireles e Diogo de Macedo aproximou-os ainda mais, tornando a relação cada vez mais amistosa. Nessa época, conforme se observa em algumas correspondências, a autora chegou a apelidá-lo de “Grão-Turco” ou “Turco”, referindo-se à atração de ambos pelo país. Voltando-se cronologicamente para a história de encontros entre os dois, Cecília retomava o ano de 1951, quando, segundo ela, ao passar “por Portugal para uma viagem sentimental aos Açores”, foi recebida pelo casal português e pôde ali viver “tempos de aventuras” (MEIRELES, 1959, p. 286). Observa-se que o relato de episódios experimentados ao lado do artista português suscitava trechos em que a poeta acabou revelando

aspectos de sua própria personalidade e das experiências vividas em Portugal. Isso pode ser observado, por exemplo, no fragmento em que Cecília narra sua volta dos Açores:

A volta das Ilhas, porém, foi menos festiva. Não me perdoarei jamais as preocupações que possa ter causado então aos Dioguevas: porque adoeci, fosse por fadiga de muito viajar, fosse pela indisciplina dos ares, e assim me vi retirada na casa dos “4 AAAA” [Avenida Antônio Augusto de Aguiar] mais tempo do que pretendia. A amabilidade do casal e a sua paciência tanto me acalentavam que mais me faziam desejar partir: pois nada mais doce do que agradecer, porém nada mais amargo do que estorvar. (Também este capítulo algum dia será dilatado, pois quando alguém se confessa doente, em viagem, há logo desconfianças, como se viajar fosse obrigatoriamente desfrutar de boa saúde e estar a salvo das inconstâncias atlânticas e das frias brisas das noites e do Tejo) (MEIRELES, 1959, p. 286).

Ainda que louvasse a “amabilidade do casal” durante o tempo em que esteve adoentada, a autora não deixou de falar um pouco de si mesma, aproveitando-se também do espaço na revista portuguesa para reafirmar os fatos que circundaram sua passagem pelo país naquela ocasião. Utilizando-se dos parênteses, Cecília abriu espaço em seu texto principal e adotou um tom mais intimista para criticar as desconfianças que recebe o viajante quando confessa estar doente. Tal assunto vem à tona justamente porque ela, ao voltar dos Açores, permaneceu em Lisboa e soube que lhe eram preparadas duas grandes homenagens: uma “festa da poesia” organizada por Adolfo Casais-Monteiro, David Mourão-Ferreira, Sophia de Mello Breyner Andresen, Jorge de Sena, Alberto de Lacerda, dentre outros, e um banquete promovido pela Secretaria de Propaganda Nacional. Todavia, em razão de não se sentir bem, a escritora não compareceu a nenhum dos eventos.

Tal fato gerou um grande mal-estar entre seus companheiros lusitanos, que estranharam a ausência da homenageada, especulando se o fato se devia a certo retraimento da autora diante de compromissos sociais. Incomodada com a repercussão de sua ausência e o questionamento sobre sua suposta doença, Cecília não se esquivou de, indiretamente, defender-se no texto que escrevia para a *Ocidente*, lembrando, inclusive, como o casal português ajudou-a a superar a contrariedade que o episódio suscitara: “Mas os Dioguevas, com sua amizade [...] conseguiram apagar-

me do coração qualquer ressentimento que por acaso o ameaçasse, por esses contratempus que então me desgostaram tanto” (MEIRELES, 1959, p. 286-287). Dessa forma, falar da amizade com Diogo de Macedo e dos acontecimentos que mais marcaram aquela convivência era, para Cecília, também revelar-se em alguma medida, manifestando questões de foro pessoal que envolviam seus sentimentos, impressões e modos de agir e pensar.

Ainda seguindo um roteiro cronológico de seus encontros com o casal português, a autora mencionava que, em 1953, estando ela novamente em Portugal, suas “aventuras de amizade” com Diogo e Eva puderam recomeçar, lembrando uma “excursão a Coimbra” que teriam feito juntos. Essa seria a última vez que Cecília teria visto o pintor português pessoalmente, como se percebe pelo lamento que permeia o texto: “Tristes criaturas que somos! Quantos amigos de que então me despedi cheia de afecto não voltaria a ver jamais!” (MEIRELES, 1959, p. 287). Desde então, o contato permaneceu somente através de cartas que, segundo ela, permitiam que vivessem em um “universo próprio, dentro do qual [se entendiam], num clima de amizade constante e leal” (MEIRELES, 1959, p. 288).

No encerramento de seu texto, Cecília adotou novamente um estilo laudatório, elogiando a personalidade do artista português por ser uma “criatura que jamais se deteve a falar de si mesma, que não comentava os seus trabalhos [...] mas que falava dos alheios, sempre que fosse para fazê-lo entusiasticamente” (MEIRELES, 1959, p. 288). Além disso, a autora declarava também que seu texto, livre de quaisquer formalismos, assim o era porque foi motivado tão somente pelas saudades e pelo desejo de recordar a história de sua amizade com Diogo de Macedo, e por isso justifica-se:

Eu, se puder, algum dia tentarei escrever tudo isto melhor. Por enquanto, não posso bem crer que não esteja o “turco” no seu escritório a ler estas lembranças saudosas, a rir matreiro para a Eva, entretida com seus tricôs, e a dizer-lhe: “Olha o que aquela mafarrica havia de dizer de mim! Era então nossa amiga de verdade...?” (MEIRELES, 1959, p. 289).

Embora ainda pesarosa pela morte do colega, Cecília evitou, ao longo do texto, assumir um discurso melancólico, optando por um tom mais ameno e que transmitisse a alegria e os bons momentos que marcaram sua

convivência com Diogo. Aproveitando-se dessa leveza e sem deixar de lado seu filão poético, a autora encerrava o texto e despedia-se do amigo com um pequeno jogo linguístico: “Querido amigo, com um coração de amor que Deus lhe deu e ele tudo fez para não perder... ‘... digo que digo Diogo...’” (MEIRELES, 1959, p. 289). O fecho enternecido do texto arrematava aquilo que se constitui como um verdadeiro depoimento sobre a relação existente entre Cecília Meireles, Diogo de Macedo e Eva Arruda. Através de uma escrita espontânea e intimista, a própria autora deu a conhecer aspectos dessa amizade e de sua relevância, proporcionando também um momento para que os leitores soubessem um pouco mais sobre si mesma e sobre Diogo de Macedo, apresentado em sua simplicidade e talento.

Todavia, o depoimento sobre o artista português editado na *Ocidente* representa apenas uma pequena parcela do que foi a relação mantida entre Cecília e o casal lusitano, proximidade essa quase não abordada pela crítica. Conforme afirma Arnaldo Saraiva em texto publicado recentemente, “há ainda uma vasta correspondência a publicar [...] como a que [a escritora] travou com Diogo de Macedo e com familiares” (SARAIVA *apud* MOTA, 2012, p. 9). De fato, as cartas atestam a relação de proximidade mantida entre Cecília e “os Dioguevas”, mas ainda se somam a elas outros registros pessoais como fotografias enviadas pela autora e alguns textos compartilhados unicamente com o casal. Observa-se ainda que, se tal relação se constituía a nível pessoal, como atestam as correspondências, a amizade de Cecília também estimulou Diogo e Eva a comporem um verdadeiro arquivo particular a respeito da brasileira. Entre o material reunido sobre a autora encontram-se, por exemplo, poemas, artigos e críticas publicados em jornais portugueses, crônicas cecilianas editadas no *Diário de Notícias*, na década de 1950, e um raro volume sobre António Nobre compilado por Cecília em 1934.<sup>6</sup> A compilação desses textos exemplifica que, além de uma relação amistosa, o casal português nutriu um profundo interesse por tudo que envolvesse a atividade literária de Cecília em Portugal, o que culminou na organização desse pequeno acervo sobre a poeta.

Nessa correspondência de Cecília com Diogo e Eva, é possível perceber todo o grau de intimidade mantida entre ambos e, ao mesmo tempo, as conexões que tal amizade acabou originando para a brasileira.

---

<sup>6</sup> Todo esse material encontra-se reunido no espólio de Diogo de Macedo, sob os cuidados da Fundação Calouste Gulbenkian.

As nove cartas existentes no espólio do escritor foram enviadas entre 1934, ano da primeira visita de Cecília e Fernando Correia Dias a Portugal, e 1956. Sobre Correia Dias, observa-se que foi Diogo de Macedo quem o auxiliou durante sua estadia em Portugal, quando ele começava a apresentar os primeiros indícios da crise que o levaria a cometer suicídio:

O Fernando curou-se rapidamente, em 2 ou 3 dias e está muito agradecido a tudo quanto você por ele fez – e que não pode agradecer no momento por estar com a cabeça muito perturbada. [...] O Correia Dias está aqui olhando para o “pélago profundo” –, mas com certeza quer mandar-lhe um abraço transoceânico.<sup>7</sup>

Talvez o auxílio prestado por Diogo naquela ocasião tenha motivado ainda mais a relação de amizade que viria a se construir entre ambos. Tanto é, assim, que Cecília o tomou, desde o início, como um amigo com quem podia compartilhar as angústias e sofrimentos vividos ao lado de Correia Dias:

[...] o Fernando com uma de suas crises de neurastenia profunda, por onde você pode ver que não sou suficientemente interessante para com toda a minha vontade conseguir milagres em redor de mim. Tive um amigo que acreditava que eu era capaz de fazer os bondes pararem fora do lugar. Um dia fiz a experiência e deu resultado. Mas o Fernando ainda não conseguiu ser como os bondes. E essa é uma de minhas infelicidades.<sup>8</sup>

A carta, enviada em abril de 1935, revelava toda a frustração experimentada por Cecília diante da piora crescente do quadro depressivo de Correia Dias, que, naquele mesmo ano, em novembro, acabou suicidando-se. O fato de Diogo o ter conhecido levou a poeta brasileira, quase 20 anos após a morte do companheiro, a confessar ao amigo os anos de verdadeiro suplício experimentados após ele adoecer. Numa carta em que se referia a Diogo como “Dragão pavoroso”, indício do grau de intimidade existente ali, Cecília explicava que sofreu calada com a doença do marido por medo dos transtornos materiais que isso acarretaria e por temer não ser levada a sério. Por isso, segundo ela, teria vivido “durante

<sup>7</sup> Carta de Cecília Meireles a Diogo de Macedo, datada de 31 de dezembro de 1934, pertencente ao espólio do artista na Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>8</sup> Carta de Cecília Meireles a Diogo de Macedo, datada de abril de 1935, pertencente ao espólio do artista na Fundação Calouste Gulbenkian.

treze anos como num sonho trágico” e desabafava: “É muito difícil de acreditar sem ter visto. Difícil como outrora quando eu tão sozinha, tão inexperiente, perguntava a mim mesma: ‘todos os homens serão assim?’”<sup>9</sup>

Além das confissões de cunho pessoal, as cartas registram ainda a interação de Cecília com outra figura lusitana também conhecida por Diogo, Frei Armino Augusto,<sup>10</sup> responsável pelo envolvimento da autora brasileira em um projeto de publicação em Portugal: a obra *Em louvor de Santa Clara*, de 1954. Idealizada pelo religioso como marco comemorativo no sétimo centenário de morte de Santa Clara, ocorrido em 1953, o livro constituiu-se, segundo o organizador, como uma “Homenagem da Literatura Portuguesa” e, como afirmaria o frei em uma espécie de prefácio à coletânea, os “intelectuais [...] os de ontem e os de hoje, os poetas, os artistas atenderam o convite, entusiasmados e devotos” (AUGUSTO, 1954, p. 5). Dentre as contribuições portuguesas, aparecem os nomes de Alberto de Serpa, Afonso Duarte, Aquilino Ribeiro, Sophia de Mello Breyner e Vitorino Nemésio.

Todavia, como salientava o próprio organizador, mais do que uma “homenagem portuguesa”, o livro também poderia ser definido como uma “Homenagem da Literatura Brasileira”, uma vez que o Brasil, “prolongamento natural” da alma portuguesa, se fazia presente com os nomes de Cecília Meireles e Manuel Bandeira (cf. AUGUSTO, 1954, p. 6). De fato, Cecília contribuiu enviando o poema “Pequeno oratório de Santa Clara” (que, na edição portuguesa, passou a chamar-se “Recitativo”), o qual seria publicado no Brasil em 1955, configurando-se, portanto, como o resultado dessa encomenda.

Em 1953, a poeta fez as primeiras menções à relação que começava a estabelecer com a ordem religiosa franciscana portuguesa, afirmando que eles mandavam-lhe “livros pelo correio aéreo” e, em retribuição, ela esperava que “algum anjo cantor” lhe “soprasse lá de cima um rimance para Santa Clara”.<sup>11</sup> Quando a obra foi finalmente publicada, Cecília

---

<sup>9</sup> Carta de Cecília Meireles a Diogo de Macedo, datada de 21 de julho de 1952, pertencente ao espólio do artista na Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>10</sup> Frei Armino Augusto, dedicou-se à pregação, à oratória e à escrita, e sua relação de amizade com Miguel Torga o levou a ser um dos primeiros a analisar de forma mais sistemática a obra do autor. Em 1960, publicou, na revista *Itinerarium*, o texto “O drama de Miguel Torga”, mais tarde editado em livro. Além disso, ainda colaborou com revistas e jornais portugueses.

<sup>11</sup> Carta de Cecília Meireles a Diogo de Macedo, datada de 21 de setembro de 1953, pertencente ao espólio do artista na Fundação Calouste Gulbenkian.

comenta em carta a Diogo de Macedo que Armindo Augusto (a quem ela chama de “seu frade A<sup>2</sup>”) lhe escrevera comunicando a intenção de vir ao Brasil. Sobre o livro, a autora ainda explicava:

Não penso do recitativo “as mesmas belas coisas” que você... Escrevi aquilo tudo para que o A<sup>2</sup> escolhesse um ou dois poeminhas! Vai o bom laureado e publica a série toda! Eu o que achei mais lindo em verso foi o rimance do Cortes, a quadra de Afonso Duarte e o poema do Bandeira. De um modo geral, porém, acho que as colaborações foram boas, pois é muito difícil fazer-se, em poesia, qualquer coisa encomendada.<sup>12</sup>

Como se percebe, o texto de Cecília, embora ela admitisse a dificuldade em fazer poesia sob encomenda, foi recebido de forma positiva. Em outra carta a Diogo de Macedo, ela agradeceria mais uma vez pelas “boas palavras sobre o Oratório”, afirmando que o frade também havia lhe escrito “todo baboso”. Além do livro, a própria figura de Armindo Augusto seria motivo de menção em várias das cartas enviadas ao casal português. Informal e galhofeiro, o frei seria definido por Cecília como “muito maroto”, “guloso” e alguém que “só pensa[va] em queijo e peru”.<sup>13</sup> Impressão que se confirmaria com a visita de Armindo Augusto, ao Brasil, como relatava Cecília:

Esteve cá o seu frade, que é formidável. [...] O danado pôs-se a comer, a beber, a falar, a fumar (não me lembro se cantou e bailou, mas é provável) e andamos com ele pelas praias e florestas, mais o Bandeira – e até lhe demos uma jaca, e eu bem gostava de o ver todo lambuzado a petiscar aquela fruta de 50 kilos (que deve ter comido sozinho, embora muito lhe recomendássemos – com medo de o matarmos de indigestão – que repartisse com cozinheiros de bordo. Mas qual repartiu! O mariola deve tê-la comido toda!) O Heitor e o Bandeira gostaram muito dele, cada um por seus motivos [...].<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Carta de Cecília Meireles a Diogo de Macedo, datada de 21 de março de 1955, pertencente ao espólio do artista na Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>13</sup> Carta de Cecília Meireles a Diogo de Macedo, datada de 22 de fevereiro de 1956, pertencente ao espólio do artista na Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>14</sup> Carta de Cecília Meireles a Diogo de Macedo, datada de 19 de maio de 1956, pertencente ao espólio do artista na Fundação Calouste Gulbenkian.

A espontaneidade de Armindo Augusto fez Cecília, jocosamente, colocar em xeque a vocação do frade que, como ela relatava, chegava ao ponto de enviar a Diogo de Macedo recortes sobre ela e definia o pintor português e Armando Côrtes-Rodrigues como os seus “padrinhos”.<sup>15</sup> Ao mesmo tempo em que se espantava com as atitudes descontraídas do frade, Cecília admitia ter simpatizado com ele. Embora a autora tenha mantido contato com o religioso por pouco tempo, cerca de três anos, é curioso que não haja menção a ele entre as relações lusitanas de Cecília, ainda que uma de suas obras seja fruto direto desse contato.

Além de única fonte de informações acerca da proximidade entre Cecília Meireles e o franciscano português Armindo Augusto, as cartas enviadas a Diogo de Macedo e Eva Arruda evidenciam a escritora em sua intimidade. Ao mesmo tempo em que desabafava sobre os sérios problemas enfrentados com o primeiro marido, é possível também encontrar nesse material seu lado mais alegre: criando poemas e reinterpretações jocosas, especialmente para os amigos, apelidando-se (por exemplo, de “Anja Intrujona”) ou apelidando os colegas portugueses, e ainda inventando dedicatórias criativas nas fotos que enviava. Por tudo isso, entende-se a afirmação de Arnaldo Saraiva de que tal material<sup>16</sup> devesse ser publicado trazendo à luz a relação entre Cecília e essas personalidades lusitanas, algo que, por hora, apenas o texto editado na revista *Ocidente* conseguiu sugerir.

Infelizmente, o precioso acervo de Cecília (sua coleção folclórica, uma biblioteca de quase 15.000 volumes e seus arquivos) jamais se tornaram públicos no Brasil. Assim sendo, o acesso a qualquer tipo de material que revele os meandros da produção das obras cecilianas ou mesmo detalhem aspectos da criação literária e da vida da autora permanecem interditados à maior parte dos pesquisadores. Dessa forma, textos inéditos, manuscritos, cartas, fotografias e desenhos mantiveram-se dispersos em jornais e espólios de outros escritores que preservaram a história íntima e literária de Cecília. Fazendo jus ao chamado universalista

---

<sup>15</sup> Carta de Cecília Meireles a Diogo de Macedo, datada de 22 de fevereiro de 1956, pertencente ao espólio do artista na Fundação Calouste Gulbenkian

<sup>16</sup> As cartas aqui evidenciadas são as disponibilizadas pela Fundação Calouste Gulbenkian. Todavia, a publicação na *Colóquio Letras* (n. 58, abril de 1970) de uma carta enviada por Cecília Meireles a Diogo de Macedo, de Amsterdã, em 1951, sugere a existência de outras correspondências.

que permeou sua vida e poesia, esses fragmentos que ajudam a recontar sua trajetória acabaram espalhando-se pelo Brasil e fora dele. Resgatar aspectos desse mosaico ceciliano, tendo acesso às cartas e textos ainda pouco conhecidos, foi um dos objetivos perseguidos ao longo deste trabalho e alcançado ao se explorarem as relações literárias e afetivas que Cecília manteve em Portugal.

## Referências

AUGUSTO, Armindo (Org.). *Em louvor de Santa Clara*. Braga: Montariol, 1954.

MEIRELES, Cecília. *A lição do poema: cartas de Cecília Meireles a Armando Côrtes-Rodrigues*. Organização de Celestino Sachet. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 1998.

MEIRELES, Cecília. Meu amigo Diogo. *Ocidente: Revista Portuguesa Mensal*, v. LVI, n. 253, p. 283-289, maio 1959.

MOTA, Luísa. *O canto repartido: Cecília Meireles e Portugal*. Lisboa: INCM, 2012.

ROCHA, Clara. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

SANTOS, A. C. B. R. dos. *Occidente: imagens e representações da Europa*. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/13384>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

VALUPI, Maria. *Antologia poética*. Organização de Ana Marques Gastão. Vila Nova de Famalicão: Quasi, 2007.

Recebido em: 28 de fevereiro de 2018.

Aprovado em: 21 de maio de 2018.



## O rumor da vida: sobre escrita, afetos e revolução

### *The Rumor of Life: About Writing, Affection and Revolution*

Regina Dalcastagnè<sup>1</sup>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília / Brasil

rdal@unb.br

**Resumo:** O artigo se debruça sobre um conjunto de 27 cartas do intelectual português Augusto dos Santos Abranches enviadas ao escritor Salim Miguel entre 1952 e 1961. O que começa como uma troca de publicações e originais vai se tornando um diálogo sobre literatura, política e vida, que não eram, absolutamente, coisas separadas para esses homens. Abranches foi um ferrenho crítico do salazarismo, mudou-se de Portugal para Moçambique e depois para o Brasil, sempre com a PIDE em seus calcanhares. Generoso, ajudou a divulgar muitos outros escritores, especialmente os poetas da África lusófona, já em luta pela independência. Pretende-se, com a retomada das cartas, construir um perfil desse intelectual pouquíssimo lembrado pela historiografia literária, mas que colaborou com o movimento de resistência da época, fazendo literatura e difundindo a cultura.

**Palavras-chave:** cartas; relações Brasil-África; literatura e política; Salim Miguel; Augusto dos Santos Abranches.

**Abstract:** The article focuses on a set of 27 letters that the Portuguese scholar Augusto dos Santos Abranches sent to writer Salim Miguel between 1952 and 1961. What begins as an exchange of publications and originals, gradually becomes a dialogue about literature, politics, and life, which were, not at all, unrelated to both men. Abranches, who was a staunch critic of Salazarism, moved from Portugal to Mozambique and then to Brazil, always with PIDE behind his back. Generous as he was, he helped spreading the work of many other writers, especially poets from Lusophone Africa, who were already struggling for independence. We intend, with the resumption of the letters, to

---

<sup>1</sup> Professora titular de literatura brasileira da Universidade de Brasília, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea.

construct a profile of a scholar who was very little remembered by the literary historiography, but which collaborated with the resistance movement of his time, making literature and spreading culture.

**Keywords:** letters; Brazil-Africa relations; literature and politics; Salim Miguel; Augusto dos Santos Abranches.

*Eu vi vencedores nos olhos de muitos derrotados. Dignidade é tudo.*

Sérgio Vaz

Este texto se estabelece a partir de uma caixa de guardados, lembranças de vidas que entrecruzam literatura e política, mas também afetos e solidariedade. Retiro dela a correspondência que Eglê Malheiros e Salim Miguel mantiveram ao longo dos anos 1950 e 1960 com escritores e intelectuais de Portugal, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Ilha de São Tomé. Na época eles editavam, a partir de Florianópolis, a revista *Sul*,<sup>2</sup> que acolheu diversos autores perseguidos pelo salazarismo e em luta pela libertação colonial, nomes que depois se tornariam conhecidos, como Luandino Vieira, Agostinho da Silva e António Jacinto, por exemplo. Salim Miguel chegou a publicar uma seleção dessas cartas, em livro intitulado *Cartas d'África e alguma poesia*,<sup>3</sup> de 2005, e depois elas voltaram para a caixa.

Não pretendo me deter sobre a importância desse material, e do impressionante diálogo estabelecido naquele momento entre mulheres e homens, alguns ainda muito jovens, que amavam a literatura e sonhavam

---

<sup>2</sup> A revista *Sul*, editada em Florianópolis pelo Círculo de Arte Moderna, depois conhecido como Grupo Sul, circulou entre janeiro de 1948 a dezembro de 1957, tendo publicado 30 números. Graças ao esforço de sua equipe, ela esteve presente em outros países da América Latina, na África lusófona e em alguns países da Europa, especialmente Portugal. Para informações sobre o Grupo Sul (cf. SABINO, 1981). Sobre a revista *Sul*, há uma interessante entrevista de Eglê Malheiros e Salim Miguel a Érica Antunesi e Simone Caputo Gomesi (2008).

<sup>3</sup> Todas as citações das cartas feitas neste texto são retiradas diretamente dos originais, que fazem parte do acervo pessoal de Eglê Malheiros, mas elas também podem ser encontradas no livro organizado por Salim Miguel (2005), basta procurar pelas datas.

com a revolução. A correspondência indica a intensa troca de textos e conversas sobre a escrita, mas também o envio sistemático e clandestino de obras proibidas para os países africanos. Só como exemplo, em uma das cartas, sem data e com um rabisco como assinatura (que Miguel afirmava ser do angolano António Jacinto), o remetente pede que lhe enviem um manual de economia política, e dá todas as instruções:

Caso consiga o livro, não pode mandá-lo como o recebeu. Terá de retirar a capa, a folha de rosto com o título, separar o miolo de cem em cem páginas, embrulhá-las em jornais ou revistas de variedades e despachar cada pacote em separado, porque somente assim poderemos ter a sorte de receber o livro (MIGUEL, 2005, p. 10).

A intenção aqui é focar em um conjunto específico de cartas, datilografadas em delicadas folhas azuis, quase todas longuíssimas para os padrões de hoje, algumas com rasuras, outras com complementos manuscritos, às vezes apressadamente. Colocando-as na ordem cronológica, a primeira delas está datada de 5 de maio de 1952, vinda de Nampula (em Moçambique), e a última é endereçada de São Paulo, com data de 28 de junho de 1961. São, portanto, quase 10 anos da vida de um homem – 10 anos escritos sem que nada tenha sido apagado, ou reescrito. A personagem que surge aí, envolta em deslocamentos pelo mundo, em paixões, fracassos e incontáveis projetos culturais, é Augusto dos Santos Abranches, que nasceu em Portugal, em 1913, viveu em Moçambique e faleceu no Brasil, em 1963. A proposta, então, é resgatar a história de uma amizade que nasceu dos livros e se fez abrigo em tempos difíceis. Mais do que uma reflexão sobre o passado, essa é uma tentativa de continuar acreditando nas possibilidades do presente.

Assim, para começar, é preciso dizer que Abranches foi poeta, dramaturgo, ficcionista, crítico, jornalista, artista plástico, livreiro e editor. Segundo Arnaldo Saraiva, foi de sua livraria em Coimbra, a Portugal – frequentada por Fernando Namora, Carlos de Oliveira, Políbio Gomes dos Santos, Virgílio Ferreira, dentre outros –, que saiu o movimento neorrealista português,<sup>4</sup> embora seu próprio nome não

---

<sup>4</sup> Em 2013, centenário de nascimento do autor, Arnaldo Saraiva publicou um caderno em sua homenagem, com o título de *Augusto dos Santos Abranches: escritor e agitador cultural em Portugal, Moçambique e no Brasil*, onde reúne uma apresentação de sua obra, uma cronologia, a lista de seus textos publicados, alguns fragmentos e poemas, além de depoimentos de escritores que o conheceram.

costume ser lembrado nas historiografias literárias.<sup>5</sup> Foi ele também quem editou o primeiro livro de Fernando Namora, além de inúmeras e efêmeras revistas culturais que divulgaram os novos nomes da literatura portuguesa e, mais tarde, moçambicana e angolana. Em meados dos anos 1940 ele se mudou de Coimbra para Lourenço Marques (atual Maputo), em Moçambique, e em 1955 se transferiu para São Paulo, sempre com a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado – a polícia política salazarista) em seus calcanhares.

Seu perfil não é muito diferente do de Eglê Malheiros e Salim Miguel, que nos anos 1950, junto de outros jovens intelectuais, renovaram o cenário cultural de Santa Catarina, levando, enfim, o modernismo até lá – encenando Sartre pela primeira vez, realizando exposições de artes plásticas, filmando o primeiro longa-metragem do Estado, publicando livros e a revista *Sul*. Eglê Malheiros foi a primeira mulher formada em Direito em Santa Catarina, trabalhou como professora e era tradutora de diversas línguas, além de poeta. Militante do Partido Comunista, tinha forte atuação política. Salim Miguel (também um deslocado, que veio do Líbano para o Brasil aos três anos de idade) atuou especialmente como jornalista e como editor, publicou mais de 30 livros, entre romances, contos, crônicas e crítica literária. Juntos, foram editores (primeiro da revista *Sul*, depois, nos anos 1970, da revista *Ficção*),<sup>6</sup> livreiros, roteiristas de cinema, e fundamentalmente, pessoas que aglutinavam outras. Presos em abril de 1964 (ela em prisão domiciliar), os livros da antiga livraria de Salim, em Florianópolis, foram queimados em praça pública. Mudaram-se para o Rio de Janeiro em seguida – tentando passar mais despercebidos em uma cidade grande – e lá continuaram com sua atuação cultural e política.

Ao todo, são 27 cartas assinadas por Abranches, mais um singelo cartão de natal desenhado por ele próprio. Algumas trazem a logomarca

---

<sup>5</sup> Arnaldo Saravia (2013) fez um levantamento em dicionários, manuais e historiografias literárias portuguesas, moçambicanas e brasileiras, constatando que, quando muito, o nome do autor é apenas citado, sempre seguido de informações (como local e data de nascimento) equivocadas.

<sup>6</sup> A revista *Ficção* tinha em seu corpo editorial, além de Eglê Malheiros e Salim Miguel, Laura Sandroni, Cícero Sandroni e Fausto Cunha. Ela circulou entre janeiro de 1974 a setembro de 1979, tendo totalizado 46 números. Publicava, especialmente, contos e reuniu em suas páginas cerca de 500 escritores, alguns deles muito conhecidos hoje, mas iniciantes então. Para mais informações, cf. BASTOS, 2004.

da empresa onde o autor estava trabalhando no momento. Ele chega a brincar sobre o assunto: “Como hoje é feriado nacional dedicado a Camões e à Raça (?), vou aproveitar umas horas que julgo livres depois de ter trabalhado extraordinariamente, e para me vingar servir-me mesmo do papel da Empresa”.<sup>7</sup> Salim Miguel, na apresentação ao seu livro sobre a correspondência com os escritores africanos, afirma que algumas cartas podem ter se perdido em meio às várias mudanças que fez. Fora isso, também é possível que outras tenham sido extraviadas pelos correios ou mesmo desviadas pela polícia. São constantes as referências à correspondência e pacotes que não chegaram às mãos de Abranches, por exemplo. De início, ele envia duas cartas por mês, depois vão se tornando mais esparsas, sempre com pedidos de desculpas pela demora no retorno: “Aqui me tem outra vez a conversar consigo, desferrando-me assim do longo período de silêncio injustificavelmente por mim mantido. Injustificável mas não imperdoável, espero”.<sup>8</sup>

Já na primeira carta, de 5 de maio de 1952, resposta a um contato feito inicialmente por Salim Miguel,<sup>9</sup> que lhe enviara seu livro de estreia e exemplares da revista *Sul*, Abranches demonstra todo o seu contentamento com a possibilidade de diálogo, retribuindo com um conjunto de poemas inéditos de uma dúzia de escritores, entre homens e mulheres, portugueses, moçambicanos, angolanos e cabo-verdianos.<sup>10</sup> Essa é a marca principal da amizade que começava ali: são dois homens apaixonados pela escrita e generosos em relação aos que produziam à sua volta, muitas vezes limitados pela censura e pela perseguição política. Mais do que trocar seus próprios textos e comentá-los – o que também acontecia –, eles abriam espaço para que a literatura circulasse, para que a comunicação fosse expandida e que novos laços se efetivassem.

---

<sup>7</sup> A Empresa em que Abranches trabalhava, em 10 de junho de 1952, era a Construtora Sacristan, “especializada em cimento armado, construção de pontes, estradas, represas, canais, etc.”, como se anuncia no papel timbrado.

<sup>8</sup> Essa carta é de 2 de junho de 1954, a anterior está datada de 25 de maio de 1954.

<sup>9</sup> O contato de Augusto dos Santos Abranches foi passado a Salim Miguel pelo escritor Marques Rebelo, incentivador do diálogo entre os jovens do Grupo Sul e os autores da África lusófona.

<sup>10</sup> Os poetas são, na ordem citada pelo autor: Natércia Freire (de Portugal), Filinto de Menezes (de Cabo Verde), António Jacinto, Humberto da Silvan, A. Leston Martins, Mário António Fernandes de Oliveira (de Angola), Antero, Domingos de Azevedo, Bertina Lopes, Duarte Galvão e Noêmia da Sousa (de Moçambique). Vários desses autores foram efetivamente publicados nos números seguintes da revista *Sul*.

Parece incrível, hoje, pensar nesse intenso intercâmbio entre escritores que viviam, cá e lá, de algum modo isolados. Mas, afinal, eram tempos em que intelectuais gestavam revolução.

Se o intercâmbio de textos inéditos e de livros já publicados era frequente, aos poucos vão sendo incluídas outras conversas, sobre literatura, crítica, política, mas também a respeito de questões pessoais: falta de dinheiro, casamento, filhos, planos mirabolantes, doenças. Apresentando-se como alguém que dispensa “pancadinhas nas costas”, Abranches diz, logo no início (em carta de 10 de junho de 1952), ter percebido que Salim “patenteia claramente o mesmo ponto de vista” e, assim, explicita a posição de onde pretende ser visto:

Já esvaziei o meu saco de vaidades faz hoje não sei quantos anos, e raios me partam se voltar a enchê-lo. Prefiro antes uma camaradagem ampla e despreendida de preconceitos, construtiva e sincera, em que a crítica se exerça sem melindres de espécie alguma. Uma camaradagem em que cada um progrida e aprenda, dando tudo o que tiver e recebendo de igual modo. E em que essa ação se exerça não só entre todos, mas que venha desdobrar-se até perante o leitor ou espectador. De interesse e intensificação humana, portanto.

Estabelecido esse ponto de partida, o autor não perde tempo com digressões sobre sua própria personalidade, nem com retrospectos sobre a vida. Se é possível imaginar o homem que foi a partir de suas cartas, não é porque ele busque construir qualquer tipo de roteiro sobre si. Não há nelas a suposição da existência de um eu coerente e contínuo, ainda que construído como uma “ilusão biográfica”, nos termos de Pierre Bourdieu. A narrativa biográfica, dizia o sociólogo francês, inspira-se na preocupação

de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 1996, p. 75)

A ilusão, portanto, estaria justamente em acreditar que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e

objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 1996, p. 74), e que esse todo pode ser compreendido sem que se considerem as inúmeras variáveis possíveis que contextualizam cada existência.

As cartas, muito pragmáticas, giram em torno do presente e dos planos futuros. Se, por um lado, Abranches parecia cansado das perseguições e embates políticos, das dificuldades financeiras e das picuinhas do meio literário, por outro, tinha sempre um novo projeto cultural em mãos, como que a lhe assegurar um espaço de resistência. (Estratégia facilmente reconhecível quando atravessamos momentos de ruptura democrática, como o que estamos enfrentando agora no Brasil). Alguns se sustentavam por anos, ou meses, outros morriam antes mesmo de começar. Em carta de 25 de maio de 1954, ele comenta estar vivendo um dos piores momentos de sua vida, sem entrar em detalhes. E, justamente aí, anuncia sua mudança de Nampula para Lourenço Marques, onde se juntaria a um amigo (o jornalista Domingos de Azevedo, com quem Salim Miguel também trocava correspondência) nos preparativos para uma grande viagem:

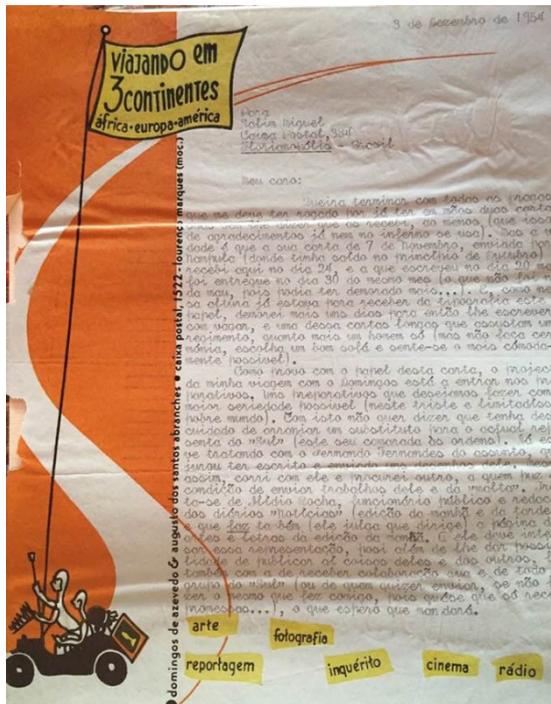
O projeto é correr toda a África, passar depois para a Europa, e ir em seguida correr a América, de modo a fixarmo-nos no Brasil. Vamos numa carrinha fargounette campestre (com camas, cozinha, etc.), e deveremos fazer reportagem de todas as formas e feitios: fotográfica, cinematográfica, radiofônica, jornalística, etc. Tudo, enfim, que possa interessar as massas humanas que gostam de ver, ouvir e ler.

Pelo caminho, e sempre que possível, deveremos fazer conferências e exposições, recolher elementos de estudo para livro, especialmente no que toca à fixação e permanência do homem em África. Conto que seja trabalho de vadiagem para um ano, só no que se refere à África. Para isso, vamos precisar de todo o auxílio possível e imaginável, especialmente quanto a encontrarmos jornais que nos paguem as reportagens. [...]

Com este projeto, que vamos levar em frente mesmo que fiquemos sujeitos a morrer de fome pelo caminho, tudo o resto passou para um plano secundário, ou está enfileirado de modo a facilitar-nos a realização do mesmo, embora não o realizemos ainda este ano. Por isso, vou procurar por em ordem toda a minha papelada e começar a tomar notas para o que me deve ser útil pelo caminho.

Em 3 de dezembro de 1954 a ideia ainda persiste, e ele diz que atrasou a resposta porque aguardava a tipografia com seu novo papel de carta, que vinha com a marca do projeto: um desenho seu com duas figuras em um carro e uma bandeira com as inscrições “Viajando em 3 continentes – África – Europa – América”.

Figura 1 – Carta de 3 de dezembro de 1954



Fonte: Acervo pessoal de Eglê Malheiros.

Dois meses depois, em 8 de fevereiro de 1955, tudo é interrompido, e Abranches avisa, sucintamente, em seu velho e discreto papel de carta azul: “Já não vou fazer a viagem com o Domingos (até desisti do papel, como vê); por motivo de força maior ele teve de abandonar o projeto, embora esteja profundamente interessado em ir parar no Brasil, possivelmente ainda este ano”.

Além do compartilhamento de planos, da ajuda na divulgação e venda da revista *Sul*, da apresentação de novos escritores, a

correspondência entre Augusto dos Santos Abranches e Salim Miguel também incluía a leitura de seus próprios textos, a troca de algumas angústias e importantes sugestões relativas ao processo criativo, como pode ser visto abaixo, em carta de 3 de dezembro de 1954:

Quanto ao problema do seu romance *Rede* (tive anunciado um livro de contos com este nome, vão passados mais de 12 anos!), julgo que se está deixando obcecar excessivamente pela necessidade de terminar o mesmo, o que o deve prejudicar. Por que (no caso de continuar “emperrando”) o não põe de lado por uns 6 meses e trabalha noutra coisa? Rasgar, inutilizar irremediavelmente, é que julgo asneira, pois que é um trabalho que nunca mais se recupera, por menos interesse que o mesmo tenha. De resto, nós temos sempre alturas em que temos ideias que não conseguimos aproveitar em condições, e outras em que não temos ideias, mas em que conseguimos trabalhar com eficiência as ideias que já tivemos. Não estará, meu velho, num desses períodos em que tem ideias sem possibilidades de as trabalhar? Se está, toca a juntar material para quando as ideias não surgem –, que ele juro há-de passar também por essa angústia! É questão de tempo.

O romance a que ele se referia foi publicado, efetivamente, em 1955, pelas Edições Sul, com uma bela xilogravura de Edgar Koetz na capa. Quase 60 anos depois, Salim falava que pretendia reescrever o livro, talvez achando que, enfim, poderia trabalhar com eficiência as ideias que teve. Mas não houve tempo para isso – ele faleceu em abril de 2016 sem ter iniciado o trabalho.

Em meio às cartas de Abranches, também vamos acompanhando um pouco da vida pessoal de Eglê Malheiros e Salim Miguel. No dia 25 de novembro de 1952, o amigo os felicita pelo casamento, diz que está lhes enviando um conjunto de esculturas em “pau preto” e lamenta, meses depois, o trabalho que tiveram para retirar o presente na alfândega (As peças, que representam uma aldeia africana, acompanharam a família em todas as suas mudanças e permanecem ainda decorando a sala de Eglê Malheiros). Dois anos depois, em 12 de julho de 1954, ele comemora a notícia do primeiro filho do casal, prometendo não cobrar tão cedo os comentários de Eglê sobre um livro que lhe enviou:

Palavra, é uma pessoa estupidamente feliz! Peça por mim perdão à Eglê por ter tido a ousadia de insistir na prometida carta. A demora está mais do que justificada, e não me importo nada agora de esperar o tempo que for preciso para lhe aparecer aí a saber de viva voz o que ficou de escrever.

E há ainda os discretos comentários, quase cifrados, sobre a perseguição política sofrida por ele e pelos amigos. Em 26 de julho de 1952, ele se refere à situação de António Jacinto: “Com o António Jacinto estou bastante preocupado, pois já lhe escrevi duas cartas a que não tive resposta, não sabendo, portanto, se ele se encontra preso pela polícia política se não. Porra para essa vida de cão!”<sup>11</sup> Só quando está já instalado no Brasil Abranches se refere mais diretamente à perseguição sofrida. Em carta de 27 de agosto de 1955, quando anuncia, feliz, sua chegada, fala da sensação de alívio por estar distante das garras salazaristas: “Nem ainda comecei a escrever. Tenho por aqui andado feito pato-bravo, chegado da aldeia para me embasbacar – especialmente com este descanso de não sentir aos calcanhares o cão policial, farejando-me e quilhando-me a vida...”<sup>12</sup>

As expectativas com a vida no Brasil não se cumprem plenamente. Aqui, ele conhece uma portuguesa também recém-emigrada, se casa, um ano após sua chegada, e tem uma filha (embora não fale do assunto em suas cartas, ele teve um outro filho em Portugal, com a esposa de quem se divorcia em 1947, alguns anos após a mudança deles para Moçambique), mas sua situação profissional e financeira não é fácil. Ele transita entre vários empregos mal remunerados – como desenhista em uma empresa de fornos e estufas, na secretaria de um jornal, em uma livraria, como representante da editora Francisco Alves –, aguardando sempre por uma

---

<sup>11</sup> António Jacinto foi preso em 1960, sendo desterrado para o campo de concentração de Tarrafal, em Cabo Verde, onde cumpriu pena até 1972, quando foi transferido para Lisboa e viveu em liberdade condicional. Dali, fugiu para Brazzaville, na República do Congo, e se juntou ao MPLA, o Movimento Popular de Libertação de Angola. Após a independência de Angola foi cofundador da União de Escritores Angolanos, e participou ativamente na vida política e cultural de seu país, tendo sido Ministro da Cultura de 1975 a 1978.

<sup>12</sup> Uma ilusão, como lembra Arnaldo Saraiva: “Nos arquivos da Torre do Tombo não existe nenhum processo da PIDE sobre Augusto dos Santos Abranches em tempo coimbrão – o que não quer dizer que não tenha existido ou não exista algures –, como não existe processo do tempo moçambicano, já que os arquivos locais foram destruídos, mas existe um processo relativo ao tempo brasileiro, que fala de várias atividades antifascistas e antisalazaristas do autor” (SARAIVA, 2013, p. 12).

oportunidade melhor. E surgem ainda outras dificuldades. Em carta não datada, provavelmente de março ou início de abril de 1956, Abranches conta que foi atropelado por um táxi em São Paulo: “Fiquei com os joelhos muito feridos e com um lanho por cima da vista esquerda. Mas, por dentro, a máquina está boa”. O acidente e os arranhões não o impedem de relatar seus muitos planos: a organização de um mensário antifascista (*Portugal Democrático*), a de uma cooperativa livreira e editora, chamada Movimento, a publicação de diversos livros seus.

A partir daí as cartas vão se tornando mais esparsas, uma ou duas por ano. Na de 15 de março de 1959 ele se explica:

Naturalmente, várias vezes tenho tencionado escrever-lhe. Mas eu sou uma espécie de bicho de toca, que mais se esconde quanto maior for o problema da vida que tiver de enfrentar. Ora, desde que cheguei a São Paulo eu tenho tido que enfrentar constantemente mais do que um problema. E bem duros, por vezes, como o de procurar ir-se vivendo. Nestes casos, costumo suspender toda a minha correspondência, inclusive até com minha mãe, para não chorar misérias. Os meus irmãos já me conhecem, e sabem da minha situação econômica conforme escrevo muito, pouco ou nada...

Na carta seguinte, de 22 de maio de 1960, ele já fala em “situação desesperadora”, conta que foi demitido, que teve um ataque epiléptico e que está com problemas cardíacos. Mas envia junto da carta três resenhas críticas e um conto de ficção científica chamado “A festa”, em que procura, segundo ele, “encarar este gênero sob um ângulo diferente: o do progresso social e ético, e não apenas o técnico-científico e econômico”. Tem expectativas de retomar os “contatos perdidos com Portugal e as Áfricas”, publicando por lá artigos antifascistas. Em sua última carta, de 28 de junho de 1961, se diz fatigado, mas disposto a escrever um prefácio para o novo livro de Salim. Está trabalhando no *Correio Paulistano* e redigindo notas de leituras sobre “3 poetas novos portugueses, Casais Monteiro – que irá fazer dar 2 pulos de vaidade ofendida a Jorge de Sena – e Gastão de Holanda”.

O ponto final dessa correspondência chega no dia 21 de maio de 1963, com uma carta manuscrita assinada por Dulce dos Santos, esposa de Abranches. Em uma pequena folha pautada, com letra bonita e sem rasuras, ela comunica a morte do marido ao amigo, lembrando que ele deixava uma filhinha de seis anos. Junto da carta, ela envia um poema

escrito por Abranches no hospital e datilografado por ela, no mesmo papel azul em que ele se comunicou durante todos aqueles anos. Atordoado e em queda, o poema é, ainda, uma declaração de amor à vida:

Forma e peso se avolumam qual uma sombra (não é sombra),  
talvez mais pesada e ameaçadora que uma nuvem,  
assaltando de tempestades o temporal desencadeado  
na hora em que a aflição nos estrangula  
(ah! e não é nuvem)  
Ou como onda rebentando dentro e fora do naufrágio  
quando já tudo soçobrou, (e não é onda sequer...)  
mas, forma e peso se avolumam bem dentro de nós  
em volta de nós mesmos, fonte e manto ao mesmo tempo  
pondo-nos grilhetas, torturando as carnes, esmagando os ossos  
– forma e peso que são um existir só  
nasce de dentro para fora e de fora para dentro, contínuo,  
permanente, implacável,  
e as garras dos seus não-dedos rasgam-nos os nervos  
os seus não-dentes de boca que nunca existiui  
mastigam (esfomeados) as nossas veias... não há nada naquilo que  
seja algo concreto,  
real, claro e tangível como uma pedra ou uma maçã,  
compreensível como um raciocínio transposto  
(para a palavra escrita ou falada, em nada importa)  
com o fim de apresentar uma solução ou campo de controvérsia.  
E nasce. Cresce, forma e peso  
neste plano branco onde me agito no hospital.  
Cresce com tenazes (não tem), com prensas (também não)  
para me angustiar de dentro para fora ou vice-versa,  
para me sufocar de fora para dentro e vice-versa  
para me forçar ao salto-mortal que nunca aprendi  
e que tive sempre medo,  
no receio de após ele cair  
no outro lado negro da vida.  
Implacável, cada vez mais potente no seu contínuo crescer,  
forma e peso aumentam de todas as direções, para todos os lados,  
força sinistra que me estrangula,  
asfixia, entontece,  
mantendo-me desperto e lúcido nesta queda sem fim.

Falo. Amor me acode, defende. Meu amor, luta por mim, clama  
por ajuda, qualquer coisa me é dada, durmo...

Ah! Como é maravilhoso o sol e o rumor da vida!

Hospital São Luiz  
5/4/1963.

Augusto dos Santos Abranches

Encantado pelo sol e pelo rumor da vida, Augusto dos Santos Abranches foi um desses homens de quem a gente se orgulha quando ouve falar. As cartas que tenho em mãos, e que reponho agora com carinho de volta à caixa, são apenas uma parte de um delicado quebra-cabeças. Não tive acesso às cartas de Salim Miguel para ele e optei por não trazer aqui seus poemas, peças de teatro e crítica. Seus cinco livros publicados, um estudo sobre Eça de Queiroz (1946), outro sobre Marques Rebelo (1958), uma peça de teatro (1943) e dois volumes de poesia (1942 e 1943a), podem ser encontrados no Espaço Eglê Malheiros e Salim Miguel, em Florianópolis. Alguns de seus poemas estão na revista *Sul* e seus artigos, resenhas e palestras se encontram dispersos entre os inúmeros jornais que criou e aqueles para os quais colaborou,<sup>13</sup> nos três continentes. É um material que confirma seu amor pela literatura e sua intransigente luta contra a intolerância fascista, mas também sua disposição para abrir espaço a outros escritores e escritoras, especialmente os mais jovens e os africanos em luta pela independência política e por uma voz poética própria.

Talvez o mais emocionante nessas cartas seja a possibilidade de encontro com um homem que não viveu a literatura como um projeto à parte, mas como uma paixão que se combinava a outras e repercutia em afetos e política. Resgatar sua história – parcial, fragmentada – é uma tentativa de dizer ao mundo que pessoas assim têm importância e não devem ser esquecidas. É incluí-lo de novo entre aqueles que resistem ao amesquinamento da vida.

---

<sup>13</sup> Uma lista de textos do autor pode ser encontrada no livro de Arnaldo Saraiva (2013), que lembra que além de assinar com o próprio nome, Abranches também utilizou pseudônimos como Vasco Abiúl, Carlos Vella, Adelino Simões e as abreviaturas A.S.A. e ASA. Os títulos de suas obras publicadas se encontram nas referências bibliográficas deste texto.

## Referências

- ABRANCHES, A. dos S. *Contorno de Eça*. Lourenço Marques: Minerva Central, 1946.
- ABRANCHES, A. dos S. *Poemas de hoje*. Coimbra: Portugália, 1942.
- ABRANCHES, A. dos S. *Tufão*. Coimbra: Portugália, 1943.
- ABRANCHES, A. dos S. *As várias faces*. Coimbra: Portugália, 1943a.
- ABRANCHES, A. dos S. *Um retrato de Marques Rebelo*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- BASTOS, A. *Ficção: histórias para o prazer da leitura (uma revista literária dos anos 70)*. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 23, jan.-jun. 2004, p. 137-150.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- MALHEIROS, E.; MIGUEL, S. Eglê Malheiros e Salim Miguel e o intercâmbio entre as duas margens do atlântico. Entrevista a Érica Antunesi e Simone Caputo Gomesi. *Crioula*, São Paulo, n. 4. 2008.
- MIGUEL, S. *Cartas d'África e alguma poesia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- MIGUEL, S. *Rede*. Florianópolis: Edições Sul, 1955.
- SABINO, L. L. *Grupo Sul: o modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense da Cultura, 1981.
- SARAIVA, A. *Augusto dos Santos Abranches: escritor e agitador cultural em Portugal, Moçambique e no Brasil*. Junta de Freguesia do Paul, 2013.

Recebido em: 01 de março de 2018.

Aprovado em: 21 de junho de 2018.



## Um poema inédito na obra poética de Manuel Bandeira

### *An Unplished Poem in Manuel Bandeira's Poetic Work*

Éverton Barbosa Correia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil  
evertonbcorreia@gmail.com

**Resumo:** Há um arquivo atribuído a Manuel Bandeira na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (BN), que encerra uma coleção de vinte e um documentos e quatro livros, dos quais apenas uma carta está digitalizada e disponível na Hemeroteca Digital. Entre os documentos ora reunidos, podemos encontrar postagens do poeta distribuídas entre fotografias autografadas, cartões postais, missivas, recortes de jornal, entre os quais o de *O Diário* a 15 de agosto de 1958 ali arrolado à revelia do autor, onde consta um poema inédito na sua obra poética. Tomado como parte do arquivo que reúne sua correspondência ativa com Anna Salles Brandão, o poema será apreciado perante os demais documentos que lhe são contíguos ou constitutivos da expressão de Manuel Bandeira em outras circunstâncias discursivas híbridas, para iluminar o seu perfil por meio do registro daquela interlocução, que incide sobre momento obscuro de seu percurso formativo de poeta. A pretexto de vasculhar sua escrita ainda não publicada – seja em cartas privadas ou em poema –, assim talvez possamos reforçar parte de sua compreensão autoral atualmente em voga por meio de registros inéditos ou talvez estendê-la, com apoio da leitura que Gilberto Freyre lhe consignou em diário e em crítica.

**Palavras-chave:** poesia brasileira moderna; arquivo; epistolografia; gêneros híbridos.

**Abstract:** There is a file assigned to Manuel Bandeira in Manuscripts section of *Biblioteca Nacional* (BN), which contains a collection of twenty one papers and four books, of which only one letter is scanned and available at Hemeroteca digital. Among the collection of files we can find poet posts distributed in autographed photos, postcards, letters, newspaper clippings, including one from *O Diário*, on 15 August 1958 published without the author's consent and which includes an unpublished poem. This poem, part of a compilation of letters exchanged with Anna Salles Brandão, will be appreciated

before other texts that are contiguous or reveal the expression of Manuel Bandeira in other hybrid discursive circumstances as a way to brighten up his profile through the registry of that dialogue, which focuses on an obscure moment of his formative poetic journey. Under the pretext of searching through his unpublished writings – either private letters or poems – we may reinforce his current authorial understanding through unpublished records or even extend it with the support granted by Gilberto Freyre’s diary and criticism.

**Keywords:** modern Brazilian poetry; file; epistolography; hybrid genres.

Todos aqueles que quiserem compulsar a correspondência pessoal de Manuel Bandeira constante no acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional (BN), inscrito sob a rubrica [I-07, 26, 1-21], haverão de se deparar com fontes reveladoras sobre parte pouco conhecida da vida do autor, anterior ou posterior à sua consagração, notadamente pelo que se desenrola a partir de sua relação com a cidade de Campanha-MG, por meio da interlocução com Anna Salles Brandão, ocasionalmente identificada como Dona Anna ou Donanna. Dada a regularidade, a duração e a intensidade da correspondência, é de se estranhar que o escritor não tenha devotado na sua obra ficcional ou poética atenção compatível àquela figura de que se ocupou longamente como missivista e foi objeto de pedidos e desabafos, decepções e desejos, a considerar que sua obra está atravessada pela vida que teve. Aceita esta condição de sua obra, o conjunto epistolar nos leva a crer que as relações entre as pessoas estão mediadas por contingências da vida privada nem sempre transferíveis para a vida pública de escritor, mesmo quando se trata da obra de Manuel Bandeira, contraparte necessária da vida que se quis pública e que sem a publicidade autoral não sobreviveria como um estilo singular. Sendo ele um autor para o qual a dimensão privada de sua existência se faz matéria para sua expressão, constitui-se alvo de alguma especulação o que foi escrito para aquela sua missivista contumaz, em cujo repertório encontramos postais, retratos autografados, fotos de paisagens interioranas datadas e assinadas, notícias de amigos e familiares, pedidos de empregos a contraparentes e toda sorte de eventualidades que pôde constituir o cotidiano de um homem do tempo e dos círculos de Manuel Bandeira. Afinal, o que se intenta aqui é predicar sua expressão através de um soneto avulso, coligido entre os despojos daquela correspondência, encontrado em recorte de jornal, que dispõe

de uma anotação a grafite que diz se tratar da publicação de *O Diário* de 15 de agosto de 1958. Como o poema é precedido por uma carta de Alfredo de Lima Júnior a João Etienne Filho, que manteve de 1942 a 1972 a coluna “Literária” em *O Diário*, onde se “recebia o que de melhor se publicava no país”, de acordo com referência de Humberto Werneck em *O desatino da rapaziada* – subtítulo “jornalistas e escritores em Minas de 1920 a 1970” –, aquela publicação do poema ganha alguma autoridade, já que o comentário anterior à sua transcrição é a própria carta endereçada ao editor do periódico, na qual as circunstâncias de aquisição do poema são descritas.

Não tendo sido reunido em nenhuma das obras do autor, o poema de antemão desperta alguma cisma, junto à imoderada curiosidade decorrente, que se anima por questões prosaicas, tais como: 1) se a relação com a missivista se manteve após a escritura do poema, por que sua publicação em obra não se deu enquanto o autor era vivo? 2) Por qual razão não teria Manuel Bandeira querido publicar o poema, se ele incorporou poemas vários, em data posterior à sua escritura? 3) Se publicado em 1958, mesmo à revelia do autor, cuja *Poesia completa* teve várias reedições, depois disso, por que nenhum de seus organizadores se ocupou do poema, que foi disponibilizado pela BN em 1979? 4) Naturalmente há de se cogitar se o poema é mesmo de Manuel Bandeira? 5) Se for mesmo de sua autoria, o que constitui um poema de Manuel Bandeira, uma vez que não dispomos da versão autógrafa? 6) Sem poder afirmar categoricamente a autoria, qual o sentido ou o interesse de ampliar o *corpus* de um autor consagrado? 7) Ainda que confirmada a hipótese de o poema ser mesmo de Manuel Bandeira, qual o impacto de um poema marginal sobre o delineamento de uma produção poética já consolidada pela crítica e assimilada pelo público leitor? 8) Sendo o poema de Manuel Bandeira, por que este e não outro, já que ele afirmara no *Itinerário de Pasárgada* a existência de outros poemas seus inéditos em livro (BANDEIRA, 2009, p. 568)? Questões decorrentes ou similares a estas haverão de permear a leitura do poema em foco, cujo saldo imediato é, ao menos, duas certezas ociosas porque já sabidas por todos os leitores do poeta pernambucano: a primeira é a de Manuel Bandeira ser um autor para quem a vida cotidiana, entremeada de artefatos caóticos e relações pessoais fortuitas, interessa para o entendimento de sua obra; a segunda é que sua obra só pode ser entendida razoavelmente como fruto de uma expressão subjetiva atormentada e sujeita às intempéries de cada momento.

Daí decorre que a fronteira tão fácil de divisar entre a esfera pública do autor constituído como *persona* literária e o autor circunstanciado como sujeito histórico ou social encontra forte resistência de ser vencida nos versos de Manuel Bandeira, seja pela matéria que lhe dá vida ou pela forma, que lhe serve de suporte e a constitui. Em vez disso, todos os artificios linguísticos, inclusive os retóricos, bem como a maneira desabusada de tratar a matéria circunstante, tudo concorre para impregnar a elaboração formal da sua expressão da vida mundana, acidentada e caótica que anima a escritura do bardo modernista, cujos cardos se precipitam incessantemente sobre os olhos dos leitores, estejam mais ou menos infensos a tais ou quais simpatias ideológicas e estéticas. Conforme seja, a matéria literária que se oferece como composição no espaço da página não raro crispa a comodidade do leitor que se quer afastado da figura do poeta a quem deveria privar exclusivamente a condição de objeto de culto ou de consumo. Cindida a relação entre o sujeito leitor e o objeto poema ou poeta, que Manuel Bandeira acumula, uma vez que é notório o seu empenho em se fazer presente nos próprios versos, não podemos deixar de ver aí a transposição da vida privada no homem público, que é o autor. No caso da poesia de Manuel Bandeira, tal transposição tem função operativa ou laboral, porque é facilmente perceptível como constitutiva à sua expressão, senão vejamos o soneto:

A D. Anna Salles

Risos (e então num rosto lindo!)  
 Não são sinal de pouco siso.  
 Pode levar-se a vida rindo  
 Tendo muitíssimo juízo...

Sempre possais viver sorrindo!  
 E em vossos lábios, indeciso  
 Como um botão que vai se abrindo  
 Floresça sempre um bom sorriso.

E que Deus guarde essa alegria!  
 Sorriso bom, sorriso inocente  
 Vão bem em filhas de Maria...

Pois só não riem os descrentes...  
 Rir é tão bom! Principalmente  
 Quando se tem tão lindos dentes (BANDEIRA, 1979c).

Antes da análise, vamos às circunstâncias de publicação do poema. A data de escrita do poema é indicada como 26/06/1905, junto à indicação de autoria, assim subscrita: Manuel Bandeira, filho. Como já dito, a transcrição do poema é precedida por uma carta de Alfredo de Lima Júnior, que revela as circunstâncias em que travou contato com o poema disponibilizado ao público, devido à proximidade pessoal com Anna Salles Brandão. Como se trata de uma peça de arquivo, outras peças do mesmo arquivo serão acionadas a pretexto de lhe conferir valor ou, ao menos, referir a materialidade do acervo disponível a quem interessar possa. Quanto a referências temporais, a correspondência se estende do ano de 1909 a 1966, ali reunida esparsa e irregularmente, entre cartões, cartas escritas a próprio punho pelo poeta ou datilografadas e assinadas, totalizando 21 documentos. Entre as peças do acervo, consta um cartão primoroso, enviado de Clavadel, Suíça, datado de 12/01/1914, que talvez seja o documento mais precioso daquele arquivo, cujo conteúdo segue na íntegra:

Cara amiga Donanna,

Deu me um grande prazer o seu cartão postal com as notícias dos seus. Espero que todos estejam continuando a passar bem. À sua madrinha envio particularmente os meus agradecimentos pelas orações que ela tem feito em minha bênção. O seu postal veio despertar em mim muitas saudades de Campanha. Se tiver algum dia a ventura de ficar curado, hei de voltar a todos esses lugares por onde passei doente; dos quais nada pude conhecer por não ter podido nunca passear; onde deixei bons amigos que me alegrará rever.

Peço-lhe que da próxima vez me escreva uma cartinha, dando-me as novidades de sua boa terra, os melhoramentos por que tem passado, etc. Agora estamos aqui em pleno inverno. Faz frio a valer! Nos dias mais frios o termômetro desce a 18° abaixo de zero. Mas não é desagradável. O interior do sanatório está sempre aquecido a 17°, de modo que a gente entra do passeio ou da cura de ar e se encontra num calorzinho reconfortante... E não se treme de frio quando se vai deitar, como aí no inverno ou em Teresópolis e Petrópolis.

Você haveria de gostar de ver a neve que é uma beleza! Também é muito agradável andar em trenó. Infelizmente não posso patinar no gelo, nem andar em “skis” que são tábuas finas que escorregam sobre a neve.

Mando lhe esta carta/álbum que é uma novidade para você e lhe dará uma ideia do sanatório por dentro e dos arredores.

Dê muitas lembranças aos seus e receba um abraço do seu amigo.

M. Bandeira (BANDEIRA, 1979a).

Trata-se de algo comovente enxergar um Manuel Bandeira confessando-se sem reservas que, se vier a se curar, haverá de voltar aos lugares por onde penou doente; que reclama uma carta; que elogia a neve e se ressentido de não poder patinar ou esquiar para dar uma ideia do sanatório em que está interno e se despede como amigo. Não sendo usual ao escritor explicar que “‘skis’ são tábuas finas que escorregam sobre a neve”, era bem comum que ele se exibisse em retrato – fotografado, pintado, desenhado ou poético –, o que já fazia aqui, como enfermo nas paragens europeias e é reforçado pela ilustração do recorte de outro jornal do mesmo arquivo dos Manuscritos da BN, sem referência precisa a local ou data, onde consta a seguinte subscrição:

O poeta Manuel Bandeira, como se vê nesta fotografia em que aparece ao lado de sua mãe e de sua irmã, bem poderia ser considerado um dos 10 mais elegantes do seu tempo. Aos dezenove anos de idade o poeta não relaxava: bengala, sobrecasaca e chapéu coco. (BANDEIRA, 1979b).

Acima do comentário, consta no recorte de jornal a fotografia descrita, com o autor de bengala, sobrecasaca e chapéu coco, ladeado pela mãe e pela irmã, que acaricia um cachorro. Abaixo do comentário, uma dedicatória: “Para Donanna”. Curioso é imaginar qual o critério para lhe conferir a primazia de figurar entre os 10 mais elegantes do seu tempo, a considerar que havia decerto mais de 10 cidadãos em qualquer cidade brasileira com bengala, chapéu coco e sobrecasaca àquelas alturas, quando beirava a maioridade, tendo nascido em 1886, portanto, algo como 1905. A informação interessa porque coincide com o mesmo ano atribuído à escrita do soneto transcrito anteriormente, o que nos leva a crer que desde então o incipiente poeta estivesse em contato com a sua ocasional missivista, ainda que a publicação da foto no jornal tenha sido posterior, uma vez que constava na secção “Álbum de família” daquele periódico inominado. Aliás, ali naquela foto o poeta aparece magérrimo – talvez este seja o sinal de elegância –, provavelmente decorrente da doença recém-adquirida, e com um bigode ralo e pouco compatível com o seu rosto, talvez para camuflar a sua arcada dentuça, de que se ocupou longamente, sob o amparo contíguo da mãe, conforme o próprio autor explicitaria em crônica.

Sempre me acharam muito parecido com minha mãe. Só no nariz diferíamos. A semelhança estava sobretudo nos olhos e na boca. Saí míope como ela, dentuço como ela. Há dentuços simpáticos e dentuços antipáticos. Muito tenho meditado sobre esse problema da antipatia de certos dentuços. Creio ter aprendido com minha mãe que o dentuço deve ser rasgado para não se tornar antipático. O dentuço que não ri para que não se perceba que ele é dentuço, está perdido. Aliás, de um modo geral, a boca amável é a boca que se vê claro. Era o caso de minha mãe: tinha o coração, já não digo na boca mas nos dentes, e estes eram fortes e brancos, alegres, sem recalque: anunciavam-na. (BANDEIRA, 1957, p. 70)

Tendo se ocupado largamente sobre a antipatia dos dentuços, certamente o poeta queria se fazer simpático, até porque tinha perto de si o exemplo materno, com os brancos e fortes sobressalentes que a anunciavam. Em dente de qualquer tempo, a brancura haverá de ser um valor, que o poeta quer extensivo a si próprio e decerto viu naquela sua missivista. Sobre outra parte da correspondência do autor ainda não reeditada, vale lembrar do seu “Epistolário” coligido como parte da sua obra circunstancialmente coligida pela Aguilar sob o título de *Manuel Bandeira: poesia e prosa* em dois volumes nos anos de 1958, sendo um para a poesia e outro para a prosa. No volume dedicado à sua prosa também constam cartas de foro íntimo, não só de interesse estritamente literário, e que, pela distância do público atual, talvez mereça atenção peculiar, já que ali podemos encontrar várias cartas enviadas a Joanita Blank, a familiares e a amigos, entre os quais circunstancialmente destaco a figura de Antenor Nascentes, menos pelo interesse filológico, do que pelo fato de o poeta lhe ter endereçado uma carta de Campanha, aos 23 de setembro de 1905, o que significa dizer que, se ele ainda não havia travado contato com Anna Salles Brandão, até aquele momento, o poeta já tinha em Campanha o seu logradouro. Mas o conteúdo da carta também interessa porque refere a escrita de um poema feito àquelas alturas, embora só tenha sido publicado em *Carnaval* (1919), portanto, mais de 10 anos depois da sua escritura. Considerando que, ao longo de 10 anos, um poema pode mudar, talvez o poema de então não fosse o que veio a ser publicado posteriormente. Mas se mudou, mudou pouco porque manteve o título e a forma fixa de que se valeu originalmente, conforme assinala na epístola abaixo reproduzida na íntegra, tal como foi enviada ao destinatário, o lexicógrafo:

Você ainda se lembra daquele quadro admirável de Velásquez – o Menippo – da coleção do Museu do Prado? Creio que lhe mostrei num álbum, nas Laranjeiras. Pois eu tive uma impressão profunda dessa figura em que há um sorriso de desdém supremo, um sorriso que é uma obra-prima. O Menippo não podia deixar de ser assim. Quis fazer um soneto e lembrei logo do espirituoso diálogo de Luciano, do Luciano a quem tanto estropiava o Noronha. Por isso mandei pedir-lho. Aí tem você satisfeita a curiosidade. Como este soneto te deu mais trabalho talvez que a mim, ofereci-o a você – ele lhe pertence. Talvez você o veja publicado num jornaleco daí – o *Rio pequeno*. O irmão do redator-chefe mora aqui e pediu-mo. Vou passando sem novidade. Abraça-o o amigo. Bandeira (BANDEIRA, 1958, p. 1380).

Afora a data e a localidade acima referidas, esta carta interessa porque revela algo do cordão de relações ao qual o poeta estava ligado, quer residisse no Rio de Janeiro ou em Campanha, valendo-se da intimidade da vida interiorana para exercer influência na vida da capital, através de contatos e epítetos como o do irmão do redator-chefe, de quem se utiliza para estampar seu poema em jornal. Jornaleco, como o autor menciona, que acolheu sua publicação em tempo inóspito para a circulação de iniciantes, mas que indica a publicação dos escritos de Manuel Bandeira, o qual dispunha de algum ancoradouro antes de se converter em livro. A interlocução com Antenor Nascentes, de quem era amigo desde quando aluno no Ginásio Nacional, revela a um só tempo a repercussão de interesses literários comuns alimentados há longas datas, como também permite certa visualização do poder de penetração da figura de Manuel Bandeira na vida cultural fluminense da virada do século, ainda que timidamente em periódicos desconhecidos ou pela forma convencional do soneto, que circulava no meio literário de então como verdadeira moeda de troca.

Cumpré aduzir que tudo isso se deu antes da publicação de *A cinza das horas* (1917), quando se torna efetivamente um autor de livro, reconhecido por um público mais amplo, muito embora entre os poemas coligidos ali não conste nenhum que tenha sido escrito antes de 1906, o que só acontecerá no livro seguinte, tal como a carta de Antenor Nascentes ilustrou. Portanto, de acordo com as informações anteriores, incluindo os documentos do arquivo dos Manuscritos da BN, parece razoável que Manuel Bandeira já fosse reconhecido como poeta, mesmo que apenas

tivesse publicado um poema aqui e outro acolá, era como poeta que ele se identificava publicamente, até porque não tinha outro ofício ou ocupação. Ainda que não fosse assim reconhecido em absoluto, haveria de ser para um círculo bem restrito, considerando o fundo corte de sua família na vida cultural brasileira, fosse pelo fato de que seu tio paterno João Carneiro de Sousa Bandeira já era membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) ou pela cadeia de relações de seu pai, que, indiscutivelmente, circulava pela vida cultural fluminense ou recifense, conforme o próprio autor refere reiteradamente no seu *Itinerário de Pasárgada*. Diante do delineamento do quadro esboçado ou das informações que lhe vem a reboque, seja através do cartão postal, do recorte de jornal ou de cartas, parece que se constitui como inquestionável um traço de sua personalidade: o de se exibir, independente das conveniências e apesar das adversidades de cada uma das circunstâncias. Se o cartão enviado de Clavadel à Campanha evidencia o fato de que a interlocução epistolar entre Manuel Bandeira e a missivista existiu, de fato, antes de sua publicação em livro e se manteve daí por diante, não resolve ainda o impasse entre a escritura do poema informada e a sua publicação, cotejando os dados constantes nos documentos supracitados. Talvez possamos dar um passo além sobre o período através do seu próprio relato, publicado em crônica intitulada “Minha adolescência” e coligida em *Andorinha, andorinha* (1966), volume que encerra longa produção prosaica sob a organização de Carlos Drummond de Andrade, ali constante logo depois de falar das cheias do Capibaribe e do quintal de seu avô materno:

A história de minha adolescência é a história de minha doença. Adoeci aos 18 anos quando estava fazendo o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo. A moléstia não me chegou sorratamente, como costuma fazer, com emagrecimento, febrinha, um pouco de tosse, não: caiu sobre mim de supetão e com toda violência, como uma machada de Brucutu. Durante meses, fiquei entre a vida e a morte. Tive de abandonar para sempre os estudos. Como consegui com os anos levantar-me desse abismo de padecimentos e tristezas é coisa que me parece a mim e aos que me conheceram então um verdadeiro milagre. Aos 31 anos, ao editar o meu primeiro livro de versos, *A cinza das horas*, era praticamente um inválido. Publicando-o, não tinha a intenção de iniciar uma carreira literária. Aquilo era antes o meu testamento – o testamento de minha adolescência (BANDEIRA, 1966, p. 8).

Sim, porque adquirida a doença em fins de 1904, depois de quando volta de São Paulo ao Rio de Janeiro e se dá início à sua peregrinação por Campanha, Maranguape, Uruquê e Quixeramubim, a moléstia não lhe deu trégua até que fosse parar em Clavadel. Diante do périplo, parece pouco fiável, pois, que no decurso de seis meses – a considerar as dificuldades de deslocamento da época –, o poeta tenha passado convalescente de São Paulo ao Rio de Janeiro e daí a Campanha, onde teria travado intimidade tamanha com Anna Salles Brandão, a ponto de lhe dedicar um soneto em que a descreve com precisão octossilábica. Então ainda vivia sob a veleidade ou a designação de ser arquiteto, sendo o pai engenheiro e seu acompanhante incondicional, o que explica a assinatura do poema como Manuel Bandeira Filho, já que o pai homônimo estava por perto. Por alguma razão obscura, talvez em decorrência de relações interpessoais ou parentais, é possível que o contato entre os dois missivistas tivesse se dado antes mesmo de o escritor deixar a cidade de São Paulo ou de ser diagnosticado como tuberculoso. Também é certo que a influência do pai não se restringia ao âmbito da construção civil e se estendia para a poesia, que ainda não tinha encontrado a ressonância mais refratária e duradoura no peito daquele jovem, cuja nova condição de doente condenado à morte viria ser a tônica daqueles seus dias e de seus poucos prazeres. Por ora, o que interessa é especular algo acerca de quando a convivência entre os missivistas se converteu em produção escrita, para chegarmos à sua poesia.

Pois muita atenção tem-se dado aos quatro anos em que o poeta constituiu sua mitologia particular em torno do quadrilátero que ornava a casa de seu avô, no Recife, o que é justo e acertado. Em contrapartida, poucas páginas foram dedicadas à aquisição do repertório poético do autor, depois de descrever a formação de sua sensibilidade para o mundo das representações sociais e do universo familiar que o aureolava. Por incrível que pareça, no mesmo *Itinerário de Pasárgada*, o poeta especifica o momento em que se deu o aprendizado de sua técnica literária, que vinha maturando desde quando aluno de João Ribeiro e José Veríssimo no Ginásio Nacional, depois convertido em Colégio Pedro II. Se o jovem Manuel Bandeira teve o privilégio de desfrutar de experiências e referências literárias pelo ambiente que privou na família e na escola, há um momento a partir do qual a assimilação de aspectos técnicos da poesia se converte em tarefa a ser vencida cotidianamente, de acordo com o seu próprio relato.

Confesso que já me vou sentindo bastante arrependido de ter começado estas memórias. [...] O meu arrependimento vem do nenhum prazer que encontro nestas evocações, da mediocridade que elas respiram, e ainda das dificuldades em que me vejo ao tentar refazer o meu itinerário que vai do ano de 1904, em que adoeci, ao de 1917, quando publiquei o meu primeiro livro de versos – *A cinza das horas*. Foi nestes treze anos que tomei consciência de minhas limitações, nesses treze anos que formei a minha técnica (BANDEIRA, 2009, p. 561).

Ora, se 13 anos foram gastos para formação da técnica, na pior das hipóteses é necessário considerar que a técnica existiu como um valor a ser adquirido e ao qual corresponde um tempo para sua adequada depuração. O trecho acima parece contrariar o que o próprio autor afirma pouco adiante no mesmo texto, quando diz que se conformou a compor “quando Deus é servido”, como se a sua composição não fosse pautada por uma técnica rigorosa ou, ao menos, um entendimento da técnica que passa a ser constitutiva de sua expressão. A espontaneidade assinalada na sua obra ali se faz presente como o resultado de uma busca pensada ou duramente adquirida e que se vale de 500 mil tentativas fracassadas, de consultas perdidas e de conselhos malfadados. É também o que confessa no mesmo *Itinerário de Pasárgada*, sem o condão de enfeitiçar os seus leitores pelo interesse da sua técnica. Mas como estamos tratando de um soneto em octossílabos, estendamos ainda um pouco o seu comentário acerca da técnica, para que tenhamos talvez uma visão mais compreensiva dessa produção anterior à sua publicação em livro.

Começou essa experiência [poética] por volta dos dez anos, ainda antes de eu entrar para o Ginásio. [...] Depois no Ginásio, lendo versos de Souza da Silveira, de Lucilo Bueno, em casa os de meu tio Cláudio da Costa Ribeiro, o único dos oito irmãos dotado com essa habilidade, herdada do pai, que em versos fez a sua corte a minha avó, enveredei pela lírica amorosa (estava, debaixo do maior segredo, apaixonado por uma moça amiga de minha irmã). Antes de conhecer o manual de Castilho, eu embatucava diante de certos problemas. De uma feita fui, muito encastrado, perguntar a meu tio Cláudio se “Vésper” rimava com “Cadáver”. A sua resposta negativa me inutilizou um soneto. Hoje vejo que quem tinha razão era o meu ouvido. Rima é igualdade de som. Tanto se rima consoantemente como toantemente e de outras maneiras. Só muito mais tarde vim a saber que os ingleses rimam *be* com

*eternity*. Vim a saber que afinal a aliteração nada mais é do que uma rima de fonemas iniciais (BANDEIRA, 2009, p. 559).

Sem ignorar que aliteração é uma rima antecipada, o poeta informa que tal conhecimento só se deu durante o seu aprendizado e que, somente depois, o poeta veio a saber que a rima é igualdade de som, sem depender necessariamente da coincidência da vogal tônica, tal como rimam os ingleses, houve desde sempre no seu ideário a preocupação com a rima. A tal ponto de ter inutilizado um soneto, conforme confissão, e talvez não somente um. A aquisição do repertório técnico, ilustrado pela figura incontornável de Castilho, revela que sua preocupação não era acidental nem podia ser vencida de uma investida só, mas reclamava um aprendizado. Aprendizado este que estava rigidamente ambientado no seu seio familiar, fosse pelo ramo materno – onde encontramos o seu citado tio Cláudio –, fosse ainda pelo ramo paterno – onde encontraremos o seu tio já imortal àquelas alturas sob os toponímicos de Sousa Bandeira, que o poeta também carregaria consigo. Fosse como fosse, o poeta não podia somente brincar de fazer poesia, mas teria que fazê-la a sério se quisesse seguir adiante, uma vez que estava sob instâncias dos olhares severos dos tios, quando não do próprio pai, conforme o relato segue:

A questão de métrica era a acentuação dos octossílabos. Um amigo de meu pai mostrara a Goulart de Andrade os meus versos “À sombra das araucárias” (*A cinza das horas*), e o poeta me aconselhara a corrigir o quarto verso desta quadra: ‘As coisas tem aspectos mansos./ Um após outro, a bambolear,/ Passam, a caminho d’água, os gansos./ Vão atentos, como a cismar...’ Não aceitei a sugestão de antepor “atentos” a “vão”, cuja finalidade era dar ao octossílabo acentuação na quarta sílaba, porque, habituado que estava aos octossílabos franceses e animado pelo exemplo de Machado de Assis em “Flor da mocidade” e “A mosca azul”, achava que o quarto verso, com acentuação diferente da dos três anteriores, saía mais expressivo do movimento dos bichinhos. E resolvi escrever um pequeno estudo sobre a técnica dos octossílabos (BANDEIRA, 2009, p. 567).

Ainda que não houvesse dito mais nada sobre o verso de oito sílabas, já ficou registrado aí o quanto se ocupou desta modalidade métrica. Aliás, é o único metro mencionado no *Itinerário de Pasárgada*, cujo esquema rítmico é problematizado. Se aos outros metros valem

de igual modo a problematização, a escolha deste revela um caráter eletivo para sua exposição. Antes de falar do octossílabo, o poeta havia se referido à rima, especulando sobre hiatos e sinalefas, sobre o uso de adjetivos e substantivos (emparelhados ou alternados), sobre a ideia que cada palavra encerra sem traduzir de modo idêntico o sentido expresso e assim por diante. Entre as escolhas métricas, todavia, tem precedência o octossílabo em detrimento de todos os demais. Não estranha, a partir disso, que tenha sido o alvo de sua resistência em acatar a sugestão de mudança por um oficial do ofício em momento que ainda não era autor reconhecido, haja vista a publicação exclusiva de *A cinza das horas*, o qual, tendo sido bem recebido, não era ainda o livro de sua consagração poética perante o público. Mas a reflexão sobre o octossílabo se manteve mesmo depois de sua maturidade poética, a exemplo do que registra sobre a composição de abertura do seu *Opus 10*, só publicado em 1952, cujo título insinua um balanço da obra, que circunstancialmente se abre com o poema “Boi morto”, do qual se ocupou longamente devido aos tão caros e decantados octossílabos.

Atendendo a essas inter-relações entre os versos de um poema é que eu no poema “Boi morto”, escrito em octossílabos, quebrei a medida do terceiro verso da última estrofe: Boi morto, boi descomedido,/ Boi espantosamente, boi/ Morto, sem forma ou sentido/ Ou significado... É que o monossílabo “boi”, embora completando a medida do segundo verso, ecoa, no entanto, arrastado pelo *enjambement*, no verso seguinte, como se este fosse em realidade “Boi morto sem forma ou sentido”. Nada me seria mais fácil do que dar as oito sílabas ao terceiro verso da estrofe, escrevendo “Morto, sem forma nem sentido”. Prefери, porém, quebrar o verso, por amor de um ritmo um pouco mais sutil do que o estritamente estabelecido pelo número fixo de sílabas (BANDEIRA, 2009, p. 572).

Seguindo o seu raciocínio, mais interessa a sutileza revelada pela musicalidade do verso, do que o cumprimento rigoroso do ritmo estabelecido para cada tipo de metro. O deslocamento do acento do octossílabo, estendendo seu hemistíquio, menos do que romper com a norma vigente, interessa porque serve à movimentação interna do verso, que pode adquirir conotação precisa na sua modalização, reforçando ou expandindo o significado expresso referencialmente. Sendo o tipo de especulação que se mantém no horizonte do poeta, independente da

parte da obra a que se refira ou durante todo o seu trajeto de escritor como constituinte à sua expressão, importa destacar os traços de sua inquietação que se cristalizou em estilo, porquanto atravessam várias fases do seu percurso autoral. Também por isso, convém assinalar que a cisma temporal sobre a data de escrita do soneto não invalida nem desqualifica a peça, desde que considerada como parte de um todo constituído pelo arquivo de Manuscritos de Manuel Bandeira constante na BN, que é a compreensão acionada aqui. Seja porque dimensiona o seu percurso formativo antes da repercussão posteriormente adquirida, seja porque valoriza o acervo que dispõe da produção ainda não publicada. Aliás, é curioso este conceito de “manuscrito” em curso, porque se trata de um manuscrito possivelmente coligido de fonte primária desconhecida e convertido em registro tipográfico à revelia do autor, que manteve correspondência com aquela a quem é reputada a fidedignidade do escrito e que doou à BN vários documentos relacionados ao poeta, entre os quais está o poema publicado como notícia de jornal, curiosamente parodiando outro poema seu já publicado antes e intitulado justamente assim: “Poema tirado de uma notícia de jornal” (BANDEIRA, 2009, p. 110). Tal como foi publicado, o soneto “A D. Anna Salles” se faz manuscrito pela relação de contiguidade que mantém com outros manuscritos do autor e pela hipótese de ter sido confiado à sua interlocutora, que confere ao escrito à condição autógrafo. Por outro lado, o soneto se faz um poema de Bandeira pela mimetização de procedimento composicional aplicado a outro poema, só que às avessas e sem a mediação do autor. Se antes o poeta retirava uma notícia do jornal e a convertia em matéria de composição, agora a notícia da existência de um poema seu, até então inédito, constitui matéria jornalística, o que indiscutivelmente constitui um procedimento bandeiriano, se não como poeta, decerto do sujeito social, que se transfere sem muito pudor da vida para a representação literária e da vida literária para a representação social a que teve acesso e que usufruiu o quanto pôde. Se tudo isso se aplicasse a Gregório de Matos e Guerra, não haveria problema nenhum, o diferencial é que estamos falando de Manuel Bandeira, que inclusive estava vivo à época de publicação daquele soneto e que, se não concordou com a publicação, parece não a ter contestado, aguçando o impasse.

Do soneto propriamente, cumpre destacar uma pontuação ostensiva entre exclamativas e reticências, que, como sinais gráficos, parecem incompatíveis entre si, criam uma atmosfera peculiar, para

a qual concorrem certo entusiasmo sobressaltado pela exclamação e incompletude enunciada transferida para as reticências que parece esconder ou suprimir algo, que, por não poder ser dito, se faz infável como correspondente imediato da escrita e que, por outro lado, se ampara nas três linhas reticentes das quatro estrofes, as quais carregam cada uma por si o ponto de exclamação, totalizando quatro ocorrências nos seguintes versos: 1) “Risos (e então num rosto lindo!)”; 2) “Sempre possais viver sorrindo!”; 3) “E que Deus guarde essa alegria!”; 4) “Rir é tão bom! Principalmente.” A unidade possível a ser depreendida da enumeração exclamativa é a modalização entre risos e sorrisos que florescem num rosto lindo, cuja alegria deverá ser guardada por Deus, principalmente porque rir é muito bom. Já em relação às reticências, podemos dispor destes outros versos: 1) “Tendo muitíssimo juízo...”; 2) “Vão bem em filhas de Maria...”; 3) “Pois só não riem os descrentes...” Se, na enumeração anterior, a bondade e a alegria se ofereciam como manifestações divinas, agora a crença como contraparte do sorriso vem a ser possibilidade de juízo para quem é devota de Nossa Senhora ou filha de Maria. Assim colocado o enunciado do poema, tudo parece meio carola, uma vez que crentes eram o autor e a destinatária do poema.

Considerando a escrita do poema como um cenáculo que implica a consideração dos sujeitos envolvidos, seja na condição autoral ou na de objeto descrito, a destinatária nomeada no título é referida na composição como portadora de um rosto lindo, que pode ter sido e levar a vida rindo, o que seria sinal de juízo, já que sorriso bom e inocente (além de lembrar Irene preta e boa) vão bem com as filhas de Maria, principalmente quando se tem lindos dentes. A descrição muito espontânea, quase juvenil, palmilhada na superfície de quem é descrita, parece esconder algo: que o autor do discurso se exhibe sob o indisfarçável manto do elogio, cujo alvo primeiro são os dentes da elogiada, que se mostram com evidência, a quem reclama justo sua exibição sem pudores. Ora, a reclamação se faz tanto mais insidiosa quanto mais considerarmos que o semblante de Manuel Bandeira era dentuço, senão nos retratos que nos legaram sua imagem para a posteridade, decerto nos poemas que referem sua autoimagem, inclusive no próprio “Autorretrato” (BANDEIRA, 2009, p. 301). Sendo a arcada dentuça um limite para a exibição que se converte em limite para a expressão individual do autor, não seria de estranhar que ele visse no seu modelo como um valor o objeto desejado para si, os dentes perfeitos. Sendo imperfeitos nele, eram mais que perfeitos

nela e, por isso, deveriam ser exibidos despididamente, como se ela pudesse suprir a falta irremediável da sua arcada dentária, a qual vem a ser constitutiva da sua própria identidade pessoal, familiar e poética, como era visto em público pelos conhecidos e desconhecidos, tal como relata Gilberto Freyre, em seu *Tempo morto e outros tempos*, na ocasião em que o conheceu pessoalmente nos idos de 1926, uma vez que a correspondência entre os dois pernambucanos já tinha resultado ao menos no poema “Evocação do Recife”.

Vou visitar Manuel Bandeira: Curvelo 51, Santa Teresa. Lindo lugar. Mas casa de pobre. Ele me supõe a princípio um espanhol – ou hispano-americano? – que ficara de visitá-lo. Quando digo quem sou, desata numa risada que deixa à mostra a dentuça já famosa que lhe dá ao aspecto alguma coisa de inglês e, ao mesmo tempo, de caricatural (FREYRE, 2006, p. 259).

O aspecto oscilante entre o anglo-saxão e a caricatura talvez seja resultante dos anos de treino para tornar espontâneo o defeito físico que já lhe impregnara uma máscara no sorriso. Os dentes tortos do poeta nos conduzem de volta à perfeição dentária desejada naquela que vem a ser objeto de sua composição apreciada. Enaltecendo as virtudes alheias gravadas nos dentes, sendo virtudes que ele não possuía nem podia possuir, realça as propriedades que não tem e através destas se exhibe por outras, as poéticas. Como se estivesse a dizer referencial e explicitamente: não tenho dentes bonitos, mas sei fazer versos, inclusive sobre os dentes, até mesmo para realçá-los. Nesse passo, os versos vêm a ser correlatos dos dentes que substituem e exaltam as propriedades singulares de uma pessoa objetivamente elevada, a pique de ser convertida em anjo. Acresce que o elogio em que o sujeito se esconde e no qual se projeta o objeto descrito é, naturalmente, erótico e simula um flerte, talvez interdito, talvez impossível pela condição de ambos os envolvidos, um tísico e uma moça católica, a meio caminho do delírio ou da devoção amorosa. Para não pairar nenhuma dúvida sobre o enlace poético, voltemos os olhos para o segundo quarteto, única estrofe do soneto sem reticências.

Sempre possais viver sorrindo!  
E em vossos lábios, indeciso  
Como um botão que vai se abrindo  
Floresça sempre um bom sorriso.

O tratamento da segunda pessoa do plural, indicado pelo verbo “possais”, a um só tempo instaura uma proximidade relativa, bem como recupera certa tonalidade litúrgica, pela lembrança da pessoa do discurso usualmente utilizada nos sermões, até mesmo os bíblicos. A rima pobre entre “sorrindo” e “abrindo” repercute mal na outra entre “indeciso” e “sorriso”, porque cria uma desestabilização entre o sorriso que se abre e o que se abre indeciso, contrariando a ideia de uma abertura resolvida e sem culpas. Tudo isso é reforçado pela imagem gasta da mais longínqua tradição poética, que aproxima boca e flor, no quarteto encarnada metonimicamente em “lábios” e “botão”, como se houvesse alguma fatalidade na abertura da boca em sorriso tal qual a natureza reclama do broto em flor. Tudo isso ficaria muito inosso, não fosse Manuel Bandeira dentuço nem estivesse reclamando a aparição dos dentes alheios perfeitos que não possui nem tem como possuir. Quer dizer, o poema só adquire graça, porque é de Manuel Bandeira, tísico e dentuço, a quem a agraciada pelo poema pode aceitar como gracejo, tomar como saliência ou simplesmente ignorar sob certo sorriso, o que a essas alturas não temos como imaginar, porque foi calado pela vida dele e pela vida dela. O verbo de Bandeira nunca se fez carne, antes enunciava a carne que poderia ter sido e que não foi.

Não estranha, a partir daí, que anos depois, recluso no sanatório suíço, o poeta incipiente evocasse as passagens por Campanha e reclamasse uma carta, falando da neve que queria mostrar à sua missivista de então e descrevendo os esquís como tábuas que deslizam sobre a neve, que ele não pôde experimentar, sob a promessa de que voltaria àquela cidade, caso sobrevivesse. Como a Europa e a neve nunca deixaram de ser obsessões brasileiras, sob inverno cerrado, a hipótese da volta ao interior mineiro e o pedido de uma carta qualquer, mais do que uma declaração de intenções, soa como um ato desesperado, como quereria e confessaria depois em seu “O último poema” (BANDEIRA, 2009, p. 120), “ardente como um soluço sem lágrimas”.

Vale ainda uma observação derradeira sobre o esquema rímico constituído no poema, que se estrutura por meio do som nasal em /ĩ/ para o da semivogal /i/ e deste para o /ẽ/ anasalado. Assim descrita a sonoridade, tudo parece correr bem, porque é visível a repercussão da nasalização entre as vogais, ainda que sob a mediação da semivogal limpa e transparente. Acontece que a rima alternada, tal como vinha ocorrendo até a terceira estrofe, não se mantém na última, quando há uma nítida

ruptura do esquema rímico, que não mantém a alternância constituída desde o início do soneto e, com isso, o campo semântico entre *alegria* e *Maria* fica comprometido, porque não ecoa em *principalmente*. Por outro lado, as palavras *inocentes* e *dentes* reverberam naquela palavra, cujo som deveria estar associado aos ditongos crescentes da estrofe anterior. À medida que o esquema rímico é rompido em detrimento da sonoridade que finaliza o poema, há um deslocamento daquele som que deveria servir à estrutura de composição para reforçar a rima com que se finaliza. A partir daí, podemos depreender que o modo como o poema acaba interessa mais do que a reprodução exata da estrutura, que se transforma e se amplia. Melhor dizendo, a finalização do poema é tão impositiva que permite a ampliação do sentido a ser depurado de sua estrutura formal fixa, senão como uma estrutura que se expande a partir do modo como se finaliza. Se os parnasianos fizeram da famigerada “chave de ouro” seu cavalo de batalha, não comprometiam ainda o entendimento da estrutura do soneto, o que parece ser um diferencial exercido e assinalado por esta composição singelamente lírica de Manuel Bandeira, para a qual o ato comunicativo e o objetivo do autor estão explicitados desde o primeiro verso e passam a incidir sobre a estrutura, inclusive pelo uso da rima tal como acabamos de ver, mas não exclusivo da rima, como bem percebeu seu ocasional leitor.

M. B. é sem dúvida nosso maior poeta. O maior, atualmente, penso eu, na língua portuguesa, na qual até há pouco dominaram o brasileiro Bilac e, mais do que Bilac, os portugueses Antônio Nobre e Eugênio de Castro. Mas sua prosa me parece quase sempre inexpressiva. Às vezes insípida. E uma de suas deficiências – estranha deficiência num poeta! – é a de um ritmo que lhe seja próprio. Também a de musicalidade. A de eurritimia” (FREYRE, 2006, p. 282).

Muito nítida a observação fina do antropólogo que conseguiu ver múltiplos sentidos em singelos significantes verbais na prosa do amigo Bandeira, cujos atributos ali não ficou claro se deviam ser transferíveis para o excelente poeta também reconhecido, circunstancialmente. A observação ganhará relevo se considerarmos que o poeta em questão só tinha publicado três livros na ocasião do comentário, que é de 1926: *A cinza das horas*, *Carnaval* e *Ritmo dissoluto*. Por conseguinte, vale ressaltar o valor da apreciação, para não valorarmos retrospectivamente

o poeta modernista, como se então já fosse largamente reconhecido e aclamado pelo público, inclusive o da Academia Brasileira de Letras (ABL). Em vez disso, outro é o destaque a ser feito e que, se não servir para mais nada, ao menos expande o texto que ilustra uma criação linguística estruturada em versos, que não se coaduna exemplarmente com a prática discursiva corrente no início do século XX, época de sua escrita. Talvez explique, ainda, o motivo de sua preterição do panteão bandeiriano, fosse por vontade deliberada do autor, fosse pela dúvida ou pelo risco a que estariam expostos os organizadores de sua obra. Com efeito, como não houvesse medo ou pejo de se apresentar como poeta menor, conviria ainda especular um pouco mais acerca dos porquês que justificariam a não publicação deste poema, talvez de 1905, mas certamente anterior àquele autor incontornável que se fez figura pública a partir de 1917, quando da publicação de *A cinza das horas*. Aí constam outros sonetos, predominantemente em decassílabos e ocasionalmente em alexandrinos, porque os octossílabos ficaram a cargo de outros poemas, a exemplo de “Chama e fumo”, “A vida assim nos afeiçoa”, “Dentro da noite”, “O inútil luar”, “Três idades”, “Ingênuo enleio”, “Ternura”, “Enquanto a chuva cai...” e “Tu que me deste o teu cuidado...”. Todos de tonalidade e conotação erótica, como se o poeta estivesse a dizer que para falar de amor em versos o metro é oito. Talvez como mecanismo para chegar com facilidade aos oitenta, ao menos naquele seu primeiro momento autoral, de acordo com o que já havia sido observado também por Gilberto Freyre, em artigo intitulado “Manuel Bandeira em três tempos”, que carrega um subtítulo que serve de síntese à análise: “Dos oito aos oitenta”.

No gênio poético de Manuel Bandeira os dois extremos vêm se conciliando. Desde que se revelou poeta, Bandeira nunca deixou de ser menino. [...] Ainda jovem, ele escreveu muito verso em que à voz menino de oito anos se segue a do velho de oitenta, que por antecipação como que sempre existiu no poeta de *Carnaval*. Nem o menino de oito anos se deixou, em Bandeira poeta, vencer, em tempo algum, por esse precoce velho de oitenta, nem o antecipado velho de oitenta, pelo renitente menino de oito. Sempre se completaram, sem muita desarmonia entre os dois. Como avô e neto dentro do mesmo indivíduo (FREYRE, 1987, p. 163-164).

Essa ubiquidade temporal pode servir de chave para entender a habilidade com que o poeta lidou desde muito cedo com a morte, bem como a sede de viver o animou até seus últimos momentos, quando qualquer situação prosaica tilintava no seu ideário de homem curioso pela existência alheia em que ecoa um traço do tempo ou centelha uma fagulha da existência. A pulsão de vida que era abundante e constante no sujeito e no poeta Manuel Bandeira precisava de recurso, para não se dissipar, para não se perder, para não confundir e, sobretudo, para afirmar sua condição de ser e estar presente no seu tempo e no seu espaço. Daí decorre que a experiência sensível precisaria encontrar correspondente formal, não como uma forja à qual precisaria se adequar, mas como um correlato verbal necessário para fazer vingar a experiência linguística iluminada pelo seu repertório de imagens, para o qual a palavra precisaria ser contida mais do que expandida, para o qual a clareza e a espontaneidade deveriam servir menos como vínculo com o leitor do que como modalidade de registro para assegurar o desdobramento da existência. Não espanta que daí surja uma expressão turbulenta e profunda, apesar de tranquila e transparente na superfície do discurso, que retém a turba de entidades e assombrações que o poeta carrega para sua frase e caracteriza uma expressão que o nomeia. Por isso, o idílio de encontrar um correspondente verbal compatível com a sua sensação ou com o seu sentimento nunca será uma veleidade alimentada por Manuel Bandeira, para quem qualquer consequimento do verso seria sempre uma luta inglória com a palavra, cuja formalização nunca é somente uma conquista, mas também uma resignação diante do objeto público que é o poema, onde se grava um fracasso. Por isso, interessa-lhe mais o resultado possível do que o desejo conquistado, em que a forma faz figura de limitação que liberta menos o indivíduo do que sua aceitação pública. Esta é a sua senha de acesso para a vida adulta, para a vida cotidiana, para a vida social que encontrou ao seu redor e soube fazer razão de existir para o mundo e para a poesia. Por isso, a memória para Bandeira jamais haverá de ser o registro de um tempo, porque será sempre um modo de existência no momento que ele tenta se expandir, dilatado da sua experiência, não raro refugado da experiência alheia, onde o indivíduo concreto e o sujeito artista ocasionalmente se encontram.

Aos contrastes que o tempo cria na vida de um indivíduo, não é alheia a poesia, por vezes, a seu modo, proustiana, de Manuel Bandeira. Sente-se e chega a comentá-los à sua maneira um tanto filosófica. E como para Dante o número nove, parece para Bandeira o número oito tem alguma coisa de número-chave. No seu caso, número-chave para a interpretação dos efeitos do tempo não só sobre ele próprio como sobre pessoas queridas. Sobre mulheres amadas, até. [...] É um espaço-tempo potentemente vivo na sua poesia, esse do verdor da sua vida. Amadureceu Manuel Bandeira à base de suas experiências decisivas nesse espaço-tempo irreduzível. [...] o equilíbrio entre o verdor lírico dos oito anos e a maturidade sabiamente poética dos oitenta. Entre a avidez de vida a viver e o gosto amargo de vida já vivida (FREYRE, 1987, p. 166-167).

Certamente existe para o poeta, como deve existir para o comum dos mortais, algum ponto de apoio, que serve para sua comodidade ou para sua sobrevivência: um cigarro, uns óculos, uma muleta, um nebulizador, uma pessoa ou uma imagem reconfortante. Em se tratando da forma para a poesia bandeiriana, ocasionalmente o octossílabo se faz imperativo, não tão espontâneo quanto outros metros mais afins à tradição ibérica, seja de extração popular ou erudita, o metro em oito é um poço de contradição. Ao mesmo tempo em que promove uma cursividade trôpega, permite um encanto desolador na expressão, que encontra no amor um justo correspondente, ao menos no amor cantado por certo Manuel. À guisa de fechar o comentário, conviria relacionar a exploração já assinalada pelo oito, em metro ou em símbolo, para traduzir numa experiência formal mais funda, necessariamente histórica, para a qual os expedientes formais são necessários para afirmar certos rasgos da tradição, expandindo-os ou atualizando-os. Por isso, Manuel Bandeira nunca deixou de fazer sonetos, nem no início nem no fim de sua produção poética. Por isso, nunca falou abertamente contra os parnasianos, conforme explicação do *Itinerário de Pasárgada*, apesar de “Os sapos”. Talvez porque soubesse convictamente que é preciso assegurar algo do passado, mesmo que no que ali existe de mais fossilizado, de mais protocolar, de mais viciado ou caduco, porque oferece sempre a possibilidade de transformação, que fora da matéria formalizada não existe. Se existir, existe como símile do uso que ele faz do octossílabo no soneto ou como um oito singelo e abstrato visto por um ocasional leitor seu. A pretexto de finalizar o

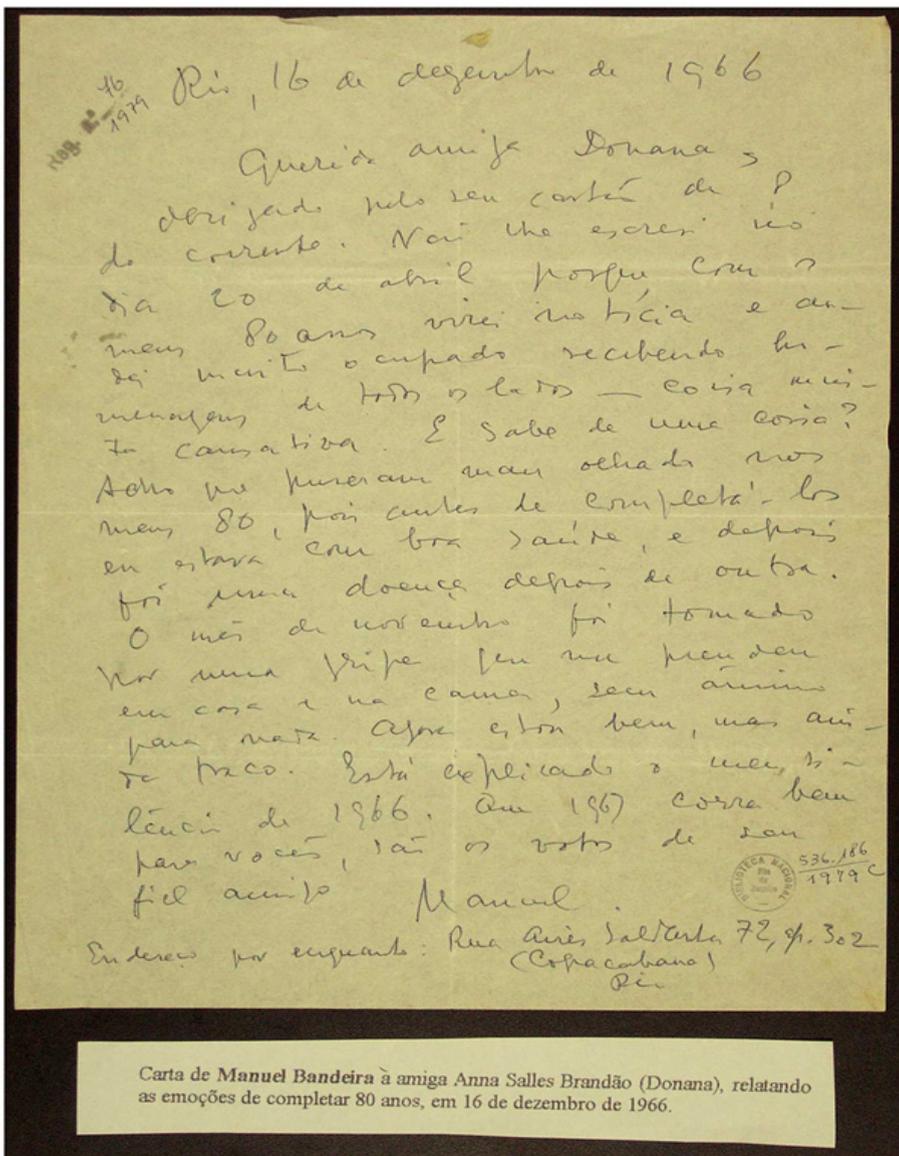
argumento com uma referência prosaica, segue a reprodução da última carta a Dona Anna Salles Brandão, por ocasião da passagem de seus oitenta anos, aureolados de cerimônias e festejos, que não deixavam de enfadá-lo, mas que nem por isso vacilava diante deles, como se ainda fosse o menino anterior à tuberculose.

Rio, 16 de dezembro de 1966

Querida amiga Donanna,

Obrigado pelo seu cartão de 8 do corrente. Não lhe escrevi no dia 20 de abril porque com os meus 80 anos virei notícia e andei muito ocupado recebendo homenagens de todos os lados – coisa muito cansativa. E sabe de uma coisa? Acho que me puseram mau olhado nos meus 80, pois antes de completá-los eu estava com boa saúde e depois foi uma doença depois de outra. O mês de novembro foi tomado por uma gripe que me prendeu em casa e na cama, sem ânimo para nada. Agora estou bem, mas ainda fraco. Está explicado o meu silêncio de 1966. Que 1967 corra bem para vocês, são os votos do seu fiel amigo, Manuel (BANDEIRA, 1979d).

Figura 1 – Carta de Manuel Bandeira à amiga Anna Salles Brandão



Carta de Manuel Bandeira à amiga Anna Salles Brandão (Donana), relatando as emoções de completar 80 anos, em 16 de dezembro de 1966.

## Referências

BANDEIRA, M. *Flauta de papel*. Rio de Janeiro: Alvorada Edições, 1957.

BANDEIRA, M. *Manuel Bandeira: poesia e prosa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. v. 2.

BANDEIRA, M. *Andorinha, Andorinha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

BANDEIRA, M. Carta a Anna Salles Brandão em 12 de janeiro de 1914. *Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1979a. [Documento I-07, 26, 19]

BANDEIRA, M. Recorte de jornal não identificado para Donanna. *Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1979b. [Documento I-07, 26, 12]

BANDEIRA, M. Recorte de Jornal *O Diário* de 15 de agosto de 1958. *Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1979c. [Documento I-07, 26, 16]

BANDEIRA, M. Carta a Anna Salles Brandão em 16 de dezembro de 1966. *Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1979d. [Documento I - 7,26,15]. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mssI07\\_26\\_015.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssI07_26_015.jpg)>. Acesso em: 27 fev. 2018

BANDEIRA, M. *Poesia completa e prosa: volume único*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

FREYRE, G. *Perfil de Euclides e outros perfis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FREYRE, G. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930)*. 2. ed. São Paulo: Global, 2006.

WERNECK, H. *O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas de 1920 a 1970*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido em: 27 de fevereiro de 2018.

Aprovado em: 03 de julho de 2018.



## Um mosaico textual: a correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade

### *A Textual Mosaic: Letters from Ronald de Carvalho to Mário de Andrade*

Mirhiane Mendes de Abreu

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, Brasil)

mirhiane.abreu@unifesp.br

**Resumo:** O objetivo deste ensaio é analisar a correspondência de Ronald de Carvalho (1893-1935) a Mário de Andrade (1893-1945) a partir dos instrumentais hermenêuticos inerentes ao estudo epistolar (sua pesquisa, edição e ato crítico-analítico). A proposta da leitura foi considerar os exemplares hoje preservados em relação à complexidade da década de 1920, às formas de narrar o modernismo e à multiplicidade de discursos ali enunciados. Assim, do conjunto de nomes, obras e temas recorrentes neste específico diálogo é possível formular a hipótese segundo a qual as cartas - mais do que simples depósito de informações – evocam os significados simbólicos centrais do programa modernista brasileiro.

**Palavras-chave:** Ronald de Carvalho; Mário de Andrade; cartas; modernismo; crítica.

**Abstract:** The aim of this essay is to analyze the correspondence between Ronald de Carvalho (1893-1935) and Mário de Andrade (1893-1945) based on hermeneutical instruments inherent to the epistolary study (the research, edition and critical-analytical act). The purpose of the analysis was to consider the materials currently preserved in relation to the complexity of the 1920s, to the modes of narrating modernism and to the multiplicity of discourses therein. Thus, from the set of names, works, and recurrent themes in this specific dialogue, it is possible to formulate the hypothesis that letters - rather than simple deposits of information – evoke the key symbolic meanings of the Brazilian modernist program.

**Keywords:** Ronald de Carvalho; Mário de Andrade; letters; modernism; critique.

## 1 Cartas pulverizadas: primeiras aproximações

Mário de Andrade e Ronald de Carvalho dialogaram. Corresponderam-se, discutiram, trocaram impressões, analisaram as obras um do outro. Hoje, essa proximidade está registrada unilateralmente nas cartas enviadas por Ronald de Carvalho ao autor de *Macunaíma*, o que assinala o contraste na conservação dos acervos pessoais de cada um. Acessíveis são apenas 17 cartas, preservadas pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), Fundo Mário de Andrade, série: Correspondência, subsérie: Correspondência Passiva. São os vestígios de um continente maior, um instigante desafio para a compreensão crítica do fluxo das experiências intelectuais dos anos modernistas e uma exposição da linha-mestra que percorre o manancial de possibilidades abertas pela epistolografia (sua pesquisa, edição e ato crítico-analítico), colocando-nos diante de alguns dos instrumentais hermenêuticos inerentes ao estudo epistolar, gênero que, nas palavras de Geneviève Haroche-Bouzinac, “íntegra uma massa documental mais ampla, que engloba os diários íntimos, cadernetas, peças de arquivo pessoal” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 24). Um mosaico textual – posso acrescentar – que relaciona essa correspondência específica a diferentes fontes primárias.

Dois nomes de relevo nos anos de construção do modernismo, Ronald de Carvalho e Mário de Andrade nasceram em 1893. Da sua parte, Ronald cumpriu uma trajetória de ascensão no *establishment* brasileiro já na primeira década do século XX. Em 1919, jovem diplomata, a Academia Brasileira de Letras lhe concedeu duplamente o seu prêmio máximo graças a *Poemas e sonetos* e *Pequena história da literatura brasileira*, livros produzidos num contexto em que versejar e redigir uma história literária equivaliam ao coroamento do homem de letras. Além disso, o fato de o autor ter o seu nome estampado entre os partícipes de importantes revistas portuguesas – como *A Águia* (1914) e *Orpheu* (1915) – tende a sublinhar o roteiro deste escritor-diplomata, homem coberto por louros e por convívios internacionais e que esteve em sintonia com o seu tempo até sua morte precoce, em 1935.

Se em vida Ronald de Carvalho obteve muitas conquistas, seu acervo pessoal não conheceu a mesma trajetória. Excetuando a conservação dos manuscritos de parte de sua obra, o espólio de Ronald foi pulverizado pelo tempo e não há nele nenhuma das cartas que recebeu. O acervo pessoal de Mário de Andrade, por sua vez, teve outro destino:

cuidadosamente preservado, nele consta um conjunto das cartas enviadas por Ronald de Carvalho, cobrindo irregularmente os anos entre 1923 e 1928. Em face a um diálogo unilateral e para evitar o naufrágio da pesquisa, minha proposta inicial de leitura dos exemplares foi apontar, a partir dos temas e nomes recorrentes, um vocabulário dominante que assumisse os aspectos tangíveis das cenas modernistas tais como foram apreendidas pelos interlocutores. Este critério exigiu variedade teórico-metodológica e um mergulho nos arquivos pessoais de cada um deles, associando esta jornada ao exame da vasta correspondência de Mário de Andrade.<sup>1</sup> Neste contexto, importa assinalar, registrando um agradecimento aos familiares do autor, que pude consultar e organizar o acervo pessoal de Ronald de Carvalho, digitalizando-o e transferindo-o posteriormente para o Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE), na Unicamp, onde esta pesquisa teve início.

Feitas essas observações preliminares, o objetivo deste ensaio é examinar a correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade, fundindo-a à multiplicidade de textos nela manifestos e problematizando as diferentes jornadas que compuseram as faces do modernismo brasileiro. Mais do que simples depósito de informações lacunares, emergem dessa específica correspondência os procedimentos e as representações próprios daquela dinâmica intelectual, além da evocação dos significados simbólicos que a escrita de cartas imprimiu ao programa modernista brasileiro. Dessa correspondência, sobressaem menções e análises de obras (*Epigramas irônicos e sentimentais*, *Toda a América*, *Pauliceia desvairada*, *Noturno de Belo Horizonte*, “Carnaval carioca”) e de revistas literárias, notadamente a *Klaxon*, dentre outros títulos. Além disso, expressa-se ainda uma espécie de “vocabulário dominante” (missão,

---

<sup>1</sup> Quanto ao critério metodológico, além das condições materiais da conservação das cartas, a abordagem que combina outros diálogos epistolares é inerente à epistolografia, segundo a caracterizou Geneviève Haroche-Bouzinac). Não mecanicamente, essa associação se ata ao tecido epistolar, que é um “objeto composto”, complexo, do qual emergem múltiplos discursos e posturas enunciativas. Lançando mão do raciocínio de Brigitte Diaz, em *L'épistolaire ou la pensée nomade*, não se trata de simplesmente seguir pistas dadas, mas de tentar compreender, nos vestígios desse discurso, o que as palavras enunciadas sustentam. No caso da correspondência enviada por Ronald de Carvalho a Mário de Andrade, isto equivale a perceber como os interlocutores dialogaram sobre os pressupostos e os caminhos heterogêneos do modernismo no Brasil (HAROCHE-BOUZINAC, 2016; DIAZ, 2002).

luta, revista, lirismo, colaboração, conferência, viagem e derivados) articulado a um tecido de sociabilidade (Manuel Bandeira, Prudente de Moraes, neto, Blaise Cendrars, Emílio Soto, Álvaro Pinto, dentre outros). Entre os títulos, palavras recorrentes e nomes aludidos há uma relação de sentido que nos permite compreender a correspondência de Ronald de Carvalho conforme Brigitte Diaz definiu o gênero em *L'épistolaire ou la pensée nômade* (2002). Para a autora, as abordagens multiformes podem ser reunidas para identificarmos os protocolos da comunicação presentes na carta. Em linhas gerais, Diaz situa o exame investigativo da correspondência numa espécie de “labirinto metodológico” e ressalta a importância de abordagens plurais como decorrência do caráter igualmente plural do gênero epistolar, que pode ser conceituado como um documento, texto, discurso ou “um fazer”. Na verdade, continua a autora, o gênero epistolar engloba todos esses aspectos ao mesmo tempo.

Ocorre que nós admiramos a variedade do discurso epistolar não somente pela indefinição do gênero, mas porque ele opera novos olhares críticos sobre determinado tempo. Assim, a correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade está entrelaçada a toda discussão estético-cultural da década de 1920 e, a partir de uma leitura atenta, podemos dimensionar que os dois escritores possuíam muitos pontos de contato, talvez até maiores do que suas divergências. Eles conheciam a matéria das formas e práticas de vanguarda e se interessavam por fazer do Brasil tema central de suas produções. Esse diálogo pode trazer à tona os múltiplos roteiros que integraram as várias faces do modernismo brasileiro, quando, delineando uma lógica coletiva, muitos escritores acrescentaram às produções intelectuais a prática do debate epistolar.

## 2 Discursos entretecidos: um projeto coletivo em curso

*“Tens todo um Brasil metido na alma, um Brasil que já me faz saudade do Brasil, e que eu levarei para fora com as minhas cuias de Aracati e sarapes de Querétaro.”* (Carta de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade, 9 de setembro de 1925)

A correspondência de Ronald de Carvalho, de grande qualidade textual, ultrapassa qualquer consideração exclusivamente de escrita: trata-se, no mínimo, de estarmos diante de uma imersão nos acontecimentos, nos temas e nas questões do tempo, sejam estes poéticos, sejam referentes

ao campo literário. Em maio de 1923, Ronald de Carvalho estava se preparando para uma viagem rumo ao México, onde iria proferir uma série de conferências oficiais em prol da divulgação literária e cultural do Brasil. Em meio aos preparativos, redige a carta ao amigo abaixo transcrita:

Rio, 25 de maio de 1923

Meu querido Mario

Afinal, o embarque! Deixo com melancolia, embora por um momento, mercê de Deus, a nossa batalha. Queria dizer-te uma porção de coisas, mas o mundo de saudades que me enche o coração pesa demasiadamente sobre o meu espírito. Vou para outra batalha, certo de que esse duro sacrifício vai refletir de algum modo sobre a nossa Causa Modernista. Teu nome ressoará nas paredes de ouro e prata dos palácios astecas.

Ainda estou sob o sortilégio do teu *Carnaval*. Podes confiar na beleza dessa obra, onde a pura miséria cotidiana se mistura com a mais límpida intuição estética. Salvo pequenas passagens, em que eu desejara menos eloquência e mais Poesia, v. g. aquele hino que elevas a Deus, todo o poema é de uma frescura de águas desnevasadas. Infelizmente, a pressa das últimas horas impede-me de confiar-te todo o bem que eu penso do *Carnaval*. Ficará para mais tarde em oportuna ocasião.

Dá um abraço no Menotti, no Tácito, no Guilherme, no Luís Aranha, no Couto de Barros, em toda essa Corja Ilustre que salvará o Brasil! (Todos nós, desde o descobrimento, andamos a salvar o Brasil!).

Recebe tu o meu melhor afeto e os meus agradecimentos pela impetuosa alegria que me dá a tua amizade.

Teu Ronald

Mando-te pelo Correio o *Espelho de Ariel*.

De certo modo, o traço dominante das cartas de Ronald de Carvalho é o ato de viajar, um traço do seu perfil biográfico-intelectual desdobrado na construção poética e programática da década de 1920. Sua produção epistolar se inscreve e se institui, em grande parte, na circunstância de viagens oficiais e, nesta específica carta, o destino não seguia o roteiro Brasil-Europa, mas Brasil-América, expondo o senso de missão a que esse roteiro se referia. Divulgador externo da cultura brasileira, Ronald de Carvalho envolveu-se com a “Causa Modernista”

com fins programáticos e empregou termos retóricos, como a “batalha” ou o “duro sacrifício”, que são formas de absorção das atitudes de vanguarda e suas expressões que exprimem a maneira como leu a obra de Mário de Andrade, semeando nas cartas traços da memória da sua recepção. Assim, a partir deste exemplar, registram-se quatro componentes do sentido empregado por Ronald ao programa modernista conforme percebidos no conjunto desta correspondência: 1) a constituição de grupos; 2) a criação de obras atuais para o tempo com subsequente diálogo crítico sobre elas; 3) a incorporação de ideais de vanguarda sob a forma de difusão e, por fim, 4) um sistema de referências que compreende as possibilidades de universalização da cultura nacional a partir do mundo ibérico em geral (aqui, o mundo hispano-americano). São, em síntese, sentidos propensos à ação coletiva, a um registro crítico-memorialístico e às relações político-culturais, todos os sentidos em conformidade com a sua atuação naquele contexto.

A carta de Ronald de Carvalho acima transcrita pode ser interpretada como uma espécie de discurso memorialístico dos temas e dos problemas enfrentados na vivência dos anos de 1920. Neste exemplar, vemos pela saudação um indicador do caráter gregário do modernismo, em referência à “Corja Ilustre, que salvará o Brasil!” (Menotti Del Picchia, Tácito de Almeida, Guilherme de Almeida, Luís Aranha e Couto de Barros). São nomes cuja alusão carrega consigo dupla funcionalidade: evidenciar a existência de um contexto coletivo e, por consequência, validar a correspondência como instância comunicativa que fez do programa em curso objeto de conversação. Nas outras cartas conservadas são acrescentados nomes de intelectuais, artistas e pessoas cotidianas que compunham o círculo do emissor e do receptor; círculo este envolvido ativamente na difusão, recepção e constituição das obras e das polêmicas da época. São eles: os brasileiros Manuel Bandeira, Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Renato Almeida, Rubens Borba de Moraes, Paulo Prado, Prudente de Moraes, neto, Sérgio Buarque de Holanda, Couto de Barros, Oswald de Andrade, além da esposa de Ronald de Carvalho, Leilah Acioly Ronald de Carvalho; do lado estrangeiro, citam-se Emílio Soto e Manuel Gálvez, dentre os argentinos, e os europeus Blaise Cendrars, Antônio Ferro, Navarro da Costa e Álvaro Pinto.

Pensar a arte brasileira como parte integrante de uma mudança cultural que se processava no mundo era uma das tópicas dessa conversa, motivo pelo qual a troca de cartas funcionou como elemento dinamizador

da produção e recepção das obras, sendo também mecanismo de propaganda e difusão do que faziam. Esta perspectiva estava consignada na forma de apreensão e de vivência das vanguardas no solo brasileiro; apreensão e vivência que se efeturaram em observância à urgência de atualização cultural. Desse ângulo, cabe trazer para a análise a perspectiva de Eneida Maria de Souza, em “O discurso crítico brasileiro”, em que a estudiosa discute o problema da dependência cultural no Brasil frente aos países hegemônicos. Compreendendo o tema teórica e historicamente, a autora analisa a interpretação e a contribuição modernista dizendo:

A aceitação do descompasso entre modernização e transculturação como uma das condições de serem encarados os conflitos, no lugar de ignorados ou dissolvidos, é compartilhada por escritores que definem o nacional pelo viés da herança modernista de Oswald e de Mário de Andrade. A partir dos anos de 1930, o projeto modernista, ao vincular o conceito de nacional ao programa do Estado, irá passar pelo conflito entre a construção de uma memória nativa, local e os imperativos de uma cultura global, universal, trazida pela modernização, pela sistematização e pelo ordenamento racionalista do saber estatal (SOUZA, 2002, p. 57).

Esta citação nos interessa para pensar a especificidade desta correspondência porque, como diplomata exposto ao mundo, era familiar a Ronald de Carvalho o descompasso cultural entre o Brasil e os países que vinham definindo os modelos de ruptura, bem como as respostas dadas a isso pelos países vizinhos. Por sua vez, Mário de Andrade vivia o dilema da construção da nacionalidade e da atualização cultural do país, pautando-se pela leitura crítica das vanguardas europeias. Assim, a aproximação entre eles, construída por esse diálogo epistolar, decorre claramente da posição do intelectual daquele tempo, comprometido com a liberdade de expressão e com a superação do atraso cultural do país. Para melhor entendimento do que lhes era comum, é fundamental observar a perspectiva de Antonio Candido (1985), em “Literatura e Cultura entre 1900 e 1945”, em que o crítico expõe o sentimento dual como traço constitutivo da mentalidade intelectual brasileira, oscilante na dialética entre o local e o universal. Esse movimento pendular entre aqui e lá organiza a linha-mestra do diálogo entre o autor de *Toda a América* e o de *Macunaíma*. Secundando esse ponto de vista sobre a dialética entre o local e o universal como um traço da crítica brasileira, compreendo o diálogo estabelecido entre Ronald de Carvalho e Mário de Andrade

tendo em vista o modo como cada um estabeleceu seu próprio projeto intelectual e como cada um concebeu a individualidade do outro, porque esse pressuposto orientou o vínculo forte e duradouro que sustentou o debate entre eles.

Por isso, ainda que a imagem de Ronald de Carvalho tenha se esmaecido nos estudos dedicados ao modernismo por entendê-lo como um caráter enraizado na tradição oitocentista,<sup>2</sup> o exame detido do diálogo entre ele e Mário de Andrade permite sustentar a perspectiva segundo a qual havia múltiplos dilemas impregnando o ambiente intelectual na década de 1920. Em outras palavras: a heterogeneidade de ideias definiu o exercício crítico-intelectual naqueles anos. Assim, o que se constata, a partir da leitura desse diálogo epistolar, é a convergência entre distintos pontos de vista e isto corresponde à possibilidade de novas instâncias interpretativas, as quais estabelecem íntima relação entre o artístico, o cultural e o diplomático e não a exclusão de um pelo outro.

Encaminhada assim a questão e a fim de elucidar o problema, importa retomar dois episódios intimamente relacionados entre si e que, contidos na carta acima, formam uma espécie de paradigma do conjunto da correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade. Trata-se da leitura sobre o poema de Mário de Andrade, “Carnaval carioca”, e do envio do livro *Espelho de Ariel*, de Ronald de Carvalho.

Embora brevemente enunciada, a leitura sobre “Carnaval carioca” opera-se como parte do núcleo temático a respeito dos preceitos da nova poética e constitui-se como memória da sua recepção. Reunido no livro *Clã do jabuti* (1927), o poema “Carnaval carioca” capta, como numa fotografia, a imagem festiva e mestiça no espaço público de uma festa popular. Vendo-o pelo ângulo de uma consciência criadora, Ronald de Carvalho afirma que o poema condensa e expõe como “a mais pura miséria cotidiana [que] se mistura com a mais límpida intuição estética”, ângulo pelo qual considera a poética de Mário de Andrade. Esse comentário é

---

<sup>2</sup> A suposta ausência de uma “inquietação de vanguarda” – quer na obra poética, quer na ensaística – fez crer a alguns dos seus contemporâneos que Ronald de Carvalho se situava “do lado oposto”, para citar o título do polêmico artigo de Sérgio Buarque de Holanda, que o fixou, e também a Guilherme de Almeida, “do lado oposto” (HOLANDA, 1996, p. 224-228). Esta ideia norteou a perspectiva crítica adotada posteriormente sobre o autor, a exemplo de Antonio Arnoni Prado, que o entendia como pertencente a uma “falsa vanguarda” (PRADO, 2010).

um alicerce para as demais cartas em que Ronald interpretou os processos criativos e valores estéticos de Mário de Andrade, validando-os no âmbito da subjetividade, no espaço privado da carta. Na interação da conversa epistolar, a individualidade poética de Mário de Andrade ia pouco a pouco sendo elaborada. As considerações de Ronald sobre “Carnaval carioca”, além de incorporadas a posteriores desenvolvimentos em cartas futuras, mostram-se parte integrante do sistema de correspondência que Mário de Andrade construiu, formando uma espécie de “trama epistolar” em respeito às produções que estava experimentando na complexidade de suas inquietações artístico-intelectuais. Isso pode ser compreendido ao compararmos o teor da carta de Ronald a outras cartas enviadas por Mário de Andrade aos seus variados interlocutores. Em 10 de novembro de 1924, Mário de Andrade escreve a Carlos Drummond de Andrade, dizendo:

Eu conto no meu ‘Carnaval Carioca’ um fato a que assisti em plena Avenida Rio Branco. Uns negros dançando o samba. Mas havia uma negra moça que dançava melhor que os outros [...] Este é um caso em que tenho pensado muitas vezes. Aquela negra me ensinou o que milhões, milhões é exagero, muitos livros não me ensinaram. Ele me ensinou a felicidade (ANDRADE; ANDRADE, 2002, p. 48).

Mas, antes disso, em 22 de abril de 1923, escreveu para Manuel Bandeira:

Aqui vai o meu “Carnaval” e um discurso. Oscilo, hesito e tremo. O “Carnaval”... O Graça considerou certas partes dele: românticas. Sei que tem razão. Mas seria insincero comigo mesmo, se mais que a minha expressão, procurasse a orientação de escolas. [...] Mas o que hei-de-fazer? O que posso. E o que posso aí está. Lê e aconselha-me (ANDRADE *apud* MORAES, 2000, p. 88).

De destinatário em destinatário, Mário de Andrade expunha argumentos que alicerçavam criticamente sua teoria e sua maneira de se relacionar com o fazer poético em face do mundo que o rodeava e das referências textuais de que dispunha. Buscava colegas que o lessem e o problematisassem. Na correspondência de Ronald a Mário de Andrade, é possível mapear um rol de obras analisadas, a exemplo de *Amar, verbo intransitivo*, *Losango cáqui* e *Primeiro andar*. Assim, suas cartas não se esgotam num exemplo de sociabilidade ou num depósito de informações sobre *fait-divers* dos anos de 1920, mas exprimem as operações críticas

do ato de escrever cartas conforme se deram naqueles anos. Por isso, ao dissertarem sobre as próprias produções e/ou as dos outros, os escritores fizeram do espaço da carta um lugar de confluência de discursos híbridos, nos quais as propriedades do próprio discurso epistolar, da crítica e da criação se amalgamam numa reflexão explicitamente subjetiva e centrada no âmbito das questões modernas.

Assim, quando se percorrem as cartas enviadas por Ronald, notam-se certas coincidências na escolha dos seus assuntos. É, sobretudo, um missivista que se coloca na posição de leitor, tornando ativa a produção de Mário de Andrade. Por extensão, seu gesto é recíproco e submete sua obra ao olhar crítico do amigo. Isto se verifica tanto em menções a envios de obras, como em resposta aos comentários de Mário de Andrade subentendidos nas cartas enviadas por Ronald. O episódio referente ao envio de *O espelho de Ariel* alude a uma situação recorrente nessa correspondência: a partilha de produções. Na biblioteca particular do escritor paulista, hoje pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), localizam-se os seguintes livros da autoria de Ronald de Carvalho: *O espelho de Ariel*, *Luz gloriosa*, *Poemas e sonetos*, *Toda a América*, *Jogos pueris* e *Epigramas irônicos e sentimentais* (em português) e *Epigramas irônicos y sentimentales* (em espanhol), vários deles com dedicatórias. Por examinar a correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade a partir de um “mosaico textual”, parece-me coerente, especialmente pela materialidade unilateral do diálogo, correlacionar o conteúdo dessas cartas à biblioteca pessoal de Mário de Andrade. A partir da aproximação entre a correspondência passiva e o acervo contido na biblioteca mencionada, é possível ainda caracterizar a substância da experiência do diálogo entre eles como um exercício crítico-memorialístico, pois nessas páginas encontram-se as perguntas que esquadrinham as próprias atividades; esquadrinhamento este que proporciona a estrutura de um discurso individual imerso nos valores do projeto coletivo que abraçaram e torna as cartas capazes de contribuir para a memória dos debates modernistas acerca da criação e dos procedimentos que a alimentam.

Não é por acaso que se condensam ali aspectos da formulação crítica e memorialística. Ronald de Carvalho e Mário de Andrade são dois artífices do modernismo brasileiro que tiveram, em estudos analíticos posteriores, atenção inversamente proporcional. Do lado crítico, observa-se o arcabouço ensaístico da correspondência, em que são desenroladas

considerações a respeito da dinâmica criadora, sua ou do seu remetente.<sup>3</sup> Do lado memorialístico, encontra-se, no cerne do debate crítico, o registro das primeiras impressões de obras dos companheiros de sua geração, além de questões editoriais, relações estrangeiras e as fissuras dissonantes. O que faz da correspondência de Ronald de Carvalho reunir aspectos da crítica e da memorialística é ser, em síntese, quase uma “crônica do tempo modernista” por registrar o caráter programático e polêmico daquele momento sob a ótica individual.

Assim, dentre suas muitas peculiaridades, a correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade permite-nos, hoje, uma imersão nos temas candentes do seu tempo, como se vê na carta escrita em 10 de fevereiro de 1926. Nela, Ronald, além de apresentar o pintor português Navarro da Costa ao amigo paulista e aludir ao envio de exemplar do seu *Toda a América*, aprecia *Losango cáqui*. Neste exemplar, Ronald de Carvalho elabora o conceito “lirismo do real” para compreender a poética de Mário de Andrade e organizar, comparativamente, o conjunto da produção do seu amigo:

Chamei a tua descoberta “lirismo do real”, e, sem a menor pretensão metafísica, parece que estou certo. A penetração contínua da realidade no teu movimento criador dá-lhe uma riqueza de substância maravilhosa. [...] Acho este poema uma das tuas mais felizes invenções. [...]

LOSANGO tem, sobre *Pauliceia*, a vantagem de ser livre de intenções. *Pauliceia* é um livro de poeta que se recorda, que se vinga, que insulta, que sofre, que, às vezes, se diverte.

Ronald, leitor-crítico de Mário de Andrade, registra as tensões do ato poético e criativo do amigo, sublinhando as dinâmicas do seu processo criativo (“penetração contínua da realidade no teu movimento criador”). Ao tocar nas questões centrais da relação de Mário de Andrade com a própria criação, o que faz é reconstituir, indiretamente, as marcas deixadas desde a *Pauliceia desvairada* na trajetória criativa e nos valores poético-

---

<sup>3</sup> Em *Contrapontos: notas sobre a correspondência no modernismo*, Júlio Castañon Guimarães faz uma aproximação entre carta e artigo: “essa aproximação não se dá apenas por referência [...], mas na quase totalidade das cartas pelo fato de o texto destas vir a discorrer sobre os assuntos de interesse dos correspondentes. Em alguns casos mais extremos, a carta se confunde inteiramente com um texto ensaístico” (GUIMARÃES, 2004, p. 32).

críticos que presidiram o conjunto da obra do interlocutor. Importa ainda assinalar que este Ronald, o leitor de Mário de Andrade, observava também os demais contextos culturais e os comentava. Por isso, diante desta correspondência, entramos em contato com as repercussões de suas muitas viagens, quer a já referida ida ao México, quer ao Peru, quer, ainda, a outros lugares por onde andou e proferiu conferências divulgadoras da literatura e cultura brasileiras. Da reunião do ciclo de palestras proferidas, notadamente em território mexicano, lançou o seu livro *Estudos brasileiros* e o enviou a Mário de Andrade, como de costume. Em recepção bastante polêmica, as reações ao livro tornaram-no objeto de acalorado debate epistolar, formando uma trama que ata o nome de Ronald de Carvalho às principais hesitações vivenciadas nos fundamentos programáticos do modernismo. Pela sua materialidade, a correspondência de Ronald também expressa outras formas de diálogo capazes de construir nexos temáticos e possibilidades de leitura sobre os anos em que viveu.

### 3 Do retorno do México às tramas modernistas

Para um intelectual modernista, a viagem compunha o rol das descobertas processadas no conhecimento do eu, do país e do mundo, além de uma forma de experimentar a escrita, a exemplo de livros como o postumamente publicado *O turista aprendiz* (1976), de Mário de Andrade, ou ainda *Pathé Baby* (1926), de Alcântara Machado, e até *Toda a América* (1926), do próprio Ronald de Carvalho. Porém, ao levar a experiência da viagem para a correspondência, Ronald trata de percursos reais, a eles integrando a imagística do espaço em conformidade com sua forma de abraçar o programa modernista. Assim, escreve para Mário de Andrade em 24 de setembro de 1923:

Mário querido

Com a boca cheia do nosso Brasil, estou de novo aqui, com o martelo na mão para lutar. [...] O México foi feito por Deus. É a paisagem mais aristocrática do mundo! Só a França, só a Itália, só a Espanha falam assim à alma da gente. Para confirmar o que te digo, espero-te na rua Humaitá com a mais linda coleção de fotografias. [...]

Teu nome vibrou entre as pedras do século XVII, com um ritmo digno dos sinos e das aclamações. Teu livro foi amado e gozado

por mulheres lindas e está, a estas horas, de mão em mão. Meu livro está magnificamente traduzido: “*Epigramas Irônicos y Sentimentales*”! [...]

Como vamos de Arte? Mande as novidades. O ambiente do Rio = imponderável! Estou trabalhando para seguir via Roma. Onde está a *Klaxon*? Sabes que há no México eméritos colecionadores da nossa Revista?

Até breve.  
Teu dedicado  
Ronald

O sentido da viagem no cenário da carta é mais amplo do que mero assunto, é a própria substância do ato de escrever cartas. Ronald de Carvalho, o diplomata-*flâneur*, apropriando-se subjetivamente dos lugares, alarga os limites do gênero epistolar, articulando nele tanto o fato circunstancial, quanto a fixação da paisagem no projeto estético-político do modernismo brasileiro. Entre o espaço divinamente criado e o “martelo na mão para lutar”, Ronald impregna este exemplar de ícones da época (fotografias, livros, revistas) e compõe, acerca da divulgação da obra de Mário de Andrade em território mexicano, a acepção da universalidade do primitivo no tempo e no espaço (“teu nome vibrou entre as pedras do século XVII”). São temas da modernidade transformados em signos e, posteriormente, matéria-prima da composição poética e ensaística do emissor, de que são exemplos *Toda a América* e *Estudos brasileiros*.

Na carta e na bagagem, Ronald de Carvalho carrega a experiência do seu olhar sobre o outro, sobre o próprio lugar na construção da nova poética e sobre as formas de construí-la. No conjunto das escolhas temáticas que projetam o imaginário do tempo, a revista *Klaxon* é o assunto que se impõe. *Klaxon*, aquela “buzina literária”, na boa apreensão de Menotti Del Picchia (DEL PICCHIA, 1922), proclamada “atual e internacionalista” no seu programa, anunciava-se “não futurista” e com “alma coletiva” (BRITO, 1972, p. 2-3). Como Ronald e como Mário, *Klaxon* desejava ser atual e universal e não é por acaso que este “mensário da arte moderna” é assiduamente referido neste diálogo epistolar (“Onde está a *Klaxon*? Sabes que há no México eméritos colecionadores da nossa Revista?”).

“O alegre combate de *Klaxon*” – como diria Mário da Silva Brito (1972) em texto homônimo – esteve expresso no editorial do primeiro número e na variedade das seções de todas as demais edições. Os Klaxistas, como se dizia, pretendiam pensar a arte brasileira como partícipe de uma

revolução cultural que se processava no mundo, em consonância com o seu editorial-manifesto: “*Klaxon* cogita principalmente de arte. Mas quer representar a época de 1920 em diante. Por isso é polimorfo, onipresente, inquieto, cômico, irritante, contraditório, invejado, insultado, feliz” (BRITO, 1972, p. 3). Polimorfo como o aspecto da correspondência que leva para Mário de Andrade as viagens de Ronald de Carvalho pelo mundo. Polimorfo por si mesmo, que leva o mundo para suas páginas, seja por representações em outros países; seja através das colaborações de intelectuais estrangeiros e/ou de brasileiros em francês; seja, por fim, por alusões, citações e estudos.

Ronald de Carvalho e Mário de Andrade concebiam a *Klaxon* como uma experiência central da nova técnica. Em 9 de dezembro de 1923, mais uma vez a revista é retomada como assunto da conversa:

Ainda na cama, enfermo, com o peso de uma enorme tarde tropical sobre os sentidos lassos, recebi das mãos de um amigo a “*Klaxon*”. Li o teu artigo como quem bebe na folha do mato um pouco d’água matinal. Li-o e reli-o. Não me espanta a inteligência que puseste nele. A tua inteligência domina todos os ritmos do entendimento, todos aqueles números universais, como a de um sábio. Penetraste os meus motivos até onde era possível. [...] Brevemente escreverei sobre o movimento inacreditável que despertaste em São Paulo. Terei, aí, ocasião de “gritar” o que vales, meu querido e afetuoso Mario de Andrade.

No registro do periódico, formas de pensar e se comunicar foram assimiladas, fazendo circular obras, ideias e debates. À luz dessa constituição, Ronald de Carvalho foi lido no seu tempo, ora de forma positiva, ora gerando muita polêmica. Positivamente, Mário de Andrade lê Ronald de Carvalho e publica um artigo sobre *Epigramas irônicos e sentimentais* na *Klaxon*, n. 7, na seção “Livros e Revistas” (ANDRADE, 1922, p. 14). Da sua perspectiva, o poeta carioca – “curioso à procura de expressão” e “livre de preconceitos” – estava, a partir do referido livro, filiando-se às orientações do verso livre, mostrando-se “homem do seu tempo, de sua raça, de seu país”. Todavia, ele ainda acrescenta:

Mas, apesar dessa liberdade, Ronald de Carvalho não representa toda ânsia e tortura dos modernistas. [...]

Assim: enquanto estes se debatem, se ferem, tombam, talvez morrem na esperança de exprimir a atualidade, Ronald, no Rio,

como Guilherme de Almeida em São Paulo, tem a ventura de encontrar a perfeição, que só pode existir dentro da serenidade. [...] Ronald de Carvalho conseguiu, desde filiado à corrente modernista, apresentar um livro clássico [...] (ANDRADE, 1922, p. 14).

Mário de Andrade procura compreender o processo criativo de Ronald de Carvalho em *Epigramas irônicos e sentimentais* segundo seus próprios componentes materiais, deles destacando as motivações do escritor. Na carta de 9 de dezembro de 1923, acima citada, Ronald agradece o artigo e anuncia um estudo sobre o lugar que, da sua perspectiva, São Paulo e Mário de Andrade ocupavam no fomento à atualização cultural do país.

Como se vê, Ronald de Carvalho e Mário de Andrade foram sujeitos críticos um do outro. Estabeleceu-se entre eles uma correlação de leituras, cujo sentido e cuja permanência encontraram seus pressupostos no ato de escrever cartas. No entanto, pouco restou da materialidade desse diálogo. Essa situação não é meramente contingencial, porque a conservação do arquivo de um determinado escritor relaciona-se diretamente às noções de cânone e valor na história literária brasileira e os modos de narrar um determinado momento, no caso, o modernismo. Se hoje a publicação da *Pequena história da literatura brasileira* (1919) é um dos poucos testemunhos que restaram do prestígio do autor no seu tempo, a falta de conservação do seu acervo e a consequente perda das cartas ativas de Mário de Andrade testemunham o quanto a figura de Ronald se esmaeceu no horizonte da crítica especializada, assim como outras personagens e, sobretudo, outras visões que a pesquisa epistolográfica permite hoje revisitar.

Ao invés de apregoar injustiça ou pretender erigir novo cânone, constatar a dispersão das cartas de Mário de Andrade a Ronald de Carvalho e de outros possíveis exemplares ativos de Ronald funciona para nos chamar a atenção para um aspecto de dupla face. De um lado, a face geral da epistolografia – que lida com objeto nômade, retomando Brigitte Diaz (2002) – como atividade intrínseca à crítica literária contemporânea e que nos conduz às reflexões teórico-metodológicas centrais do campo dos estudos literários; de outro, a face da pesquisa específica sobre a correspondência de Ronald de Carvalho como ato crítico acerca do modernismo, pois através desta correspondência podemos problematizar as imagens cristalizadas, além de discutir e aferir o grau de ruptura e de tradição vivenciadas naqueles anos no Brasil, pois é um exame desse

teor que contribui para a releitura crítica da história literária. São os dois lados da mesma moeda que não incidem sobre vã polêmica, mas sobre as formas da narrativa da história literária tradicional, que pode ser reconfigurada pelo exame acurado em fontes primárias como são as cartas. Assim expostos o aspecto e o desdobramento da correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade, a unilateralidade do diálogo exige novas direções críticas segundo as possibilidades abertas pela leitura da correspondência do poeta de *Toda a América*.

#### 4 Quando arquivos se entrelaçam

A proposta geral da leitura da correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade implicou, com a devida autorização dos descendentes do autor, a organização e o exame do seu espólio. No que ali se conservou, encontra-se um recorte de jornal, cujo teor já havia sido reunido por Marta Rossetti Batista, Telê Ancona Lopez e Yone Lima (1971) no livro *Brasil: 1º Tempo Modernista, 1917/29*, com o título “Os ‘independentes’ de São Paulo” e indicação de provável autoria de Ronald de Carvalho. Encontra-se também o manuscrito do mencionado estudo que confirma com exatidão a autoria de Ronald.

Com efeito, tal estudo é um diálogo com Mário de Andrade e com os eventos do modernismo, traçando para ele uma narrativa quase heroica, segundo o mesmo “modelo épico” usado na sua *Pequena história da literatura brasileira*. Importa esclarecer que a imagem da epopeia aqui empregada corresponde ao argumento proposto por Roberto Ventura<sup>4</sup> e é muito pertinente para compreender o pensamento de Ronald de Carvalho como um todo. No estudo mencionado, ecoa a tópica do “mito paulista”, do “bandeirante cultural” e de outras qualificações discursivas que colaboraram para consignar as perspectivas triunfalistas do movimento. No contexto deste ensaio, o estudo de Ronald de Carvalho importa também porque retoma o fragmento acima transcrito da carta enviada em 9 de dezembro de 1923, que é, por sua vez, uma resposta à resenha de Mário

---

<sup>4</sup> Roberto Ventura (1991), em *Estilo Tropical*, propôs uma interpretação da narrativa da história da literatura brasileira segundo um “modelo épico”. Isto quer dizer que a busca pela essência nacional teria introduzido o tom de epopeia, de continuidade ininterrupta na nossa crítica literária e, por consequência, na forma de narrar a história da literatura brasileira.

de Andrade sobre *Epigramas irônicos e sentimentais* publicada na *Klaxon* (“Brevemente escreverei sobre o movimento inacreditável que despertaste em São Paulo. Terei, aí, ocasião de “gritar” o que vales, meu querido e afetuoso Mário de Andrade”). Repisando o vocabulário dominante da correspondência que enviou ao amigo, Ronald afirma no estudo:

A vitória de *Klaxon* é digna de ser narrada, após a vitória da Semana de Arte Moderna. [...] Levantaram o martelo e começaram a malhar. Aos insultos, acudiram com o riso, largo e generoso, de pena e ironia. Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Rubens de Moraes, Sergio Milliet, Couto de Barros e poucos mais foram os da batalha [...] (CARVALHO, 1972, p. 32).

Mobilizando um conjunto de instrumentos inerentes a uma narrativa heroica e triunfante para interpretar os feitos do modernismo, tópica repisada pelos seus pares, Ronald de Carvalho confirma publicamente o ambiente intelectual apresentado em suas cartas. Nem tudo, porém, significou convergência de ideias e princípios nessa coletividade. Em 15 de setembro de 1924, Ronald de Carvalho escreve a Mário de Andrade anunciando, como de praxe, o envio do seu livro *Estudos brasileiros*, resultado de suas conferências proferidas no México. A configuração desta obra desagradou ao amigo paulista e recebeu uma resenha muito negativa assinada por Prudente de Moraes, neto e Sérgio Buarque, que a publicaram na revista *Estética* (HOLANDA; MORAES NETO 1996, p. 214). Deve-se informar que Ronald de Carvalho e seu livro foram tema de uma constelação de cartas que, lidas no contexto, permite que compreendamos a imagem deste escritor entre os pares como um todo e, especificamente, aos olhos de Mário de Andrade, que escreveu aos autores da resenha, a Manuel Bandeira (MORAES, 2000) e exaustivamente a Renato Almeida (NOGUEIRA, 2003), discutindo o tema. Além disso, expõe o quanto o autor de *Pauliceia desvairada*, *Macunaíma* e de outras obras emblemáticas do modernismo nutria concepções inovadoras, múltiplas e até contraditórias, mas capazes de orientar um discurso crítico que introduzisse um universo de comunicação entre os modernistas brasileiros e o público e, ainda, daqueles e o mundo, papel que, da sua perspectiva, Ronald de Carvalho cumpria muito bem.

Ao percorrermos o “sistema epistolar” de Mário de Andrade, observamos a assiduidade do nome de Ronald de Carvalho. Assim, o debate gerado a partir dos *Estudos brasileiros* traz à luz dos nossos

dias os conflitos estabelecidos e vivenciados naqueles anos em que os sentidos de cultura e, especificamente, de cultura brasileira foram bem examinados. Para bem dimensionar este debate epistolar que cerca o nome de Ronald de Carvalho e a recepção ao livro *Estudos brasileiros*, remeto ao artigo “Cartas e polêmicas: Ronald de Carvalho e as questões modernistas” (ABREU, 2016). Para os propósitos deste ensaio, importa que nos detenhamos em duas questões.

A primeira delas, já mencionada aqui, envolve os aspectos críticos da edição de cartas, que a evidencia como campo de pesquisa e coloca em circulação a memória textual dos debates modernistas então vigentes no país, delineando as diferentes visões e linhas de força que cooperaram com a construção da imagem do modernismo brasileiro. Além disso, na falta da materialidade das cartas ativas de Mário de Andrade a Ronald de Carvalho, a reconstituição do diálogo envolve outros arquivos e toda a “trama epistolar” que emana dos nomes, situações e confrontos contidos nos exemplares que restam da escrita de Ronald de Carvalho, lançando luzes sobre um momento de tão fundas polêmicas.

A segunda questão é o retorno ao diálogo epistolar interrompido. A polêmica ao redor do livro não foi pequena e Ronald de Carvalho suspendeu o envio de cartas, silenciando-se. Mas Mário de Andrade insistiu. Escreveu a Renato Almeida solicitando intermediação (NOGUEIRA, 2003). Somente em 9 de setembro de 1925, após mais uma carta do amigo do *Clã do jabuti*, Ronald escreve, amenizando a razão do seu silêncio, porque, dizia ele, carregava sempre o amigo em pensamento e que apenas não queria “passar recibo” das “cartas aborrecidas” do seu interlocutor. A quebra do silêncio, dizia ele, tinha dupla motivação: a leitura em voz alta para a esposa de *Noturno de Belo Horizonte*, coincidindo com o momento da chegada de uma carta de Mário de Andrade com poemas para a leitura de Ronald. A iniciativa para reaproximação fez Ronald escrever: “[...] Leilah ficou espantada com o encontro das nossas vontades e eu fiquei desapontado porque tu disparaste primeiro... Lembrei-me de te escrever porque ontem entreguei os originais do meu *Toda a América* ao editor [...]”. Uma carta longa que termina com a seguinte despedida: “Mário, Mário, Mário! Estou aqui a tua espera, com tudo o que possa haver de melhor em mim”.

Os amigos retomaram a conversa e o teor: análise de poemas um do outro, troca de livros, orientações. Ronald de Carvalho aconselhou sobre a publicação de *A escrava que não é Isaura*, orientando sobre

procedimentos e informando acerca das dificuldades editoriais por que passava Álvaro Pinto, intelectual português residente no Brasil que colaborou com a edição de muitas obras brasileiras, incluindo a revista *Terra de Sol*, de que foi diretor (SOUZA, 2008). Ele ainda apresentou a Mário de Andrade o escritor argentino Emílio Soto (ARTUNDO, 2013, p. 17-40) – “ele tem uma admiração por ti”, comenta Ronald na carta que envia em março de 1926 – e fez convergir para o espaço dessa correspondência uma galeria de personagens do Brasil e do mundo (a “Corja Ilustre” como se referia: Blaise Cendrars, Santos Chocano, Nicola de Garo e os mencionados Navarro da Costa e Emílio Soto). Lida em seu contexto, a correspondência de Ronald de Carvalho enuncia e identifica o cenário intelectual de 1920, deixando as marcas das suas fruições e oscilações, tecidos com os quais se urdiu a complexidade do movimento modernista brasileiro.

Enuncia mais: esta correspondência consiste num diálogo que apresenta como os interlocutores interpretaram a vida, a arte e o mundo do seu tempo e como articularam essa interpretação para o alcance dos projetos intelectuais individuais e coletivos. Encontramos ali mencionados artistas e obras (Victor Hugo; *Ballade de dames du temp jadis*, de François Villon; telas de Tarsila do Amaral), territórios (México, Peru, Paris, Roma, Portugal), circunstâncias (publicações, viagens, conferências, conselhos, polêmicas e até, no âmbito privado, comunicado de luto pelo falecimento do avô). Tudo isso numa conversa que durou no tempo, apesar das idas e vindas. Aproximações, mágoas e polêmicas embaralham-se nessa correspondência e a une a uma rede epistolar, entrelaçando arquivos pessoais de colegas da geração. Ronald de Carvalho e Mário de Andrade foram, na verdade, escritores que não viveram no mesmo plano todas as experiências do modernismo, embora neste tenham situado seus respectivos papéis em favor do que consideravam sobre ser um intelectual brasileiro em diálogo com o mundo.

O que se traduz dessa correspondência de que sobraram tão poucos exemplares é o entroncamento de duas vidas volumosas, concebidas distintamente sob o signo da atualidade e do desejo de levar o país para esse mesmo compasso. Esse diálogo incompleto, lido em seu contexto, expõe os índices de pluralidade que alimentaram a sensibilidade de poemas, prosas, compreensões críticas e debates, mediante os quais a vida e a criação desses dois interlocutores se estabeleceram. Entre os títulos, palavras recorrentes e nomes aludidos há uma relação de sentido

que nos permite compreender a correspondência de Ronald de Carvalho segundo o “labirinto metodológico”, de que falava Brigitte Diaz (2002). Assim, a correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade nos mostra que, envolvidos na discussão estético-cultural do modernismo, ambos possuem muitos pontos de contato, talvez até maiores do que suas divergências, como essa correspondência bem enuncia.

## 5 Algumas considerações

Para reunir os exemplares da correspondência de Ronald de Carvalho a Mário de Andrade, pude contar com a pronta atenção dos funcionários do IEB/USP, que digitalizaram o material conservado no Fundo Mário de Andrade, e com os debates teórico-críticos e metodológicos ocorridos nos colóquios do projeto internacional *Artífices da Correspondência*, a que esta investigação acadêmica pertenceu em sua segunda fase. No entanto, atravessado o longo tempo de pesquisa e busca das peças que compõem esse gigantesco quebra-cabeça, a edição e o exame desse diálogo têm sido uma das tarefas intelectuais e acadêmicas mais intrincadas e complexas que já enfrentei. Afinal, o que temos em mãos é apenas uma parcela reduzida e unilateral de uma conversa maior. No entanto, conjugar os exemplares disponíveis à rede textual oferecida pelos enunciados ali expressos traz consigo as possibilidades abertas pela epistolografia, a qual esquadrinha as formas tradicionais de narrar um dado momento histórico-literário e amplia a compreensão de diferentes vetores que cooperaram com a participação de Ronald de Carvalho no processo do modernismo brasileiro. Em síntese, se o objetivo deste ensaio foi o de expor e pensar o mosaico de textos que se fundem às cartas de Ronald de Carvalho, examinando, através dele, os procedimentos e as representações daquela dinâmica intelectual, é porque, desse complexo epistolar, sobressaem menções e análises de obras, eventos e procedimentos artístico-intelectuais que assinalam os princípios centrais do programa à época em curso. Entrelaçando arquivos e cartas de outros correspondentes, o diálogo entre Ronald e Mário de Andrade goza do privilégio de expor a essência de um complexo de signos emblemáticos configurados pela carta. Por isso, o postulado coletivo do modernismo ganha particular relevância com a aproximação da individualidade de dois escritores formalmente tão díspares, porque ambos se empenharam arduamente na execução de um trabalho igualmente indispensável para eles e para o tempo em que viveram.

## Referências

- ABREU, M. M. de. Cartas e polêmicas: Ronald de Carvalho e as questões modernistas. In: COLI, J.; GÁRATE, M. (Org.). *A arte da comparação: homenagem a Luiz Carlos Dantas*. Campinas. Editora da Unicamp, 2016. p. 109-129.
- ANDRADE, C. D. de; ANDRADE, M. *Carlos & Mário: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade*. Organização de Lélia Frota. Prefácio e Notas de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.
- ANDRADE, M. Epigramas irônicos e sentimentais – Ronald de Carvalho. *Klaxon*. Mensário de Arte Moderna. São Paulo, n. 7, p. 14, 30 nov. 1922.
- ARTUNDO, P. M. *Correspondência Mário de Andrade & escritores/artistas argentinos*. São Paulo: Edusp, 2013.
- BRITO, M. da S. O alegre combate de *Klaxon*. In: KLAXON: Mensário de Arte Moderna, edição fac-similada. São Paulo: Martins; Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Turismo, 1972. p. 2.
- CANDIDO, A. Literatura e Cultura de 1900 a 1945. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1985. p. 109-138.
- CARVALHO, R. Os “independentes” de São Paulo. In: BATISTA, M. R.; LÓPEZ, T. P. A.; DE LIMA, Y. S. (Ed.). *Brasil: 1º tempo modernista, 1917/29*. Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p. 32.
- DEL PICCHIA, M. Klaxon!. *Correio Paulistano*, p. 4, 17 maio 1922. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1922\\_21141.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1922_21141.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- DIAZ, B. *L'épistolaire ou la pensée nômade*. Paris: Presse Universitaire de France, 2002.
- GUIMARÃES, J. C. *Contrapontos: notas sobre correspondência no modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.
- HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas epistolares*. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

HOLANDA, S. B. de; MORAES NETO, P. “Ronald de Carvalho – *Estudos Brasileiros*”. Revista *Estética*, de janeiro-março de 1925. In: PRADO, A. A. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 204-206.

HOLANDA, S. B. O lado oposto e os outros lados. In: PRADO, A. A. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 224-228.

MORAES, M. A. de. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: EDUSP, 2000.

NOGUEIRA, M. G. P. *Edição anotada da Correspondência Mário de Andrade e Renato Almeida*. 2003. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PRADO, A. A. *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a semana e o integralismo*. São Paulo: Editora 34, 2010.

SOUZA, E. M. O discurso crítico brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Crítica cult.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 47-66

SOUZA, R. dos S. M. *Convergências e divergências: revistas literárias em perspectiva*. 2008. 420 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Recebido em: 18 de março de 2018.

Aprovado em: 15 de maio de 2018.



## **“Deus me livre de dizer com isso que a sua indicação está errada”: correspondência de Mário de Andrade e Graco Silveira**

### ***“God Forbid I Should Mean for That Your Indication Is Wrong”: Letters Between Mário de Andrade and Graco Silveira***

Ricardo Gaiotto de Moraes

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, São Paulo /  
Brasil

rgaiotto@gmail.com

**Resumo:** Ainda que não contenha um número abundante de cartas, a correspondência entre Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura, e Graco Silveira, então professor da Escola Normal Complementar de Itapetininga, apresenta nexos que revelam um diálogo em torno da língua nacional, das variantes linguísticas e do folclore do interior do estado de São Paulo. Este artigo busca, por meio da leitura dessa correspondência e de artigos publicados em periódicos, como *O Estado de S. Paulo* e *Revista do Arquivo Municipal*, reconstituir alguns dos nexos desse diálogo, que surgiu graças ao convite de Mário de Andrade para que Graco Silveira participasse apresentando uma comunicação no Congresso de Língua Nacional Cantada, de 1937, organizado pelo Departamento de Cultura.

**Palavras-chave:** correspondência; Mário de Andrade; Graco Silveira; língua nacional.

**Abstract:** Although there is no abundant number of letters, the correspondence between Mário de Andrade, then director of the São Paulo’s Department of Culture, and Graco Silveira, then professor of the Normal Complementary School of Itapetininga, presents links that reveal a dialogue around the Brazilian’s national language, language variants and folklore of the interior of the state of São Paulo. This article aims to reconstitute some of the nexuses of this dialogue, by comparing the the correspondence with articles published by Graco Silveira in newspapers and magazines, such as *O Estado de S. Paulo* and *Revista do Arquivo Municipal*. The dialogue between the two authors started thanks to an invitation by Mario de Andrade to Graco Silveira by presenting a paper at

the Congress of National Singing Language (Congresso de Língua Nacional Cantada), which took place in São Paulo in 1937, and was organized by the Department of Culture.

**Keywords:** correspondence; Mário de Andrade; Graco Silveira; national language.

## 1 Distanciamentos e aproximações.

Graco Silveira<sup>1</sup> publicou dois livros de poemas, *Manhã* (1921) e *Rapsódias* (1924). O primeiro foi editado pela Monteiro Lobato & Cia, que, na *Revista do Brasil* (1922, v. 19, n. 74), anunciava: “muito bem recebido pela crítica; magnífica edição”. Sobre o segundo, escreveu Astrojildo Sintra no jornal *O Combate*: “o finíssimo poeta de *Manhãs*, num redondilhado de ouro a esplendor gaza prateada, carna versos preciosos que sobremaneira encantam” (23 jun. 1924, p. 4). Um de seus poemas foi publicado no jornal *Caldas de S. Pedro*:

### Tarde no Paranapiacaba

A Procópio Ferreira Junior

Já refluí para o ocaso a luz do firmamento.  
Pelos fundos grotões e pelas serranias.  
Dorme, agora, o silêncio. A tarde expira... o vento  
treme sobre o caudal das névoas erradias.

Foi um gênio brutal, rebelado e violento,  
que estas furnas cavou e ergueu as penedias:  
pois há um misto de sonho e de humano tormento  
no cenário a carvão destas serras bravias.

Sim, um misto de dor nestes ermos, à hora  
em que a lua aparece, a terra dorme, e pelas  
profundezas da mata, a alma das cousas chora!

Os funerais do sol! O céu se embrusca. E, aos pares,  
vão as nuvens passando, entre tochas de estrelas,  
como negros corcéis a galope nos ares!  
(SILVEIRA, 1936, p. 3)

<sup>1</sup> Graco Silveira Santos (São Roque, 1900 – Santos, 1970) foi professor de Português na Escola Normal e Complementar Peixoto Gomide, em Itapetininga, filólogo, escritor e poeta.

Os alexandrinos do soneto, que figuram o cair da tarde no rio paulista com abundância de prosopopeias e aliteraões, evidenciam que a poesia de Graco Silveira, apesar de publicada em momento de efervescência do verso livre dos modernistas, continuava a tradição do verso medido e da forma fixa. A oração concessiva não representa aqui qualquer reprimenda, apenas indicia uma diferença.

Entre 1937 e 1941, Mário de Andrade e Graco Silveira estabeleceram diálogo epistolar. No conjunto de cartas, não há qualquer comentário sobre poemas, outro assunto é que proporcionará o diálogo entre os dois autores: o interesse pelo folclore e pelas variantes da língua falada no Brasil, numa correspondência que começa por ocasião do Congresso da Língua Nacional Cantada.

A partir do conjunto de cartas entre Mário de Andrade e Graco Silveira,<sup>2</sup> este artigo desenvolverá alguns pontos de intersecção entre os dois autores, contextualizando o diálogo estabelecido na correspondência por meio de artigos publicados em jornais e revistas, o que, de certa forma, estabelece um diálogo imaginado que transborda os limites das cartas. Para isso, será necessário algumas vezes comentar mais os textos de Graco Silveira que de Mário de Andrade, tendo em vista que uma pesquisa sobre os estudos linguísticos daquele autor ainda está por ser feita.

### **Interseções em torno da Língua Nacional.**

Em fevereiro de 1937, a *Revista do Arquivo Municipal* (v. 32, fev. 1937), editada pelo Departamento de Cultura de São Paulo, publicou o artigo “Sobre a origem da linguagem”, de Graco Silveira; nele, o autor discute a origem das línguas, contrastando teorias do final do século XIX e do início do XX. Parece vir daí os primeiros indícios do momento em que os caminhos de Graco Silveira e Mário de Andrade se cruzaram, uma vez que este era diretor do Departamento de Cultura.

---

<sup>2</sup> As cartas, cujo remetente é Mário de Andrade, foram publicadas em dossiê da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (MORAES, 2017, p. 255-262), para mais bem contextualizar a data das cartas, passo a indicar como referência a data de escrita da carta; aquelas cujo remetente é Graco Silveira encontram-se no Arquivo na Série Correspondência Mário de Andrade, no arquivo do escritor, no Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo.

Na correspondência, a primeira carta entre os dois data de 19 de março de 1937. Graco Silveira, então lente da Escola Normal de Itapetininga, recebeu um convite de Mário de Andrade para que colaborasse com uma comunicação no I Congresso de Língua Nacional Cantada, ocorrido em julho de 1937. Em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de abril de 1970, seis meses antes de sua morte, Graco Silveira atesta que as relações dele com o então diretor do Departamento de Cultura, “a princípio formais, tornaram-se mais amistosas” depois do congresso. Transcreve, no artigo, um trecho do convite, em tom formal e oficial, de Mário de Andrade na supracitada carta:

Sr. Graco Silveira

Esta Diretoria tem o prazer de convidar V. Sa. para elevar com sua presença, o Congresso da Língua Nacional Cantada, que o Departamento de Cultura realizará na semana de 7 a 14 de julho deste ano.

[...]

É de crer-se que, caso as personalidades de valor intelectual de V. Sa. se disponham a vir a S. Paulo participar das deliberações ou pelo menos mandar alguma tese ou comunicação, o Congresso da Língua Nacional Cantada alcance a utilidade nacional que almeja ter.

Esta diretoria insiste particularmente com V. Sa., a que atenda ao convite do Departamento de Cultura (SILVEIRA, 1970, p. 52).

Graco Silveira responde à carta, em 16 de abril de 1937, agradecendo o convite e prometendo responder mais tarde se poderia comparecer. Aproveita para fazer uma pergunta. Descreve uma frase toada de uma cantiga que registrara em um povoado isolado, na Zona da Ribeira, às margens do rio Etá, sudeste do estado de São Paulo, próximo à cidade de Itapetininga. Conta que, após conversar com os habitantes da região, “todos sem qualquer contato estrangeiro” ou com “urbanos”, conseguiu recolher a “toada de uma cantiga”, cuja principal frase musical transcreveu na carta, que considerava se tratar de uma “genuína música de viola”:

Quer parecer-me genuína música de viola, extreme de enxertos, mas é o Sr. quem o poderá dizer. Também nunca ouvi semelhante “toada” entre caipiras de outros lugares – e tenho convivido com diversos. Interessa-me conhecer sua valiosa opinião, mesmo por causa de um artigo que pretendo escrever sobre o assunto (SILVEIRA, 16 abr. 1937).

A pergunta e a anotação musical pareceram despertar em Mário de Andrade interesse pelos conhecimentos em pesquisa de folclore do remetente, talvez sobretudo porque a anotação poderia indicar possibilidade de pesquisa em lugar ainda relativamente isolado e não explorado. Como contou o próprio Graco Silveira no artigo da década de 1970 no *Estado de S. Paulo*,<sup>3</sup> talvez também tenha chamado a atenção do diretor do Departamento de Cultura, o artigo “Linguagem e Sociologia” (13 jan. 1937, p. 4), em que Silveira levantava hipóteses sobre as causas da evolução das línguas. Para ele, a partir de conceitos da sociologia de Augusto Comte, a mudança na língua poderia ser explicada pela lei da inércia, a partir de forças de alteração e de conservação, determinada por três aspectos: periodismo, certas palavras voltariam ao léxico vernáculo de tempos em tempos; concurso de atividades múltiplas, às quais estariam submetidos os falantes; reconciliação, representada por uma ordem natural opressora de organização executada, sobretudo, pela sintaxe. Além disso, a única força que poderia colocar a língua em movimento de alteração seria o desempenho do gênio.

Ainda que nas anotações de *A gramatiquinha da fala brasileira*, de Mário de Andrade, haja referências a livros como *Língua Nacional*, de João Ribeiro, e *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral,<sup>4</sup> e não aos trabalhos de Graco Silveira, os estudos linguísticos se pautavam em discussões sobre a língua falada e escrita no Brasil que faziam parte da ordem do dia. Tania Regina de Luca, ao traçar a trajetória da *Revista do Brasil*, afirma que, ainda na década de 1920, era comum os textos que tentavam diferenciar a língua do Brasil e a de Portugal. De um lado, estavam aqueles que defendiam ser a variação produto de leis evolucionistas; de outro, aqueles que afirmavam ser “os brasileirismos” “formas arcaicas conservadas na América” (DE LUCA, 1999, p. 254). Em favor desses últimos, *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, teria comprovado definitivamente a sobrevivência das formas arcaicas dos “brasileirismos”, dando um novo passo nos estudos sobre o assunto. De certa forma, os artigos de Graco Silveira dialogam com essas tendências ao focalizarem a natureza das mudanças linguísticas, como se verá adiante, e ao se ocuparem em registrar variantes tanto na fala dos ribeirinhos da região do rio Etá, quanto em alguns textos da literatura brasileira.

---

<sup>3</sup> “Alguns trabalhos nossos, publicados em *O Estado*, aguçaram-lhe o interesse folclórico pelo que nos propôs um estudo em conjunto” (SILVEIRA, 11 abr. 1970, p. 52).

<sup>4</sup> Cf. ALMEIDA, 2013, p. XLVI.

Dentre os vários artigos que publicou, em “Linguagem popular e literária”,<sup>5</sup> Graco Silveira afirma que a linguística passou a ser positiva depois que deixou de se basear na norma para se basear na observação do fenômeno linguístico em si. Por mais que não concordasse integralmente com as posições de Mário de Andrade – conforme deixará claro em artigo de 1970 –<sup>6</sup> em relação à colocação dos pronomes átonos na escrita, quebrando “os tabus filológicos e estéticos”, Graco considera, assim como o autor de *Macunaíma*, a próclise como sendo a posição mais corrente e correta no português do Brasil:

Reconhecido que a primeira lei da linguagem é a clareza, e a primeira qualidade do estilo, o vigor da expressão, quebraram-se vários tabus filológicos e estéticos. Se iniciando as orações imperativas com o pronome oblíquo, damos ao pensamento nova modalidade, a saber, o ‘tom’ amigável de um pedido: “Me arranje esse negócio”, “me entregue os papéis”, etc, expressão que o imperativo mandativo não possui, como o demonstrou João Ribeiro, aferrarmo-nos à tradição gramatical seria, no dizer do mesmo e ilustre filólogo, verdadeira mutilação de ideias e sentimentos que nos são próprios (SILVEIRA, 1937b).

No caso da colocação pronominal, parecem se aproximar as posições de Graco Silveira e de Mário de Andrade. Diante das anotações deste para a *Gramatiquinha da fala brasileira*, Edith Pimentel Pinto (1990, p. 207) sugere que uma das explicações dadas pelo autor para o uso da

---

<sup>5</sup> Recorte de artigo encontrado no Acervo Ernani Silva Bueno (Instituto de Estudos Brasileiros – USP). Há indicação da autoria, do título, do local de escrita – Itapetininga – e do ano 1937.

<sup>6</sup> “Sempre admiramos em Mário de Andrade a independência das ideias, a atitude iconoclasta dos inovadores, a incessante atividade literária. Mas além de discordarmos de suas concepções artísticas, nunca pudemos compreender aquelas chamadas “experiências de linguagem”, hibridismo verbal em que se misturam preceitos da língua escrita e modismos da língua vulgar, ou, em outras palavras, regras de gramática normativa com registros de gramática expositiva. Frequentemente, em seus escritos, uma frase de bom cunho vem ao lado de outras em *caçange* e não raro no meio destas aparecem francesismos inexplicáveis, absolutamente fora das construções do uso popular: “Mãe leva um *trem de vida* muito custoso” (*trem de vida* – *train de vie*). De tudo isto resulta um tipo de língua que ninguém fala nem escreve. Da mesma forma que a religião, o idioma não pode ser motivo de experiências” (SILVEIRA, 1970, p. 52).

próclise seria o fato de que essa forma conformaria melhor à psicologia do brasileiro. Tal explicação seria também pautada nos mesmos estudos de João Ribeiro em que se baseara o professor Silveira. Mais uma semelhança está no fato de que, segundo a *Gramatiquinha* (PINTO, 1990, p. 209), a ênclise somente seria justificável<sup>7</sup> em frases de “valor imperativo”, denotando certa rispidez, como também defende Graco Silveira.

Ainda em “Linguagem popular e literária”, Graco Silveira oferece exemplos de como, na literatura, alguns autores elaboraram diálogos em que seria possível perceber tentativa de imitar a maneira de falar, a partir do uso da linguagem e não das regras já estabelecidas pela gramática normativa. Machado de Assis, apesar de não ter se desvencilhado “da tradição gramatical no que respeita a colocação dos pronomes oblíquos átonos” (SILVEIRA, 1937b), teria, em outros casos, conseguido diferenciar a fala de seus personagens em relação àquela empregada em Portugal. Em alguns exemplos, Graco Silveira reconhece que as formas correntes, representadas pelos diálogos machadianos, retomariam usos antigos do português, um pouco na linha do que afirmava Amadeu Amaral e o próprio Graco Silveira a respeito da sobrevivência de formas arcaicas:

[...] Menos ciosos da tradição da Língua que os filólogos, os literatos acolhem, de boa sombra, vocábulos, expressões, torneios que os escritores de outras fases não conheceram, recorrem a idiomatismos e inversões violentas, já para denotar naturalidade, já para obter graça, variedade e ênfase. [...] somente a necessidade literária da energia explica orações como esta, de Machado de Assis: “Como pode ser assim... se nunca jamais ninguém não viu estarem os homens a contemplar seu próprio nariz? (*Memórias Póstumas*, p. 161.). [...] Com efeito, repare-se nestes torneios do A. de *Quincas Borba*: [...] Isto de filhos... é o diabo” (Idem, *Memorial*, p. 64). [...] Como se vê pela última frase transcrita, um dos característicos, quase cacoete, da conversação usual é a palavra diabo (às vezes disfarçada em diacho e dianho). Trata-se de uso antiquíssimo. “Que noite de diabos foi esta!” lê-se em Ferreira ([*O cioso*], 108), e no

---

<sup>7</sup> No artigo “O baile dos pronomes”, de 7 de outubro de 1941, esclarece o autor: “Aliás, creio que foi João Ribeiro quem analisou primeiramente a diferenciação psicológica entre o mansinho “Se sente” nosso e o mais imperativo “Sente-se” desses portugueses, durante vários séculos em suas colônias. Eu reconheço o valor da psicologia organizando as sintaxes nacionais, mas tenho um pouco de medo disso. Levaria a generalizações monótonas e sem sabor estilístico” (ANDRADE, 1955b, p. 266).

A. de *D. Casmurro* há exemplos abundantes: “Que diabo ganhava eu em desfazer o que ela dizia?” (Memórias, p. 215). “Não me pareceu menos... que eles nos mandavam a todos os diabos” (Idem. Memorial, p. 226). (SILVEIRA, 1937b).

A potência expressiva no uso de sentenças vivas (como o idiomático “diabo”) das frases de Machado de Assis, autor que conseguiria desmanchar “o hiato que separava a linguagem usual da literária”, faria Graco Silveira afirmar que esses tipos de frases deveriam ser imitados, sobretudo “pelas qualidades do romancista e conhecedor de nossa língua” (SILVEIRA, 1937b). Essa incursão pelo artigo de Graco Silveira parece suficiente para pensar possíveis pontos de intersecção com Mário de Andrade. Tanto a pesquisa do canto das populações ribeirinhas do Etá quanto o escrever “mais brasileiro” e “menos português” de Machado de Assis seriam tópicos caros a Mário de Andrade. Tais preocupações apareceram tanto na gestão de Mário de Andrade do Departamento de Cultura, e nas incursões para se gravar manifestações culturais de regiões “isoladas” de São Paulo, quanto na crítica literária dos fins dos anos de 1930, quando já havia deixado a direção do Departamento e assumido a posição de professor catedrático da Universidade do Distrito Federal, em que advertia os escritores mais jovens da necessidade do treino artesanal, apontando Machado de Assis como baliza para o desenvolvimento de uma língua nacional literária, mas também chamando a atenção para a questão da “naturalidade” da representação da fala:

Si conseguirmos qualquer espécie mais constante de unidade nacional, de Machado de Assis deverá partir, creio, a sistematização da nossa língua escrita. Não nos competia aos do meu tempo lhe estudar a lição e continuá-la, porque não há nada de mais incompreensível e velho a uma geração que tudo quanto imediatamente a antecedeu [...]. É no velho Machado que irão encontrar aquela claridade, aquela pureza, aquela elegância esquecida, aquela desestilização e a fonte legítima da uniformidade infatigável (ANDRADE, 1955a, p. 36).

Voltando às cartas, a resposta de Mário de Andrade chegou pouco mais de uma semana depois, em carta datada de 22 de abril de 1937, escrita agora em tom mais informal. Nela reitera a importância da participação de Graco Silveira no congresso, “me permito, mais uma vez e com maior intimidade, insistir na sua presença”, e responde à pergunta sobre a cantiga.

Explica que, apesar de não ter elementos suficientes para avaliar, dada a brevidade do registro musical, à primeira vista, não se tratava de música original brasileira, pois seria de “tonalidade europeia por nós importada” (carta de 22 abr. 1937). No entanto, admite que, apesar de ser levado a executar a frase mais rapidamente que o indicado na notação musical, a lentidão registrada do andamento a libertaria “um pouco mais do seu vago internacionalismo tanto tonal como de arabesco melódico”. A aparente contradição entre o registro e a sensação de Mário de Andrade é corrigida por um “Deus me livre dizer com isso que a sua indicação está errada” (carta de 22 abr. 1937), que parece abrir espaço à escuta, oferecendo convite ao diálogo com maior proximidade – o que já fora explicitamente colocado, por não contrariar a avaliação de Graco Silveira. Tal construção retórica parece se relacionar àquilo que Marcos Antonio de Moraes, em *Orgulho de jamais aconselhar*, definiu como uma característica da escrita epistolar de Mário de Andrade, qual seja a “escrita incisiva” dos anos de 1920 teria se revestido de “aparente humildade tentando solapar o ato narcísico”, o que acabaria por criar “cumplicidade” por meio da “experiência compartilhada” (MORAES, 2007, p. 217). Parece ser este, aliás, o efeito causado no remetente Graco Silveira:

Naquelas paragens [do rio Etá] colhemos, certa vez, uma toada que mereceu interessante comentário do notável folclorista. Referindo-se, certa vez, à grande cultura de Ramalho Ortigão disse Eça de Queiroz que esse irmão de letras lhe dava a impressão de um homem tão rico que, ao tirar um lenço do bolso, deixasse cair um maço de notas. É a comparação que nos sugere a seguinte carta [a resposta de 22 de abril de 1937, de Mário de Andrade] (SILVEIRA, 1970, p. 52).

Ainda na mesma resposta, o autor de *Macunaíma*, numa digressão, observa que há muita variação no “folclore músico nacional”, o que seria, em sua observação, prova de que este ainda estaria em fase de formação,<sup>8</sup> mas, ao mesmo tempo, “em pleno período de decadência, ocasionada principalmente pelo disco, pelo rádio, pelo piano, pelo nomadismo da

---

<sup>8</sup> Nessa explicação, o “folclore músico nacional” em caráter de formação é análogo ao que Mário de Andrade afirma sobre o brasileiro no “1º. Prefácio” não publicado de *Macunaíma*: “O brasileiro não tem caráter [...] Está que nem o rapaz de vinte anos: a gente mais ou menos pode perceber tendências gerais, mas ainda não é tempo de afirmar coisa nenhuma” (ANDRADE, 2007, p. 217-218).

nossa gente”<sup>9</sup> (carta de 22 abr. 1937). A sensação de ambivalência talvez levasse Mário de Andrade a se empenhar no registro dessas manifestações, no período em que era diretor do Departamento de Cultura. Talvez venha daí, também, certa tendência em buscar sistematizações.

Mário de Andrade, ainda na mesma carta, faz duas propostas de trabalho em colaboração com o destinatário: o Departamento de Cultura levaria equipamento portátil, cujo transporte à época mobilizaria dois funcionários em dois automóveis, à região do rio Etá para gravar e transcrever peças colhidas por Graco Silveira; o folclorista estudaria “o folclore oral, anedotas, provérbios, poética, superstições, medicina, linguística”; juntos, Mário e Graco, publicariam na *Revista do Arquivo Municipal* uma “comunicação longa e pormenorizada” (carta de 22 abr. 1937) sobre o assunto. Ao final, Mário de Andrade reitera o interesse por acompanhar e gravar as cantigas dos caipiras.

Nas cartas seguintes, combinam-se os preparativos para a visita. O professor Graco Silveira, em carta de 10 de junho de 1937, convida Mário de Andrade a participar de uma festa folclórica, com “os melhores violeiros de Iguape, Ribeira, Xiririca, Etá e povoações vizinhas”. No entanto, problemas em relação aos custos e à agenda do diretor do Departamento de Cultura, que fora nomeado também para uma posição no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acabam por inviabilizar as visitas a “*court d’amour* de violeiros famanados” (carta de 16 jun. 1937).

O Congresso de Língua Nacional Cantada ocorreu entre os dias 7 e 14 de julho de 1937, nele Mário de Andrade e Graco Silveira se encontraram. Silveira apresentou estudo sobre a fala dos moradores da região do Etá na comunicação “Alguns traços do dialeto caipira e do subdialeto da Ribeira”, transcrita nos *Anais do I Congresso de Língua*

---

<sup>9</sup> A trajetória de Macunaíma parece metaforizar bem o folclore em formação, cujo desenvolvimento é interrompido pelo contato com a cultura de massa. Também o personagem, quando ao sair do Mato-Virgem em direção à cidade de São Paulo e deparar-se com a civilização da máquina, sofre uma interrupção. Assim, mesmo depois de reconquistar a muiraquitã (tarefa que o levara à cidade), quando retorna ao Mato-Virgem já não consegue mais entender o “silêncio da noite”. Para Carlos Berriel, a partir de um estudo sobre o romance e suas implicações culturais, enquanto o Mato-Virgem transformaria “Macunaíma em imperador”, a cidade transformaria “Macunaíma em nada” (BERRIEL, 1990, p. 167).

*Nacional Cantada*.<sup>10</sup> No início do estudo, Graco Silveira expressa estar em consonância com o objetivo do congresso de estabelecer um padrão de pronúncia para algumas expressões culturais brasileiras, ainda que considere a fala como um espaço de variação linguística. Assim, seguindo o pedido de Mário de Andrade, Graco Silveira elenca aspectos da pronúncia que ocorria no estado de São Paulo, baseando-se nas pesquisas de Amadeu Amaral, Valdomiro Silveira, Cornélio Pires e Leôncio C. de Oliveira, mas anotando as especificidades que observara na fala dos moradores da região da chamada Zona da Ribeira (SILVEIRA, 1938, p. 506). Descreve, por exemplo, *lh* de acordo com o “valor típico de alguns fonemas em São Paulo”:

LH – se reduz a i: maió, muié. É o i consoante, ou i duplo, que aparece em Máio, maiormente, etc. Não raro passa a l sonoro alveolar: le. Nossos caipiras dizem “Deus le pague” e alguns, raramente, “Deus ie pague”. Também este fato é explicado pela influência tupi. Mas a prova de que obedece à lei do mínimo esforço está em que o mesmo som de i existe em Francês: apic(u)la deu abeille (abéie) como vermic(u)lo, vermeille (SILVEIRA, 1938, p. 510).

Ao final da comunicação, descreve particularidades da região da Zona da Ribeira, com a singularidade de ritmo do linguajar ribeirano, cujo fraseado poderia ser representado por uma “espiral em direção oblíqua”, enquanto dos outros paulistas por uma “linha sinuosa em sentido horizontal” (SILVEIRA, 1938, p. 509-510). Mário de Andrade, ao insistir no convite para que Graco Silveira participasse do congresso, pede-lhe a comunicação, reiterando: “ninguém melhor que o Sr. poderá representar a contribuição paulista aos Anais do Congresso” (carta de 22 abr. 1937). Tal contribuição também se deu pela forma obstinada como Graco defendeu os objetivos do congresso mesmo diante de posições contrárias de parte da imprensa. Além do texto publicado nos anais do Congresso de Língua Nacional Cantada, saiu na *Revista do Arquivo Municipal*, de setembro de 1937, o artigo “Destinação e natureza da linguagem” (SILVEIRA, 1937c), publicado em posição imediatamente posterior ao texto “Normas para a boa pronúncia da Língua Nacional

---

<sup>10</sup> Conforme informa a carta de Mário de Andrade para Graco Silveira, em 17 de agosto de 1937.

no canto erudito”, que apresentava o que foi aprovado no anteprojeto estabelecido no congresso.

Apesar de o texto não aparecer assinado na revista, descobre-se em duas cartas de Mário de Andrade, uma para Pio Lourenço Correa e outra para Luiz Camillo de Oliveira Netto, ser ele o autor<sup>11</sup> do anteprojeto que, com as alterações feitas durante o congresso, foi apresentado na revista. No texto, afirma-se que o Congresso de Língua Nacional Cantada não se contrapunha de maneira “alguma às diferenciações fonéticas de uma ou de outra região do país” (NORMAS, 1937, p. 10), o que se verifica pelo registro nos anais de comunicações que registravam pronúncias de várias regiões, assim como demonstra o texto de Graco Silveiro. Ainda de acordo com o texto, era necessário, no entanto, estabelecer “critério civilizador” para “as manifestações eruditas da arte de falar, que em todos os países civilizados são fixadas pelo consenso duma tradição feliz ou pela determinação de quaisquer organismos competentes” (NORMAS, 1937, p. 10). O Congresso de Língua Nacional Cantada decidia que, “nas artes da linguagem e no canto”, elegia-se a “pronúncia carioca a mais perfeita do país”, propondo-a como “língua padrão a ser usada no teatro, na declamação e no canto eruditos do Brasil” (NORMAS, 1937, p. 12-14).

Como justificativa para essa norma, o texto afirma ser necessária a escolha de uma pronúncia padrão devido à “diversidade de pronúncia que entrechocam no ar” (NORMAS, 1937, p. 10.), devido à despreocupação dos atores que vinham de vários estados brasileiros e a quantidade de artistas estrangeiros (portugueses, espanhóis e italianos) ou filhos de estrangeiros que surgiam no palco “num desprezo cego do bem dizer”

---

<sup>11</sup> Carta de Mário de Andrade a Luiz Camillo de Oliveira Netto, de 20 de março de 1937: “Estou de tal forma metido em altas cavalarias com o Congresso de Língua Nacional Cantada, de que tenho que fazer o anteprojeto de dicção cantada a ser apresentado pelo Departamento e ainda uma tese que apresentarei pessoalmente” (PENNA, 2013, p. 220). Carta de Mário de Andrade a Pio Lourenço Corrêa, de 29 de maio de 1937: “Quanto a mim estou de trabalhar quase todas as noites até três e quatro da manhã e com despertador pras 7 do dia seguinte. Acabei agora a primeira redação do anteprojeto especificando como devem vir cantados todos os fonemas nacionais em todas as posições musicais. É um trabalho de 20 e poucas páginas datilografadas mas que me custou a leitura de toda uma biblioteca, com refazimento e uma paciência louca. Agora estamos discutindo o tal pra redação final. E como esse anteprojeto será apresentado anonimamente por Departamento de Cultura, inda estou na obrigação moral de apresentar tese minha!” (CANDIDO; MELLO E SOUZA, 2009, p. 309).

(NORMAS, 1937, p. 10). Ainda que respondesse a uma questão que já vinha sendo debatida em outros momentos – Tânia Maria de Luca (1999, p. 246-247) lembra que, no teatro, até o final dos anos 1920, ainda era regra comum, por exemplo, a adoção da pronúncia portuguesa por parte dos atores brasileiros, prática que começava a merecer contestações cada vez mais contundentes –, as diretrizes do congresso geraram polêmica. Graco Silveira, em seu texto no mesmo número da *Revista do Arquivo Municipal*, comenta que “algumas folhas volantes” do jornalismo ainda insistiriam ora na inutilidade, ora nos desacertos do Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada. Elio Serpa (2001, p. 71-76) aproxima o gesto de padronização à política nacionalista do Departamento de Cultura, de caráter higienista e, por certo, uma análise do movimento social e das forças que são nele exercidas leva a essa conclusão. A complexidade deste congresso constitui-se pela ambivalência entre a tentativa de se registrar a diversidade das variantes da língua portuguesa do Brasil e, ao mesmo tempo, uma padronização no canto lírico e na declamação, o que é oposto à institucionalização de tal diversidade.

Em “Destinação e natureza da linguagem”, Graco Silveira, em posição de defesa, afirma que fora proposta, pelo Congresso de Língua Nacional Cantada, apenas a padronização da língua nacional no “canto erudito e [n]o teatro” (1937c, p. 51), uma vez que os estudiosos reunidos em torno do certame estavam conscientes que a evolução linguística não respeitava a “sistematização ortoépica” (1937c, p. 50), e, por isso mesmo, não se propunha uma padronização da língua em seu uso estendida a outros campos. Nesse artigo, a adesão de Graco Silveira ao projeto encabeçado por Mário de Andrade é enérgica. Além do artigo ser publicado logo após a publicação das “Normas para a boa pronúncia da Língua Nacional do Canto Erudito” e da defesa explícita, Graco Silveira finaliza o artigo anunciando o trabalho pioneiro desenvolvido e a necessidade de se fazer outro congresso: “Em resumo, o principal objetivo do Congresso, o que constitui sua finalidade precípua, só pode ser integralmente apreciado mais tarde: a padronização, mesmo restrita ao canto erudito e ao teatro não é tarefa para um só Congresso” (SILVEIRA, 1937c, p. 51).

A colaboração de Graco Silveira e Mário de Andrade segue no diálogo epistolar com pedidos deste para que aquele lhe enviasse lista cronológica com a data de festas tradicionais populares da Zona da Ribeira (carta de 13 out. 1937) e indicação de pessoas que colecionassem “obras de arte, objetos de arte, iconografia nacional e estrangeira, etnografia,

folclore, moedas, selos etc” (carta de nov. 1937). O primeiro pedido foi respondido por Graco Silveira em 22 de outubro de 1937, da resposta ao segundo não há registro nas cartas. Em carta de 24 de fevereiro de 1938, Graco Silveira volta a mencionar o projeto de escreverem os dois um estudo sobre a Zona da Ribeira: “‘A Festa do Bom Jesus de Pirapora e o Samba Rural Paulista’ veio lembrar-me nossa velha combinação de um trabalho em conjunto, como esse, sobre linguagem e os costumes da Zona da Ribeira” (SILVEIRA, 24 fev. 1938).

O artigo, em cooperação, nunca saiu. Já depois da morte de Mário de Andrade, às vésperas da realização do Segundo Congresso de Língua Nacional Cantada, em 1946, Graco Silveira homenageia o idealizador do primeiro certame afirmando que, nele, “o homem cerebral de certo modo se completava com o homem de coração” (SILVEIRA, 1946, p. 9), levando-o a grandes realizações tanto no campo da arte quanto dos estudos. Descreve pormenorizadamente o primeiro congresso, respondendo ainda às críticas de que a padronização seria almejada para o uso amplo da língua, reitera que, para Mário de Andrade, apenas se tratava de “procurar estabelecer quais os fonemas que poderiam ser discretamente modificados e afeiçoados às exigências artísticas do canto e do teatro”. Apenas faz restrição à escolha da linguagem carioca como padrão, pois, para ele, os epítetos de “mais elegante e mais urbana do país” não serviriam para justificar a escolha. Isso porque “dos dialetos nacionais, o que remonta diretamente às fontes deste nosso ‘português, casta linguagem’ é, sem contestação possível, o que se pratica no Estado de São Paulo” (SILVEIRA, 1946, p. 9).

## **2 Considerações Finais**

Apesar do número aparentemente pequeno de cartas, o diálogo entre Mário de Andrade e Graco Silveira parece se estabelecer a partir de afinidades que incluem, além do interesse comum na pesquisa das manifestações culturais e das formas de falar dos moradores da região do rio Etá, a concepção de língua sujeita a mudanças e variações, tanto regionais dentro do Brasil quanto em relação as formas de falar e escrever do Brasil e de Portugal.

O interesse de Mário de Andrade pelo registro das manifestações culturais da região próxima a Itapetininga estabelece mais um testemunho para a compreensão do sentido amplo da palavra cultura para o autor.

Nas ações como diretor do Departamento de Cultura de São Paulo e na escrita do anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, como afirma Antonio Gilberto Ramos Nogueira, o conceito de patrimônio para Mário de Andrade abrangia tanto a “forma material” quanto “a forma imaterial e intangível” (NOGUEIRA, 2007, p. 257). A receptividade para com a notação da toada e os preparativos para o registro das apresentações de violeiros proposto por Graco Silveira se constituem como tentativa de inventariar o patrimônio imaterial e intangível das várias regiões brasileiras. Também pode ser assim compreendido o convite feito para que o professor da Escola Normal Complementar de Itapetininga fizesse uma comunicação no I Congresso de Língua Nacional Cantada.

O perfil de Graco Silveira emerge aqui como o professor e linguista também interessado em inventariar as manifestações culturais e a língua de sua região, ainda que não concorde, conforme ficou ilustrado pelo artigo em que recorda seu encontro com o autor de *Macunaíma* e pela amostra de um de seus poemas, com o experimentalismo linguístico do modernista. Assim, os artigos de Graco Silveira, publicados no *Estado de S. Paulo* e na *Revista do Arquivo*, que ainda demandam leitura vertical, estudam – ora baseados ainda em teorias positivistas, ora já mais alinhados aos estudos descritivos de variação – aspectos linguísticos típicos do português do Brasil, o que, como se viu, revelam intersecções com estudos da língua brasileira de Mário de Andrade, sobretudo no que se refere às diferenças entre o português falado em Portugal.

Paralelamente ao fato de que na correspondência entre os dois escritores destaca-se a importância dada ao registro da diversidade dos falares e do patrimônio cultural, na *Revista do Arquivo Municipal* de setembro de 1937, “Normas para a boa pronúncia da Língua Nacional no canto erudito”, documento proveniente do Departamento de Cultura, mas elaborado por Mário de Andrade, e “Destinação e natureza da linguagem”, de Graco Silveira, confirmam a defesa da normalização de uma pronúncia para a língua nacional no canto lírico e no teatro, sinalizando para a necessidade da construção de uma unidade cultural. Em outros termos, se na carta a busca pela expressão musical ribeirinha autêntica, cujo artifício retórico (“Deus me livre de dizer com isso que a sua indicação está errada”), ainda que indiciando a dúvida latente, parece valorizar a diversidade da expressão de uma região brasileira; no texto institucionalizado publicado na *Revista do Arquivo Municipal*,

é a unidade da nação que ganha força na normalização da expressão cantada e declamada, embora, no mesmo congresso, as comunicações apresentadas por vários estudiosos da área tenham também composto inventário da descrição dos falares nas várias regiões brasileiras.

A busca por uma normalização da língua cantada e declamada parece apontar para uma posição pragmática de Mário de Andrade,<sup>12</sup> coerente às funções tanto de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938) quanto de crítico literário no jornal *Diário de Notícias* (1939-1941), em cujos rodapés há uma defesa do treino artesanal da escrita literária, elegendo como modelo de língua literária e de atitude de pesquisa artesanal os escritos de Machado de Assis. Escritor cuja técnica também será destacada nos artigos publicados por Graco Silveira no jornal *O Estado de S. Paulo*, quase contemporaneamente. Os empenhos em registrar a diversidade das variantes linguísticas do Brasil e em normalizar uma variante padrão compõem o retrato complexo de Mário de Andrade, já apontado pela crítica, e ajudam a registrar as ambivalências que podem ser flagradas no conjunto da correspondência do autor, “escritas de si” encenadas sinceramente.

Essas possibilidades de composições justificam o interesse pelo estudo da circulação extemporânea da correspondência: algumas figuras, como Graco Silveira, emergem à memória; outras, como Mário de Andrade, tornam-se mais complexas a medida que se observa a correspondência como espaço do debate e performance de si.

## Referências

ALMEIDA, A. N. *Edição crítica d’A Gramatiquinha da fala brasileira de Mário de Andrade*. 2013. 584 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 2 v.

ANDRADE, M. Feitos em França. In: \_\_\_\_\_. *O Empalhador de passarinho*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1955a. p. 30-37.

---

<sup>12</sup> Sobre essa questão, Marcos Antonio de Moraes afirma: “Passado o calor da inovação artística da década de 1920, assentava-se a “normalização da extravagância”, porta aberta para todos os cabotinismos da arte. Mário os detecta, combatendo a mistificação e o diletantismo de maneira programática nas páginas do *Diário de Notícias*, entre 1939 e 1941” (MORAES, 2007, p. 217). Sobre a atuação de Mário de Andrade como crítico do *Diário de Notícias*, conferir também *Mário de Andrade no Diário de Notícias: o método e a crítica circunstancial*.

- ANDRADE, M. O baile dos pronomes. In: \_\_\_\_\_. *O Empalhador de passarinho*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1955b. p. 263-268.
- ANÚNCIO da Monteiro Lobato & Cia. *Revista do Brasil*, ano 7, v. 19, n. 74, 1922.
- BERRIEL, C. E. O. A uiara enganosa. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Mário de Andrade hoje*. São Paulo: Ensaio, 1990. p. 133-177.
- CANDIDO, A; MELLO E SOUZA, G. *Pio & Mário, diálogo da vida inteira: a correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade, 1917-194*. Rio de Janeiro; São Paulo: Ouro sobre Azul; SESC, 2009.
- DE LUCA, T. R. Língua: edificação da cultura nacional. In: \_\_\_\_\_. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 239-296.
- GRACO Silveira Santos. *O Estado de S. Paulo*, p. 33, 25 out. 1970.
- MORAES, M. A. *Orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade*. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2007.
- MORAES, R. G. *Mário de Andrade no Diário de Notícias: o método e a crítica circunstancial*. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- MORAES, R. G. Tive o desejo apenas de lhe dar todos os esclarecimentos que podia. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 67, p. 255-262, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rieb/article/view/137580>>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- NOGUEIRA, A. G. R. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.
- NORMAS para a boa pronúncia da Língua Nacional no Canto Erudito. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 4, v. 49, p. 5-54, set. 1937.
- PENA, M. L. (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Luiz Camillo de Oliveira Netto*. São Paulo: Edusp, IEB, 2013.
- PINTO, E. P. (Org.). *A gramatiquinha de Mário de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SERPA, E. O congresso de língua nacional cantada de 1937. *Diálogos*, v. 1, p. 71-66, 2001.

SINTRA, A. Rapshódias. *O Combate*, ano 10, n. 2710, p. 4, 23 jun. 1924.

SILVEIRA, G. A linguagem e o canto. *O Estado de S. Paulo*, p. 9, 14 jul. 1946.

SILVEIRA, G. Alguns traços do dialeto caipira e do subdialeto da Ribeira. In: CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA, 1., jul. 1937, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Departamento de Cultura, 1938. p. 505-510.

SILVEIRA, G. Carta a Mário de Andrade, 16 abr. 1937. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP.

SILVEIRA, G. Carta a Mário de Andrade, 24 fev. 1938. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP.

SILVEIRA, G. Em torno de um congresso. *O Estado de S. Paulo*, p. 52, 11 abr. 1970.

SILVEIRA, G. Linguagem e sociologia. *O Estado de S. Paulo*, p. 4, 13 jan. 1937a.

SILVEIRA, G. Linguagem popular e literária. [S.l.]: [s.n.], dez. 1937b.

SILVEIRA, G. Sobre a origem da linguagem. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 32, fev. 1937c.

SILVEIRA, G. Tarde no Paranapiacaba. *Caldas de São Pedro*, São Pedro, n. 21, p. 3, 8 nov. 1936.

Recebido em: 19 de março de 2018.

Aprovado em: 03 de julho de 2018.



**O historiador e o romancista:  
o diálogo entre Oliveira Lima e Lima Barreto**

***The Diplomat and the Novelist:  
the Dialogue Between Oliveira Lima and Lima Barreto***

Ricardo Souza de Carvalho

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo/ Brasil

ricardocarvalho@usp.br

**Resumo:** O artigo apresenta o diálogo entre o historiador Oliveira Lima e o romancista Lima Barreto, entre 1916 e 1920, a partir das poucas cartas trocadas entre ambos, que motivaram o envio e a crítica de livros, estimulando uma sociabilidade literária que reconhecia o valor das respectivas obras, mas que convivía com diferentes posicionamentos em relação à questão racial e à representação das camadas populares. Durante o contato entre os dois autores, a carta é uma escrita central que mantém uma relação de proximidade ou contraponto com outros textos e suportes, como o diário, a dedicatória manuscrita em livros e os artigos de periódico.

**Palavras-chave:** Oliveira Lima; Lima Barreto; cartas; sociabilidade literária; pensamento racial.

**Abstract:** The article presents the dialogue between the historian Oliveira Lima and the novelist Lima Barreto from 1916 to 1920, based on the few letters they exchanged. Such exchange motivated the sending and critique of books, which stimulated a literary sociability, acknowledging the value of each other's written pieces even though their position diverged in matters of race and popular strata representation. Throughout the contact between the two authors, the letter was a central writing form that maintained both a sense of proximity and opposition with other texts and supports, such as the diary, handwritten dedication in books, and newspaper articles.

**Keywords:** Oliveira Lima; Lima Barreto; letters; literary sociability; racial thought.

## 1 Cartas do vasto mundo e do Rio de Janeiro

O que faria com que se aproximassem Oliveira Lima (1867-1928), membro fundador da Academia Brasileira de Letras, diplomata em três continentes, que tributava a formação do Brasil e de sua cultura à Europa, primordialmente pela via lusitana, e Lima Barreto (1881-1922), recusado por aquela instituição, visitante dos subúrbios e arredores do Rio de Janeiro, que lhe revelavam mulheres e homens marginalizados pela cor e pela pobreza? Tais diferenças não impediram que se estabelecesse uma relação respeitosa e construtiva entre os dois autores entre 1916 e 1920, envolvendo a troca de cartas e de livros, além da crítica de algumas obras, o que demonstra uma convivência entre diferentes gerações da intelectualidade brasileira do começo do século XX, tomadas pela historiografia literária e cultural separadamente ou como antagônicas. Para começo de conversa, Oliveira Lima e Lima Barreto coincidiam na postura crítica diante das primeiras décadas da República. Um herdeiro direto e outro mais distante dos ideais de participação e de contestação promovidos pela chamada Geração de 70 do século XIX.

Não se está diante de um diálogo epistolar extenso, como o que Oliveira Lima cultivou com o jovem Gilberto Freyre de 1917 a 1927 (GOMES, 2005), ou mesmo a curta correspondência entre Lima Barreto e Monteiro Lobato de 1918 a 1922 (CAVALHEIRO, 2017), mas sim de apenas quatro cartas publicadas no tomo II da *Correspondência* que integra a edição das *Obras completas* de Lima Barreto, publicadas pela editora Brasiliense em 1956, sob a direção de Francisco de Assis Barbosa. A essas cartas se juntam duas missivas inéditas do romancista, preservadas no arquivo da Oliveira Lima Library, na Catholic University of America, em Washington, para a qual o historiador doou cerca de 40.000 livros de sua biblioteca e também, entre outros materiais, a sua gigantesca correspondência com mais de 1.400 personalidades do Brasil e do exterior. Em relação a um dos muitos aspectos de estudo oferecidos por esse rico acervo, Teresa Malatian destacou que “escrever cartas era fundamental para a manutenção da sociabilidade” entre intelectuais e políticos da Primeira República, além de constituir

um importante recurso para contrabalançar a vida errante dos diplomatas, como se eles fossem âncoras lançadas entre os continentes com fios invisíveis conduzindo uma trama de sociabilidades vitais para o sentimento de identidade e para sua

atuação profissional desempenhada em legações espalhadas pelos continentes (MALATIAN, 2009, p. 211).

Contrário foi o caso Lima Barreto, cuja correspondência não apresenta a “amplitude esperada”, pois a condição de que “toda correspondência, por definição, pressupõe afastamento, distância” teria sido comprometida pelo fato de que “raras vezes se afastou Lima Barreto do Rio, e o mesmo se deu com seus amigos, camaradas, ou colegas”, como bem pontuou Antônio Noronha Santos no prefácio à edição da *Correspondência* (BARRETO, 1956a, p. 9). Contudo, entre o “gigantismo epistolar” de Oliveira Lima – tomando emprestada a expressão de Mário de Andrade para sua escrita compulsiva de cartas – e a parcimônia epistolar de Lima Barreto, é possível buscar um diálogo que se envereda por outros gêneros e suportes, além das poucas cartas existentes.

## **2 A carta do diário**

Muito antes de qualquer carta, Lima Barreto já conhecia Oliveira Lima, “a quem desde menino, desde a *Revista Brasileira*, do saudoso José Veríssimo, me habituei a ler com interesse e carinho” (BARRETO, 1956b, p. 134), como recordou em 1918, quando mantinham contato. Porém, nas páginas do diário no ano de 1905, investira-se contra a produção do historiador nesse periódico no que tocava ao tema da superioridade e inferioridade das raças balizado pela ciência, uma espécie de resposta tardia dirigida a si mesmo:

É satisfação para minh’alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberania de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos.

Oh! A ciência! Eu era menino, tinha aquela idade, andava ao meio dos preparatórios, quando li, na *Revista Brasileira*, os seus esconjuros, os seus anátemas... Falavam as autorizadas penas do Senhor Domício da Gama e Oliveira Lima...

Eles me encheram de medo, de timidez, abateram-me; a minha jovialidade nativa, a satisfação de viver nesse fantástico meio tropical, com quem tenho tantas afinidades, ficou perturbada pelas mais degradantes sentenças.

Desviei a corrente natural de minha vida, escondi-me em mim mesmo e fiquei a sofrer para sempre...

Mas, hoje! Hoje! Já posso alguma cousa e amanhã poderei mais e mais. Não pararei nunca, não me deterei; nem a miséria, as perseguições, as descomposturas me deterão. Sacudi para longe o fantasma do Medo; sou forte, penso, tenho coragem... Nada! Nada! Nada!

É que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo (BARRETO, 1956c, p. 112).

Dentre a variada produção de Oliveira Lima para a *Revista Brasileira*, de 1895 a 1900, o que poderia ter abatido tanto Lima Barreto aos 14 anos e provocado seu posterior brado de contestação quando dava seus primeiros passos em sua carreira de escritor? Tudo indica que houvesse sido um dos artigos da série “Primeiras impressões dos Estados Unidos”, de 1896, quando Oliveira Lima servia como secretário da Legação Brasileira naquele país, aproveitados no livro *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*, de 1899. O capítulo que abre essa obra, “O problema negro”, discute os desafios do país, ou melhor, dos brancos, para enfrentar o grande contingente de uma raça considerada inferior, que nunca deixaria de lhes provocar aversão. Em linhas gerais, Oliveira Lima não compartilhava o desprezo e a violência contra os negros, reconhecendo aptidões para um certo adiantamento, desde que sob a tutela do branco, a fim de evitar um retorno a um estado primitivo. Nessa direção, além dos “esforços dos brancos apostolizadores”, destacou o educador e escritor Booker Washington, nascido ainda sob a escravidão, que atuava em prol da educação e dos direitos dos negros, quem, por outro lado, daria “prova da aptidão da raça ou, segundo pretendem alguns de variedades da raça para melhorar de condição intelectual” (LIMA, 2009, p. 84-85).

O Brasil, nesse capítulo, é mais de uma vez requisitado como contraste positivo, já que o preconceito de cor seria “muito menos forte”, crença que fazia Oliveira Lima apostar que o país estaria “mais perto de pôr em prática a equidade social educando a raça negra, evitando que ela, fora do carinho interesseiro das plantações, recaia na barbárie que ainda lhe não tinha sido dado despir inteiramente” (LIMA, 2009, p. 84). Pode-se supor que a passagem a seguir, entre outras, houvesse perturbado

o adolescente que se dedicava com afinco em sua formação, inclusive sendo leitor do mais importante periódico cultural daquele momento:

Educação mais alta de pouco lhes aproveitará nos Estados Unidos. Infelizmente ela apenas serve, como exclamava na tribuna o Senador Morgan, para tornar mais perceptíveis ao negro as barreiras que lhe impedem alcançar posição e poder. Não só possui ele probabilidade alguma de vir a governar, como a não possui de vir sequer a colaborar no governo. Será sempre um pária, um réprobo, um servo, vegetando em situações subalternas, pouco mais do que era antes da abolição (LIMA, 2009, p. 86).

Voltando-se no final ao Brasil, explicou que devido ao melhoramento do negro “num ambiente de brancos” e “por causa da escassez, do relativo atraso mental e do enervamento da raça colonizadora”, fazia-se necessária a imigração europeia para evitar que o país se afundasse “num alastramento de raças inferiores” (LIMA, 2009, p. 89-90). Thomas Skidmore alertou que essa visão de Oliveira Lima “foi, em vários aspectos, bastante característica da época”, sendo que as resenhas e comentários ao livro “concentraram-se em sua análise da questão racial”, cujas “teses eram geralmente aceitas” (2012, p. 120-121). Foi contra essa aceitação generalizada e institucionalizada que Lima Barreto insurgiu-se em 1905, na esfera privada do diário, retornando, como veremos mais adiante, no diálogo epistolar com Oliveira Lima.

Por outro lado, Lima Barreto deve ter apreciado o quadro da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, em “D. João VI no Brasil”, realizado por Oliveira Lima para o último número da terceira fase da *Revista Brasileira*, em 1900. Lima Barreto cogitou participar do concurso de memória histórica sobre o reinado de Dom João VI promovido pelo IHGB, proposto em carta a Antônio Noronha Santos de 11 de junho 1904 (BARRETO, 1956a, p. 60). Ele deixou em seu diário um plano geral do que poderia vir a ser o trabalho, intitulado *Dom João VI no Brasil*, prevendo abordar a “escravatura”: “Leis relativas. Aumento progressivo. Relações entre senhores e escravos. Tronco. Bacalhau. Cantos de senzala. Caráter dos negros. Mulatos. O banzo. Viajantes estrangeiros. Capacidade dessa gente pra civilizar-se. Modo de proceder do rei” (BARRETO, 1956b, p. 42-43). Estava às voltas com esse tópico desde o ano anterior, quando registrou em seu diário que no futuro escreveria a *História da escravidão negra no Brasil* e sua

influência na nossa nacionalidade” (BARRETO, 1956b, p. 33). Tanto esse estudo quanto a memória do concurso não vingaram, dando lugar à prosa ficcional e jornalística. Quem venceu o concurso foi Oliveira Lima, que desde o final do século XIX vinha se dedicando ao tema, lançando em 1908 o seu monumental *Dom João VI no Brasil*, mencionado por Lima Barreto em passagem da crônica “Alvarás, Cartas Régias, etc.”, como “profundo estudo sobre esse infeliz rei” ao revelar que fora “dos chefes de Estado do Brasil aquele que mais feriu o espírito do povo” (BARRETO, 1956d, p. 165).

### 3 O historiador consagra o romancista

Oliveira Lima levou mais tempo para conhecer Lima Barreto, por intermédio do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, aparecido em 26 de fevereiro de 1916, o qual motivou o historiador a escrever um artigo para *O Estado de São Paulo*, apenas em 13 de novembro daquele ano. Lima Barreto distribuíra exemplares do romance a várias redações de jornais, críticos e escritores, incluindo os festejados Rui Barbosa e Olavo Bilac (BARRETO, 1956c, p. 177-181). Talvez o exemplar oferecido a *O Estado de São Paulo* houvesse chegado às mãos de Oliveira Lima, colaborador de longa data do periódico. No entanto, a repercussão da obra foi restrita, segundo o comentário do autor nas páginas de seu diário: “Meu livro, o *Policarpo*, saiu há quase um mês. Só um jornal falou sobre ele três vezes (de sobra)” (BARRETO, 1956c, p. 126). Mais adiante, acrescentou que “os críticos generosos só se lembravam diante dele do Dom Quixote”, fazendo remissão a Oliveira Lima e Afonso Celso (BARRETO, 1956c, p. 181). Apesar da pouca ressonância inicial, o romance tornou-se um dos mais conhecidos de Lima Barreto e a crítica de Oliveira Lima, por sua vez, uma espécie de cartão de visitas, reproduzido em edições posteriores como a das *Obras completas* da Brasiliense em 1956, ou mais recentemente a do selo Penguin & Companhia das Letras em 2011.

Oliveira Lima em seu texto também denunciou que a “imprensa do país” não dera ao romance “ainda a devida atenção”, lembrando, de forma provocativa, que 15 anos atrás a mesma imprensa saudara como “revolução genial” o romance *Canaã*, do seu colega de diplomacia Graça Aranha. Enquanto os “tipos desenhados” por Graça não perdurariam na “memória dos intelectuais”, no *Triste fim de Policarpo Quaresma*, “em

todo sentido cem vezes superior”, a personagem do major Quaresma viveria “na tradição, como um Dom Quixote nacional” (LIMA, 1975, p. 220), inaugurando assim uma associação muitas vezes retomada.

Se não bastasse destronar um figurão das letras para dar lugar a um talentoso escritor que não tinha as mesmas credenciais de uma posição de prestígio, Oliveira Lima rebateu aqueles que acusavam o estilo de “menos cuidado e por vezes incorreto”, julgamento que por muito tempo rondaram muitas abordagens: “O Sr. Lima Barreto procura felizmente não escrever bonito: antes, mil vezes antes, singelo, familiar mesmo, do que pernóstico” (1975, p. 221). Além disso, percebia nesse “grande livro”, um “sopro de compaixão, uma vibração misteriosa de piedade que resgata qualquer defeito de composição, que ainda possa apresentar essa segunda tentativa, no gênero romance, da mais prometedora vocação da geração nova, espírito no qual se alia ao senso do pitoresco o senso social” (LIMA, 1975, p. 223). Tal reconhecimento, vindo de um dos mais importantes homens de letras do Brasil e com projeção internacional, fez com que Lima Barreto passasse a retribuir com cartas e livros, nos quais fórmulas de cortesia e dedicatórias reiteram uma sociabilidade literária que não se configurou em um diálogo mais próximo e contínuo.

Cinco exemplares das obras de Lima Barreto encontram-se no acervo da Oliveira Lima Library. Na esteira da crítica ao *Triste fim*, um exemplar do romance, datado de 30 de novembro de 1916, foi oferecido a “Exa. Sra. Oliveira Lima”, Flora, a dedicada companheira do historiador, que após a morte dele, em 1928, esteve à frente da biblioteca até o fim de sua vida, em 1940. Um volume de *Numa e a ninfa: romance da vida contemporânea*, saído em 1917 das Oficinas do jornal *A Noite* – o mesmo onde fora publicado em folhetins em 1915 – foi enviado a Oliveira Lima, “com muita admiração e agradecimento”, em 6 de junho desse ano. A impressão de Oliveira Lima a respeito da obra veio logo. Anunciado como “O novo romance do Sr. Lima Barreto”, o historiador, em artigo para *O Estado de São Paulo*, de 18 de agosto de 1917, compartilhava a visão desalentadora do país retratada naquele “terrível libelo político sob a aparência amena de uma novela” (LIMA, 1975, p. 226). A frase final enaltecia ainda mais o valor de Lima Barreto: “Ninguém hoje, no Brasil, cultiva o gênero literário do romance com tanto talento e tanta facilidade quanto esse ironista sem rebuços nem artifícios” (LIMA, 1975, p. 226).

Como resposta a mais uma boa acolhida, Lima Barreto enviou uma brevíssima missiva ao historiador, em 1º de setembro de 1917: “Acabo

de ler o seu artigo no *Estado de São Paulo*. Não sabe como lhe agradeço a benevolência e a animação que me dá” (BARRETO, 1956e, p. 38). Na sequência, anuncia que acabava de rever as provas da segunda edição do seu *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, publicado em 1909, com a promessa de remetê-lo, “logo aos primeiros exemplares, pelo fim do mês” (BARRETO, 1956e, p. 38). O exemplar do romance de estreia chegou com dedicatória de 11 de setembro de 1917, quase reproduzindo as fórmulas e expressões da carta de poucos dias antes: “Ao Exo. Sr. Oliveira Lima, com muita admiração e agradecimento”.

Após as *Recordações*, foi a vez de enviar *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, cujo exemplar traz, na página da “Advertência”, dedicatória de 28 de fevereiro de 1919: “com profundo reconhecimento e imensa gratidão”. No entanto, esse volume guardado na Oliveira Lima Library apresenta, além da inscrição de Lima Barreto, mais uma particularidade que materializa a ligação estreita entre a carta e o envio de livros presente em tantas correspondências. Não se sabe se o próprio Oliveira Lima ou outra pessoa, como a esposa Flora, colou na folha de rosto o envelope que contém uma missiva de 1º de março de 1919 de Lima Barreto ao historiador, que não consta na edição da *Correspondência*. O romancista começa pedindo “mais uma vez” desculpas por não ter ido pessoalmente visitá-lo. Como justificativa, adentra em pormenor da vida pessoal ausente na formalidade de outras cartas: “Tenho andado atarefado e ocupado com muitas cousas que fatigam sobremodo. Entre elas, está a liquidação de minha aposentadoria que, como pequeno empregado que fui, é sempre cousa desesperadora de por um sujeito doido”. A breve confissão termina por aí. Desde o ano anterior, Lima, após seus problemas de saúde devido ao alcoolismo que lhe valeram duas internações, era aposentado de seu cargo na Secretaria da Guerra.

Na resposta a essa carta, de 13 de março de 1919, que integra a edição da *Correspondência*, Oliveira Lima agradece a remessa do novo romance – “que vou ler com o interesse e gosto com que leio tudo quanto escreve” –, além de se manifestar sobre o desencontro dos dois: “Senti não o ter visto por ocasião da nossa viagem ao Rio, mas a estadia foi muito curta. Estimei que haja liquidado satisfatoriamente a sua aposentadoria” (BARRETO, 1956e, p. 38). Essa poderia ter sido a única ocasião em que Oliveira Lima e Lima Barreto estariam frente a frente.

A importância da crítica de um nome de prestígio para promover uma obra foi aventada pelo editor de *Vida e morte*, Monteiro Lobato,

quem, nesse sentido, aconselhou Lima Barreto em carta: “Se pilhas um bom artigo no *Estado*, como aquele do Oliveira Lima, era ótimo” (CAVALHEIRO, 2017, p. 67). O romancista respondeu a Lobato que havia se adiantado: “Já mandei o livro ao Oliveira Lima e ele já me agradeceu por carta. Quando publiquei o *Policarpo*, não lhe mandei e ele fez o que fez. Soube que havia saído no *Estado* devido às minhas relações nos jornais daqui. Agora, creio eu, devo esperar” (CAVALHEIRO, 2017, p. 69). Oliveira Lima não chegou a se manifestar sobre *Vida e morte*, talvez porque não o provocasse de forma mais imediata quanto *Triste fim e Numa e a ninfa*, tomados como retratos da situação política e social do país, dentro da melhor tradição do romance realista para esse que foi, como tantos outros, um admirador de Eça de Queirós.

#### 4 O romancista contesta o historiador

O silêncio de Oliveira Lima em relação a *Vida e morte* não implicou no fim do diálogo com Lima Barreto. O momento mais tenso desse contato veio com uma carta de 29 de junho de 1919, endereçada por um Lima incomodado por um artigo publicado no dia anterior no periódico *A.B.C.*, intitulado “O perigo americano”, em que Oliveira Lima reagia contra aqueles que viam os Estados Unidos como uma ameaça a ser evitada. As “dúvidas suscitadas” pelo artigo referiam-se ao último parágrafo que tentava superar um tópico que poderia interferir na relação entre Brasil e Estados Unidos, sugerindo que os brasileiros não se valessem do “preconceito racial” institucionalizado naquele país a fim de hostilizá-lo:

Há o preconceito de cor: por mais amigos políticos que sejam, os americanos não fazem de pretos – e preto é todo mulato até branquear por completo, que se não perceba mais nem de longe nem de perto, nem pela vista, nem pelo olfato – seus amigos. Relações internacionais são uma cousa: relações sociais são outra cousa diversa. O mundo tem de dar ainda muita volta para isso mudar, e não se pode levar tanto a mal aos americanos que eles assim procedam com estrangeiros, quando procedem igualmente com os seus nacionais. Roosevelt, que era homem de inovações, sentou um dia a sua mesa Booker-Washington, que era um educador e um preto de bem, nobre como um branco...; se ele porém ao despedir-se lhe pedisse a mão da filha, botava-o de

porta afora a cacete. Nós não pensamos assim, mas não devemos levar a discrepância até a inimidade. Já disso sabíamos quando nos metemos na intimidade política daquela nação (LIMA, 1919).

A figura de Booker Washington, que já fora mencionado como exceção no capítulo “O problema negro”, era resgatado em uma suposição caricatural que ratificava a cisão entre brancos e negros, não importando o quanto um negro fosse proeminente e “nobre como um branco”. Na sua carta, Lima Barreto procurou questionar com ironia a diplomática condescendência do historiador, colocando-se propositalmente na sua condição de homem negro, tão educado e “preto de bem” quanto um Booker Washington:

Previno ao senhor que não tenho nenhuma pretensão junto à filha de Roosevelt ou de outro indivíduo mais ou menos semelhante ao Senhor Teodoro.

A minha tenção era perguntar-lhe, ao senhor, mais esclarecido e inteligente do que eu, conhecendo bem a evolução de ideias e a sua transformação em sentimentos, a ditar atos quase automáticos – se eu, homem de cor, mulato, etc. etc., posso e devo concorrer de alguma forma para reforçar a influência ou o predomínio, no Brasil, dos Estados Unidos; e, também, se não é minha obrigação de modesto homem da pena combater todas as maneiras essa influência? (BARRETO, 1956e, p. 39).

Diga-se de passagem que Lima vinha promovendo vigorosamente tal combate pela imprensa, a exemplo do artigo “O nosso ‘ianquismo’”, estampado na *Revista Contemporânea* três meses antes, no qual uma frase sinaliza bem que ele não apresentava nenhuma dúvida sobre o seu posicionamento: “Nós só vemos dos Estados Unidos o verso, não vemos o reverso ou o avesso; e este é repugnante, vil e horroroso” (BARRETO, 1956f, p. 185). Ao final de uma carta, que não segue o padrão das demais, protege-se com as conhecidas fórmulas de cordialidade: “Desculpará o Senhor Oliveira Lima a liberdade que tomo; e creia-me que só a tomei devido à bondade com que me tem tratado, pela qual lhe sou profundamente agradecido” (BARRETO, 1956e, p. 39). Ainda assim, nada que lembre a virulência da “Carta aberta” que dirigira ao diplomata Hélio Lobo em 8 de setembro de 1917 no periódico *O Debate*, na esteira da recusa da sua inscrição à vaga de Sousa Bandeira na ABL, que seria ocupada por Lobo: “Cônsul em Londres, tendo ganho tanto dinheiro,

moço, *chic*, altamente colocado, o que devias querer? Um casamento rico – não é? Pois, a que me dizem, queres ser acadêmico, literato. Lá não é teu lugar, Hélio. Que é que tu vais fazer lá? Responde-me, meu caro Hélio Lobo” (BARRETO, 1956g, p. 203).

Enquanto naquele remoto 1905 permitiu-se em o diário afrontar as posições de Oliveira Lima na *Revista Brasileira* sobre o negro nos Estados Unidos, em 1919 o mesmo tema retornava em carta por meio de uma provocação atenuada por subterfúgios retóricos. A necessidade de um outro que se posicione a respeito do que foi escrito seria uma diferença sensível que Brigitte Diaz observa entre a carta e o diário:

Contrariamente ao diarista que escreve solitário e sem preocupar-se com a intervenção de um olhar estranho, o epistológrafo espera, como reação a seus solilóquios, uma avaliação, assentimento ou condenação, pouco importa, desde que um outro venha submetê-los a seu olhar e a sua escuta (DIAZ, 2016, p. 150).

Lima instigava uma reação por parte do historiador, quem sabe uma resposta atrasada para o desabafo do diário.

Oliveira Lima não se esquivou a responder o romancista em uma carta mais extensa de 9 de julho de 1919, esperando que ele lhe fizesse a justiça de crer que não teria “preconceitos estúpidos de cor, que aliás não são brasileiros” (BARRETO, 1956e, p. 39-40), convicção assentada desde as impressões sobre os Estados Unidos na *Revista Brasileira*. Para tanto, remeteu o romancista a um trabalho mais recente, uma série de conferências realizadas por ele em universidades norte-americanas em 1912 e que resultaram no livro *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*, no qual teria defendido que “a solução portuguesa dada ao problema das raças era a verdadeira e não a americana” (BARRETO, 1956e, p. 40). O volume constava no inventário da biblioteca de Lima com o registro “551 – América Latina. Oliveira Lima” (BARBOSA, 1988, p. 292), provavelmente enviado pelo próprio autor junto a essa carta. Nessa obra, Oliveira Lima legitimava os “cruzamentos físicos e morais” da América Latina frente ao antagonismo inconciliável entre as raças nos Estados Unidos, porém ainda apostando, como fizera no final do século XIX, no desaparecimento do mestiço no Brasil, “país que se tornará no futuro, e não em um futuro longínquo, segundo tudo leva a crer, um viveiro de gente branca e um foco de civilização latina”

(LIMA, 2010, p. 51). Antes disso, haveria a “influência moral europeia, mesmo sobre o produto cruzado”, que possibilitou o surgimento, por exemplo, do “mulato” Machado de Assis como o “escritor mais delicado, mais sutil, mais ateniense que registram os anais literários do país” (LIMA, 2010, p. 61). Essa convivência entre posturas contraditórias no pensamento brasileiro do período – não somos racistas como os norte-americanos e precisamos de um Brasil branco – permitia que Oliveira Lima respondesse a Lima Barreto, sem constrangimentos, que, sim, uma “pessoa de cor” deveria favorecer a amizade com os Estados Unidos, uma vez que não haveria “o menor perigo de que esse prejuízo entre jamais na nossa psicologia. Não entrou nos piores, quanto mais agora” (LIMA, 1956e, p. 40).

Ao final, Oliveira Lima esclarece que não defendia a compreensão da política pan-americanista como o predomínio americano no Brasil, mas sim “uma *entente cordiale* de igual para igual. Terá notado que o meu artigo é simpático, sem ser sabujo: bem longe disso. Nos Estados Unidos mesmo tenho dito o que penso sobre o assunto, e valha a verdade, nunca lá mo levaram a mal. Basta-lhe a explicação?” (BARRETO, 1956e, p. 40-41). Aqui termina a seção “Oliveira Lima” da edição da *Correspondência*. Não foi encontrada, no acervo da Oliveira Lima Library, uma carta de Lima que desse sequência a essa resposta. Porém, não seria difícil inferir que aquela explicação não lhe bastasse, e ao invés de partir para um confronto direto que ameaçaria sua relação com Oliveira Lima, preferiu uma resposta indireta, que valeria por uma carta aberta sem remetente, mas dirigida a muitos outros. Trata-se de um ataque contundente às teorias raciais que justificavam preconceitos e crimes no artigo “Considerações oportunas”, publicado no mesmo periódico *A.B.C.*, em 16 de agosto de 1919. Logo no início, Lima chamou a atenção para recentes chacinas de negros em Washington e Chicago a fim de denunciar o “ódio coletivo” nos Estados Unidos, sem as concessões de Oliveira Lima:

O doutor Nicolau Ciancio, a quem me prende uma estima fraternal de antigos companheiros de quando estudantes, teve a hombridade de vir pelo *Rio-Jornal* dizer alguma coisa de reprovação contra as execuções sumárias e crudelíssimas de negros, em duas grandes cidades dos Estados Unidos.

Trouxe além do seu protesto sentimental e moral, a sua reprovação a certos doutores que, implicitamente, com as suas teorias

desonestas, pretendem justificar tão inumanos e pouco modernos espetáculos (BARRETO, 1956d, p. 188).

Em seu diário em 1905, Lima dissera a si mesmo que sentia que “a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo”, que lhes autorizasse condenar as raças não brancas. Nesse momento, escorado em uma falsa modéstia, pôde dirigir a muitos que a ciência não mais sentenciava a inferioridade e a conseqüente eliminação de um ser humano: “Com a minha ignorância reconhecida, em falta de alguém mais competente, eu pretendi com essas linhas ligeiras dizer que a Ciência (com C grande) não autoriza, no seu estado atual, nenhuma matança de seres humanos, por serem desta ou daquela raça” (BARRETO, 1956d, p. 193). Em lugar de uma réplica no espaço privado da carta, que pudesse comprometer a boa relação com o historiador, o romancista parece ter optado pelo artigo que atingiria um grande público, inclusive o próprio Oliveira Lima.

## **5 Onde está o povo da Argentina... e do Brasil?**

Na outra carta conservada na Oliveira Lima Library e fora da edição da *Correspondência*, datada de 5 de março de 1920, Lima acusava recebimento do volume *Na Argentina*, publicada nesse ano e enviada pelos editores de São Paulo por intermédio do autor. Na sequência, reiterou o valor de uma obra que se prestava ao estudo do país vizinho com o qual o Brasil mantinha uma histórica relação de rivalidades e tensões: “Tão superior alcance do seu livro, nestas horas tenebrosas do Brasil valentão, é um consolo para todos nós que desejamos a união fraterna dos homens”. Fruto de uma estada entre 1918 e 1919, *Na Argentina* juntava-se aos outros “livros de viagem” de Oliveira Lima, o já mencionado *Nos Estados Unidos* e *No Japão*, de 1903.

O livro foi abordado por Lima Barreto na parte final do artigo “Livros de viagem”, os quais foram uma das leituras prediletas dele na infância, mas que rareava na vida adulta frente a uma experiência singular com as viagens:

Atualmente, sérias ou não, pouco procuro ler viagens; já me sinto muito viajado em torno do meu próprio quarto; já sei muito bem que ele é a vastidão do meu mundo e que a essa vastidão me devo condenar. Antigamente ainda ia a Niterói; cheguei até a projetar uma longa viagem a Petrópolis; hoje, porém, nem esse desejo

tenho. Fico no meu canto e a maior viagem que faço, é ir, de onde em onde, ao centro da cidade. Não imaginem que seja pequena; não é. De onde moro até a Rua do Ouvidor, há bem duas léguas.

Não quer dizer com isto que abomine as viagens; nem abomino nem invejo. (BARRETO, 1956f, p. 205)

Esse trecho, que trai um certo ar de família com outro romancista que praticamente não viajou além dos limites do Rio de Janeiro – Machado de Assis –, demarca uma das maiores diferenças entre ele e Oliveira Lima. O historiador passou a maior parte da sua vida em diversos lugares fora do Brasil: primeiro, aos cinco anos mudou-se com a família para Lisboa; como diplomata, entre 1892 e 1913, serviu em Berlim, Washington, Londres, Tóquio, Caracas e Bruxelas; e por fim, nesse mesmo ano de 1920, se fixava em Washington, onde fundou a Ibero-American Library, na Catholic University of America, em 1924, vindo a falecer ali quatro anos depois.

Nesse artigo, Lima Barreto voltava a atacar um dos seus alvos contumazes, os diplomatas, cujos livros de viagem “em geral, são de uma pasmaceira de quem não tem olhos para ver e inteligência para penetrar” (BARRETO, 1956f, p. 206). O mesmo não poderia ser dito de Oliveira Lima, quem buscou “constituir elementos de paz e concórdia entre vizinhos” por meio de um “livro excelente, que nos faz conhecer a República Argentina sob vários aspectos” (BARRETO, 1956f, p. 209). Apesar disso, reparou em uma grande ausência na obra:

[...] Encontro, nele, porém, uma falta: é o povo argentino. Sua Senhoria não se preocupa com as camadas ditas representativas. Professores (lá são ricos, diz Sua Senhoria), gente do mundo, estancieiros; mas o povo, na sua nudez, o Senhor Oliveira Lima deixa de parte. Penso eu que não foi propositadamente, mas uma omissão involuntária, devida aos hábitos da profissão.

Mesmo, em literatura, a obra só nos fala de autores consideráveis, não há dúvida, mas de autores cujo mérito e importância de sua posição social torna de alguma forma suspeito.

Nas nossas democracias sul-americanas, sequiosas todas de medalhas e considerações, os poderosos não deixam aos humildes nem o direito de dizerem tolices em prosa ou verso. Eles o tomaram também para si (BARRETO, 1956f, p. 209).

Mais uma vez, Lima Barreto equilibrava-se entre o respeito e a gratidão para com Oliveira Lima e as inevitáveis divergências no que diz respeito à nação e suas camadas marginalizadas. A desculpa da “omissão involuntária, devida aos hábitos da profissão”, diga-se, da diplomacia, diluía de certa forma uma crítica mais direcionada ao historiador.

A última peça desse diálogo é o livro de contos de Lima Barreto, *Histórias e sonhos*, que consta na Oliveira Lima Library com uma dedicatória sem data: “Ao Sr. Oliveira Lima, como sincera homenagem ao seu talento e independência de pensar”. O volume foi editado em 1920 pela Gianlorenzo Schettino Livraria Editora, do amigo Francisco Schettino. Nas páginas finais, foram reproduzidos “Juízos críticos formados em torno da personalidade de Lima Barreto, através dos seus livros e do seu formoso temperamento de romancista, por escritores e jornalistas laureados do nosso meio”, entre os quais não poderia faltar Oliveira Lima com as últimas linhas de sua crítica ao livro *Numa e a ninfa*. Até a morte do romancista, em 1922, não foi encontrado mais nenhuma carta ou outro tipo de contato com o historiador.

A troca epistolar entre Lima Barreto e Oliveira Lima, por mais reduzida e lacunar que seja, aponta para uma sociabilidade literária que encena tanto o reconhecimento mútuo, quanto o confronto entre diferentes concepções de raça e povo. Por outro lado, as cartas não se mostram como textos estanques, vinculando-se a outros escritos e suportes – diários, dedicatórias manuscritas em livros, artigos na imprensa, dentre outros –, por meio dos quais o romancista reverencia o historiador, mas sem deixar de provocá-lo em suas convicções.

## Referências

BARBOSA, F. de A. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

BARRETO, L. *Correspondência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956a. t. 1.

BARRETO, L. *Impressões de leitura: crítica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956b.

BARRETO, L. *Diário íntimo: memórias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956c.

BARRETO, L. *Feiras e mafuás*: artigos e crônicas. São Paulo Brasiliense, 1956d.

BARRETO, L. *Correspondência*. Tomo II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956e.

BARRETO, L. *Bagatelas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956f.

BARRETO, L. *Marginália*: artigos e crônicas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956g.

CAVALHEIRO, E. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto com notas, manuscritos e acréscimos*. Organização de Valéria Lamego. 2. ed. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2017.

DIAZ, B. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade*: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX. Tradução de Brigitte Hervot e Sandra Ferreira: São Paulo: EDUSP, 2016.

GOMES, A. de C. (Org.). *Em família*: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

LIMA, O. *América Latina e América Inglesa*: a evolução brasileira com a hispano-americana e com a anglo-americana. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

LIMA, O. *Ensaaios literários*. Rio de Janeiro: ABL, Departamento de Imprensa Nacional, 1975.

LIMA, O. *Nos Estados Unidos*: impressões políticas e sociais. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

LIMA, O. O perigo americano. *A.B.C. Política. Atualidades. Questões sociais. Letras e artes*. Rio de Janeiro, a. V, n. 225, 28 jun. 1919.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCAS, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. 195-221.

SKIDMORE, T. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Data de recebimento: 28 de fevereiro de 2018.

Data de aprovação: 20 de abril de 2018.



**“Não precisas tirar a máscara” –  
Notas sobre a carta no jornal e o jornal na carta**

***“Do Not Need to Take Out the Mask” – Notes About the Letter  
in the Newspaper and the Newspaper in the Letter***

Viviane Cristina Oliveira

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, Tocantins / Brasil

vivianecristina@uft.edu.br

**Resumo:** Este artigo visa apresentar algumas reflexões sobre as relações entre a escrita epistolar, a ficção e o jornal instauradas em textos publicados por Aluísio Azevedo, Lúcio de Mendonça e Júlio Ribeiro em fins do século XIX no Brasil. A partir da leitura de suas obras *Mattos, Malta ou Matta?*, *O marido da adúltera* e *Cartas sertanejas*, respectivamente, busca-se tecer aproximações entre a carta e o jornal, de forma a destacar as confluências que marcam estes suportes de escrita cotidiana, bem como evidenciar certo diálogo instaurado por estes autores com os anônimos leitores das folhas diárias, diálogo que denota uma nova percepção política de seu tempo e um novo estilo literário, o naturalismo.

**Palavras-chave:** carta; jornal; ficção.

**Abstract:** This article aims to present reflections about the relations among epistolary writing, fiction and newspaper in the writings of Aluísio Azevedo, Lúcio de Mendonça and Júlio Ribeiro at the end of the 19th century in Brazil. Those reflections are based on the author's pieces of writing *Mattos, Malta ou Matta?*, *O marido da adúltera* and *Cartas sertanejas*, respectively. We attempt to draw approximations between the letter and the newspaper so as to highlight the similarities of such daily life texts as well as to establish connections between these authors and their anonymous readers of daily news. Such connection evidences a new political perception at that time and a new literary style – naturalism.

**Keywords:** letter; newspaper; fiction.

## 1 Introdução

Querido desconhecido. – A tua carta é a primeira carta anônima que respondo, das muitíssimas que até hoje tenho recebido. E a razão disso está simplesmente no modo aseado por que me falas. Deitaste um pequenino dominó de sêda, mas não descalçastes as meias e não arregaçastes as mangas da camisa. Para dizer tudo – creio até que em ti percebi uma banda de luva amarrotada na mão esquerda. Entra, pois, assenta-te, toma um charuto, e conversemos. Não precisas tirar a máscara; pediste que não te procurasse reconhecer, e eu, apesar de minha curiosidade, estou resolvido a fazer-te a vontade. (AZEVEDO, 1954, p. 49).

Em junho de 1882, no número 127 do jornal *Gazetinha*, do Rio de Janeiro, Aluísio Azevedo publicou carta resposta a um leitor anônimo que lhe enviara algumas considerações críticas sobre o romance-folhetim *Memórias de um condenado*, cuja publicação ocupava o rodapé da folha diária desde janeiro daquele ano. Antes de dar ao público o final da narrativa, no número 128 do jornal, o autor convida esse leitor, reconhecido em seus gestos de cavalheiro que não arregaça mangas nem tira as luvas para entrar em um debate, para, na intimidade de um diálogo acompanhado por um charuto, comentar as fragilidades do texto. Valendo-se da carta enquanto espaço aberto a confidências, Aluísio agradece o interesse despertado por sua produção, partilhando uma ressalva sobre a mesma: “pesa-me confessar-te uma cousa: – Tu tomaste muito a sério essa obra. Que não nos ouçam os leitores do rodapé, mas impõe-me a franqueza declarar-te que as *Memórias*, enquanto não aparecem em volume, não merecerão desvelos de ninguém” (AZEVEDO, 1954, p. 50).

Apontando as falhas, sobretudo tipográficas que desapareceriam com uma revisão e edição mais acuradas, o autor comenta as notas de seu leitor, incluindo as expressões de estilo naturalista do texto a exemplo de “queimam como pus”, justificando os equívocos em razão da pressa na elaboração de um romance “au jour le jour, escrito para acudir as exigências de uma fôlha diária” (AZEVEDO, 1954, p. 50). Dias após a publicação do desfecho da narrativa, Aluísio Azevedo responde a nova

carta do leitor anônimo, cobrando-lhe comentários sobre a concepção artística de seu texto, uma vez que não encontrara a “nova porção de emendas que esperava” (AZEVEDO, 1882a, p. 1). Pelo que indica sua resposta, a questão central da missiva era um panorama geral da prosa no Brasil, a partir do que o autor ganha espaço para “algumas revelações especiaes: Actualmente, entre nós, um dos problemas mais diffíceis, que se pode apresentar a qualquer pessoa, é o seguinte: – escrever romances brasileiros”, o que se devia à “deficiência litterária do nosso público, que constitue a grande massa absorvente do romance-folhetim” (AZEVEDO, 1882a, p. 1).<sup>1</sup>

Tais considerações sobre as dificuldades do escritor brasileiro, dividido entre o “desejo de escrever conscienciosamente e o desejo de agradar ao leitor” (AZEVEDO, 1882a, p. 1), interessam não somente pela reflexão em torno da consolidação de um público leitor no Brasil e da conseqüente profissionalização do escritor, mas também pela possibilidade de nos fazer pensar sobre a importância de um gênero neste momento de difusão do romance-folhetim: o epistolar. Em muitas narrativas, especialmente as de Aluísio Azevedo, a carta tem função relevante no desenrolar dos acontecimentos e, em vários momentos, no lugar de manter a verossimilhança do enredo, faz justamente o contrário, quebra o sentido e a expectativa de leitura, revelando-nos mais do que deveríamos saber sobre a engenharia ficcional. É o que vemos na carta a esse leitor, carta publicada no jornal e que, fingindo ser somente para um ouvido – “Que não nos ouçam os leitores do rodapé” –, expõe a todos os problemas do texto e, mais, coloca a culpa dos mesmos nos leitores.

O autor nos insere em um jogo de máscaras e, se considerarmos a possibilidade de não ser seu interlocutor tão anônimo assim, flagramos a ficção num espaço que o leitor do rodapé poderia julgar de partilha de verdades, a correspondência. No cabeçalho das duas cartas mencionadas a inscrição do nome do destinatário, “A Giovani”, causa estranheza e nos leva a inferir que seria esse um nome ficcional dado ao correspondente ou, como aventou Décio Eduardo de Mello (2008), seria esse um pseudônimo de Machado de Assis, sob o qual o escritor enviara críticas em possível

---

<sup>1</sup> Os trechos do jornal *Gazetinha* foram aqui transcritos como se apresentam no original.

missiva particular ao colega de ofício. Hipótese colocada sob suspeita por Regina Zilberman (2017) que, reconstituindo algumas farpas que o jornal *Gazetinha* lançara sobre o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, nos conduz à possibilidade de ler tal correspondência, pontilhada de ironias, como uma invenção de Aluísio, inserida à maneira de apêndice do folhetim, a partir do qual poderia justificar algumas escolhas estéticas de seu texto. Real ou inventado o leitor que recebe resposta nas páginas do jornal, o que interessa notar é que, sem tirar a máscara, a sua e a do interlocutor, Aluísio Azevedo nos permite, considerando também alguns de seus contemporâneos, algumas interessantes reflexões sobre a carta, dentro e fora da ficção, em sua ligação estreita com o jornal em fins do século XIX.

Assim, tal como leitora que aceita o convite à conversa, neste texto ensaio algumas considerações sobre a carta e as possíveis leituras que podemos tecer sobre essa forma de escrita, tão popular no século XIX, quando publicada no jornal. Ao tratar das relações entre a escrita epistolar que sai do espaço privado, da intimidade, para alcançar o espaço público e cotidiano do noticiário, gostaria de pensar tanto sobre a carta no jornal como o jornal na carta, esta via de mão dupla em que o gênero epistolar tanto moldou a escrita, não somente ficcional, de muitas páginas jornalísticas, como incorporou alguns traços deste meio de publicação, ultrapassando os limites da confessionalidade e permitindo-nos perceber, dentro e fora dos folhetins, mensagens sobre uma nova literatura, não mais a romântica, que os autores transmitiam aos anônimos leitores. Serão caminho para as breves reflexões que se seguem as obras *O marido da adúltera*, de Lúcio de Mendonça, *Mattos, Malta ou Matta?*, de Aluísio Azevedo, e *Cartas sertanejas*, de Júlio Ribeiro, publicadas em jornais, em 1882 e 1885, por esses três autores ligados ao naturalismo, tendência estética que por eles foi discutida e propagada em muitos momentos a partir da abertura formal e temática que encontraram na carta enquanto espaço de criação e debate de ideias.

## 2 “Cartas de uma desconhecida” – A carta no jornal em *O marido da adúltera*, de Lúcio de Mendonça

Ao esboçar uma “breve história da carta” em seu estudo *O gênero epistolar ou o pensamento nômade*, Brigitte Diaz (2016, p. 11) destaca que, tomada como forma de comunicação, confissão, formação pessoal, ou mesmo laboratório para a criação ficcional, a carta permanece nos estudos literários como textos “híbridos e rebeldes” flutuando “entre categorias vagas: arquivos, documentos, testemunhos”. Constantemente entre o espaço privado e o espaço público, as cartas, afirma Diaz, encarnaram especialmente após o século XVIII, o “século das correspondências”, “uma nova liberdade de expressão” (DIAZ, 2016, p. 48-49). Da popularização dos escritos de Madame de Sévigné, no século XVII, ao uso da correspondência como meio de debates e trocas de ideias no século XVIII, as cartas tornaram-se cada vez mais um elemento de ilusão do real na ficção, atraindo a atenção de inúmeros leitores que, não raro, julgavam verdadeiro o jogo epistolar que obras como *A nova Heloísa* (1761), de Rousseau, *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), de Goethe, e as *Ligações perigosas* (1782), de Chordelos de Laclos, traziam à cena pública.

Assim, muitos “leitores da *Nova Heloísa* acreditavam e queriam crer na autenticidade das cartas. Mesmo o interlocutor sofisticado do segundo prefácio [...] confessa-se ‘atormentado’ pela necessidade de saber se Júlia existiu realmente” (DARNTON, 1996 *apud* VASCONCELLOS, 2008, p. 377); em uma rasura intensa da ficção pela realidade, alguns leitores do sofrimento amoroso de Werther, revelado em missivas a seu amigo, darão à vida o mesmo desfecho que o personagem encontrara em seu drama: o suicídio. Tampouco escapou das vinculações estreitas entre literatura e vida Chordelos de Laclos, acusado de imoral em razão das cartas sádicas e libertinas que têm lugar em suas *Ligações perigosas*. Era grande, como o demonstram tais exemplos, a popularidade das cartas no século XVIII, o que se estenderia no século XIX com a maior repercussão dada a este gênero pelos jornais. Como afirma Matildes Demétrio dos Santos, no século XIX, a “carta, com a expansão das idéias liberais e popularização da imprensa escrita, deixa o ambiente requintado dos salões e ganha repercussão de fato, aparecendo nos jornais, agindo como

arma de combate a serviço de causas humanitárias, políticas e literárias” (SANTOS, 1998, p. 49).

No Brasil, parece ter sido nesse momento, em fins do século XIX, que a narrativa epistolar ganha espaço, ainda que sem a intensidade do modelo europeu, rompendo o século XX com a popularidade de colunas como “Bilhetinho a Míriam” e “Cartas de mulher”, citadas por Brito Broca ao comentar a voga jornalística das cartas em *A vida literária no Brasil – 1900*. Para Flora Süssekind, a carta enquanto “gênero oscilante entre o segredo e a confissão, o público e o privado, o fato íntimo e a opinião pública” (SÜSSEKIND, 2003, p. 230) foi o meio adequado às discussões que movimentavam os jornais em torno das reformas urbanas e da ideia republicana. Nesse sentido, o texto epistolar, como meio propício à comunicação e à formação pessoal, em seu hibridismo e rebeldia, como afirma Diaz (2016), dará ao cidadão meios de se expressar, instruindo-se e instruindo aos demais. É assim que, em 1882, Lúcio de Mendonça, como colaborador do jornal *Colombo*, de Minas Gerais, folha aliada aos ideais republicanos, publica *O marido da adúltera*, romance-folhetim epistolar.

É com uma carta enviada ao jornal *Colombo* por uma mulher que deseja relatar a história de seu adultério, com o intuito de fazer da sua tragédia exemplo para evitar outras, que se inicia a publicação desse folhetim que encenará “nas páginas do semanário, o apagamento da divisão entre espaço público e foro íntimo, perceptível também no interior da sociedade brasileira em transformação” (SÜSSEKIND, 2003, p. 233). Enquanto espaço aberto à leitura e colaboração dos cidadãos, de diferentes estratos sociais, o jornal traz à cena a intimidade de uma desconhecida, demonstrando pela ficção a abertura para a inscrição em suas páginas das mais diferentes vidas, abarcando das mais simples às mais singulares notícias. A missivista, que escreve sob o pseudônimo de Laura de M., oferece ao jornal sua história pessoal contando com o interesse do redator, que é por ela referido como um dos conhecidos de seu falecido marido, redator que, sob o nome Lúcio de Mendonça, assina carta subsequente à dela aceitando dar continuidade à publicação.

O autor constrói, assim, um jogo de espelhos que tende a confundir ficção e realidade, atraindo o leitor, curioso da intimidade alheia, para um enredo que guarda nas margens das cartas ficcionais uma discussão

literária em prol da estética naturalista e uma discussão política que sinaliza a importância do jornal para o debate de ideias e a moralização da sociedade. O debate é encenado quando um leitor, que se identifica como um amigo de Luís Marcos, o esposo traído, passa também a enviar cartas ao jornal, com o intuito de trazer a verdade dos fatos, rebatendo o possível arrependimento da esposa adúltera. Enquanto Laura relata em 10 cartas, que estruturam os capítulos da narrativa, “o romance de minha vida” (MENDONÇA, 1974, p. 30), da infância ao casamento, que culminaria no suicídio de seu marido, o amigo deste assume a palavra em cartas entremeadas aos capítulos para trazer “As confidências do morto”, como se intitulam suas missivas, cujo tom polemista percebemos em suas primeiras linhas publicadas:

A desconhecida deixou de o ser para mim: há muito que, através do seu nome romântico, leio-lhe o nome verdadeiro como se o visse escrito com todas as letras. O digno rapaz a quem chamou Luís Marcos foi um dos meus mais queridos e dos mais velhos amigos: conheci-o da meninice, acompanhei-o na academia, fui quase dia por dia o confidente do mal-aventurado amor que o levou à desonra e à morte. Não é Laura que escreve as cartas que se têm publicado: deve ser alguém – um homem – que conhece toda a sua vida e que a domina como déspota. Digo que deve ser um homem porque não é de pena feminina aquele estilo embebido de realidade; o mais que digo vê-se pela desapiedada nudez em que se revelam os fatos vergonhosos dessa vida de mulher. Há mais de uma inexatidão no que Laura mandou escrever: as minhas cartas irão oportunamente restabelecendo a verdade. Não esperava usar nunca das confidências que ouvi a Luís Marcos; pensava que com a discrição dos mais interessados no silêncio ir-se-ia pouco e pouco delindo da memória das testemunhas, com o lento mas irresistível roçar dos anos, o caso miserando; mas a imprudência de Laura põe-me na obrigação de defender o nome que ela ainda se não fartou de aviltar. Pois sim! Exume-se o escândalo inteiro: não é a memória do meu amigo que mais há de sofrer com isso. (MENDONÇA, 1974, p. 35)

Instaurando a dúvida não somente sobre os fatos, mas sobre a autoria das cartas enviadas por Laura, cujo estilo seria mais masculino em virtude do desnudamento de ações reprováveis, o interlocutor que fala pelo amigo, incluindo em sua escrita cópias de cartas que este lhe enviara, confere ao texto a dinâmica própria do jornal, que anuncia, averigua e contesta fatos, abrindo margem ao debate e à polêmica, essenciais para afirmar a liberdade política de cidadãos (liberdade cara aos ideais republicanos), que têm neste veículo um meio para expressar e formar opiniões. Está assim ficcionalmente estabelecida uma correspondência pelo jornal, o qual tem papel fundamental não somente como suporte da escrita, mas como elemento que determina o desenrolar dos acontecimentos.

Laura de M., encarando a folha diária como um confessor, no dizer de Flora Süssekind, faz dele um meio que “permite uma confissão pública, uma purgação”, tornando “seu adultério um tema de discussão abstrato [...] público, mas tão público, que já não lhe pertença mais” (SÜSSEKIND, 2003, p. 233). Deseja ela assim que os leitores conheçam “o meu caso infeliz e verdadeiro, e reflitam que todo o mal me veio, a mim e aos que dele mais sofreram, de uma educação corruptora e falsa” (MENDONÇA, 1974, p. 11); intenção moralizante que é colocada sob desconfiança por seu interlocutor, que procura o jornal como meio para apresentar uma outra versão da história confessada e, nesse desejo, revela ter sido por esse meio de publicação que o amigo descobrira a traição da esposa. O caso de adultério, assim como toda carta que ao ser enviada e lida por outrem faz com que seu conteúdo deixe de ser secreto, já era público, uma vez que tantos eram os conhecidos de Luís que sabiam das indiscrições da esposa, que um deles faz do caso um folhetim. O marido traído, ou o “marido da adúltera” como indica o título do folhetim que lemos no *Colombo*, lê nas páginas de um outro folhetim a traição que o conduzirá ao suicídio, dada a impossibilidade de conviver com a falha moral daquela que acreditava ser um anjo.

É interessante notar que esse folhetim ficcional, intitulado “Ângela”, é mencionado por Luís, na carta que enviara ao amigo antes de seu suicídio, como “um feliz retrato de Laura, completo, minucioso, desenhado até um imperceptível defeito que ela tem no lábio inferior”,

uma narrativa detalhista, cujo autor “imita Zola como o vidro, nas jóias falsas, imita o brilhante” ao descortinar “um gineceu voluptuoso, em S. Lourenço, onde Ângela entregava-se a um estudante de medicina” (MENDONÇA, 1974, p. 71). A narrativa ao estilo naturalista revela a verdadeira conduta da esposa que veio de um lar corrompido, cuja irmã prostituía-se, o pai caíra no vício das jogatinas e a mãe a tudo encobria, família que o marido julgara não ter deixado lastro no caráter de Laura, mas que descobre ser um engano pela leitura do jornal. A ideia, contrária à romântica e adequada à nova estética naturalista, de que o meio determina o caráter prevalece em um enredo que, apesar de um desfecho próximo ao gosto romântico de muitos leitores, leva a estes a mensagem política e estética da qual participa seu autor, Lúcio de Mendonça.

Desse modo, valendo-se das múltiplas possibilidades da carta como meio de comunicação e de criação, o autor encena seus vários usos no folhetim, colocando em ação correspondentes que asseguram a verossimilhança do que narram ao inserir em suas missivas cópias de cartas que receberam, trechos de livros de lembranças, como o faz Laura para recuperar a inscrição do tédio da vida matrimonial que a conduziu ao adultério. Os muitos usos da carta (confissão, comunicação, denúncia) encenados na narrativa nos permitem igualmente perceber sua proximidade do jornal como meio que, como afirma Matildes Demétrio, nasceu sob sua influência e, assim como incorporou muito de seus procedimentos nas publicações diárias, também influenciou a percepção dessa enquanto instrumento de criação. É o que percebemos em outro folhetim, publicado por Aluísio Azevedo, em 1885, a partir de um caso noticiado pelos jornais, o caso Castro Malta que, na pena de Aluísio, se transforma em *Mattos, Malta ou Matta?*

### **3 “Ao nosso amável informante” – O jornal na carta em *Mattos, Malta ou Matta?*, de Aluísio Azevedo**

Em janeiro de 1885, a revista carioca *A Semana* iniciou a publicação do folhetim *Mattos, Malta ou Matta?*, cuja primeira página trazia a seguinte nota da redação:

De um cavalheiro cujo nome ocultamos, não só a seu pedido, como porque seria imprudente e talvez mesmo perigoso revelá-lo, recebemos uma importantíssima carta, a que damos publicidade porque o seu assunto se prende intimamente à gravíssima questão – Castro Malta. É possível, provável mesmo, que das obsequiosas informações desse cavalheiro resultem novos elementos de convicção que auxiliem o desfecho dessa questão, concorrendo para descobrir esse tenebroso mistério, que tanto se empenha a Policia em ocultar. Ao nosso amável informante pedimos desculpa de havermos publicado integralmente a sua carta e que nos remeta sem detença quaisquer informações novas, que porventura venha a colher. (AZEVEDO, [19--], p. 1).

A carta que se segue a essa explicação da redação da revista, assim como as demais, trata da inesperada vinculação entre a suspeita de estar a esposa do missivista traindo-o com um certo João Alves de Castro Matta e o desaparecimento, ou morte, de João Alves de Castro Malta, cuja história ficara conhecida nos jornais. Apresentando-se ao redator de *A Semana* como um funcionário público, ordeiro e responsável, o escritor das cartas passa a narrar os fatos que o levaram à suspeita da traição da mulher, o que se iniciara com uma notícia de jornal, que ela escondera, sobre um tal Castro Malta e a subsequente fuga da mesma, após a desconfiança do marido. Este localiza o esconderijo e, ao invés de encontrar o casal de amantes, encontra um cartão com a inscrição “Castro Matta”. Estabelecida a semelhança entre os nomes, o do cartão e o que os jornais divulgavam, o marido traído se torna um informante da revista, relatando ao periódico suas descobertas em torno desse mistério, que ele julga esclarecer provando que os dois nomes correspondem à mesma pessoa.

A partir daí, o que lemos são os mais estranhos fatos, ocorridos na busca pela esposa perdida e pela identidade do amante, sobre o qual esse esposo tornado detetive apurou tratar-se de um homem na casa dos 30 anos, “magro, cabelo preto, barba à inglesa” (AZEVEDO, [19--], p. 13), cuja profissão era motivo de controvérsias, sendo para alguns um vagabundo, para outros um “encadernador, e constou-me que empregado em uma das melhores livrarias da Corte” (AZEVEDO, [19--], p. 15),

controvérsia estendida ao nome, para uns Matta, para outros Malta ou ainda Mattos. Tal busca incessante culmina no aparecimento de dois Castro Malta ou Matta ou Mattos, um que morrera na Casa de Misericórdia e outro que estivera preso. Na prisão, os guardas confundiam os dois homens, assim como na Casa de Misericórdia e no Cemitério, onde um Castro Malta ressuscita da morte, diante de nosso narrador, enquanto o outro, chegando no mesmo momento, morre de susto. A história se torna de tal forma labiríntica e absurda, que os leitores, colocados também na posição de detetives, não podem senão duvidar dos acontecimentos relatados, o que, após outras peripécias, torna-se pertinente, uma vez que Quintino, diretor do jornal *O País*, surge na narrativa para esclarecer que o cavalheiro que escreve as cartas é, na verdade, um romancista.

O jornalista em busca do esclarecimento de um fato sério reprovará no falso esposo a intenção de “fazer um romance, um romance para A Semana e, na falta de melhor assunto, agarrou o meu! [...] O senhor entendeu fazer um romance de uma questão séria, que levantei pelo Paiz e começou a escrever cartas disparatadas e tolas para A Semana” (AZEVEDO, [19--], p. 42). Diante da revelação e da presença de outros jornalistas e homens de Letras, “Valentim, o Filinto de Almeida, o Alfredo de Souza, o Luiz Murat, o Urbano Duarte, o Arthur Azevedo, o Alberto de Oliveira, o Raimundo Corrêa, o Dermeval da Fonseca e muitos outros rapazes conhecidos, não tive remédio senão confessar tudo e abaixar a cabeça” (AZEVEDO, [19--], p. 43). Assumindo-se romancista, o autor das cartas e romance “ao correr da pena”, como passa a abrir o texto após a nona carta, dirá que não desejara fazer um romance, ou tratado, ou texto científico, mas oferecer “um prêmio para os assinantes da A Semana” (AZEVEDO, [19--], p. 44).

Partindo igualmente do tema do adultério, o que fez alguns leitores associarem essa narrativa à de Lúcio de Mendonça,<sup>2</sup> Aluísio Azevedo vale-se do gênero epistolar, em sua relação com o jornal, de

---

<sup>2</sup> Júlio Castañon Guimarães, em *Contrapontos: notas sobre correspondência no modernismo* (2004), observa que Alexandre Eulálio em estudo sobre *Mattos, Malta ou Matta?* indica que Valentim Magalhães teria levantado a possibilidade de ser esse folhetim um aproveitamento em forma de paródia do tema na narrativa epistolar de Lúcio de Mendonça.

maneira diversa da empregada pelo autor de *O marido da adúltera*. Enquanto esse texto explora, como ponto de partida, a carta como meio de confissão, de compartilhamento da intimidade que, pelo jornal, atingiria não somente um leitor, mas vários, o que dá ensejo ao surgimento de um outro correspondente que instaura o debate, a novela de Aluísio Azevedo rasura a intimidade da carta para trazer à superfície a feição do informante, aquele que, adequando-se ao papel jornalístico do investigador que almeja desvendar crimes e relatar fatos, faz da escrita epistolar uma notícia. Não se trata mais de uma correspondência, mas de uma série de fatos e detalhes relatados na tentativa de esclarecer um mistério que, veiculado pelo jornal, atinge o leitor que reconhece na publicação diária algo que o afeta particularmente, levando-o a participar da construção da notícia.

É interessante notar que os textos dos dois autores nos permitem perceber as íntimas relações da escrita epistolar com o jornal. Em seu já mencionado estudo, Matildes Demétrio dos Santos destaca tais relações afirmando que, se já podíamos associar a carta a uma espécie de crônica cotidiana como o fazia Madame de Sévigné, os jornais se valerão dessa potencialidade da escrita epistolar, angariando colaboradores e leitores:

[...] a carta sempre foi uma forma atraente de comunicação, servindo a finalidades públicas e privadas. Quando o jornal nasceu, entre os séculos XVII e XVIII, foi no “modelo” epistolar que encontrou inspiração para apresentar as primeiras manchetes. No século XIX, ainda era bastante comum as notícias serem enquadradas sob a forma de cartas dirigidas aos leitores. (SANTOS, 1998, p. 49)

Etimologicamente, a palavra *jornal* indica a relação com a escrita pública e a escrita íntima. Em verbete, o *Dicionário Houaiss* indica *jornal*, do latim *diurnalis*, como referente ao dia, relacionando-se à “publicação diária, com notícias sobre o cenário político internacional [...] gazeta, periódico”, bem como ao “escrito em que é feito um relato cotidiano dos acontecimentos, diário” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1135), esse último significado indicando um dos usos que a palavra *journal* tem em francês (diário enquanto caderno de anotações e confissões pessoais). No jornal *O País*, mencionado na narrativa de

Aluísio Azevedo, é possível perceber a intensa presença do gênero epistolar na composição das notícias, apresentadas em colunas como a intitulada “Telegrammas” e, mesmo fora dessa coluna, encontramos com frequência notícias anunciadas como “recebemos o telegramma”, “do nosso correspondente recebemos a seguinte carta”. Além de explicitada como meio de comunicação entre colaboradores, os quais não raro conferem um tom irônico às informações,<sup>3</sup> a carta não deixa de manter no jornal sua relação com o segredo e o privado, não somente pelas vias ficcionais, uma vez que há no noticiário, inclusive, denúncia de extravios de correspondências e pedidos de punição para tal violação, como na seguinte notícia reproduzida em *O País*:

De Guaratinguetá escreveram ao *Correio Paulistano* de hontem: “Duas cartas que o Sr. Dr. Rodrigo Alves dirigiu desta cidade para o Bananal, em meados deste mez, ao Sr. Dr. Almeida Nogueira, foram subtraídas sem terem chegado ao seu destino, achando-se em poder de um dos chefes liberaes desta cidade, que as tem mostrado a varias pessoas. O Sr Dr. R. Alves levou o facto ao conhecimento do senhor administrador geral, aguardando providencias para a descoberta e punição do autor da infame subtracção” (O PAÍS, ano I, n. 58, 27 nov. 1884, p. 1).<sup>4</sup>

A ficção presente no jornal em folhetins, cujo sucesso auxiliou os jornais a atraírem cada vez mais leitores, como o destaca Marlyse Meyer (1996) em seu estudo sobre o romance-folhetim, valeu-se dessa presença constante de cartas no texto jornalístico. Aluísio Azevedo usou com recorrência esse recurso, sendo, por exemplo, a partir de uma carta e um manuscrito ficcionalmente entregues por uma senhora a ele, na

---

<sup>3</sup> Nesse sentido é interessante a seguinte notícia: “Uma carta de S. Simão ao *Diário Mercantil* de S. Paulo, assignala o progresso da localidade deste modo: ‘É visível o progresso de S. Simão. Fechou-se o único collegio que aqui havia, retirando-se o seu director, o Sr. Alvares de Azevedo, com sua família para a côrte. Os dous órgãos locaes o *Simonense* e o *Bagageiro* acabam de esticar a canella [...] Retira-se desta cidade o dentista Rodolpho Gaston’” (O PAÍS, ano I, n. 58, 27 nov. 1884, p. 1).

<sup>4</sup> As edições do jornal *O País* citadas neste trabalho estão disponíveis no mesmo endereço eletrônico mencionado na referência.

sede do jornal *Gazetinha*, que tem início a narrativa de *Memórias de um condenado*, cujo enredo traz a história de um prisioneiro, acusado de crime passional, que lera o romance *O mulato* e acreditara no senso de justiça do autor, que saberia melhorar e publicar as suas memórias de condenado. Também em contos o autor explora as possibilidades da correspondência, ora como forma de aconselhar ou confundir jovens escritores, como em “O macaco azul”, ora como forma de alcançar um objetivo amoroso, como em “O madeireiro”. Mas, como percebemos nas cartas “A Giovani”, mencionadas inicialmente, Aluísio não somente se valerá do recurso epistolar para produzir narrativas ao gosto do público, como fará do mesmo um instrumento para discutir e divulgar sua produção, transmitir a importância da nova estética naturalista e enviar ao leitor pistas de que o que escreve no jornal não deve ser levado tão a sério, a não ser para refletir sobre as possibilidades de produção do novo romance moderno, como diz ao leitor do folhetim *Mistério da Tijuca*, igualmente publicado em 1882, cujo capítulo LXI traz a seguinte mensagem:

Leitor! parece que vás pouco a pouco adormecendo com o descaminho que damos ao filamento primordial deste romance. [...] Espera, tem paciencia, acorda! [...] se te sentes aborrecido, [...] falla-nos com franqueza em uma carta, em uma declaração de qualquer especie que nós tomaremos a heroica resolução de apressarmos o passo e quanto antes te lançaremos ao nariz o desfecho da obra. [...] diremos logo com franqueza que todo nosso fim é encaminhar o leitor para o verdadeiro romance moderno [...] É preciso ir dando a cousa em pequenas doses [...] Um pouco de enredo de vez em quando, uma ou outra situação dramatica [...] mas sem nunca esquecer o verdadeiro ponto de partida – a observação e o respeito á verdade. Depois, as doses de romantismo irão gradualmente diminuindo, enquanto as de naturalismo irão se desenvolvendo; até que, um bello dia, sem que o leitor o sinta, esteja completamente habituado ao romance de pura observação e estudo de caracteres. (AZEVEDO, 1882b, p. 171-172).

Assim, rasurando o enredo, quebrando a verossimilhança, Aluísio pode estar em *Mattos, Malta ou Matta?* ironizando a possibilidade de, por meio da carta, sustentar uma narrativa sentimental, pautada na intimidade

tão cara à sensibilidade romântica, da qual o leitor deveria se desvencilhar. Na pena de Aluísio Azevedo, o recurso epistolar não raro deixa de trabalhar a favor de uma ilusão de veracidade da narrativa e, assim, o leitor é levado à desconfiança e ao rompimento de determinados pactos de leitura. Nesse sentido, a desconfiança em relação a tudo que é relatado pelo marido que se julga traído em *Mattos, Malta ou Matta?* ganha tamanho lugar que o leitor, deixando de levar a sério o texto, aprende a desconfiar da carta enquanto meio que poderia conter alguma verdade.

Nesse folhetim, mais do que tornar público um fato íntimo, a traição da esposa, o que o missivista que se corresponde com a redação de *A Semana* faz é assumir na carta o caráter investigativo e jornalístico, sempre em aberto, da escrita cotidiana, revelando também muito do insólito que permeava as páginas de jornais como *O País*, citado na narrativa a partir da atuação de Quintino, referência a Quintino Bocaiúva, de fato diretor dessa folha que, como outras, noticiava desde novembro de 1884 o mistério envolvendo um homem chamado Castro Malta. Preso como desordeiro pela guarda municipal do Rio de Janeiro, João Alves de Castro Malta torna-se “um caso estranho e misterioso” (*O PAÍS*, ano I, n. 58, 27 nov. 1884, p. 1) quando poucos dias depois da prisão foi noticiado o sepultamento de João Alves de Castro Mattos, no cemitério São Francisco Xavier.

A imprensa, devido à semelhança dos nomes, passou a considerar que o caso se tratava de um crime, não do acusado, mas da polícia que, usando de força no ato de encarceramento, provocara a morte de um rapaz que, para alguns, não se tratava de um vagabundo desordeiro, mas de um digno trabalhador, empregado de uma tipografia. A questão ocupava especialmente *O País* que, no dia 28 de novembro, ao publicar texto agradecendo ao chefe de polícia por atender ao pedido de exumação do corpo para averiguação da identidade do mesmo, indica a importância de tratar seriamente tal assunto, não importando ser o defunto um desordeiro ou um trabalhador. A questão ganha um viés político, pois é o ideal de igualdade entre os cidadãos, pertencentes a um Estado que deveria cuidar de seu bem-estar, que ganha relevo na discussão dessa folha republicana: “Malta era effectivamente um pobre diabo, um artista, um operario: mas não tinha, por isso, menos direito á sua vida, á sua

honra, á sua liberdade. Era um cidadão, e tanto bastava” (O PAÍS, ano I, n. 59, 28 nov. 1884, p. 1).

Durante o mês de dezembro, *O País* publica diariamente informações sobre o caso, o que acaba ganhando um viés, inclusive, folhetinesco, com toques macabros, como o da narração da exumação do corpo, assistida por várias pessoas, as quais surpreenderam-se com o fato de não estar o corpo de João Alves na cova que lhe fora destinada, o que levou a polícia a abrir outras covas e fazer a exumação de 33 corpos. Assim como a exumação, a autópsia do corpo rendeu uma surpreendente dissecação textual, incluindo debates entre médicos e estudantes da Academia de Medicina em torno da causa do óbito, uma congestão hepática.

A dúvida sobre a identidade do cadáver permanecia, muitos acreditando não ser o corpo dissecado o de Malta, e notas como essas foram surgindo na imprensa: “E não se achou o cadaver de Malta [...] Que comedia!... Porque tudo isso não passa de uma comedia. Comedia ridicula e criminosa em que desrespeitaram tantos sepulchros”; “Malta é uma victima desse regimen de sequestro que nos rege actualmente. Individuos desaparecem, como por encanto” (O PAÍS, ano I, n. 64, 3 dez. 1884, p. 1); “Diz-se que morreu e o seu cadaver não apparece! E querem que nos accomodemos com a ficção e com a comedia!” (O PAÍS, ano I, n. 66, 5 dez. 1884, p. 1). Aluísio Azevedo parece ter aproveitado a própria sugestão dessas e outras várias impressões lançadas no jornal, de que o caso tornara-se por si só uma comédia, uma ficção, em que a polícia, como diz em carta um médico, Dr. Campos da Paz, “se apoderou de Malta e de tal modo o guardou, que não sabe agora onde encontrá-lo” (O PAÍS, ano I, n. 67, 6 dez. 1884, p. 1), que o transformou em ficção de fato, ficção que dá aos acontecimentos o mesmo encaminhamento fantástico que a realidade parecia lhes conferir.

Assim, o autor traz para a ficção epistolar o jornal que, de algum modo, ali reconhece seu espelho. Aluísio Azevedo aproveita as diversas informações publicadas sobre o caso, como a descrição do homem desaparecido, sua possível profissão, dados de nascimento e óbito (as certidões foram publicadas em *O País*), para recriar ironicamente um caso *Mattos, Malta ou Matta?*. É pela carta, recurso usado por

muitos leitores que colaboraram nas discussões em torno do misterioso desaparecimento,<sup>5</sup> que a narrativa pode, dialogando com a realidade, se iniciar e não será seu caminho a publicação no jornal; é o jornal que acaba sendo publicado por esta carta ficcional, que conduzirá mais leitores ao caso Malta ou, talvez, para aqueles que acompanhavam o caso real, a ficção deu motivos para duvidar do insólito de escritos que apareciam no jornal como verdade, mas, como as cartas, poderiam não ser tão verdadeiros assim. “Anfíbia, híbrida, a carta no século XIX o é também porque ela embaraça as fronteiras do literário”, nos diz Brigitte Diaz (2016, p. 53), e assim parece ser em relação aos seus usos, não somente quando é ficção ou se assume ficção, como o faz o narrador do folhetim de Aluísio Azevedo, como também quando se apresenta como instrumento de discussão, artigo ou discurso científico.

#### **4 Cartas que são artigos ou artigos que são cartas? – Júlio Ribeiro e as *Cartas sertanejas***

Em 1885, Júlio Ribeiro publicou no jornal *Diário Mercantil*, de São Paulo, uma série de escritos intitulados *Cartas sertanejas*. Em prefácio à edição de 2007, José Leonardo do Nascimento esclarece ao leitor que “Júlio Ribeiro glosava, com o título dos artigos, um comportamento habitual dos jornais da época, que apresentavam colunas denominadas de ‘Cartas do Rio’, ‘Cartas do Interior’” (NASCIMENTO, 2007, p. XII). É Júlio Ribeiro a esclarecer que “subordinados á epigraphe – Cartas Sertanejas – enceto hoje uma serie de artigos”, os quais, enviados do sertão de Capivari, visavam, sobretudo, tratar do “maior acontecimento do principio do anno da graça de 1885 nesta legendaria provincia [...] a eleição de dous bachareis republicanos para deputados á Assembléa Geral” (RIBEIRO, 2007, p. 13, 16). Os dois deputados referidos são Manoel Ferraz de Campos Salles e Prudente José de Moraes Barros,

---

<sup>5</sup> Constantemente o jornal anunciava o recebimento de cartas: “Como é natural, temos recebido varias communicacões graciosas sobre o factio lamentavel de que nos temos occupado e de que continuaremos a occupar-nos.” (O PAÍS, ano I, n. 65, 4 dez. 1884, p. 1); “as cartas obsequiosas que, em não pequeno numero, temos recebido dão testemunho da commoção legitima que abalou o sentimento publico” (O PAÍS, ano I, n. 59, 28 nov. 1884, p.1).

cuja eleição representava uma vitória do partido republicano, anunciada e festejada pelos principais jornais alinhados ao partido, como *O País*, do Rio de Janeiro, e *A Província*, de São Paulo.

Enquanto os jornais festejavam o acontecimento, uma voz do sertão de Capivari inicia um movimento contrário, denunciando uma verdade escondida por trás dos discursos e festejos: a aliança que alguns republicanos fizeram com o partido conservador para alcançar a eleição dos dois deputados. Com ironia, na segunda carta que publica, Júlio Ribeiro diz que, a julgar pela imprensa, qualquer leitor estrangeiro desavisado poderia conceber “serias apprehensões a respeito da solidez do throno do sr. D. Pedro II” (RIBEIRO, 2007, p. 17), mas o sucesso do partido republicano era fruto, sobretudo, do trabalho elogioso e pouco confiável dos jornais. Como “o que diz mesmo em grande parte a imprensa brasileira não é precisamente, exactamente a expressão do real”, era preciso “fazer alguém de desmancha-prazeres” (RIBEIRO, 2007, p. 18), tarefa que o autor assume como republicano convicto dos ideais do partido, os quais tinham sido postos à margem no que Júlio Ribeiro chamou de “mercantilismo político”, troca de favores que incluiu o apoio à manutenção da escravidão quando um dos ideais do republicanismo era a liberdade de todos.

Expressando sua liberdade de opinião e seu dever cívico, o escritor, reconhecido como intelectual versado em filosofia, literatura, política, e grande conhecedor de gramática, passa a reconstituir o que julga ser a verdade dos fatos, uma vez que o “homem que sabe servir-se da penna, que póde publicar o que escreve, e que não diz a seus compatriotas o quê entende ser a verdade, deixa de cumprir um dever, comette o crime de covardia, é mau cidadão” (RIBEIRO, 2007, p. 19). Como cidadão, Júlio Ribeiro usa o jornal por meio de um recurso recorrente em suas páginas, as cartas, para contradizer o que fora noticiado e, assim, discutir não somente política, mas ciências, filosofia e literatura. Usando constantemente um tom ferino e polêmico, ele não somente repudia os acordos que levaram à eleição dos deputados, uma vitória deles e não “victoria do partido, porque é a derrota dos principios” (RIBEIRO, 2007, p. 36), como recrimina a formação falha de ambos, a falta de uma “universalidade de conhecimentos” que indicava não serem

eles “cientificamente preparados para debater as grandes questões que agitam a sociedade moderna” (RIBEIRO, 2007, p. 22).

Nas críticas tecidas pelo autor, as quais instigaram respostas publicadas em *A Província*, percebemos uma discussão cientificista que tem lastro em sua obra ficcional, como no polêmico romance *A carne*. É com as cores fortes do naturalismo que ele descreve um ideal de República que, parecendo

uma virgem casta [...] não passa da velha messalina monarchica, caiada, disfarçada em donzela, escondendo em peruca torpe a alopecia obscena, suspendendo os seios sovados em espartilho de baleia, com as gengivas gretadas de escorbuto, com os ossos carcomidos de syphilis (RIBEIRO, 2007, p. 37).

Assim, também é afinado com uma concepção cientificista, contrária à abstração, que defende como necessária à atuação política ideias que não sejam vagas de justiça e cidadania, mas pautadas em conhecimentos concretos de política, filosofia, história, geografia, física, entre muitas outras áreas do conhecimento por ele mencionadas e que estariam ausentes do currículo dos bacharéis eleitos.

Pela seriedade com que assume a composição dos artigos, o autor recebe com indignação textos anônimos a ele dirigidos sob o título de *Cartas a Júlio Ribeiro*, assinadas por Demócrito, e *Bilhete postal a Júlio Ribeiro*, assinado por Diderot. O autor das *Cartas sertanejas* passa a ocupar várias páginas com as respostas aos polemistas, cujo anonimato o faz levantar a hipótese de que, na verdade, poderia se tratar de um só correspondente, o editor e proprietário de *A Província*, Alberto Salles, nome protegido pela máscara do anonimato permitido pela “Seção Livre” do jornal, aberta à contribuição de qualquer leitor sem a necessária identificação. Enquanto Demócrito e Diderot parecem encenar o jogo epistolar pelo jornal, que parece ter sempre guardado uma dose de ficção, Júlio Ribeiro nos dá a impressão de caminhar para a rasura da carta, e do próprio jornal, como meio de expressão que abarca o anonimato, as impressões vagas, as notícias imprecisas. Assim, cartas, em sua pena, surgem como artigos que devolvem ao jornal uma versão da realidade mais condizente com os fatos, detalhados pela lupa de um observador atento.

O que já podíamos vislumbrar nas armadilhas do texto de Aluísio Azevedo, e que permite ao leitor desconfiar da escrita epistolar, percebemos com mais força nesse autor igualmente alinhado à tendência naturalista e que, em uma das obras que mais intensamente apresentou o viés cientificista do naturalismo, *A carne*, fez da carta um espaço distinto de tudo o que poderia caracterizá-la enquanto correspondência entre amantes. As missivas trocadas pelos primos Lenita e Barbosa, ambos apaixonados por ciência e estudiosos dos vários fenômenos naturais, são missivas que se distanciam do discurso amoroso para encontrar o da ciência. Não é sem certa impaciência que ela, ainda com alguns sobressaltos românticos, lê na carta que o primo lhe enviara somente descrições geológicas, detalhes de paisagens, enquanto deseja uma palavra de afeto; sobressaltos apagados quando se vê grávida e decidida a abandonar o amante para encontrar um casamento.

Tanto nessa carta ficcional, que no enredo é quase duplicada por outra, escrita por Lenita ao encerrar o relacionamento, como nas *Cartas sertanejas*, Júlio Ribeiro parece retirar as máscaras de subjetividade que guardam o rastro da intimidade, do segredo, da confissão nas correspondências, encenadas na ficção e fora dela. O preceito de objetividade teria, assim, colocado a escrita epistolar em suspeição, fazendo dela artigo, discurso crítico e científico a contribuir com a verdade. Nesse sentido, poderíamos perguntar se esses escritos deixam de ser cartas, assim como aqueles que poucos traços teriam dessa forma de comunicação íntima, textos publicados em jornais que, com o intuito de informar ou debater algum assunto, são anunciados como Cartas de leitores, Telegramas, Cartas do Rio, etc. Ou, pelo contrário, esses textos permaneceriam guardando em sua tessitura elementos característicos da epistolografia, suas máscaras, constituindo-se e permanecendo como cartas que se abrem para outras formas de escrita?

Nas palavras de Geneviève Haroche-Bouzinac, a flexibilidade e riqueza do gênero epistolar estão em seu “caráter essencialmente híbrido” que permitiu “as múltiplas variações de suas formas e seu uso para inúmeras finalidades e assuntos” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 26). Pode-se arriscar dizer que é nesse hibridismo da carta que Júlio Ribeiro fez a inscrição de seus artigos no jornal e, mesmo afirmando não se tratar

das corriqueiras cartas que figuravam nas folhas diárias da imprensa, seus textos guardam muito da força retórica que caracterizou a escrita epistolar durante muito tempo, força que a modernidade rasurou em favor da subjetividade, da inscrição do eu, o que, mesmo não sendo sinônimo de entrega sentimental, não deixou também de estar presente na escrita que vinha do sertão de Capivari. A primeira carta sertaneja é aquela em que, ao apresentar suas intenções, Júlio Ribeiro se apresenta de forma a marcar intensamente o eu que escreve, o eu das cartas mais do que de artigos:

Subordinados á epigraphe – Cartas Sertanejas – enceto hoje uma serie de artigos. O *Diário Mercantil* que os publica não é solidario commigo nas opiniões a manifestar, nos juizos a emittir. A responsabilidade legal e moral de tudo que em taes artigos apparecer será toda minha, sómente minha, exclusivamente minha. Carregado com este onus quero tambem toda a liberdade de movimento; sem ultrapassar as raias do decente e do honesto, não guardarei conveniencias, não me imporei restricções. Si assim me aprouver, irei até ao paradoxo, chegarei até ao absurdo. Com a franqueza rude que me khracteriza, hei de dizer sem rebuço o que penso das cousas e dos homens. Sei que em muitos particulares vou desagradar a muita gente; sei que se ha de desencadear contra mim muito odio pequenino... Não me importa. Desde já conto com injurias e com calumnias e desde já as desprezo. Não tenho programma, não tenho assumpto determinado. Tractarei um dia de litteratura, outro de politica, outro de sciencia, outro... daquillo a que me levar o meu estado de espirito. Não me considero escravizado a cousa alguma: roçar de leve ou exhaurir um assumpto, repizar-me, interromper-me, responder ou não responder a contestações, tudo isso fica ao grado de minha phantasia, de minha alta recreação. Escrevo para satisfazer a minha propria actividade, e não para agradar ao publico. Si achar quem pense como eu penso, muito bem: terei companhia. Si não, ficarei só. Não ha nisso mal: de ha muito habituei-me a não contar com os favores da opinião, e a procurar em mim proprio a approvação de meus actos. Agora uma declaração preliminar, quiçá desnecessária: não tenho religião e não tenho partido. Sou atheu e sou republicano intransigente. Capivary, 28 de Fevereiro de 1885. (RIBEIRO, 2007, p. 13-15).

Contando já com as respostas que receberia, as quais instaurariam uma correspondência que anuncia ser livre para levar ou não adiante, Júlio Ribeiro nos permite perceber seu desejo cívico de debater assuntos importantes de seu tempo, o que faz a partir das premissas de liberdade de comunicação que a carta confere ao sujeito. Ainda que salte aos olhos nas cartas subsequentes um discurso político e científico, que as fazem mais próximas de artigos de opinião, nelas vislumbramos o que com intensidade lemos nesta primeira carta: um eu que se anuncia livre para dizer o que o desejo, ou a fantasia, lhe sugerir; livre para o debate com a “franqueza rude” de seu caráter, escrevendo para agradar a si e não aos outros, sem esperar aprovação ou reprovação, tão livre que isenta o jornal de responsabilidades que são suas, o que praticamente desloca a carta do jornal, encenando sua autonomia enquanto inscrição da pessoalidade.

Nas palavras que vêm do sertão de Capivari, flagramos um eu que, afirmando não se importar com a opinião alheia, confessa o contrário, o que a polêmica instaurada demonstra, pois as opiniões alheias deflagraram embates acalorados; flagramos a máscara do missivista que dá ao seu correspondente a impressão de lançar ao papel o que o desejo, o ímpeto lhe dita, gestando a ilusão que a leitura de uma carta pode provocar, a ilusão de conhecer e participar do sentimento daquele que escreve. Assim, surpreendentemente, nesse autor cuja retórica cientificista pautou fortemente uma ficção, por muito tempo, posta à margem das considerações críticas, lemos a mais direta e pessoal das cartas ao leitor de seu tempo que, ainda que não gostando ou não concordando com as premissas estéticas e políticas do autor, veria o desejo autoral expresso diretamente e sem meias palavras.

Essa intensa presença de um eu que anuncia suas intenções, deixando margem para o imprevisto, pois escreve de acordo com a satisfação pessoal, sempre variável, criaria, na leitura do prefaciador José Leonardo do Nascimento (2007), um paradoxo entre a tarefa social proposta no debate, que faz dos textos artigos, e a perspectiva autocentrada do escritor. Acredito que seja tal paradoxo que faz com que esses escritos permaneçam no campo rico, flexível e híbrido da epistolografia, afinal, como afirma Geneviève Haroche-Bouzinac, “livre e codificada, íntima e pública, pressionada entre segredo e sociabilidade,

a carta, melhor que qualquer outra forma de expressão, associa o vínculo social e a subjetividade” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 30).

Desse modo, nas páginas do *Diário Mercantil*, podemos ler cartas que se propõem assumir a tarefa que o jornal deveria realizar, dizer a verdade aos leitores, mas, ao mesmo tempo, essas mesmas cartas inscrevem uma personalidade tão grande no jornal, assumindo a autonomia da escrita e liberdade de reflexão, que podemos arriscar dizer que as cartas que não parecem ser cartas no jornal, no século XIX e nos subsequentes, merecem um segundo olhar. Nelas podemos encontrar os fatos corriqueiros que não têm muita importância para outros leitores, os grandes debates de um tempo, as impressões que deram a anônimos uma inscrição pública, a ficção que potencializou os efeitos de um instrumento cotidiano de comunicação e, no caso de Júlio Ribeiro, a possibilidade de ler o homem e a obra além do cientificismo que defendeu, pois ali podemos vislumbrar seu autorretrato, o do escritor de vasto conhecimento humanístico; o do homem que se apresenta ateu, republicano sem partido, morador do sertão de Capivari; o do missivista que escreve artigos que, ao final, são cartas que podem dizer muito aos leitores deste nosso século XXI, no qual o mercantilismo político é tema de nossos jornais e de nossos espantos cotidianos.

## **5 Considerações finais**

Em sua correspondência pessoal, recolhida na obra completa sob o título *O touro negro: correspondência e epistolário*, Aluísio Azevedo menciona em vários momentos a diferentes amigos as dificuldades de dar continuidade à escrita de romances maduros, seja pelo tempo que sua atividade diplomática lhe tomava, desviando sua atenção dos assuntos literários, seja pela necessidade financeira, em períodos de afastamento do serviço público, que o compelia aos trabalhos do dia a dia nos jornais e revistas. É assim que escreve a Afonso Celso, em 25 de novembro de 1884, pedindo uma colocação “seja lá o que fôr – tudo serve; contanto que eu não tenha de fabricar *Mistério da Tijuca* e possa escrever *Casa de Pensão*” (AZEVEDO, 1954, p. 175). O que poderiam ser desabafos, comentários, trocados na intimidade de cartas entre amigos, no caso de

Aluísio, extrapola o âmbito particular para figurar nas páginas de jornais, por meio da ficção e das cartas a Giovani, por exemplo.

Assim, o que temos é uma discussão sobre o fazer literário e a estética naturalista viabilizada pelo jornal, ora aparecendo explicitamente em cartas respostas, ou em cartas que se apresentam como artigos, como no caso de Júlio Ribeiro, ora se revelando dentro da ficção, como a de Aluísio e de Lúcio de Mendonça, ficção que, encenando o jogo epistolar, acaba enviando, de fato, cartas aos leitores, cartas que anunciam uma nova literatura. Foi almejando aproximar essa escrita cotidiana do jornal, que reúne dos mais ínfimos aos mais relevantes fatos, da escrita cotidiana das cartas que igualmente guardam as miudezas do dia a dia ao lado das reflexões mais acuradas, que ensaiei pensar a carta no jornal e, em via de mão dupla, o jornal na carta. Pela leitura de cartas encenadas dentro e fora da ficção, em *O marido da adúltera*, de Lúcio de Mendonça, *Mattos, Malta ou Matta?*, de Aluísio Azevedo, e *Cartas sertanejas*, de Júlio Ribeiro, foi possível perceber que tais textos guardam muito do que seus autores desejaram e propuseram em termos de criação artística, que envolvia uma percepção política de seu tempo, o que poderia contribuir para uma nova leitura dos mesmos, distinta da que a historiografia tem feito ao restringir, por exemplo, a produção de Aluísio a obra maiores como *O cortiço* e a de Júlio Ribeiro à escrita de *A carne*.

Talvez, a mesma fragilidade que envolve a sobrevivência de uma carta, sempre ameaçada, após seu envio, pela perda, pela rasura, pelo desaparecimento, pelo esquecimento, assemelhe-se à fragilidade do jornal enquanto registro que, pelo excesso de informação, pende para o esquecimento, para a perda de muito do que seria relevante para uma posterior recepção crítica. Feito para a leitura de um dia, composto por notícias que interessam por seu frescor e atualidade, o jornal parece estar mais próximo da correspondência do que nos parece em um primeiro olhar; próximo de um diário cotidiano, como dele se utilizou a adúltera do folhetim de Lúcio de Mendonça; diário de inúmeras comunidades de leitores que ainda têm seu espaço para cartas.

Tal feição sempre móvel e perecível do jornal talvez seja a razão pela qual as obras aqui mencionadas, publicadas em jornais, não tenham sido tão revisitadas pela posteridade, não tenham sido levadas a sério,

como dizia Aluísio Azevedo em carta a seu leitor. O que é feito, escrito, na pressa do dia a dia perde seu valor e duração. Por outro lado, o que está impresso tem chances de permanecer e, considerando o interesse crescente da crítica literária em relação aos arquivos literários, acredito que ganharemos novos caminhos para refletir sobre essa produção publicada em jornais. E mais, refletir sobre a relação entre o jornal e a carta enquanto instâncias de arquivamento, afinal, como destaca Reinaldo Martiniano Marques, em recente palestra cujo título inspirou este trabalho, “A carta no arquivo e o arquivo na carta”,<sup>6</sup> a carta é uma forma de arquivar.

Não somente os jornais publicavam e faziam circular cartas, fictícias ou não, como as cartas assumiam a função jornalística ou, ainda, eram veículo para a circulação de jornais, a exemplo das cartas pessoais de Aluísio, pelas quais ele remetia a amigos jornais de outros países ou pedia os jornais do Brasil. É este (o arquivo) outro vínculo fecundo entre a correspondência e o jornal, que valeria outras explorações, as quais ficarão para outras páginas, afinal, como dizia o autor de *Memórias de um condenado* a Giovani: “Muito desejava ainda conversar contigo sobre este assunto; a insuficiência do espaço obriga-me, porém, a ficar por aqui. [...] E adeus” (AZEVEDO, 1882a, p. 1).

## Referências

AZEVEDO, A. A Giovani. *Gazetinha*, Rio de Janeiro, n. 132, 12 e 13 jun. 1882a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706850&PagFis=314&Pesq=memorias%20de%20um%20condenado>>. Acesso em: 6 jul. 2017.

AZEVEDO, A. A Giovani. In: \_\_\_\_\_. *O touro negro: crônicas e epistolário*. São Paulo: Martins, 1954. p. 47-51.

---

<sup>6</sup> Palestra proferida, em 28 de junho de 2017, no ciclo “Diálogos: correspondência, pensamento e cultura”, promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação, Sesc São Paulo. Organização de Leandro Garcia Rodrigues, Marcos Antônio de Moraes e Maurício Trindade da Silva.

AZEVEDO, A. *Mattos, Malta ou Matta?* Rio de Janeiro: Ediouro, [19--]. (Coleção Prestígio). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000017.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

AZEVEDO, A. *Melhores contos de Aluísio de Azevedo*. Organização de Ubiratan Machado. São Paulo: Global, 2008.

AZEVEDO, A. *Mysterio da Tijuca*. Rio de Janeiro: Folha Nova, 1882b. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4820>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio/Academia de Letras, 2005.

DARNTON, R. A leitura rousseauista e um leitor “comum” do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 143-176.

DIAZ, B. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX*. Tradução de Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

GUIMARÃES, J. C. *Contrapontos: notas sobre correspondência no modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas epistolares*. Tradução de Ligia Fonseca Pereira. São Paulo: Edusp, 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MELLO, D. E. M. *Aluísio Azevedo: processo de composição e crítica*. 2008. 149 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MENDONÇA, L. *O marido da adúltera*. São Paulo: Editora Três, 1974. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000672.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MEYER, M. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NASCIMENTO, J. L. Júlio Ribeiro: ciência, política e arte. In: RIBEIRO, Júlio. *Cartas sertanejas: procellarias*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FUNDAP, 2007. p. v-xxxix.

O PAÍS. Rio de Janeiro, ano I, n. 58, 27 nov.; n. 59, 28 nov.; n. 64, 3 dez.; n. 65, 4 dez.; n. 66, 5 dez.; n. 67, 6 dez. 1884. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=178691\\_01&PagFis=265&Pesq=castro%20malta](http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=178691_01&PagFis=265&Pesq=castro%20malta)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

RIBEIRO, J. *A carne*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

RIBEIRO, J. *Cartas sertanejas: procellarias*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FUNDAP, 2007.

SANTOS, M. D. *Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. São Paulo: Annablume, 1998.

SÜSSEKIND, F. O romance epistolar e a virada do século XIX: Lúcio de Mendonça e João do Rio. In: \_\_\_\_\_. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 229-244.

VASCONCELLOS, E. Intimidade das confidências. *Teresa – Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 8/9, p. 372-389, 2008.

ZILBERMAN, R. “Entre o privado e o público: Aluísio Azevedo e as cartas a Giovani”. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 10, n. 21, p. 16-41, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mael/v10n21/1983-6821-mael-10-21-0016.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Recebido em: 27 de fevereiro de 2018.

Aprovado em: 21 de março de 2018.





## **“Em mangas de camisa”: lugares-comuns do gênero epistolar a partir de cartas de escritores brasileiros do século XX**

### ***“In Shirt-Sleeves”: Commonplaces of the Epistolary Genre in Letters of Brazilian Writers of the 20th Century***

Emerson Tin

Faculdades de Campinas (FACAMP), Campinas, São Paulo / Brasil

emerson.tin@facamp.com.br

**Resumo:** O objetivo deste artigo é, a partir de exemplos extraídos da correspondência de quatro escritores brasileiros do século XX (Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Fernando Sabino), proceder ao levantamento de algumas considerações esparsas sobre o ato de escrever cartas, que compreendem não só comentários sobre a materialidade do ato em si (por exemplo, o papel ou a tinta empregados, o uso da máquina de escrever), mas também sobre as possibilidades e impossibilidades proporcionadas pelo próprio gênero epistolar (a ideia da carta como uma “conversa por escrito”, os lugares-comuns e as limitações do gênero). Pretende-se, assim, entender como a escrita de cartas se construiu ao longo do século passado, a despeito da praticamente inexistente produção de obras teóricas para a orientação da escrita de cartas, ao contrário do que se viu nos séculos anteriores.

**Palavras-chave:** cartas brasileiras; século XX; correspondência; escrita de cartas; epistolografia.

**Abstract:** The aim of this article is, by drawing on the correspondence exchanged among four Brazilian writers of the twentieth century (Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Graciliano Ramos and Fernando Sabino), to survey some scant considerations about the act of writing letters, which include not only comments on the materiality of the act itself (e.g. the paper or ink employed and the use of the typewriter), but also on the possibilities and impossibilities provided by the epistolary genre (the idea of the letter as a “written conversation”, the commonplaces and limitations of the genre). It is intended, therefore, to understand how the writing of letters was built during the

last century, in spite of the nearly nonexistent production of theoretical works for the analysis of letter writing, in contrast to what was seen in the previous centuries.

**Keywords:** Brazilian letters of the twentieth century; correspondence; letter writing; epistolography.

## 1 Introdução

Praticamente desde o surgimento da escrita, a humanidade escreve cartas. A necessidade de comunicação a distância fez surgir esse gênero textual, que tem acompanhado a história do homem ao longo dos séculos. A teorização do gênero epistolar, porém, conhecerá seu auge apenas na Idade Média e no Renascimento, épocas que viram surgir os mais bem acabados exemplos de tratados de escrita epistolar. Não que, antes desse período, não tenha havido textos teóricos sobre a epistolografia. Havia considerações dispersas sobre o gênero, como na obra de Cícero, ou partes de tratados mais amplos de retórica, como em Demétrio ou Caio Júlio Victor.<sup>1</sup>

Ao contrário de séculos anteriores, a modernidade não se debruçou sobre a produção de obras teóricas para a orientação da escrita de cartas.<sup>2</sup> O século XX conheceu, quando muito, manuais de popularização do gênero, obras de intenção didática e prática, formulários de modelos antes de tudo – obras, para ficarmos no contexto brasileiro, como o *Livro de composição*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, com seu capítulo dedicado às cartas, ou *O Secretário Moderno ou Guia indispensável para cada um se dirigir na vida sem auxílio de outrem*, de J. Queiroz, ou ainda *A arte de escrever cartas e os meios de adquirir um bom estilo*, de Eduardo Sucupira Filho. Isso não significa, no entanto, que os escritores que se dedicaram à epistolografia não se viram às voltas com questões cruciais para a escrita de cartas. Ao longo de páginas e páginas de missivas, encontramos, salpicadas aqui e ali, reflexões sobre a formatação e, muitas vezes, sobre a limitação do gênero.

---

<sup>1</sup> Para um excuro histórico sobre o tema, cf. TIN, 2005, p. 17-30.

<sup>2</sup> Essa observação, como se verá em seguida, diz respeito à produção de obras para a escrita de cartas, na tradição da *ars dictaminis* medieval e dos tratados do Renascimento. No âmbito acadêmico, todavia, o gênero epistolar ganhou um grande fôlego como objeto de pesquisa ao longo da segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, com inúmeros trabalhos de grande relevância que se dedicam à produção epistolar de escritores de renome, especialmente na França, mas também aqui no Brasil.

O objetivo deste artigo, assim, é justamente proceder à apresentação de uma pequena amostragem, a partir da correspondência de quatro escritores brasileiros do século XX – Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Fernando Sabino –, das considerações esparsas sobre o ato de escrever cartas, que, sendo verdadeiros lugares-comuns epistolares, vão desde as questões mais corriqueiras em torno da materialidade da escrita (escolha do papel, da tinta a ser empregada, o uso da máquina de escrever, por exemplo) a reflexões mais aprofundadas sobre a própria natureza da escrita epistolar, nunca nos esquecendo, é claro, da advertência que Vanessa Massoni da Rocha nos faz a respeito da escrita epistolar de que, “por detrás da escrita à primeira vista simplória, figura o inegável trabalho performático e linguístico do missivista para solicitar o interlocutor e, ao se fazer observado, retornar para sua representação e sua interpretação de si” (ROCHA, 2017, p. 23).

## **2 O pacto epistolar**

Como exercício de sociabilidade, a correspondência exige a firmação de um pacto, o pacto epistolar. Como bem registra Anne Vincent-Buffault,

a declaração de amizade é acompanhada de um pacto epistolar que é da natureza tanto do ritual quanto do contrato em que escreve um convite à amizade, uma expressão subjetiva que liberta dos códigos formais. É assumido o compromisso de escrever francamente, de uma só vez, sem efeito de estilo nem excesso de artifício. Trata-se menos de abandonar as fórmulas de civilidade para manifestar a afeição do que de se convidar a “dizer tudo” ou “de nada se poupar”, a levar sempre adiante a descoberta de si no outro e do outro em si, construindo-se mutuamente (VINCENT-BUFFAULT, 1996, p. 41)

Vê-se a celebração do pacto epistolar na carta escrita, de São Paulo, por Monteiro Lobato a seu fiel correspondente Godofredo Rangel em 9 de dezembro de 1903:

Sigo logo para a fazenda e quero de lá corresponder-me contigo longa e minuciosamente, em cartas intermináveis – mas é coisa que só farei se me convencer de que realmente queres semelhante coisa. [...] Responda sem demora se está disposto a ser caceteado à distância – telecaceteado! Pode dirigir a carta para Taubaté, para onde sigo nestes três dias. (LOBATO, 1964a, p. 32, 33).

É o que se nota, ainda, em carta de Fernando Sabino a Mário de Andrade, escrita de Belo Horizonte e datada de 15 de janeiro de 1942, em que o remetente destaca, inclusive, a importância formadora da epistolografia marioandradina:<sup>3</sup> “Você me desculpe a desordem e a extensão desta minha carta. Queria lhe dizer várias coisas mais. Pediria até a você que me escrevesse outra vez, depois de recebê-la, caso seja possível. Pelo que eu vi suas cartas ajudam muito a gente” (SABINO, 2003, p. 17). Ao que Mário de Andrade responde, de São Paulo, em 25 de janeiro do mesmo ano, firmando o pacto:

Recebi sua carta e refleti sobre ela. A conclusão mais séria pra mim é a seguinte: Vejo que estamos os dois na iminência de iniciar uma correspondência longa e nutrida. Pra você, moço, cheio de vida e ainda não “consagrado”, ansioso de saber, isso não vai ser difícil. Pra mim vai. Seria estúpido eu não saber que sou “consagrado”. Só os esforços, os esperneios, os papelões que faço pra não virar medalhão duma vez, você nem imagina. Sucede, pois, é natural, que tenho muitíssimo trabalho e também uma correspondência enorme. Não hesito um só segundo em lhe garantir que, apesar de tudo isto, não me pesará em nada lhe escrever muito, auxiliar você no que eu possa. Apenas, preliminarmente, eu desejo que você se examine bem, num verdadeiro exame de consciência, antes de se decidir a exigir esta correspondência.

Veja bem: você tem direito de exigir minhas cartas e explicações. Você tem os direitos da idade, de querer saber e de querer ser. Isso lhe basta, me basta e, aliás, é tudo. Me escreva pois quanto e quando quiser. E deve abolir do seu espírito e da sua timidez natural a ideia de que está me chateando, me fazendo perder tempo. Si posso ser útil, meu tempo está ganho (SABINO, 2003, p. 20).

A carta permite, assim, que, em um não lugar, remetente e destinatário se encontrem, como lemos na carta de Mário de Andrade a Anita Malfatti, escrita no Rio de Janeiro e datada de 1º de abril de 1939:

É manhãzinha e estou dando balanço nas minhas cartas atrasadas. Me encontro com você, minha boa amiga, e a felicidade chega num momento. O mundo que amanhecera sem graça cheio

---

<sup>3</sup> Incontornável, nesse sentido, é o estudo de Marcos Antonio de Moraes, *Orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2007).

de neblinas chuvosas, se rasgou todo num louro raio de sol (ANDRADE, 1989, p. 145).

Como observou Vincent-Buffault (1996, p. 41), o pacto epistolar liberta dos códigos formais. Desse modo, em carta de Taubaté, de 20 de janeiro de 1904, encontramos a seguinte censura de Lobato a Rangel, em relação à linguagem das cartas:

E agora, um puxão de orelhas: Por que usas etiqueta comigo? Tuas cartas vivem cheias de “faça o favor”, “se não for incômodo”, e mais fórmulas da humana hipocrisia. São tropeços. Quando te leio, vou dando topadas nisso. Faça como eu. Seja bruto, chucro, enxuto (LOBATO, 1964a, p. 52).

Semelhante censura se encontra no *post-scriptum* da carta de 07 de novembro de 1904, enviada de São Paulo:

P. S. – Apontas-me, como crime, a minha mistura do “você” com “tu” na mesma carta e às vezes no mesmo período. Bem sei que a Gramática sofre com isso, a coitadinha; mas me é muito mais cômodo, mais lépido, mais saído – e, portanto, sebo para a coitadinha. Às vezes o “tu” *entra* na frase que é uma beleza; outras é no “você” que está a beleza – e como sacrificar essas duas belezas só porque um Coruja, um Bento José de Oliveira, um Freire da Silva, um Epifânio e outros perobas “não querem”? Não fiscalizo gramaticalmente minhas frases em cartas. Língua de cartas é língua em mangas de camisa e pé no chão – como a falada (LOBATO, 1964a, p. 79).

Note-se que Lobato utiliza aqui uma metáfora de vestuário para falar da linguagem das cartas – “língua de cartas é língua em mangas de camisa”. Mais ou menos 20 anos depois dessa carta, Mário de Andrade, numa carta ao jovem Carlos Drummond de Andrade, utilizaria imagem semelhante:

A sua carta é simplesmente linda. E tem uma coisa que não sei se você notou. A primeira vinha um pouco de fraque. A segunda era natural que viesse de paletó-saco. Mas fez mais. Veio fumando, de chapéu na cabeça, bateu-me familiarmente nas costas e disse: Te incomodo? (ANDRADE, 1982, p. 11).

A mesma metáfora do vestuário seria empregada novamente por Mário de Andrade a Drummond em carta de 16 de outubro de 1925: “[...] em carta continuarei sempre a falar com vocês ‘de pijama e de chinelo’ como diz o Manuel” (ANDRADE, 1982, p. 51).

O pacto epistolar também se revela nas cobranças de cartas ou de sua assiduidade. É o que se pode notar na carta de Graciliano Ramos à esposa, Heloísa de Medeiros Ramos, datada de 8 de outubro de 1932:

Como você me pede para escrever sempre, pelo menos uma linha, aqui lhe mando a linha. Mas não é bom aceitar a obrigação de escrever por todos os correios, porque posso esquecer a tarefa e ando, como você sabe, muito ocupado com a Madalena e a d. Marcela (RAMOS, 1992, p. 130).

Ou ainda na carta de Mário de Andrade a Anita Malfatti, escrita em São Paulo e datada de 18 de março de 1924, uma verdadeira “confissão de dívida”:

Devo-te cartas. Perdoa. Não podes imaginar que vida fantástica a minha. Milhões de coisas por fazer. Não faço nem a metade do que devo. É um horror delicioso. Só me dói realmente isso de não poder escrever mais sempre aos amigos do coração, como tu (ANDRADE, 1989, p. 74).

É ainda de Mário de Andrade a Anita Malfatti o exemplo seguinte, extraído de carta escrita em São Paulo a 9 de fevereiro de 1927:

você se queixa que as minhas cartas vão rareando... Não queixa não, Anita, que fico triste! A culpa palavra que não é minha. É desta vida safada do diabo que não me dá um momento de liberdade, só trabalho trabalho, descanso mesmo não vejo nenhum (ANDRADE, 1989, p. 129).

Parece que a destinatária teria se queixado novamente ao remetente, já que, um ano depois, em carta de São Paulo datada de 27 de fevereiro de 1928, Mário de Andrade ainda justificaria sua falta de assiduidade:

Você se queixa das minhas cartas estarem rareando e tem mesmo razão. Também o Manuel Bandeira já se queixou do mesmo. Porém quê que hei-de fazer! Você não imagina como trabuco nesta vida. Também por outro lado só vendo o dilúvio de cartas que recebo e escrevo! O círculo vai aumentando, sou incapaz de

trocar amigos velhos por novos é lógico, porém não tenho direito também de não querer novos. Por que, si o coração é de borracha, estica, estica e vai cabendo dentro dele?

Minha correspondência está ficando assustadora de tão guaçu. Me entristece um bocado porque nem posso mais conversar direito com ninguém. É só carticas pequitinhas falando recados de dez, vinte linhas, tudo bobagem, besteira e minha alma mesmo? qual! não tem mais tempo não pra se estender todinha no papel e ir bater no peito do companheiro longe... Não vê! agora ela abre uma janelinha de meia página, dá um té-logo afobado e entra de novo lá no dentro guardado e escuro. Sinto bem porque meu jeito mais verdadeiro é andar mostrando em cartas gozadas de intimidade esta alma pândega que me coube na grande distribuição. Mas paciência pois que não pode ser!... (ANDRADE, 1989, p. 137-138).

Se o pacto epistolar obriga, criando deveres ao remetente que proporcionam direitos de cobrança ao destinatário, ele o faz somente entre os correspondentes, como Lobato admoesta Rangel em carta de 21 de setembro de 1915: “O Bernardo escreve-me de vez em vez e eu lá vou respondendo de corpo mole. O fato de me corresponder com você, Rangel, não me obriga a fazer o mesmo com quem queira corresponder-se comigo” (LOBATO, 1964b, p. 49).

Se o pacto epistolar obriga, permite que se cobre reciprocidade, tal como o faz, jocosamente, Fernando Sabino a Paulo Mendes Campos, em carta de Nova Iorque, datada de 6 de outubro de 1946: “Veja só que pontualidade epistolar: acabo de receber suas cartas e já estou respondendo. Isso de qualquer maneira te intima a fazer o mesmo quando receber esta. E antes de tudo: por favor date suas cartas, e não mas mande naquela desordem” (SABINO, 2002, p. 106).

### **3 Considerações sobre a materialidade da escrita**

Pode-se dizer que as considerações sobre a materialidade da escrita, mais do que constituírem um lugar-comum da correspondência, indicam a preocupação com o outro, o destinatário, diante de quem o remetente se faz presente por meio da carta. É o que se pode perceber, por exemplo, na carta de Graciliano Ramos escrita a sua irmã Leonor Ramos, datada de 10 de julho de 1915 e enviada do Rio de Janeiro, ao desculpar-se pela qualidade do papel utilizado na carta:

Desculpa-me escrever-te neste miserável papel comercial. É que as tiras já lá se foram, umas bem empregadas, as que mandei a meu pai e a minha mãe, outras mal, talvez, as que lá embarcaram para Paraíba do Sul, cobertas de *traços*. Tu me perdoas, decerto, o grande pecado que eu cometi não te enviando, logo após tua chegada, minhas felicitações por tua boa vinda, etc., etc. (RAMOS, 1992, p. 59).

Comentário semelhante também se encontra na carta de Mário de Andrade a Anita Malfatti, escrita no Rio de Janeiro e datada de 12 de fevereiro de 1939, em que o remetente se queixa da cor do papel que está empregando:

Anita,  
sua carta ficou linda em papel cor-de-rosa, mas não vê que vou comprar papel de carta, que o meu acabara, peço a mesma marca Five o'Clock e me dão desta cor, que si fica bonita nas suas mãos femininas, fica simplesmente ridícula nas minhas. Deus queira que eu tenha logo cem cartas pra escrever e acabar com este papel de que lhe peço desculpa (ANDRADE, 1989, p. 143).

Ou ainda na carta de Fernando Sabino a Otto Lara Resende, em carta do Rio de Janeiro, de 3 de fevereiro de 1969: “Você merece um papel melhor mas aqui em casa só tem este” (SABINO, 2002, p. 277).

Por vezes, é a falta de papel o assunto, como justifica Lobato a Rangel, em carta de 12 de agosto de 1916: “Não respondi à última há mais tempo... adivinha por quê? Por falta de papel! Aqui na roça, quando o papel acaba não existe o recurso de mandar a criadinha ao empório da esquina em busca dum bloco” (LOBATO, 1964b, p. 99-100). Ou Fernando Sabino a Otto Lara Resende, em carta de Nova Iorque, datada de 30 de outubro de 1946 – carta em que também, de modo incidental, aproveita para informar ao destinatário sua mudança de endereço:

Recebi sua carta não tão longa como exige nossa atual epistolofilia, mas satisfatória e que me trouxe bastante alegria. Quero continuar a manter nossa atual pontualidade nas respostas, mas acontece que neste penúltimo dia de outubro às dez horas da noite, na minha nova moradia (uma casinha conjugada em Forest Hills, Queens, Long Island, New York City, U. S. A.), me descobri absolutamente sem folha de papel aéreo a não ser esta filha única. Portanto, vou procurar ser conciso, mas escrever assim mesmo e não te dar pretexto para atrasar resposta (SABINO, 2002, p. 115).

Também a letra é motivo de reflexão nas cartas de alguns escritores – mais uma vez, um indício da preocupação do remetente em relação ao destinatário. É o que se pode notar na observação seguinte, extraída de carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, escrita em Areias a 22 de setembro de 1909: “Que letra péssima tens – ainda pior que a minha! Precisamos arranjar máquinas de escrever. Mas eu, quando quero, escrevo legibilíssimamente, e você quanto mais capricha pior fica” (LOBATO, 1964a, p. 275). É o caso também de Fernando Sabino em carta de Belo Horizonte a Mário de Andrade, datada de 30 de janeiro de 1942: “Não sei se me explico bem, e talvez não consiga que você entenda nem a minha letra... (Se for o caso, me avise, que a próxima escreverei a máquina)” (SABINO, 2003, p. 27). Ou ainda na carta enviada de Nova Iorque em 21 de maio de 1946 a “Nicodemus & Pajé”:<sup>4</sup>

Outro dia escrevi uma carta para vocês, mas era uma carta escrita numa máquina tão estupidamente americanizada que no fim acabei ficando com raiva e mandando a carta a aquela parte. Imaginem que na máquina lá do hotel paga-se 10 cents por 30 minutos, exatamente como aquelas eletrolas papa-níqueis: joga-se o níquel e depois se escreve meia hora. Se quiser mais, a máquina só anda outra meia hora com mais 10 cents. E não tem til nem acentos de espécie alguma, nem cedilha.

Bem, eis-me aqui: vai a mão mesmo (SABINO, 2002, p. 80).

Mário de Andrade também se mostrava preocupado com a apresentação geral de suas cartas, como se pode perceber no fecho da carta escrita em São Paulo, em 20 de janeiro de 1926, à amiga Anita Malfatti, por quem, como se sabe, o escritor nutria um grande afeto: “Não repare no desalinho ingênuo desta carta cheia de ‘você’. Foi escrita a 120 quilômetros por hora” (ANDRADE, 1989, p. 113)

4 Tal preocupação se revelava ainda na felicidade com que a adoção da máquina de escrever causava a remetentes e destinatários, como registra Mário de Andrade em 18 de abril de 1925, em carta a Manuel Bandeira:

---

<sup>4</sup> Segundo nota de Fernando Sabino (2002, p. 29), eram os “fraternos apelidos com que nos referíamos uns aos outros”. “Pajé” era um dos apelidos de Otto Lara Resende; “Nicodemus”, de Paulo Mendes Campos.

*Manuel do coração,*

comunico que comprei esta máquina. Se você estivesse aqui era um abraço pela certa, tanto que estou contente. Já se sabe: pelo processo amável das prestações. Engraçado, por enquanto me sinto todo atrapalhado de escrever diretamente por ela. A ideia foge com o barulhinho, me assusto, perdi o contacto com a ideia. Isso: perdi o contacto com ela. Não apalpo ela. Mas isso passa logo, tenho a certeza e agora é que você vai receber cartas bonitas de mim (MORAES, 2001, p. 200).

Também nesse mesmo sentido a carta de Monteiro Lobato a Oliveira Viana, em que, de modo jocoso, elogia o fato de o destinatário ter adotado a máquina de escrever para sua correspondência:

Ora graças que se civilizou – deixou a pileca antediluviana do escrever com as unhas e passou ao teclado. Quantas vezes não insisti com você para que mudasse? Dedo humano não foi feito para escrever, e sim para meter no nariz, para fazer cócegas nas mulheres, para coçar, etc. Finalmente a gente pode agora receber uma carta do Sr. Oliveira Viana sem um suspiro. Tua letra faz muita gente suspirar! Estou agora catequizando o Godofredo Rangel, que gatafunha tão ininteligivelmente como aquele O. V. que felizmente já passou. Viva a máquina!

Vais ver como a máquina te alerta o pensamento. Cada pancadinha é uma chicotada que repercute nas células cerebrais e fã-las pular. Este ano meti-me numa *noiseless*. Ah, não aguentei! Dava-me sono. Passei ou voltei às barulhentas (NUNES, 1986, p. 95-96).

As considerações sobre a materialidade da escrita também se registram em comentários sobre as condições de produção da carta. Encontramos, em geral, remetentes escrevendo apressadamente, premidos pelo tempo, seja em razão do horário dos Correios, seja pelo volume de trabalho ou por circunstâncias alheias à sua vontade que os impedem de se dedicar com mais vagar a “conversar por escrito”. Tal é o registro que faz Graciliano Ramos, à guisa de *captatio benevolentiae*, ao amigo J. Pinto da Mota Lima Filho, em carta escrita em Palmeira dos Índios e datada de 18 de fevereiro de 1914: “Escrevo-te agora às 8 horas da manhã, rapidamente, para não perder o correio. Falemos intelectualmente; falaremos depois *coracionalmente*. Se estivesses aqui presente, dava-te um abraço capaz de rebentar todos os teus ossos” (RAMOS, 1992, p. 25). Também de Graciliano Ramos à esposa, Heloisa de Medeiros Ramos, o trecho seguinte, da carta de 10 de setembro de 1932:

Aqui, à pressa, para aproveitar o correio, escrevo-lhe duas linhas. Tudo vai bem, graças a Nosso Senhor. Mando-lhe o cobre que pede. E não me estiro mais, porque tenho medo de não encontrar mais o registro do correio aberto e fazer v. ficar mais dois dias sem resposta à carta que me mandou. Amanhã ou depois escreverei com mais vagar (RAMOS, 1992, p. 124).

Se havia tanta pressa “para aproveitar o correio”, por que a preocupação em consignar tal fato na carta? Não valeria mais a pena concentrar-se na “resposta à carta” enviada? A deferência, o respeito, o amor, qualquer que seja o sentimento nutrido pelo remetente em relação ao destinatário pode nos auxiliar a compreender registros dessa natureza no corpo das cartas analisadas.

Por fim, há considerações ainda sobre o momento da escritura e suas interrupções. Afinal, se a carta é uma conversa escrita, como sempre foi definida, nada mais esperado que registre os acontecimentos em torno do remetente, como se efetivamente se tratasse de uma conversa. É o que se vê, por exemplo, na carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, escrita em Taubaté a 5 de fevereiro de 1904, em que uma “interferência” – possivelmente, uma pretendente do jovem escritor – serve de pretexto para o encerramento da conversa:

Esta carta, Rangel, está sendo interferida por um pssiu...  
Aquele “Um Literato” que saiu no *Minarete* está bom; não digo ótimo, mas bom.  
Onde anda o Nogueira?  
Impossível, Rangel. A interferência continua. Adeus (LOBATO, 1964a, p. 56).

Também na carta escrita em Taubaté a 9 de novembro de 1911:

Rangel: esta carta foi interrompida há dias, e desde então corri tanto de cá para lá que perdi todos os fios. É que estou me mudando para a fazenda, o que me vai tomar todo o mês. E só depois de lá bem instalado é que poderei reatar a nossa prosa sem fim (LOBATO, 1964a, p. 318).

Havia necessidade do registro da interrupção no texto da carta? Certamente que não. No entanto, a observação não só demonstra a afeição do remetente pelo destinatário, mas também, e sobretudo, reforça a visão da carta como uma “conversa por escrito”, cuja causa de interrupção, qualquer que seja ela, precisa ser anotada.

De modo semelhante, o seguinte trecho de carta de Mário de Andrade a Anita Malfatti, escrita em São Paulo a 18 de março de 1924, cujo fluxo é interrompido pela chegada de um aluno do remetente: “Agora até logo. Chegou um aluno. Quando sair, virei acabar a carta. -----  
----- Pronto: aqui estou de novo. Só que, em vez duma hora, a carta esperou cinco e meia. Continuemos: [...]” (ANDRADE, 1989, p. 74). Ou ainda na carta a Fernando Sabino, escrita de São Paulo a 16 de junho de 1943, interrompida pela hora do jantar: “A janta tá na mesa. Até logo --- Só recomêço a carta às 22 e 30, uns amigos estiveram aqui. Bem, mas o que eu ia falando é que [...]” (SABINO, 2003, p. 111).

Também se encontram registros dessa natureza em cartas de Graciliano Ramos, como na escrita de Palmeira dos Índios ao amigo J. Pinto da Mota Lima Filho a 20 de julho de 1914: “Quando recebi os dois livros que me mandaste, comecei a escrever esta carta. Faz mais de dois meses, creio. Estou hoje com vontade de terminá-la” (RAMOS, 1992, p. 31). Ou como no trecho da carta enviada do Rio de Janeiro à mãe, Maria Amélia Ferro Ramos, em 20 de outubro de 1914, em que a escrita é interrompida por eventos do cotidiano: “Passei o dia a dormir. À noite saí. Agora, duas horas da madrugada, volto a continuar esta carta” (RAMOS, 1992, p. 39).

Ou nas cartas de Fernando Sabino, como as interrupções do discurso epistolar motivadas por intervenções de sua filha Eliana. Por exemplo, na carta escrita de Nova Iorque a Hélio Pellegrino, em 10 de agosto de 1946:

Mas gostaria de subir lá em cima e protestar contra alguma coisa, contra este país inteiro.

Klçiuym,.lç°khunvclçp°utc.

Isso aí em cima foi a Eliana que chegou e escreveu. É o protesto dela (SABINO, 2002, p. 94).

E ainda na carta escrita a Otto Lara Resende a 7 de dezembro de 1946, também de Nova Iorque:

Eliana está querendo escrever nesta máquina também. Acaba de vir aqui, trazendo as coisinhas dela, e dispondo-as sobre a mesa: uma lata vazia, um pedaço de papelão, o cabo de um revólvinho de brinquedo e uma caixa de fósforos vazia. Arrumou, desarrumou, tornou a arrumar, e acabou pegando tudo e levando embora. Agora voltou, ficou passando a mão na máquina de leve e falando

baixinho “papai, papai”, até que de repente eu puxei o carro da máquina, resultado: machuquei a mãozinha dela. Veja só o que eu fui fazer, Pajé.

– São nove horas: nessas três horas fui todo pai (SABINO, 2002, p. 131-132).

Sendo “conversa escrita”, que torna presentes os ausentes, a carta teria de registrar as interrupções ao seu fluxo natural, como se pôde ver nos exemplos acima.

#### 4 “Conversa escrita”

A definição da carta como parte de um diálogo diferido no tempo vem, desde a Antiguidade, sendo repetida ao longo dos séculos e reaparece nos mais diversos manuais, como no *Livro de composição*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim: “Carta é conversação escrita. A forma epistolar, tão citada pelas suas dificuldades, cifra-se nisso: dar à escrita o tom de palestra; dizer, escrevendo, o mesmo que se diria conversando” (BILAC; BOMFIM, 1930, p. 187). Semelhantemente a conceitua o *Secretário Moderno*, de J. Queiroz: “Que é uma carta? Uma conversa ao longe, entre pessoas ausentes; porém, uma conversa escrita” (QUEIROZ, 1950, p. 9). Do mesmo modo, em *A arte de escrever cartas e os meios de adquirir um bom estilo*, Eduardo Sucupira Filho define: “Uma carta – quer seja de amizade ou cortesia, quer trate de negócios – é sempre uma conversação escrita” (SUCUPIRA FILHO, 1968, p. 15).

É o que se encontra também nos mais diversos epistológrafos brasileiros do século XX. Escrever cartas, para Monteiro Lobato, era “conversar por escrito”, como se pode ler na carta de 27 de outubro de 1904, dirigida a Godofredo Rangel:

[...] voltei hoje para meu quarto cheio de tremendíssimas intenções, disposto, como nunca, a empanturrar-me de ciência. Mas assim que abri o Paula Batista,<sup>5</sup> o cão do vizinho à esquerda prorrompeu em uivos à lua que nem um poeta; os filhos do vizinho da direita

---

<sup>5</sup> Talvez Lobato se refira ao *Compendio de theoria e pratica do Processo Civil comparado com o Commercial e de Hermeneutica Juridica: para uso das Faculdades de Direito do Brazil* (1855), de Francisco de Paula Batista (1811-1882), jurista e político brasileiro. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco possui um exemplar do livro publicado pela Garnier em 1901.

vieram brincar sob a minha janela; e a filha dos vizinhos da casa fronteira veio à porta da rua para o seu habitual dedo de namoro noturno. De modo que essas três irredutíveis instituições humanas – o vizinhato, o cão e o namoro noturno – interpuuseram-se como uma trindade de aço entre mim e a ciência do Paula Batista, e com tal prepotência que me vi forçado a afastar o poço de sabedoria e matar o tempo com uma instituição humana: conversar por escrito (LOBATO, 1964a, p. 71-72).

Consideração semelhante se encontra na abertura da carta datada de 20 de fevereiro de 1905 e também dirigida a Rangel: “conversemos enquanto chove” (LOBATO, 1964a, p. 94). A chuva, no caso, proporciona o retiro necessário à escrita epistolar, a isenção das atividades cotidianas.

É o que se pode ver, de modo similar, em cartas de Mário de Andrade a vários de seus correspondentes. Por exemplo, no início da carta a Drummond, escrita em São Paulo e datada de 16 de outubro de 1925: “São 23 horas e hoje não trabalho mais mesmo. Pois então conversemos” (ANDRADE, 1982, p. 48). E também na carta de 22 de dezembro de 1925: “Só uma conversinha” (ANDRADE, 1982, p. 62). Não de modo diferente, é o que se encontra no início da carta a Manuel Bandeira, escrita de São Paulo em 11 de maio de 1925: “Vou aproveitar melhor pra ver se converso um pouco com você” (MORAES, 2001, p. 210). Ou ainda na carta de 31 de maio de 1925: “Estou num desses momentos em que a gente carece dum amigo, por isso vim conversar com você” (MORAES, 2001, p. 212). E também a Fernando Sabino, em carta escrita de São Paulo em 6 de janeiro de 1945, pouco mais de um mês antes de sua morte: “Tenho duas horas e vamos conversar um bocado” (SABINO, 2003, p. 209).

Também nas cartas de Fernando Sabino, aliás, a ideia da “conversa” por escrito aparece. Por exemplo, para Otto Lara Resende, em carta do Rio de Janeiro, datada de 19 de dezembro de 1944: “Vamos conversar coisas sérias, embora a vontade de conversar fiado” (SABINO, 2002, p. 33). Ou ao escrever a Hélio Pellegrino, de Londres, em 21 de agosto de 1965: “Isto não é carta, é um pedido de socorro: sem conversar com você eu morro entupido” (SABINO, 2002, p. 257).

Se a carta é uma “conversa escrita”, não teria ela o poder de tornar presentes os ausentes? O efeito de presentificação dos correspondentes já era observado na Antiguidade, por exemplo, nas cartas a Lucílio, em que Sêneca escreveu: “estou a ver-te diante de mim, Lucílio amigo, estou mesmo a ouvir a tua voz; estou de tal modo perto de ti que já não

sei bem se te vou escrever uma carta, ou apenas um recado para enviar a tua casa!” (SÊNECA, 1991, p. 190). De modo análogo, é o que se encontra no seguinte trecho em carta de Fernando Sabino a Otto Lara Resende, escrita no Rio de Janeiro e datada de 3 de setembro de 1944, referindo-se a uma carta recebida de Hélio Pellegrino: “O Hélio me escreveu uma carta que me deixou emocionado. Preciso escrever a ele. Vocês aí existem, estão ainda junto de mim, e uma carta como essa do Hélio é quase ele em carne e osso de tanto que ajuda e comove a gente” (SABINO, 2002, p. 25).

Mário de Andrade eleva, em carta a Anita Malfatti, o efeito de presentificação dos correspondentes ao seu ápice, sentindo não apenas a presença física da destinatária, mas também dividindo com ela as experiências sensoriais (visuais, auditivas) pelas quais passa:

A lápis em plena aula de História da Música. Os alunos estão escrevendo a sabatina e eu aproveito agora que estão com a cabeça voltada para o papel para te mandar este apertado, apertado abraço às escondidas. Creio que não perceberam nada. Mas considera-te abraçada por este mais que fidelíssimo [sic] camarada. Como vais? [...] Ih! está quasi a bater a hora! Porque não me lembrei antes de te escrever! Daria para umas quatro páginas. Enfim lá vão duas, mas como o meu coração não é lá muito grande (fisicamente) elas dão para embrulhá-lo. Está pois aqui dentro o meu coração. Cuidado! Não leias esta carta no Metrô sinão ele rola pela janela e...

Abraços, Abraços, Abraços

Mário

Bateu a hora, ouviu? (ANDRADE, 1989, p. 85).

A carta, desse modo, torna presentes os ausentes, permitindo que, além de conversarem, quase se sintam um ao lado do outro. Apesar disso, a carta, para a maioria dos seus cultivadores, também apresenta limitações.

## **5 Limitações do gênero**

As considerações sobre o gênero epistolar, porém, não se restringem à firmação do pacto epistolar, a observações sobre a linguagem ou sobre a materialidade da escrita. Há também críticas às suas limitações: apesar de ser vista como uma “conversa por escrito”, nem sempre a carta permitia toda a expressão requerida pelo seu autor. Deriva disso uma consideração como a de Lobato a seu cunhado Heitor de Moraes, em 15 de agosto de 1909:

Tem razão de ser a tua quizília pelo escrever cartas, veículo pequenino demais quando se tem muito a dizer e embaraçoso quando não há assunto. A carta é boa e fácil de se escrever quando há um negócio bem positivo a tratar e por isso o ideal delas me parece que são as cartas comerciais. Que gosto sentar-se à mesa e sem vacilações, sem pensar, lançar no papel um bem caligrafado Am. e Snr., para início de meio palmo de literatura sólida e sucinta! Infelizmente o destino não reserva para nós essa boa delícia... (LOBATO, 1964c, p. 100).

Também o vemos na carta a Artur Neiva, escrita de Nova Iorque e datada de 8 de janeiro de 1930: “só por boca se poderá contar o que isto foi. Não cabe em carta” (NUNES, 1986, p. 161). Ou ainda como se percebe no seu desabafo a Anísio Teixeira, em 12 de abril de 1930:

Só a história das minhas aventuras de cinco meses ininterruptos na Wall Street encheria uma tarde.

Porque entrei de ponta cabeça na especulação em *stocks*, logo no dia do *crash* de 29 de outubro, e na maranha estou até agora. Dei tacadas estupendas e fiz burradas inda maiores, o que há de *thrilling*. Mas... só contado. Carta é uma joça (VIANNA; FRAIZ, 1986, p. 51).

Desabafo que se repetiria anos mais tarde, em carta de 20 de maio de 1945:

Sempre que me sento à máquina para “liquidar” a correspondência, penso em escrever a você – e não escrevo. Não escrevo porque há tanto a dizer que o veículo carta é raso demais – é gôndola, e o assunto é tanto que pede todo um navio-tanque de carregar petróleo. Além disso há sempre a vaga esperança de que, de repente, o Otale me diga (como das outras vezes): “Sabe que o Anísio chega no dia tanto?” Mas os meses se vão passando e nem carta, nem Anísio (VIANNA; FRAIZ, 1986, p. 96).

A mesma constatação de limitação da carta pode ser encontrada, por exemplo, no seguinte trecho de Fernando Sabino a Mário de Andrade, em carta escrita em Belo Horizonte e datada de 30 de janeiro de 1942: “Não é fácil me fazer entender por escrito sobre um assunto grave que só uma longa conversa pessoal haveria de esclarecer” (SABINO, 2003, p. 28). Ou do mesmo Fernando Sabino em carta a Hélio Pellegrino, escrita do Rio de Janeiro e datada de 7 de junho de 1945: “Sua Carta-Poema é a melhor coisa que você já fez, não tem dúvida. A parte do Paulo, então, é

genial e a do Pajé tão bonita, a minha me comoveu até as lágrimas. Tenho algumas sugestões para você consertar uns versos, mas só pessoalmente.” (SABINO, 2002, p. 59). Ou ainda a Otto Lara Resende, em carta escrita em Belo Horizonte em 28 de novembro de 1958: “Ah, se você estivesse aqui, quanta coisa a conversar. Por carta me sinto desajeitado, não consigo dizer tudo o que eu tenho a dizer” (SABINO, 2002, p. 204).

Afinal, escrever cartas dá preguiça, é trabalhoso, cansa. Isso acaba sendo motivo para encerrá-la, como se pode notar na carta de Mário de Andrade a Fernando Sabino, datada de 16 de fevereiro de 1942: “Ainda havia o que comentar na sua carta, mas estou cansado” (SABINO, 2003, p. 38). Ou ainda no comentário irônico de Monteiro Lobato a Cândido Fontoura, censurando-lhe a preguiça em carta escrita em Nova Iorque e datada de 17 de novembro de 1928:<sup>6</sup>

Escrevi-te uma longa pelo passado correio mas creio que a carta seguiu pelo Vestris e foi lida pelos tubarões. Tenho de repetir parte do que nella dizia. Dizia, por exemplo, que de nada adiantou a tua ultima em materia de esclarecimento sobre o desenho. Preciso que me expliques o que queres (e estou desconfiado que não sabes muito bem o que queres, não?). O melhor seria que explicasses ao Leo, por exemplo, e elle me escrevesse, porque noto que tens uma immensa preguiça em explicar as coisas por carta miudamente – vindo dahi a letra espichadissima que adoptaste, meio commodo de chegar ao fim do papel sem grande gasto de palavras. Sem uma idéia exacta do que queres não poderei explicar a coisa ao desenhista (TIN, 2007, p. 330).

Quando não é o cansaço ou a preguiça que impedem a “conversa por escrito”, é a saúde de um dos correspondentes. Lugar-comum da correspondência, a saúde dos missivistas é tema sempre tratado no discurso epistolar, seja em seu caráter informativo (dar ou pedir notícias sobre a saúde dos próprios correspondentes ou de terceiros), seja como estratégia de *captatio benevolentiae* (para predispor, por exemplo, o destinatário ao discurso que se inicia). Assim se pode perceber na carta de Graciliano Ramos ao amigo J. Pinto da Mota Lima Filho, escrita em Palmeira dos Índios e datada de 7 de fevereiro de 1913:

<sup>6</sup> Carta a Cândido Fontoura. Biblioteca Infantil Monteiro Lobato – São Paulo. Pasta 33, documento 3508. A ortografia original foi mantida.

Fiz um papel desgraçado em não te escrever quando recebi o almanaque. Mas a triste figura que fiz teve um motivo: tenho estado doente como um corno. Doença nos dentes, doença na garganta, doença nos ossos, doença em partes inconfessáveis, uma chusma de achaques que sinto sempre que se avizinham chuvas. Este meu corpo é um saco de moléstias. Enfim posso escrever-te hoje (RAMOS, 1992, p. 19).

É o que se lê também em carta de Mário de Andrade a 19 de março de 1925, em que se desculpa a Anita Malfatti pelo tempo que não lhe escreveu:

Faz tempo que não escrevo pra você. Me desculpe. Coisas de doenças e mais doenças. Às vezes fico a matutar que não duro muito, não. Não pense que isto é romantismo nem verdade verdadeira. São pensamentos que vêm e que jogo logo fora porque não adiantam nada. Só peço pra Deus que me deixe acabar ao menos o que tenho começado pra assim eu me justificar de mim mesmo perante os homens deste mundo. Mas si aquele pensamento vem não é porque eu tenha agora alguma doença grave. Porém são tantas doencinhas ajuntadas, vai uma, ficam outras, entra outra... Que diabo! também o corpo cansa. Um dia vem qualquer coisa mais forte, pan! Mário de Andrade morreu (ANDRADE, 1989, p. 97).

De modo semelhante, em carta escrita em Belo Horizonte a 10 de março de 1942, Fernando Sabino explica e justifica o silêncio da correspondência:

Vou te contar por que não pude te escrever no mesmo dia em que recebi, nem nos outros, só hoje: uma baqueta (da bateria que costumo tocar nas horas vagas) escapuliu de minha mão, e entrou de ponto num dos olhos, rompeu a conjuntiva e causou uma grande erosão na córnea. Isso na quinta-feira antes do Carnaval. Tive que fazer um tratamento muito intensivo, pois ainda faltava uma prova no concurso do vestibular de Direito (prova que tive de fazer com metade da cara anestesiada). Nem pude ler sua carta quando ela chegou, leram para mim. Só muito recentemente consegui recuperar a vista (perdi o Carnaval, agora você imagine...), e não estou muito em condições de grande esforço visual. Estou até de licença na Secretaria da qual sou burocrata convicto... Por isso ainda não lhe escrevi (SABINO, 2003, p. 40).

Isso se explique talvez porque a carta é um escrito, por excelência, inscrito no tempo, que depende de uma série de circunstâncias alheias à vontade do remetente para que se estabeleça a correspondência. Assim, muitas vezes, o tempo também é matéria da carta.

## 6 Tempo da escritura X tempo da leitura

Inscrita no tempo, a carta, por vezes, também traça considerações sobre a defasagem, o descompasso, entre o tempo de sua escritura pelo remetente e o tempo da sua leitura pelo destinatário, motivo de angústia, muitas vezes, para os correspondentes. Chegaria a carta corretamente ao seu destino? Isso é apontado, por exemplo, por Graciliano Ramos em carta escrita do Rio de Janeiro à irmã Leonor Ramos, em 20 de março de 1915:

Recebi ontem uma carta em que Otilia me anunciava tua partida para essas regiões selvagens. Escrevo-te, mas não sei se este mísero papel te chegará às mãos. É que aquela detestável e preguiçosa criatura nem sequer me mandou dizer quanto tempo te ias demorar por aí (RAMOS, 1992, p. 53).

Diante do silêncio, permanece a dúvida, estendida em carta à mãe, Maria Amélia Ferro Ramos, e datada de 2 de abril de 1915: “Mandei quarta-feira uma carta a Otilia. Naturalmente ela já a recebeu. Leonor já voltou, ou ainda vive entre os *quipás, mandacarus, coroas-de-frade e xique-xiques* da Maniçoba? Terá ela recebido uma formidável carta que lhe mandei?” (RAMOS, 1992, p.55).

De modo semelhante, Fernando Sabino reflete, em carta a Otto Lara Resende, enviada do Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1944, sobre a defasagem entre o momento da escrita e o momento da leitura da carta:

Estou pensando agora uma coisa engraçada, e é que você quando receber esta carta eu já fui e já voltei: já vivi a segunda-feira que é amanhã, provavelmente a terça, e mesmo a quarta-feira. Quer dizer que o que você vai receber é nada mais, nada menos, que um momento, um retrato, um instante, fiel e exato do meu passado! É incrível pensar que você, por exemplo, lendo a palavra AMIGO, que escrevo com carinho e letra maiúscula me referindo a você, é incrível pensar que você estará lendo um momento de minha vida que já passou, que já não é mais porque já se foi – sendo agora apenas uma recordação do passado – recente, é verdade, mas

passado. Veja, Otto, que coisa louca! A palavra amigo que ficou na outra página, que ficou para trás, já era, não é mais e nunca será outra vez, porque o tempo correu... (SABINO, 2002, p. 26).

Exemplar é, ainda, a carta escrita por Monteiro Lobato a sua esposa, Purezinha, quando preso incomunicável em janeiro de 1941. Não sabendo, inclusive, se a carta chegaria às mãos da esposa, ela serviria como espaço para o desafogo da angústia pela qual passava o remetente:

Adeus, minha querida, minha cada vez mais querida Purezinha. Um apertadíssimo abraço, e outro em Rute e Edgard. Coragem aí, que cá do meu lado é o que não falta. Estou escrevendo por escrever, para dar vazão aos sentimentos, porque não há jeito de fazer este papel chegar a você. Incomunicável! Agora compreendo o horror desta palavra (TIN, 2007, p. 187).

## 7 “*Mon coeur mis à nu*”

Escrito íntimo, a carta permite o desnudamento da alma, condicionado, é claro, ao grau de amizade que envolve os correspondentes. Para uns, a formalidade do gênero é reservada; para outros, imersões psicanalíticas são apresentadas, como se pode observar na carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, escrita em São Paulo e datada de 22 de maio de 1923:

Deixa-me que te diga com toda a abundância de coração que tu és hoje para mim um dos meus maiores amigos, isto é um homem junto do qual eu sou eu, ser aberto que se abandona. Creio nas afinidades eletivas. [...] Tenho inteira confiança em ti. Confiança ensilvada de amor e reconhecimento. [...] É verdade que me escondo. Ninguém sabe disso. Só tu e meu irmão Carlos (MORAES, 2001, p. 92).

Ou como se lê na carta também de Mário de Andrade a Murilo Miranda e Lúcio Rangel, escrita em São Paulo e datada de 9 de maio de 1936:

É possível que vocês ainda não me conheçam bem, porque, diz o Manuel Bandeira, apesar do meu cem-por-centismo de tudoamar, diz o pernambucano que eu sou desconcertantemente paulista e que na mais aberta das confidências, na alma mais de pijama em que

me apresento, sou duma reserva e duma cerimoniosidade inglesa. E que o meu amigo mais íntimo jamais está perfeitamente a gosto junto de mim. Tudo isso é possível, e me analisando bem sou levado a contragosto a reconhecer que o Manuel tem razão. Bem. Mas a verdade é que junto desse paulistanismo e o disfarçando (já escutei dos psicólogos de esquina, centenas de vezes, a afirmativa de que “não pareço paulista”...), junto desse paulistanismo sou fundamentalmente cem-por-cento em todas as minhas paixões e convicções. E na amizade (ANDRADE, 1981, p. 29).

Nesse sentido, fenômeno interessante acarretado pela correspondência é o desdobramento dos correspondentes de suas pessoas reais, como se pode notar na carta escrita em Taubaté no ano de 1906, em que Lobato pondera a Rangel:

Hoje vai cartapácio; estou de veia e com saudades. Dirás: “Então por que não vens?” É que este hábito de escrever-nos desdobrou-te em dois Rangéis: o de carne, professor, marido e lá sei que mais; e o Rangel epistológrafo. Este é que é o meu. Deste é que conheço as ideias e manhas. Que fique com dona Bárbara o primeiro. Eu só quero o segundo. Este é o Rangel longe – e bem sabes como o longe embeleza as coisas; faz a montanha, que é verde, parecer-nos azul; e torna também azul um céu de ar incolor. O meu Rangel e o de Bárbara! O dela é o marido, o professor, o gastrônomo, o dono de casa, o filho – o cidadão certamente muito igual a todos os outros maridos e professores e donos de casa, etc. O meu é uma coisa que só eu sei, porque só a mim se revela. É um que me manda todas as flores que lhe nascem no canteiro da inteligência, como diria o Praxedes de Abreu, um jornalista daqui profundamente imaginoso. Estou quase a dizer que um é *la bête* e o outro *l'ange*. E ir ver-te será também levar para aí a *bête* que sou, a ti que só conheces o anjo que também sou. Mantenhamos só a comunhão dos anjos (LOBATO, 1964a, p. 125-126).

A observação se repetiria, anos mais tarde, em abertura da carta escrita em Nova Iorque a 28 de novembro de 1928, num tom de censura: “*Tu quoque!* Até você a publicar trechos de cartas minhas! Não há nada que me desaponte tanto, porque sou um perante o Respeitável Público e outro na intimidade” (LOBATO, 1964b, p. 311).

Também Mário de Andrade faria observação semelhante a Carlos Drummond de Andrade, no final de uma carta do ano de 1925:

Você me desculpe eu falar tanto de mim. Mas eu não posso tirar exemplo da vida dos outros. E também por vaidade não gosto de fazer proselitismo. Então pros mais amigos me conto. Eles que meçam a alma deles pela minha. E se eduquem e se engrandecem mais do que eu. Sem humildade: isso é uma coisa bem fácil. E depois com os da nossa casa eu não sou o escritor Mário de Andrade. Sou o aluno Mário que também aprendo (ANDRADE, 1982, p. 32).

Para uns, o escritor Mário de Andrade; para outros, o Mário de Andrade aprendiz. Se a carta põe a nu o coração do remetente, este escolhe a quem o faz. E, nesse sentido, nem sempre coincidem a imagem construída pelo remetente em certas cartas com sua imagem pública, cristalizada na sociedade. Afinal,

Correspondência é diálogo e o remetente, em vista da maior ou menor proximidade com o seu interlocutor, elege assuntos, experiências e impressões pessoais. A presença do outro determina também as formas do contar(-se), prendendo-se a determinados fins. A experiência comum de quem escreve cartas não ignora que o carteador se modifica em graus diferentes, moldando-se pela imagem que tenciona mostrar ao outro, reflexo não muito distante das ações sociais que modelam o indivíduo em mil facetas da personalidade (MORAES, 2007, p. 75).

## 8 Considerações finais

A leitura dos trechos transcritos ao longo deste artigo permite concluir que a carta, muito mais que veículo de informação, é espaço privilegiado para discussões de toda ordem, inclusive sobre a sua própria construção discursiva. Reforçam e permitem estender a outros epistológrafos, assim, a constatação feita por Marcos Antonio de Moraes sobre a correspondência de Mário de Andrade:

a carta pressupõe dois componentes determinantes: o ‘diálogo’ e a ‘*mise-en-scène*’. Se o diálogo confere a cumplicidade sugerida por Mário, a encenação direciona a escrita, pois o missivista, consciente ou inconscientemente, passa a atuar em face dos diversos destinatários, modificando-se com a intimidade ou se afirmando no discurso desejado (MORAES, 2001, p. 20).

Os aspectos apontados até aqui são apenas alguns exemplos de reflexões metalinguísticas que podem ser encontradas na correspondência de escritores brasileiros do século XX. O levantamento, o mais amplo possível, dessas considerações sobre o gênero epistolar veiculadas dentro das próprias cartas dos mais diversos correspondentes poderá permitir a construção de um aparato teórico mais sólido para o aprimoramento do estudo da epistolografia no Brasil.

## Referências

ANDRADE, M. de. *A lição do amigo*: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, anotadas pelo destinatário. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ANDRADE, M. de. *Cartas a Murilo Miranda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ANDRADE, M. de. *Mário de Andrade, cartas a Anita Malfatti*. Organização de Marta Rossetti Batista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BILAC, O.; BOMFIM, M. Cartas. In: BILAC, Olavo, BOMFIM, Manoel. *Livro de Composição*. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. p.187-206.

LOBATO, J. B. M. *A Barca de Gleyre*: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Brasiliense, 1964a. t. 1.

LOBATO, J. B. M. *A Barca de Gleyre*: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Brasiliense, 1964b. t. 2.

LOBATO, J. B. M. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1964c. t. 1.

MORAES, M. A. de (Org.) *Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MORAES, M. A. de. *Orgulho de jamais aconselhar*: a epistolografia de Mário de Andrade. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2007.

NUNES, C. *Monteiro Lobato vivo*. Rio de Janeiro: MPM Propaganda, Record, 1986.

QUEIROZ, J. *O Secretário Moderno ou Guia indispensável para cada um se dirigir na vida sem auxílio de outrem*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1950.

RAMOS, G. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ROCHA, V. M. da. *Por um protocolo de leitura do epistolar*. Niterói: Eduff, 2017.

SABINO, F. *Cartas a um jovem escritor e suas respostas*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SABINO, F. *Cartas na mesa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SÊNECA, L. A. *Cartas a Lucílio*. Tradução de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

SUCUPIRA FILHO, E. *A arte de escrever cartas e os meios de adquirir um bom estilo*. 6. ed. [São Paulo]: [s.n.], 1968.

TIN, E. (Org.). *A arte de escrever cartas*: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

TIN, E. *Em busca do “Lobato das cartas”*: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários. 2007. 548 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270302/1/Tin\\_Emerson\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270302/1/Tin_Emerson_D.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2018.

VIANNA, A.; FRAIZ, P. (Org.) *Conversa entre amigos*: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986.

VINCENT-BUFFAULT, A. *Da amizade*: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Data de recebimento: 01 de março de 2018.

Data de aprovação: 22 de junho de 2018.



## **Canibalismo, uma questão de gosto: representações antropofágicas nas cartas e tratados sobre os índios brasileiros no século XVI**

### ***Cannibalism: a Matter of Taste: Anthropophagical Representations in the Letters and Treatises on Brazilian Natives in the 16th Century***

Fabiano Lemos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil  
fabianolemos@gmail.com

Ulysses Pinheiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil  
ulyssespinheiro@gmail.com

**Resumo:** Reconstituindo o campo semântico da antropofagia, tal como ele emerge na correspondência e nos tratados dos europeus sobre os índios produzidos no século XVI, seria possível se perguntar sobre as consequências de se adotar um outro eixo de interpretação, não mais apenas simbólico – como fizeram, frequentemente, antropólogos e poetas – mas também *narrativo*. Dito de outro modo, este artigo tenta explorar um campo não tão frequentemente visitado pelos historiadores e críticos literários e procura mostrar que os aspectos ingestivos, mastigativos e digestivos, envolvidos na narração mesma sobre o canibalismo indígena, funcionam segundo uma lógica própria e revelam uma economia da relação identidade-alteridade ainda não debatida suficientemente.

**Palavras-chave:** antropofagia; digestão; narrativa; índios; epistolografia.

**Abstract:** By reconstructing the Anthropophagic semantic field as it emerged in the European correspondence and treatises on Brazilian indigenous populations in the 16th century it would be possible to question the consequences of adopting another axis of interpretation, no longer merely symbolical – as anthropologists and poets often did – but also a *narrative* one. In other words, this paper intends to explore a field not often

approached by historians and literary critics and tries to discuss the digestive, chewed and ingestive issues, which are present in the narration of indigenous cannibalism. Such issues follow a specific logic, revealing gaps in the discussion of the identity-alterity relationship.

**Keywords:** anthropophagy; digestion; narrativity; Brazilian indigenous people; epistolography.

Embora, desde Sérgio Buarque de Holanda, toda uma historiografia tenha se produzido a partir do problema da projeção político-teológica do tema do paraíso sobre a imagem do índio na construção do Brasil, em nenhum sentido se poderia afirmar que o paraíso dos despidos se constituiu sem o contraste com seus avessos. Há toda uma vasta literatura dedicada a discutir as representações demoníacas das novas terras – hoje indexada pelo clássico estudo de Laura de Mello e Souza, de 1986, *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. Dos animais monstruosos e venenosos aos ventos insalubres e nativos contaminados de pecados mortais (cf. SOUZA, 1986, p. 21-85), os signos da malignidade terão de esperar, contudo, o apogeu da Inquisição na colônia no século XVIII para que deixem de ser manifestações insistentes, mas contornáveis de malignidade e passem a representar a paisagem de um projeto de extensão de soberania fracassado, uma doença muito provavelmente incurável.<sup>1</sup> Na euforia das invenções epistemológicas da alteridade do século XVI, o diabo, em geral, é a presença incontestada que põe em movimento a própria economia da empreitada cristã: sem ele, Deus corre o risco de desaparecer (cf. SOUZA, 1986, p. 29).

Mas se a nudez nativa assegurava a visão do paraíso, de todas as persistentes insinuações de Satanás nos assuntos do Reino, nenhuma colocou mais ampla e frequentemente em risco a lógica da conversão e da apropriação nos primeiros 100 ou 200 anos da presença portuguesa

---

<sup>1</sup> Complementarmente, seria preciso dizer que a oposição entre o Brasil edênico e a África infernal, embora notavelmente predominante, não impediu que existissem algumas relativas exceções. Ocasionalmente, o continente africano é traduzido com certa benevolência, como quando João de Barros, em 1552, ao descrever a Etiópia, afirma, a seu respeito, que “bem lhe podemos chamar paraíso de naturaes delicias” –, mas somente sob a condição de uma referência à “natureza sem humano artificio”, ou seja, não quanto aos nativos (BARROS, 1945, p. 127).

no Brasil que o inconveniente hábito brasileiro da antropofagia. Ele é o principal motivo – embora não o único, certamente o mais detidamente apontado – pelo qual, 10 anos depois de sua chegada à Bahia, Manuel da Nóbrega, quase se entregava ao desânimo. “Vejo o mau caminho que esta terra leva, cada vez vai merecendo a N. Senhor grandes castigos, e castigada por seus peccados espera outros mayores castigos, porque cada vez se faz mais yncorrigivel e lança mayores rayzes em sua obstinação”, confessa em carta de 5 de julho de 1559 ao ex-governador do Brasil Tomé de Souza. Resta-lhe apenas esse amargo lamento: “ó quantos calices de amargura e de angustia bibia minha alma sempre!” (LEITE, 1958, p. 71-72).

O fascínio visual do excesso, da nudez e do paraíso redescoberto sustentam muitas estratégias textuais nas crônicas da América portuguesa. Sabemos, pelos textos que chegaram até nós, quão vasta é a fenomenologia da visão encantada, absorvida pela novidade das formas e pelo frescor da reminiscência reavivada do Éden: é o gozo da visão do Outro que dá lugar àquilo que Jean de Léry, de passagem, chamava, em 1578, de *le plaisir à voir*, (“o prazer de ver”) (LÉRY, 1894, t. II, p. 40). Foi esse o êxtase experimentado, também, pelo navegador português Pero Lopes de Souza, quando, entre 1530 e 1532, veio sondar as potencialidades dessa terra descoberta há décadas, mas então em estado de relativo abandono: “A terra he mas fermosa e aprasivel que eu já cuidei de ver: nam havia homem que se fartasse d’olhar os campos e a fermesura deles” (SOUZA, 1867, p. 47). Com o canibalismo, a visão encontra aqui seu complemento invertido: diante do horror do canibalismo, como não desviar os olhos? Apesar de tudo, as minúcias das inúmeras descrições dessa cena aterrorizante parecem mostrar que o olho europeu se manteve firme e aberto. Para isso, a tarefa de dar a ver o insuportável, o inumano, precisou se construir por meio de técnicas específicas de narração, com as quais certos elementos foram apagados do horizonte antropofágico, promovendo uma visão das trevas que emerge como reversão, quase ponto a ponto, da liturgia do cristianismo renascentista. Mas como, então, falar do inferno?

Insistiu-se, desde o século XVI, no aspecto ritualístico do canibalismo. A princípio, os detalhes descritivos surgiam balizados pelos pudores teológicos próprios de uma religião que podia admitir os mais assombrosos abismos, desde que resguardados nas câmaras de suas boas consciências. Foi isso o que fez com que também Léry, apesar de todo seu fascínio, admitisse que a atitude dos selvagens proviesse “naturalmente

do diabo” (LÉRY, 1894, t. II, 30) – e, nessa avaliação, ele é apenas um exemplo entre muitos. Embutido nessa construção barroca da narrativa, um complexo sistema de códigos discursivos procurou estabelecer os parâmetros através dos quais a questão do desejo antropofágico poderia ser *exibida* sem o risco de qualquer concessão a Satanás. Uma tarefa difícil, que precisava articular a alteridade (em sua excepcionalidade mesma, fundamentalmente não cristã) aos signos da cultura religiosa da Europa do Renascimento, e que só foi deixada de lado quando a economia semiótica do século das Luzes pretendeu conduzir toda diferença à vertigem do mesmo, quando o diabo havia sido empurrado para o domínio da literatura e do escaninho místico da teologia. Somente com isso, já em meados do século XVIII, a relação canibal entre o indivíduo e o mundo recebeu uma explicação capaz de projetar sobre ele as contrições previsíveis de seu ambiente cultural e natural, inocentando-o de qualquer vestígio de um apetite voluntário e irrecuperável. Os que pensavam que os índios eram devoradores de homens por necessidade de controle populacional ou, na pior das hipóteses, pela ilusão da superstição, acabavam esvaziando o canibalismo, enquanto signo alimentar, de qualquer sentido positivo: desde essa posição, “arrisca-se a se perder o que constitui o caráter específico da ingestão de carne humana” (LESTRINGANT, 1994, p. 34). O iluminismo europeu estende-se às preocupações da antropologia contemporânea enquanto ciência através da deliberada miopia epistemológica, que se aprofundou apagando a carne humana em seus sabores, cheiros e vermelhos, e transformando-a em elemento transparente – uma lente para ver as *estruturas* da sociedade indígena.

Desenvolvendo o diagnóstico de Lestringant, acreditamos ser importante reconduzirmos o movimento de construção do canibal, esse outro tipo de *cobrimento* da alteridade, à sua constituição diagramática, ou seja, a esse horizonte de tensionamento em que não se nega a centralidade dos paradigmas semânticos do ritual ou da vingança, mas se mede seus impasses a partir da excentricidade do problema digestivo. O que encontramos nos relatos sobre canibalismo dos dois primeiros séculos da presença europeia no Brasil é, em geral, um filtro narrativo que, no entanto, não consegue reduzir totalmente seu objeto ao âmbito ritualístico, deixando passar, por outras vias, elementos que lhe são estranhos. Nesse sentido, ele está em ruptura em relação ao Iluminismo. Parece-nos importante que o devorador de carne humana nos séculos XVI e XVII, esse signo da alteridade infernal brasileira, resulte das

modulações de um espaço formado, tanto pelos códigos etnográficos quanto pela semiologia alimentícia, *todos derivados da projeção do olhar europeu*. No nível discursivo, pode-se formular uma série de questões político-nutritivas que se referem à antropofagia indígena – mas, mais amplamente, ao que ela revela sobre a ligação epistemológica entre a boca, o estômago e o coração dos selvagens.

Comer carne humana, nesse diagrama, é um gesto que instaura um duplo sistema de sínteses: o campo de tradutibilidade do apetite em *ethos* e o outro, infinitamente mais obscuro e arriscado, em que todos os objetos parecem, uma vez suspensa uma interdição tão fundamental, dissolvidos no campo da *deglutibilidade*. Conhecemos os esforços dos primeiros cronistas do Brasil para inscreverem o gesto antropofágico dos selvagens no contexto renascentista de uma ética da virtude. Mas é Antonio Pigafetta, que participou da expedição de Fernão de Magalhães ao redor do mundo entre 1519 e 1522, quem apresenta em seu relato, publicado em 1525, um exemplo típico dessa ambiguidade descritiva. De um lado, ele busca um princípio explicativo sintético para um gosto tão singular, e, por outro, se esforça em mapear a prática alimentar à qual ele dá lugar. Trata-se de uma passagem sobre as gentes do Brasil – país que o léxico italiano de Pigafetta denomina “Verzin”:

São constituídos, homens e mulheres, como nós. Comem carne humana de seus inimigos, não por ser boa, mas por um certo costume [una certa uzansa]. Esse costume de um em relação ao outro, teve princípio com uma velha, que tinha somente um filho, que foi morto por seus inimigos, pelo que, passados alguns dias, os seus capturaram um do grupo que havia matado seu filho e o conduziram até onde estava essa velha. Ela, vendo e recordando seu filho, como cadela raivosa [cagnia rabiata] pula sobre ele e morde-lhe em um dos ombros. Esse homem, logo fugiu para os seus e disse como quiseram comê-lo, mostrando a marca do ombro. Quando esses capturaram aqueles, comeram-nos, e aqueles, esses, é por isso que sobreveio esse costume. Não se comem logo, mas cada um corta um pedaço e o carrega até a casa, metendo-lhe no fogo [para defumar]; depois, todo dia corta um pedacinho, comendo-o queimado com outras coisas, em memória de seus inimigos (PIGAFETTA, 1894, p. 55).

O que em Pigafetta representa uma explicação colateral – quase apenas uma<sup>2</sup> passagem curiosa da memorabilia indígena – ganha nas narrativas de André Thevet, Jean de Léry e Hans Staden a função de imperativo ético do mundo inabordável dos selvagens. O primeiro, já em seu *Singularidades da França Antártica* (1557), dedica um capítulo inteiro ao caráter vingativo dos indígenas do Brasil (THEVET, 2011, p. 218-221), e em muitas outras passagens explica sua antropofagia por esse princípio. A mesma ideia repercutirá em Léry, Staden e, da epistolografia dos jesuítas em diante, se tornará o critério predominante na avaliação do comportamento dos nativos a respeito desse gesto alimentar. Sem pretendermos identificar totalmente esse princípio a um gesto de mera repetição, em parte, talvez seja possível abordar essa transformação levando-se em conta a disponibilidade de uma certa mitologia da antropofagia por vingança, dispersa por toda a cultura da Antiguidade, e fundamental, por exemplo, em torno da personagem de Tiestes, sobretudo a partir de Sêneca – que o Renascimento, fascinado pelas imagens nas quais podia enxergar seus próprios demônios, redescobriu entusiasmadamente. Seja como for, a afirmação com que Staden abre o curto vigésimo quinto capítulo do segundo livro de sua *Wahrhaftige Historia*, constitui a descrição ética padrão acerca do canibalismo americano: “Eles não comem seus inimigos porque têm fome, mas por ódio e grande inimizade” (STADEN, 1982, p. 247).<sup>3</sup>

É particularmente notável que tal paradigma ético, apesar das diferentes consequências que dele são extraídas, é solicitado tanto por

<sup>2</sup> “Sono disposti homini et femine come noi. mangiano carne humana de li sui nemici, non per bornia, ma per uma certa uzansa. questa uzansa, lo uno con l’altro, fu principio una vequia la qualle haveva solamente uno figliolo, che fu amazato da li suoi nemici, per il que, passati alcuni giorni, li sui pigliarono uno de la compagnia, che haveva morto suo figliolo, et lo condusero dove stava questa vequia. eia, vedendo et ricordandose del suo figliolo, comò cagnia rabiata li corse adosso et lo mordete in una spala, costui de li a pocho fugì ne li soi et disse comò lo volsero mangiare, mostrandoli el segniallo de la spala, quando questi pigliarono poi de quelli, li mangiorono, et quelli de questi, sì che per questo hè venuta tal uzansa. non se mangiano subito, ma ogni uno taglia uno pezo et lo porta in casa metendolo al fumo; poi ogni .8. iorni taglia uno pezeto, mangiandolo brutolado con le altre cose per memoria degli sui nemici”. Todas as traduções são de responsabilidade dos autores.

<sup>3</sup> “Sie essen ihre Feinde nicht, weil sie Hunger haben, sondern aus Haß und großer Feindseligkeit”.

cronistas católicos, como o capuchinho Thevet e pelo jesuíta Manuel da Nóbrega, quanto pelos protestantes, como Staden, Ulrich Schmidel e o calvinista Léry. Numa época em que a disputa entre as confissões religiosas colocava em questão a participação da vontade individual na salvação das almas, não é surpreendente que o mais bestial de todos os atos, que assombrava justamente o limiar antropológico-teológico, tivesse de ser investido pela grade de inteligibilidade da relação amor-ódio, fraternidade-inimizade. Tal distinção transportava para o Novo Mundo, também, o problema da tensão entre a universalidade do cristianismo e o partidarismo instaurado pelas guerras de religião do período. Nesse sentido, as questões relacionadas ao campo semântico da ingestão-digestão são relegadas ao segundo plano, ou antes, passam a funcionar, no limite, como horizonte de desidentificação teológica. Dito de outra forma, todas as vezes em que o problema digestivo aparece nas narrativas quinhentistas sobre o canibalismo, ele torna o índio opaco, enquanto, por outro lado, a tendência volitiva dos selvagens, uma vez que é identificada como assassina, e multiplicada pelos requintes protocolares dos rituais que antecedem a deglutição do prisioneiro, torna o americano localizável no interior da topologia cristã. É claro que, uma vez promovida a circunscrição, resta sempre a pergunta sobre a relação entre essa vontade bárbara e os desígnios de Deus: se a atitude de Staden não se move na direção da conversão é porque, no polo oposto ao dos jesuítas, sua compreensão da vontade tupinambá permanece indexada pela doutrina luterana, que havia recusado qualquer salvação que não fosse pela graça imponderável de Deus. O projeto da Companhia de Jesus, ao contrário, fazia da tenacidade demoníaca da antropofagia a prova que o bom cristianismo tinha por obrigação ultrapassar, reconduzindo a vontade do índio, através de uma intermitente pedagogia soteriológica, às mãos do Criador. Em um caso, como no outro, é preciso dar a ver o lugar de Satanás, seja para afastar-se dele ou para domesticá-lo, e, para isso, é necessário que o apetite seja sempre apenas um sinal dessa presença maligna e não algo que comportaria uma lógica própria. É segundo a mesma lógica que o canibalismo de honra, tal como projetado por Montaigne sobre a fome selvagem, eliminará qualquer traço de determinação gástrica e será erguido à categoria de princípio moral – o que, conseqüentemente, o autoriza como critério de avaliação comum entre americanos e europeus, como se sabe, para a desvantagem retórica desses últimos (cf. LESTRINGANT, 2005, p. 38-39).

Há, contudo, um lado menos imediatamente visual na antropofagia que se desenvolve por sob e à margem da economia da vingança. Isso porque, apesar da ritualística, e, ao mesmo tempo, vinculada a ela, a ética alimentar do canibal parece surgir, desde muito cedo, fundamentalmente ligada a uma certa voracidade, e acompanhada de uma disposição singular para considerar virtualmente qualquer coisa como comida. Se a pantofagia indígena é explicada a partir do ódio e do sentimento de vingança radical que os índios carregam consigo, isso significa, ao mesmo tempo, a efetivação de um cenário nutricional absolutamente assombroso.

Precisamente nesse ponto encontramos o desenho de uma oposição. Da captura do inimigo ao despedaçamento final de seu crânio, o teatro da vingança tupi se desdobrava como uma série de cenas inteiramente estruturadas a partir de um princípio; a refeição que a ele se segue carrega todos os signos da indistinção, da confusão e da promiscuidade – próprios das orgias e dos sabás das feiticeiras do velho continente.<sup>4</sup> O mistério do canibalismo reside também no espaço cinza que ocupa, entre o brilho do ritual e a opacidade de um comer desorganizado. Aliás, em se tratando da maneira de comer dos gentios, há, aqui, quase unanimidade: “não são mais civilizados em seu comer que em outras coisas” (THEVET, 2011, p. 171).<sup>5</sup> É verdade que se poderia reconhecer, de modo até bastante enfático, contra essa afirmação, alguns modelos gerais para a partilha do comestível e do interdito e da circulação dos alimentos, sobre os quais a antropologia tem tratado não apenas em detalhe, mas, sistematicamente, ao menos desde as *Mitológicas*, de Lévi-Strauss.<sup>6</sup> O próprio Thevet, que é, entre os autores do XVI, quem mais se ocupa de tais regras e interdições, na passagem imediatamente posterior à caracterização da nutrição indígena como incivilizada, informa que os nativos do Brasil evitam comer as carnes de animais que

---

<sup>4</sup> O jesuíta João de Azpicuelta, em carta de 28 de março de 1550 aos irmãos da Companhia em Coimbra, nota, horrorizado, em uma das aldeias que visita, “uma panela a manera de tinaja, en la qual tenían carne humana cociendo, y al tiempo que yo llegué echaban braços, pies y cabeças de honbres, que era cosa spantosa de ver. Vi seis o siete viejas que apenas se podían tener en pie dançando por el rededor da panella y atizando la oguera, que parecían demónios en el infierno” (LEITE, 1954, p. 183). Sobre canibalismo e bruxaria na Europa seiscentista, cf. ZIKA, 2003, p. 375-410.

<sup>5</sup> “ne sont pas plus civil em leur manger qu’em autres choses”.

<sup>6</sup> Especialmente os volumes I e III, respectivamente, *O cru e o cozido* (1964) e *A origem dos modos à mesa* (1968).

andam ou voam lentamente, por medo de que se tornem eles mesmos lentos e não consigam, assim, escapar de seus inimigos. Não ingerem, além disso, diz, carnes salgadas, pois o sal abreviaria a vida (THEVET, 2011, p. 171). Mas quanto à ortopedia de suas refeições, comem, enfim, deitados ou sentados e têm a “honestidade” de servir a todos igualmente (THEVET, 2011, p. 174). Jean de Léry, por sua vez, se assombra mais com a desordem de suas bebedeiras (que superam as de todos os países da Europa, segundo ele, e que é descrita por muitos dos cronistas segundo o mesmo tom)<sup>7</sup> do que com sua alimentação, mas, ainda assim, fornece uma lista de distinções nesse sentido: somente as mulheres produzem a farinha e o cauim, alguns lavam as mãos e bocas, observam certa ordem no cozimento das raízes. Aqui, Cardim afirma exatamente o contrário, notando, contudo, o hábito indígena de não beberem enquanto comem. (LÉRY, 1894, t. I, p. 141-156; CARDIM, 2009, p.177-178). O elenco de regras alimentares poderia continuar ainda longamente, e podemos encontrar as mais variadas observações sobre os protocolos de preparo e ingestão em Soares de Souza, Gandavo, nos jesuítas e, em geral, na maioria das cartas e crônicas do mesmo período. O que, contudo, chama a atenção, é o fato de que, diferentemente do *ritual* antropofágico, que antecede a refeição propriamente dita, as regras não formam um sistema homogêneo de signos capaz de se estender de um livro a outro. Além disso, é importante notar que, muito frequentemente, a admissão desses protocolos os caracteriza como insuficientes, quase como rudimentos de uma civilidade inatingível – senão, no caso dos jesuítas, através de sua conversão –, e isso se reflete na constatação de que a maior parte dos cronistas, mesmo considerando esses rudimentos, não se furtou de

---

<sup>7</sup> João Azevedo Fernandes trabalhou extensivamente o tema do consumo de bebidas etílicas e das questões culturais relacionadas a ele no Brasil durante os dois primeiros séculos de presença europeia aqui. Segundo seu trabalho, o sucesso que alcançou a luta europeia contra a embriaguez indígena ao longo do século XVII, a partir da atividade missionária dos jesuítas e capuchinhos no Nordeste brasileiro (cf. FERNANDES, 2011, p.196-206), não é capaz de esconder os signos de uma diferença entre os regimes etílicos (e identitários) do Velho e do Novo Mundo. Assim, ao menos no que se refere a esse período, seria necessário insistir na distinção irreconciliável entre o embriagado português e o americano: “Mesmo quando se percebia, em função do contato com os europeus, a formação de ‘protoelites’ entre os relativamente igualitários índios no Brasil, o vinho de uvas, o vinho de uvas, assim como outros bens de origem europeia, mostrava-se inadequado como veículo de identificação social” (FERNANDES, 2011, p. 149).

qualificar a prática alimentar como desordenada, ou, pelo menos, antípoda da ordem das mesas europeias. E, mesmo especificamente em relação aos elementos antropofágicos que, homogeneamente codificados, se repetem nos testemunhos dos europeus – a preferência das mulheres e crianças pelas vísceras (THEVET, 2011, p. 216; STADEN, 1982, p. 254; LÉRY, 1894, t. II, p. 48; CARDIM, 2009, p. 197), por exemplo –, parece-nos ser possível afirmar que eles estão longe de formar uma *dietética positiva* no sentido que a medicina clássica pensou.

Seria útil, portanto, comparar a representação profundamente padronizada das refeições dos monarcas na Europa dos séculos XVI e XVII com as cenas alimentares dos canibais americanos produzidas pelos viajantes e colonizadores de então. Evidentemente, a glória barroca do banquete monárquico, com seus enfeites histriônicos e pantomimas, não pode ser reduzida a uma economia digestiva, e, sob esse aspecto, ela está muito próxima do macabro minueto que antecede a morte do inimigo das tribos indígenas. Contudo, é importante assinalar que a lógica alimentar atravessa, no caso europeu, todo o campo do ritual, sublinhando e legitimando a ordem que lhe é própria – algo que, no modo como os cronistas quinhentistas narram o repasto antropofágico, não aparece. O que salta aos olhos da sociedade renascentista diante das refeições reais, para além de seus vertiginosos ataviamentos, é a constituição de um *ethos* político específico, que logo se confunde com a ideia mesma de *civilização*: aquele formado pela *publicidade*, pela *regularidade* e pela *capacidade distintiva* da mastigação cristã.

Jean-Marc Albert chamou a atenção para essa transformação da cultura alimentar no período da colonização do Novo Mundo. Na França, é Luís XIV quem reconfigura de modo definitivo o espaço político do comer. O que era íntimo torna-se universal pela sua exibição, e é nesse sentido que o rei toma suas refeições, frequentemente sozinho, mas, paradoxalmente, diante de uma plateia: “Desde o século XVI, com efeito, ele deixa-se ver tomando habitualmente sua refeição sem nenhum convidado. Essa ‘representação’ constitui o momento mais importante do ritual cotidiano da monarquia capetíngia” (ALBERT, 2011, p. 114). Público, o gesto da deglutição se deixa recobrir pelo aspecto ideal regulador da norma alimentar: como um quadro pendurado na parede, ele ilustra um comportamento que, é claro, dificilmente se repete tal e qual na vida da população em geral, preocupada, antes, com a escassez atávica de nutrientes – mas lhe serve de medida. Além disso, o estabelecimento da

refeição do rei como norma passa, igualmente, pela sua *previsibilidade*: “o tempo passado é disciplinado segundo a ordem clássica da época: passa-se dos serviços mais ou menos aproximados, com durações aleatórias, para uma distribuição precisa das iguarias, que se fixa em um rito imutável e repetitivo” (ALBERT, 2011, p. 116). Por fim, a essa dimensão temporal, acrescenta-se uma outra, mais imediatamente ontológica, que se refere ao esforço de esquadrihar o campo dos alimentos segundo o quadro da refeição, erguendo a comida à categoria dos signos da cultura. Com isso, cada fruta, cada tipo de carne, cada porção de verdura encontra seu lugar em uma tipologia milimetricamente estabelecida:

Esse desejo de organizar os serviços é visível até mesmo na separação mais clara entre pratos salgados e pratos doces. Verificamos a importância da desqualificação dos sabores agrídoces, que se tornaram vulgares, ainda que o pato com laranja, a carne de caça com ameixas ou ainda as tortas de carneiro com açúcar de Pézenas tenham escapado dessa condenação por princípio. A separação dos sabores está mais ligada à tentativa de separar claramente os sabores entre si do que a uma busca pelo gosto natural, e leva ao oferecimento do doce no final da refeição, segundo um processo lento, mas irreversível (ALBERT, 2011, p. 117).

À mesa dos Avis, Capeto, Valois e Bourbon opunha-se a cozinha antropofágica, na qual o cozinheiro acumulava os nomes de seus alimentos, tornando-se sempre um outro, que comendo, se devora – devora seu nome. As representações das cenas alimentares dos índios são, assim, na grande maioria das vezes, associadas a um quadro desestruturado e desidentificador. Soares de Souza é preciso sobre esse ponto: os tupinambás não obedecem a nenhuma hierarquia social em suas refeições; escravos e criados misturam-se, de cócoras, aos seus chefes “sem lhe terem nenhum respeito” (SOUZA, 2010, p. 300). O horror das danças infinitas, inflamadas pelas bebedeiras, torna ainda mais aguda a situação anárquica, algo que se denuncia em quase todos os capítulos do relato de Staden posteriores à sua captura. Mas não seria exagero dizer que o modelo geral dessa desordem é expresso de maneira sintética quando Fernão Cardim se ocupa, quanto aos nativos, “do modo que têm em seus comer e beber”:

este gentio come em todo o tempo, de noite e de dia, e a cada hora e momento, e como tem que comer não o guardam muito tempo, mas logo comem tudo o que têm e repartem com seus amigos, de modo que de um peixe que tenham repartem com todos e têm por grande honra e primor serem liberais, e por isso cobram muita fama e honra [...]. Não tem dia [reservado] em que comam carne e peixe; comem todo gênero de carnes, ainda que de animais imundos, como cobras, sapos, ratos e outros bichos semelhantes, e também comem todo gênero de frutas, tirando algumas peçonhentas, e sua sustentação é ordinariamente do que dá a terra sem a cultivarem [...]. Antes de comer nem depois dão graças a Deus, nem lavam as mãos antes de comer, e depois de comer as limpam aos cabelos, corpo e paus; não tem toalhas, nem mesa, comem assentados ou deitados nas redes (CARDIM, 2009, p. 177-178).

Um a um, todos os signos da mesa civilizada são desfeitos na passagem de Cardim, que repercute nas de muitos autores. Em primeiro lugar, o *público* é substituído *comum*. Espanta a Soares de Souza que o principal da tribo, responsável pela partilha dos alimentos não ocupe uma posição privilegiada: “muitas vezes fica ele sem nada” (SOUZA, 2010, p. 300). É verdade que, em algumas importantes ocasiões, esse sentido do comum serviu de elemento conceitual em discursos que se dirigiam criticamente à identidade civilizatória e seus mecanismos perversos de dominação, como em Montaigne e Las Casas. Mas essa crítica esbarrava em um problema fundamental desse sentido: ele não permitia – ao menos no interior das narrativas coloniais – a correta problematização do *pertencimento*, base da constituição de uma comunidade sob a ótica do Reino, o de Deus e o do monarca.

Em segundo lugar, percebe-se o incômodo dos colonizadores, exploradores e viajantes com a falta de uma agenda: os índios não têm dia ou hora para comer, o que essencialmente os coloca fora do ano litúrgico cristão, em que se preserva, tradicionalmente, as dietas de dias sem carne e os jejuns segundo uma rítmica teológico-digestiva muito precisa. Uma parte importante da estratégia narrativa de Hans Staden – assim como da de Cabeza de Vaca na América do Norte, cuja permanência no Novo Mundo é 10 vezes mais longa – está em sublinhar o *suspense*: a série de desventuras que resulta da expectativa de ser devorado, que se estende até sua supressão pelo resgate dos franceses, faz lembrar algo das histórias cavalheirescas em moda à época, mas é

justamente a falta de parâmetro temporal, reverberada pela arbitrariedade do estabelecimento do dia do festim antropofágico, que leva essas narrativas a um lugar ainda não alcançado na literatura europeia até o século XVI. Assim, se Jean de Léry faz convergir, em certas passagens de seu livro, o canibalismo selvagem à Eucaristia, tal como concebida pelos católicos – lembremos que se trata de um autor calvinista –, certamente não é para assinalar qualquer normatividade do tempo, mas, antes, para acusar os papistas de, acreditando na transubstanciação material do corpo de Cristo na Santa Ceia, se comportarem como o pior dos antropófagos (cf. LESTRINGANT, 1994, p. 128-130; DÜNNE, 2009, p. 268-269). Mas é aos jesuítas que o apetite crônico dos nativos pode parecer particularmente problemático, já que, para eles, todo erotismo do comedimento está ligado à meticulosa administração do tempo, incluindo o exercício da fome e do prolongamento da espera pela refeição como critério distintivo dentro da ordem. A famosa prescrição de obediência dos inacianos, que implementava o ideal ascético do *perinde ac cadáver* (“semelhante a um cadáver”) inclui, evidentemente, uma profunda normatização da ingestão. É sobre esse ponto que se debruçam os últimos exercícios da terceira semana dos *Exercícios espirituais* de Inácio. Como em todas as obras jesuítas fundadoras, o domínio de si, condição da contemplação do Cristo, demanda um profundo esforço de administração do corpo: “sobretudo, cuide para que seu ânimo não esteja totalmente voltado para o que come, nem, ao comer, vá apressado pelo apetite, mas seja senhor de si, tanto na maneira de comer, quanto na quantidade que come (IGNACIO DE LOYOLA, 1977, p. 254).<sup>8</sup>

À polarização entre o público e o comum, entre a pauperização ritualizada do ano litúrgico cristão e o tempo autônomo do apetite, soma-se, enfim, aquela que opõe o cultivo das distinções ontológicas da mesa barroca e a indistinção fundamental, plena ou limítrofe, do canibal – que, nesse sentido, é, antes de tudo, um *cacófago* e um *pantófago*. A cadeia alimentar das cortes e dos claustros europeus, com suas propriedades nutricionais e suas identificações político-teológicas bem codificadas, exigia a elaboração de um campo semântico que só no século XVIII foi formalizado conceitualmente: o do *gosto*. Sob esse aspecto, o que

---

<sup>8</sup> “sobre todo se guarde que no esté todo su ánimo intento en lo que come, ni en el comer vaya apresurado por el apetito; sino que sea señor de sí, así en la manera del comer como en la cantidad que come”.

horroriza mesmo os exploradores, acostumados, em alguma medida às restrições alimentares das imprevisíveis viagens marítimas, é a radicalidade do estômago selvagem. Os reveses do oceano haviam feito Hans Staden e seus companheiros roerem peles de bode de tanta fome (STADEN, 1982, p. 79) – e casos de canibalismo entre os náufragos são conhecidos (cf. BRITO, 1998, p. 285) –, mas a retórica dos cronistas se enfeita de espanto diante da indiferença com que os índios parecem levar tudo à boca.

De fato, o próprio termo *canibal* está associado a esse espanto, desde sua origem, com Cristóvão Colombo. Essa ética da indistinção alimentar, com todos os perigos que ela representa, está presente mesmo no momento em que Colombo inventa a palavra. Ouvindo os arauaque de Cuba se referirem aos *caniba* ou *canima*, designando uma população distante que possuía focinho de cão e comia carne humana, Colombo acreditou estar ouvindo a história dos cinocéfalos de Plínio, Agostinho e Isidoro de Sevilha, sobre essas criaturas que, nos confins do mundo, desde a Antiguidade, eram representadas com as mesmas características (cf. LESTRINGANT, 1994, p. 43-51). Erro de tradução ou investimento semântico, a associação é aqui reveladora: híbrido monstruosos, o canibal compartilha com o cão o desrespeito pelas normas alimentares – e, por extensão, a todas as normas. Com isso, o apetite canibal, filologicamente, é *canino* e *cínico* ao mesmo tempo. Seria preciso lembrar a presença, pelo menos até o século XVIII, dos cães nas refeições da corte, que lhes jogava todo tipo de resto de comida, abrindo, no interior mesmo da cena identificatória da alimentação europeia, uma oposição persistente com que ela se dirigia aos índios (COELHO, 2014, p. 107-108).

É Nóbrega quem explicita essa ligação entre o ódio e a cacofagia em uma carta de 1549: “comem piolhos e pulhas e toda imundície somente para se vingarem do mal que lhes fizeram”<sup>9</sup> mas, logo em seguida, uma sintomática intromissão do latim eclesiástico atesta como essa explicação pode reverter a situação do nativo, autorizando a catequese jesuíta – e, infantilizando as diabruras dos nativos, legitima a pedagogia colonial como um todo: “como gente que ainda não aprendeu non rreddendum [sic] malum pro malo [não pagar o mal com o mal]”

---

<sup>9</sup> “comen piojos y pulgas y toda ymundicia solamente por se vengar del mal que les hizieron”.

(LEITE, 1954, p. 137).<sup>10</sup> Hans Staden confirma a explicação que recorre ao par amigo/ inimigo ao perguntar a uma índia porque ela comia os piolhos que catava (STADEN, 1982, p. 236),<sup>11</sup> mas não deixa de apontar que os hábitos alimentares dos selvagens eram heterodoxos para além dessa explicação: no tempo em que esteve com eles, espanta-se de ter de comer “lagartos, ratos selvagens e outros animais estranhos” que lhe serviram de “incomum alimento [ungewöhnliche Nahrung]” (STADEN, 1982, p. 96). Sintetizando esse aspecto político-nutritivo do canibalismo americano, pode-se dizer que ele se define menos como uma afronta direta ao cristianismo e à civilização que a ele conduz e mais como um comportamento inabordável que, ao levar, indiferentemente, qualquer objeto à boca, ameaça a ordem necessária das proibições e permissões e confunde suas hierarquias.

Em contexto civilizatório, a ordem cristã delimita os circuitos fechados e controlados em que signos se constituem como objetos e percorrem espaços razoavelmente invariáveis. Entre a boca e o ânus do bom europeu, toda uma série de códigos transforma a digestão em expressão rigorosa das normas sociais. O intervalo intestinal define com isso sua destinação cultural: através de seus movimentos, opera-se a separação entre o começo da alimentação (a comida) e seu fim (o resíduo), instaura-se a fronteira entre o corpo e o que o nutre, e, por fim, desenha-se uma complexa escala gastroideológica, na qual o pão e vinho se opõem às carnes de aves como o camponês se distingue de seu senhor (cf. GRIECO, 1996, p. 280).<sup>12</sup> O campo semântico formado pela inversão entre o orifício da boca e o do ânus suprime definitivamente as

---

<sup>10</sup> No original, misturando o espanhol e o latim: “como gente que aún no aprendió non rreddendum [sic] malum pro malo”.

<sup>11</sup> O hábito de comer pulgas e piolhos parece ter sido um dos lugares-chave das narrativas sobre os antropófagos entre os séculos XVI e XVII. Thevet (2011, p. 218) a traz à luz e, mais tarde, repete a informação, estendendo-a: “mesmo os vermes que nascem nos homens, como os grandes piolhos vermelhos que às vezes eles têm nas cabeças, eles os tomam com tal desdém, quando mordidos e picados, que vingam-se com grandes dentadas (THEVET, 2011, p. 466). A mesma descrição, segundo a mesma lógica da vingança, é retomada quase palavra por palavra em Soares de Souza (2010, p. 303).

<sup>12</sup> É notável que o único alimento de que Inácio recomenda não se abster é justamente aquele fixado mais fortemente pela semiologia cristã, o pão: “porque não é manjar sobre o qual o apetite se queira tanto desordenar, ou a que a tentação insista, como nos outros manjares” [“porque no es manjar sobre el qual el apetito se suele tanto

fronteiras do quadro nutricional barroco. O canibal já havia eliminado a distinção entre a comida viva e a comida morta. Devemos lembrar dessa passagem extremamente importante para o imaginário europeu, na qual Hans Staden, ao chegar à tribo dos Tupinambá, é obrigado a dizer: “Eu, sua comida, estou chegando”; e, aquela outra, na qual os índios gritam ao seu redor: “Lá vem nossa comida pulando” (STADEN, 1982, p. 122 e 140).<sup>13</sup> Essas cenas assombram também – e, talvez, fundamentalmente – por seu *horror ontológico*, que mergulha o mundo no interior de um circuito formado pela violência abissal do animismo selvagem e de suas artes culinárias. Nesse sentido, seria possível ainda dizer que a antropofagia é narrada segundo a lógica da cacofagia, como se fosse seu caso-limite. Essa disposição tem tanta força simbólica que rompe mesmo com a estrutura explicativa da vingança: não são exatamente raros – embora certamente menos frequentes – os relatos de endocanibalismo (cf., por exemplo, FRANÇA, 2012, p. 416): Gandavo é quase irônico ao afirmar que os índios comem também seus próprios parentes “e entre eles há tanta razão de amor, que sepultura mais honrada lhe podem dar que metê-lo dentro em si e agasalha-lo para sempre em suas entranhas” (GANDAVO, 2008, p. 142).

A preocupação dos escritores de cartas e cronistas com a boca selvagem é notória também por motivos mecânicos, além dos nutritivos. Por toda parte chama-lhes a atenção o frenesi de sua atividade incessante. Thevet não deixa de assinalar, assim, essa curiosa maneira que os profetas americanos têm de tratar os doentes, sugando-lhes as feridas (THEVET, 2011, p. 241). E, mesmo que a passagem seja breve, sua importância enquanto representação é multiplicada pela existência de uma gravura que, na edição original, mostra a sucção dos enfermos – algo que pode nos fazer lembrar dos êxtases místicos de Santa Catarina de Siena, durante os quais ela sugava o pus das feridas dos doentes (cf. CORBARI, 2012, p. 250).

Para além do uso terapêutico, a boca indígena parece se investir de uma função dramática, que também está ligada ao canibalismo pela via mimética: quando não está mastigando carne humana, feridas ou animais repugnantes, parece estar ensaiando para essas ocasiões. É curiosa – e, sob esse aspecto, significativa – a observação de Staden ao

---

desordenar, o a que la tentación insista como los otros manjares”] (IGNACIO DE LOYOLA, 1977, p. 253).

<sup>13</sup> “Ich, euer Essen, komme” e “Da kommt unser Essen angehoppelt”.

narrar como os índios, para mostrarem que ele seria devorado, imitam o gesto canibal, mordendo seus próprios braços (STADEN, 1982, p. 113). E a mesma carta de Nóbrega que informava sobre como os selvagens comiam vermes, nota que, quase infantilmente, levam tudo que se lhes opõe à boca: “se dão uma topada, se jogam com os dentes ao pau ou pedra onde a deram” (NÓBREGA *apud* LEITE, 1954, p. 137)<sup>14</sup> –, o que é confirmado quando Léry afirma que, atingidos por flechas em combate, os índios não abandonam a luta, ainda que o façam “como cães raivosos, mordendo com dentadas os pedaços [das flechas]” (LÉRY, 1894, t. II, p. 39).<sup>15</sup> A fixação oral projetada sobre os nativos nos relatos dos colonizadores parece manifestar, assim, uma espécie de ansiedade discursiva diante de uma máquina de movimentos desregrados e infinitos, e que, exatamente por isso, se desdobra em um outro importante campo semântico ligado à boca – o da fala. A economia que sustenta a fome canina dos antropófagos é a mesma que retira de seu aparelho fonador qualquer possibilidade de se equiparar ao léxico do velho mundo. Que não nos enganemos quanto ao silêncio que, ocasionalmente, ela impõe: ele é apenas um outro sinal de uma comensalidade ausente. Apesar de Thevet considerar louvável, em termos comparativos com os europeus, que os índios não falem durante as refeições (THEVET, 2011, p. 172), isso é algo que tem menos a dizer sobre seu comedimento que a uma impossibilidade simbólica, já que a boca que mastiga carne humana não pode se mover, concomitantemente, nos quadros de uma fala organizadora da refeição e espaços políticos estruturados. Nessa perspectiva, o contexto em que Soares de Souza nota esse silêncio é mais esclarecedor que a referência apologética em Thevet, já que se insere na passagem sobre a desordem da alimentação tupinambá.<sup>16</sup>

Se, mudo, o índio já subscreve sua exclusão do diálogo cristão – emprestando-lhe, no máximo, e gradualmente, seus ouvidos –, é fácil imaginar o estranhamento causado por sua voz. Embora haja

<sup>14</sup> “si dan uma topada, se arrojan com los dientes al palo o piedra donde la dieron”.

<sup>15</sup> “comme chiens enragez mordans les pièces à belles dents”.

<sup>16</sup> “Ou seja, os nativos comem em silêncio. Enquanto no momento anterior o tratadista estranhava a indiferença social que caracterizava a refeição dos indígenas quando, em seu horizonte, ela deveria contribuir para segregar o grupo, agora o que o autor retrata é a dispersão da sociabilidade numa ocasião que, em sua perspectiva, é tradicionalmente considerada e utilizada como instrumento de laços sociais e políticos” (PANEGASSI, 2013, p. 158-159).

uma tendência notável entre os relatos quinhentistas e seiscentistas em manifestar algum grau de simpatia pela fala indígena – talvez explicável pela necessidade de incentivar seu aprendizado como parte do processo de colonização –, esse favorecimento nunca impediu um concomitante – e epistemologicamente mais central – rebaixamento. É assim que Soares de Souza (2010, p. 293) pode, em uma mesma sequência, apontar alguma graciosidade na fala tupinambá e condenar um déficit fundamental: a ausência de certos fonemas, que denunciariam uma correspondente deficiência político-teológica. Como faltam-lhes as vestes, faltam aos índios, também, as verdadeiras letras: signos de expressão, mas sobretudo identitários. Basta lembrarmos da passagem de Gandavo que assinala a barbárie da língua indígena, tanto linguística quanto teológica e política, e que fez longa fortuna pelos séculos seguintes, sendo retomada de Soares de Souza a Antônio Vieira:

Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos. Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela f, nem l, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei: e desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido (GANDAVO, 2008, p. 122).<sup>17</sup>

Os traços de tintura de jenipapo com que marcam seus corpos, bem como seus extravagantes adornos, não formam, de nenhum modo, aos olhos e ouvidos dos colonizadores, uma gramática, e, em última análise, a distraída falta de pudor dos nativos deve ser rasurada e recoberta pelo alfabeto do Reino cristão português. É nesse ponto que a nudez edênica se deixa inverter pela axiomática da boca selvagem balbuciante, de modo que, com ela, o combate à ignorância e o uso dos panos, a alfabetização e a imposição das vestes e dos bons costumes compõem um único movimento. João Adolfo Hansen já havia insistido nesse ponto, ao afirmar que “a escrita jesuítica é homóloga, no caso, ao

<sup>17</sup> Cf. o comentário de ALCIDES, 2009. José de Anchieta amplia o número dos fonemas faltantes: “f. l. r. zz. Dobrado ut cra, pra etc” (ANCHIETA, 1876, p. 1 rº). Curiosamente, Diderot, no *Suplemento à viagem de Bougainville*, fornece uma explicação típica do contexto iluminista, que serve de critério comparativo. Retomando a narrativa de Bougainville, ele nos informa que os taitianos não podem pronunciar alguns fonemas (b, c, d, f, g, q, y, ç e z) devido à anatomia de seus “órgãos inflexíveis” (DIDEROT, 1946, p. 998).

combate à nudez e à poligamia. Em outras palavras, existe proporção entre a captura e a conversão da oralidade pela escrita e a ocultação e a repressão da nudez pela roupa” (HANSEN, 2005, p. 29).

A incompetência intrínseca da língua tupi, assim, guarda um duplo aspecto. De um lado, ela é “mui fácil” (GANDAVO, 2008, p. 122), o que se dá como sinal de sua precariedade, embora possua uma série de singularidades que a tornam, sem dúvida, curiosa. Certamente, a ideia de que a língua falada no Brasil indígena era única ou comportava apenas algumas variações marginais de um mesmo ramo fonético (cf. SOUZA, 2010, p. 293; GANDAVO, 2008, p. 122) pode ser lida como projeção do aparelho fonador ibérico, incapaz de captar e reproduzir sua modulação linguística. Mas, mesmo os jesuítas, que, talvez pela relativa solidez de sua formação em latim e grego, foram capazes de reconhecer a diversidade dos idiomas indígenas, se esforçaram em substituir as diferenças nativas por uma “língua geral”, denominada somente no século XIX, de *nheengatu* (cf. EDELWEISS, 1969, p. 197-204). Seja como for, o processo de homogeneização das falas brasílicas, apresentado como natural ou pela via da catequese, estava fundamentado na caracterização do tupi e de outros idiomas nativos como rudimentares: a padronização operada pelos jesuítas no Brasil frequentemente se resguardou sob esse critério. De outro lado, como sinal invertido de sua simplicidade, acumulam-se os problemas de tradução relativos ao tupi. Anchieta ressentia-se da desorganização do idioma nativo, que, não tendo praticamente nomes gerais para os animais, por exemplo, resultava em uma cosmologia anárquica preocupante:

Seria difícil exprimir por palavras as diversas espécies de formigas que são de várias naturezas e nomes, porque (diga-se de passo) na língua brasílica é muito usado dar nomes diversos a espécies diversas, e raras vezes se nomeiam os gêneros por nome próprio; e assim, a formiga, o caranguejo, o rato e muitos outros não têm nenhuma denominação genérica, enquanto as espécies (que são quase infinitas), nenhuma deixa de ter seu nome próprio, e causa verdadeira admiração tanta abundância e variedade (ANCHIETA *apud* LEITE, 1958, p. XII).

Nesse universo que emerge como caótico, revelado por uma fala desarticulada e deficiente, nenhuma solução de continuidade ou, por isso mesmo, hierárquica, está garantida. A cacofagia indígena, assim,

parece se duplicar em uma desestruturação fundamental também sobre a outra função da boca, a comunicativa, de modo que, se no banquete antropofágico faltavam os signos temporais e ontológicos da boa mesa dos civilizados, no colóquio tupi falta a ordem, a gramática, ou seja, *a escrita*. Para nós, parece claro que a ideia de *povos sem escrita* não tem nada de autoevidente: não era somente por não possuírem um livro como a *Sagrada escritura* ou a *Odisseia* que os índios foram figurados como analfabetos. Tratava-se, antes, de fazer da gramática e do dicionário as únicas sínteses capazes de organizar o pensamento – o que exclui, de modo não pouco violento, a possibilidade de se pensar a escrita como aquilo que se produziu não sobre o papel, mas sobre os corpos e sobre a terra. Nesse sentido, o projeto colonizador se amplia: de Caminha a Euclides da Cunha, de Léry a Lévi-Strauss, ele se caracteriza como a série progressivamente mais refinada de apagamentos, correções e traduções (três movimentos que perfazem um mesmo gesto epistemológico) da assombrosa, curiosa e misteriosa fala canibal.<sup>18</sup>

A escrita cristã permite, desde o início, o silenciamento da América, e isso de modo muito abrangente. A quarta parte do mundo emergia no Renascimento como uma cena acústica indecifrável – no limite, inaudível. Na carta de Caminha, muitas passagens atestam esse ruído fundamental. Uma delas situa a representação do primeiro contato oficial com os índios brasileiros no registro acústico da impossibilidade comunicativa: numa espécie de pantomima tragicômica, Duarte Coelho sinaliza para os cerca de 20 índios que avista na costa, sem, contudo, fazer-se entender, em grande parte pelo fato de o barulho do mar quebrando na praia mergulhar tudo no caos indiscernível (CAMINHA, 2001, p. 78-79). Monstros e maravilhas que hipnotizam os olhos se complementam, no Novo Mundo, através desse barulho ensurdecedor que percorre a terra e seus habitantes, e a persistência descritivista das crônicas é apenas a superfície da lógica escritural de dominação do audiovisual selvagem. Para começar, há algo do ruído do mundo que parece se desdobrar na tagarelice dos gentios. Com o tempo, a barreira sonora entre eles e Duarte Coelho se erguia, sem, no entanto, dar a ouvir *nada de positivo* – é desse modo que Caminha pode informar que, após um tempo, “a conversação deles conosco já era tanta que quase nos

---

<sup>18</sup> Para um sumário do problema da atribuição colonialista dos “povos sem escrita”, cf. KORTENAAR, 2010, p. 13-17.

torvavam o que havíamos de fazer” (CAMINHA, 2001, p. 104). Nesse contato, a mímica é sempre um instrumento relativamente ineficaz: mais um teatro cômico tem lugar quando são os índios a visitarem os navios portugueses em 1500. Mostram-lhes um papagaio pardo, uma galinha, um carneiro, talvez esperando que essa zoologia possa lhes ensinar algo, mas o que se retém de seus gestos é que apontam para a terra ao se depararem com o colar do capitão e com um castiçal de prata, o que foi interpretado como indicando a existência desses metais nas novas paragens. Mas o fato, confessa Caminha, é que, frequentemente, diante de um índio falante, agiam “sem ninguém nunca o entender, nem ele a nós” (CAMINHA, 2001, p. 84 e 96).

Para acomodar os velhos índices, a escrita escava, ainda, outros espaços, fazendo a partilha do signo falado desde a predominância da mecânica do *livro* e suas distribuições políticas e conceituais. Essa é a tarefa mais explícita do empreendimento da Companhia de Jesus – não apenas no Brasil, mas em seu próprio fundamento enquanto ordem. A percepção primeira dos jesuítas em relação a esse ponto é a de que o aprendizado das letras veicula a correta administração do tempo – algo que, como vimos, era um problema também no que diz respeito aos hábitos alimentares dos índios.

A obsessão com que Santo Inácio, em seu *Diário espiritual*, registra meticulosamente por escrito todas as vezes, onde e com que intensidade chorou, arrebatado pelo êxtase místico, chegando a criar um complicado sistema de códigos para isso, expressa a amplitude do domínio escritural sobre a inconsistência dos afetos. Tudo aí parece girar em torno de uma compensação, na qual a escrita vem corrigir o funcionamento inadequado do aparelho fonador, causado pelo transbordamento identitário do êxtase. Exige-se um sistema semiótico vertiginosamente detalhado para conduzir ao correto lugar – o *livro*, a *escrita sobre o papel* – o acontecimento frequente em que Inácio se vê “com muitas lágrimas, na missa, muito intensamente, como muita abundância delas e a ponto de perder a fala muitas vezes” (IGNACIO DE LOYOLA, 1977, p. 353)<sup>19</sup>. Ou ainda:

---

<sup>19</sup> “asaz con lágrimas, en la misa muy intensamente, con mucha abundancia dellas, y a perder la habla muy muchas veces”.

Na missa, lágrimas em maior abundancia que no dia anterior, muito e impedindo-me a palavra, *alguma ou algumas vezes* sentindo, ainda assim, inteligências espirituais, ao ponto em que me parecia entender que quase não havia mais o que entender nessa materia da Santíssima Trindade” (IGNACIO DE LOYOLA, 1977, p. 359).<sup>20</sup>

O risco traduzido pela fala interrompida, insuficiente, balbuciante, é justamente o de não aceitar a hierarquia da Igreja, acreditando não ser necessário aprender algo sobre Deus – ou sobre a Trindade –, que Sua presença física não oferecia já inteiramente. A escrita, pela reinserção da ordem e pela normatização da fala convulsiva, impede a transformação dessa presença em motivo de vaidade ou desobediência. Assim, inicialmente, as letras *a*, *l* e *d*, que surgem ao lado das anotações de Inácio, parecem designar, respectivamente, a ocorrência de lágrimas *antes*, *durante* e *depois* da missa. Em seguida, acrescenta outras iniciais, a saber: *o*, *c* e *y*, afim de demarcar se as lágrimas sobrevieram quando estava deitado em sua cama, durante as orações de dormir ou na igreja. Enfim, Inácio sente a necessidade de criar um sistema de pontuação que amplifica as siglas anteriores, quando escritos acima de cada uma delas e sobre cujo sentido pouco se sabe (cf. IGNÁCIO DE LOYOLA, 1977, p. 384 e 404). A lição da letra é, portanto, o dom do tempo cristão, algo que as *Constituições* da Companhia de Jesus, redigidas por Inácio e os outros fundadores da ordem, em 1545, formulam exemplarmente: “pois o atender às letras que, com pura intenção do divino serviço, se aprendem e solicitam, de certo modo, o homem inteiro,, será, não menos, antes grato a Deus Nosso Senhor pelo tempo de estudo” (IGNÁCIO DE LOYOLA, 1977, p. 519).<sup>21</sup>

A glossolia indígena, confrontada com o delírio dessa ênfase livresca, só pode aparecer como aquilo que ainda não é *a verdadeira fala*. Diante dessa inconsistência ontológica (e teológica), não é de se estranhar

<sup>20</sup> “En la misa, lágrimas en mayor abundancia que el día pasado, a la larga y con cerrarseme la palabra, *alguna o algunas* veces asimismo sintiendo inteligencias espirituales, a tánto que me parecia así *entender que casz* no había más que saber en esta materia de la santísima Trinidad”.

<sup>21</sup> “pues el atender a las letras que com pura intención del divino servicio se aprenden, y piden en certo modo el hombre entero, será no menos, antes grato a Dios nuestro Señor por el tiempo del studio”.

que Nóbrega reconheça entre tais analfabetos morais o espanto diante do letramento dos europeus: “eles espantam-se muito de nós sabermos ler e escrever, de que têm grande inveja e desejo de aprender” (LEITE, 1954, p. 139).<sup>22</sup> Convertida em boa disposição, a inveja dos iletrados é mais um bom sinal – ao menos para os detentores de dicionários espirituais – da curiosidade infantil dos nativos. Eis, enfim, como a deficiência fonética e a deficiência moral solicita uma mesma solução: a imposição do signo escrito, o cobrimento dos espaços em branco ou ilegíveis, ou seja, da nudez e do corpo indócil. Inserido à força na gramática luso-católica, o cristão-novo tupi é um *ser de rasura*. Contudo, essa oposição não encontrou apenas nos jesuítas e em suas estratégias explicitamente pedagógicas um lugar exclusivo de formulação. Em mais uma cena cômica dos primeiros visitantes europeus – mas, aliás, não está no destino da escrita, pelos esforços farsescos que empreende em relação ao que lhe é estranho, ser veículo da comicidade? –, Gonneville envia uma carta aos índios, que desconfiam dos franceses, “não podendo se persuadir sobre como o papel podia falar” (GONNEVILLE, 1995, p. 23). Ela aparece, também, nas crônicas dos séculos XVI e XVII, em muitas ocasiões em que foi preciso *descrever* a língua indígena, na medida em que tal descrição empreendia, ao mesmo tempo, uma *sobrescrição*. Uma importante passagem nesse sentido é aquela formada pelo capítulo XX da *História de uma viagem*, de Jean de Léry, que se reproduz em dois tempos: inicialmente, tem lugar um colóquio entre um francês e um tupinambá, em que se confrontam as definições, visões de mundo, conceitos e lexicografia de cada um dos horizontes culturais (evidentemente o do índio sendo investido pela ótica francesa). Segue-se a esse curioso diálogo, sem nenhum cuidado de transição retórica, uma série de observações sobre a gramática e as palavras do tupi. Como notou Marie-Christine Gomez-Géraud, a importância epistemológica desse capítulo reside na transformação da voz do índio, a princípio representada como ativa no colóquio, em um objeto mudo, descrito apenas pelos instrumentos livrescos do índice vernacular. A abrangência desse movimento dá a ver de modo enfático a operação de apagamento instituída *na* escritura (cf. GOMEZ\_GÉRAUD, 1999, p. 154)

Existem, é claro, outras estratégias de silenciamento. Léry, no seu pequeno dicionário de termos tupi, deixa sem tradução aqueles três nomes

---

<sup>22</sup> “Spántanse ellos mucho de saber nosotros leer y escribir, de lo qual tienen grande imbidia y deseo de aprender”.

que designam “partes do corpo que não são honestas de se nomear” (LÉRY, 1894, p. 137). Além disso, as narrativas multiplicam os procedimentos de comedimento e normatização que funcionam em seu interior com o propósito declarado de confrontar o caos americano. A fala europeia, diante do Outro, sublinha insistentemente sua distância. A própria prudência de quase todos os cronistas do século XVI, que afirmaram continuamente expressar apenas uma parte do que foi visto e ouvido, já se revela como empreendimento de *edição* do conceito de mundo que se apresenta como esse Outro. Thevet, por exemplo, precisa assinalar sua vergonha ao falar das práticas cacófagas dos índios (THEVET, 2011, p. 218), resguardando sua escrita da máquina digestiva monstruosa.

De um modo ou de outro, é pelo recurso do *distanciamento* que a identidade cristã buscará domesticar a anomalia constitutiva da boca indígena omnidevorante, produzindo sobre ela uma cartografia fonética que é, também dietética. De modo geral, a distinção do espaço idiomático revela a distinção dos circuitos gástricos. Isso é razoavelmente claro em relação à fala cristã e à fala tupi, entre as quais um oceano inteiro – como limite epistemológico – divide dois usos irreconciliáveis da boca. Mas essa escrita cartográfica é projetada, ainda sobre o campo semântico mesmo da alteridade. Em muitos lugares, se estabelece uma gradação em que dois eixos se rebatem mutuamente: quanto maior a crueldade do canibalismo, mais distinta (e, portanto, incompreensível) será sua fala em relação à *língua geral* da terra. A separação feita por Thevet entre os canibais, que comem carne humana crua e usam de crueldade com os inimigos, e os *amériques*, que também são antropófagos, mas segundo rituais e honrarias para com os cativos, ganha em Gandavo um acréscimo importante. Para ele, os aimorés, o pior tipo de gente que haveria no Brasil, seriam assim definidos pelo apetite bárbaro e sem regras: “estando a pessoa viva, lhe cortam a carne, e lha estão assando e comendo à vista de seus olhos” (GANDAVO, 2008, p. 141). O mais significativo é que Gandavo faz corresponder a essa diferença, uma outra, linguística: pois sua fala, comparada à dos índios do litoral, “não tem a destes nenhuma semelhança ou parentesco” (GANDAVO, 2008, p. 140). É por isso, aliás, que o som com que se reúnem não pode ser formado por um diálogo; é, antes, uma voz animal, o que faz de seu grupo um bando, e não uma sociedade: “o mais do tempo andam derramados por diversas partes, e quando se querem ajuntar assoviam como pássaros [...]” (GANDAVO, 2008, p. 141). Escavando na própria

alteridade o esquadrinhamento fonético-dietético, a identidade cristã inventa para o Outro uma interioridade que, sem esse esforço, lhe seria, talvez, indiferente. A conquista e subjugação desse interior rasgado no Outro, às vezes com as pompas da cortesia, mas sempre violentamente, foi o ponto exato que viabilizou a naturalização do projeto colonial, pelo menos o ibérico, de tal modo que as almas, mas também a cavidade bucal cuspiram fora o que tinham de próprio. Transubstanciação às avessas, o corpo místico, linguístico e magro do Cristo na comunhão dos índios vinha esvaziar, produzir uma fundamental ausência: a leveza dos fonemas e do pão do Velho Mundo conseguia, enfim, cobrir o valor nutritivo da carne humana.

## Referências

- ALBERT, J. M. Às mesas do poder: dos banquetes gregos aos Eliseu. São Paulo: SENAC, 2011.
- ALCIDES, S. F. L e R: Gândavo e o ABC da colonização. *Escritos. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 39-53, 2009.
- ANCHIETA, J. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Leipzig: B. G. Teubner, 1876.
- BARROS, J. Ásia de João de Barros. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945. v. 1.
- BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores/ Contraponto, 1998.
- CAMINHA, P. V. de. Carta de Pero Vaz de Caminha. In: AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. (Org.). *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. p. 73-130
- CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009.
- COELHO, M. H. C. A Mesa do rei de Avis: espaços, oficiais, alimentos e cerimoniais. In: SOARES, C.; MACEDO, I. C. (Org.). *Ensaio sobre patrimônio alimentar luso-brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2014. p. 89-112. [https://doi.org/10.14195/978-989-26-0886-0\\_4](https://doi.org/10.14195/978-989-26-0886-0_4)
- CORBARI, E. *Laude for Catherine of siena*. In: MUESSIG, C. *et al* (Ed.). *A Companion to Catherine of Siena*. Boston: Brill, 2012. p. 227-259.

DIDEROT, D. Supplément au Voyage de Bougainville. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres*. Paris: Gallimard, 1946. p. 998. (Collection Bibliothèque de la Pléiade)

DÜNNE, J. Cannibales sur la carte. Essai de localisation. In: KRAMER, K.; BAUMGARTEN, J. (Hrsg.). *Visualisierung und kultureller Transfer*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2009. p. 257-274.

EDELWEISS, F. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.

FERNANDES, J. A. *Selvagens bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Alameda, 2011.

FRANÇA, J. M. C. *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII. Antologia de textos. 1591-1808*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GANDAVO, P. M. *História da província de Santa Cruz*. São Paulo: Hedra, 2008.

GOMEZ-GÉRAUD, M.-C. Un colloque chez les Toupinambouls: mise en scène d'une dépossession. In: LESTRINGANT, F.; GOMEZ-GÉRAUD, M.-C. (Ed.). *D'encre du Brésil. Jean de Léry, écrivain*. Orléans: Paradigme, 1999. p. 148-170.

GONNEVILLE, B. P. Relation authentique. In: PERRONE-MOISÉS, L. (Ed.). *Le Voyage de Gonneville (1503-1505) & la découverte de la Normandie par les Indiens du Brésil*. Paris: Chandeigne, 1995. p. 13-30.

GRIECO, A. Alimentation et classes sociales à la fin du Moyen Age et à la Renaissance. In: FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. (Ed.). *Histoire de l'alimentation*. Paris: Fayard, 1996. p. 277-295.

HANSEN, J. A. A escrita da conversão. In.: COSTIGAN, L. H. (Org.). *Diálogos da conversão: missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 15-43.

HOLANDA, S. B. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

- IGNACIO DE LOYOLA. *Obras completas*. 3. ed. rev. Madrid: BAC, 1977.
- KORTENAAR, N. *Postcolonial Literature and the Impact of Literacy: Reading and Writing in African and Caribbean Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511920035>
- LEITE, S. (Org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. v. 1.
- LEITE, S. (Org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1958. v. 3.
- LÉRY, J. *Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil*. Paris: Alphone Lemerre, 1894. t. I e II.
- LESTRINGANT, F. Introduction In: LESTRINGANT, F. (Org.). *Le Brésil de Montaigne*. Paris: Chandeigne, 2005. p. 7-59.
- LESTRINGANT, F. *Le Cannibale. Grandeur et décadence*. Paris: Perrin, 1994.
- PANEGASSI, R. L. *O pão e o vinho da terra: alimentação e mediação cultural nas cerimônias quinhentistas sobre o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2013.
- PIGAFETTA, A. Relazione sul Primo Viaggio Intorno Al Globo Colle Regole Sull'arte Del Navigare. In: RACCOLTA è di documenti e studi pubblicati dalla Commissione Colombiana pel Quarto Centenario dalla Scoperta dell' America. Roma: Ministero della Publica Istruzione, 1894. (Parte V, v. III)
- SOUZA, G. S. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010.
- SOUZA, L. M. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SOUZA, P. L. *Diário de navegação de Pedro Lopes de Souza pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (1530 a 1532) e Livro da viagem da não 'Bretoa' ao Cabo Frio (em 1511), por Duarte Fernandes*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1867.

STADEN, H. *Brasilien. Die wahrhaftige Historie der wilden, nackten, grimmigen Menschenfresser-Leute*. Tübingen: Erdmann, 1982.

THEVET, A. *Les Singularités de la France Antarctique*. 2ème. éd. augmentée établi par Frank Lestringant. Paris: Chandeigne, 2011.

ZIKA, C. *Exorcising Our Demons: Magic, Witchcraft, and Visual Culture in Early Modern Europe*. Leiden/ Boston: Brill, 2003.

Recebido em: 21 de fevereiro de 2018.

Aprovado em: 18 de abril de 2018.



## **A cadeia de Vila Rica: um diálogo poético entre as “Cartas Chilenas”, um soneto de Alvarenga Peixoto e uma ode inédita de Cláudio Manuel**

### ***The Vila Rica’s Prison: a Poetic Dialogue Between “Cartas Chilenas”, a Sonnet by Alvarenga Peixoto and an Unpublished Ode by Cláudio Manuel***

Carlos Versiani dos Anjos<sup>1</sup>

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Divinópolis, Minas Gerais / Brasil  
carlos.versiani@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho busca reconstituir um diálogo literário entre os três maiores poetas que habitavam a capitania de Minas Gerais na década de 1780, e que estiveram implicados na chamada Conjuração Mineira. Diálogo este que se fez tendo como enredo poético comum a crítica à construção do prédio da Cadeia, em Vila Rica, um projeto empreendido pelo governador Luís da Cunha Menezes, cujo governo se caracterizou pelo desmoronamento das redes de poder local a que os mesmos poetas pertenciam, como naturais da colônia e magistrados do Império português. Os trechos aqui apresentados, para *revelação* deste inusitado diálogo, foram extraídos das “Cartas chilenas” (autoria de Tomás Antônio Gonzaga); de um poema de Alvarenga Peixoto encontrado em miscelânea da Biblioteca de Évora; e de uma ode ainda inédita de Cláudio Manuel da Costa, que integra um códice da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

**Palavras-chave:** poesia; história; política; Minas Gerais; Arcádia Ultramarina.

**Abstract:** This paper seeks to reconstruct a literary dialogue between the three greatest poets who inhabited the captaincy of Minas Gerais in the 1780s, and who took part in the so-called Conjuración Mineira. Such dialogue was established having as a common poetic plot the criticism of the prison building, in Vila Rica, a project undertaken by the governor Luís da Cunha Menezes, whose government was characterized by the

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido como bolsista da CAPES, com bolsa de Doutorado Sanduíche em Portugal, no ano de 2013.

collapse of the networks of local power to which the same poets belonged, as natives of the colony and as magistrates of the Portuguese Empire. The excerpts presented here, revealing this unusual dialogue, were extracted from “*Cartas Chilenas*” (written by Tomás Antônio Gonzaga); from a poem of Alvarenga Peixoto which has been found in a miscellany of the Évora Library; and from an ode of Cláudio Manuel da Costa, still unpublished and included in a codex of the National Library of Portugal, in Lisbon.

**Keywords:** poetry; history; politics; Minas Gerais; Arcadia Ultramarina.

## **1 A “República das Letras” ao tempo de D. Rodrigo de Menezes (1780-83)**

Em fevereiro de 1780, aportou em terras brasílicas o fidalgo nomeado para o governo de Minas Gerais, D. Rodrigo de Menezes, o Conde de Cavaleiros. Foi o primeiro governante da capitania a vir acompanhado da esposa e dos filhos, para uma permanência de quase quatro anos.<sup>2</sup> À época da sua chegada, residiam em Minas os árcades Inácio José de Alvarenga Peixoto, então Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes; Manuel Inácio da Silva Alvarenga, exercendo a advocacia na Vila de São João Del Rei; Cláudio Manuel da Costa, advogado, ex-secretário de governo e senador, que em 1781 voltaria como Juiz à câmara de Vila Rica. A estes se juntaria, ao final de 1782, o poeta Tomás Antônio Gonzaga, então nomeado Ouvidor Geral da Comarca de Vila Rica. Estes árcades, ocupando postos de destaque na administração da capitania, além de outros intelectuais e letrados de expressão, estabeleceriam durante o período de governo de D. Rodrigo uma rede política consistente, que encontrava amparo em ações do dito governador, em projetos que apontavam no rumo de uma maior autonomia administrativa da Capitania.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Um dos filhos, Manuel José Rodrigues, nascera na travessia da Europa para a América, a bordo da Nau Gigante, que trazia o governador; os outros (Gregório, Diogo e Eugênia) contavam, respectivamente, 11, 7 e 4 anos. Há notícias de dois outros filhos, Pedro e Antônio, que faleceram muito novos, provavelmente antes da saída de D. Rodrigo de Portugal. D. Isabel José de Menezes e José Tomás de Eça Menezes seriam mineiros, nascidos quando da estadia de D. Rodrigo e esposa na capitania de Minas Gerais. Ver: D. RODRIGO.

<sup>3</sup> D. Rodrigo demonstraria ter uma compreensão estrutural da economia e da sociedade mineira, muitas vezes ignorada ou negligenciada pela distante metrópole. Em sua corajosa “Exposição” de 1780, feita no mesmo ano em que tomou posse no governo das Minas, encontramos uma manifestação otimista e lúcida das potencialidades existentes

Ao tempo de D. Rodrigo de Menezes, as relações poéticas e políticas entre os árcades ultramarinos aprimoravam-se, traduzidas também em muitos diálogos literários. Buscamos entendê-los como uma vivificação real da Arcádia Ultramarina, de que se anunciara a criação 12 anos antes. Agora, a academia literária estaria restaurada num contexto próximo à construção ideal da denominada República das Letras: categoria apropriada dos antigos pelo arcadismo do século XVIII, como indicação do desenvolvimento de uma relação compartilhada entre os poetas e o Estado, na constituição política e cultural da sociedade. O governador realmente estabelecera, com a rede de letrados e poetas locais, que ocupavam importantes postos administrativos, uma parceria que envolvia não apenas a troca de favores, de mercês, mas a partilha de ideias políticas sobre a direção econômica e cultural que deveria seguir a Capitania de Minas. D. Rodrigo receberia comumente os letrados de Minas em seu Palácio, não apenas para despachos administrativos, mas para encontros festivos, literários. Assim dão a conhecer trechos de poemas dos árcades ultramarinos, como no Canto I, vv. 187-193, das “Cartas chilenas”:

Ajuntavam-se os grandes desta terra  
À noite, em casa do benigno chefe  
Que o governo largou. Aqui, alegres,  
Com ele se entretinham largas horas.  
Depostos os melindres da grandeza,  
Fazia a humanidade os seus deveres  
No jogo e na conversa deleitosa (PROENÇA FILHO, 1996, p. 802).

Conforme se apreende do trecho acima das “Cartas chilenas”, o Palácio do Governador em Vila Rica, no alto do antigo Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes, se abria então em ocasiões festivas informais, nas quais os “grandes da terra”, despidos dos escrúpulos e etiquetas hierárquicas, se deleitariam nos jogos e prosas amenas. Mas ali se realizariam também encontros solenes, em que os magistrados, ocupando lugares de destaque na sociedade, desfilariam seus dotes poéticos. Os aniversários de D. Maria José Ferreira d’Essa e Bourbon,

---

na sociedade mineira colonial. As propostas de D. Rodrigo se enquadrariam dentro de um projeto modernizador, buscando captar o caráter autônomo de mudanças já em curso nas Minas. O governador proporia, literalmente, entre outras ações, a criação de um Correio na capitania, a instalação de uma Casa da Moeda e o estabelecimento de uma fábrica de ferro (Cf. RAPM, 1897).

esposa do governador, acabariam se tornando as ocasiões mais propícias para a realização de verdadeiros saraus literários, dos quais participariam os principais poetas árcades que então viviam na colônia americana do Império Português: Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga e Tomás Antônio Gonzaga.

A atividade literária nesses círculos palacianos significaria, na prática, o ressurgimento da Arcádia em Minas. Repetimos aqui a constatação de Sérgio Buarque de Holanda, que analisando a interação e os encontros entre os poetas árcades ao tempo de D. Rodrigo, afirmara que a “Arcádia Ultramarina achava-se mais viva, de fato, do que ao tempo do conde de Valadares” (HOLANDA, 1991, p. 246). Se tomarmos, como medida dessa atividade, o número de composições poéticas dedicadas a D. Rodrigo e seus familiares, daremos razão ao pesquisador. Só Cláudio Manuel dedicou nada menos que 16 poemas à família do governador; Gonzaga e Silva Alvarenga contribuíram com dois poemas ao natalício de D. Maria José; e Alvarenga Peixoto produziu o seu poema de maior fôlego, o “Canto genetliaco”, dedicado ao filho brasileiro de D. Rodrigo.

D. Rodrigo de Menezes, apesar de ter chegado ao governo de Minas após a morte de D. José I, e o conseqüente afastamento do Marquês de Pombal, seria o último e talvez o maior representante daquele modelo de administração que se pretendia intrinsecamente ajustado às contingências e interesses regionais da Capitania. As reformas políticas implementadas na colônia por Pombal, e especificamente na Capitania de Minas, a partir da década de 1760, tinham como um dos fundamentos o crescimento da participação da elite local (dos letrados mineiros) em postos administrativos.<sup>4</sup> Mas aos poetas magistrados,

---

<sup>4</sup> As reformas compreendiam dois pressupostos básicos: racionalizar e centralizar todo o serviço fazendário, na tentativa de tornar mais rigorosa a fiscalização, e combater o extravio; investir no crescimento da participação da elite local nos postos administrativos, aumentando assim os laços de vassalagem e a fidelidade política à Coroa. As reformas, dentro destes dois campos precípuos, foram efetivamente implantadas, mas sem que se alcançassem os objetivos principais visados pela Coroa na sua implantação, quais sejam: a diminuição do extravio, e o fomento dos princípios da subserviência colonial à metrópole. Desta opinião compactua Kenneth Maxwell, para quem “a participação dos grupos locais no próprio mecanismo governamental não daria como resultado obrigatório o fortalecimento dos vínculos naturais entre metrópole e colônia. Na verdade, sendo divergentes as motivações econômicas, dava-se exatamente o oposto” (MAXWELL, 2001, p. 399).

egressos das universidades europeias, que passavam então a ocupar vários cargos administrativos na Capitania, interessaria não apenas as benesses econômicas oriundas da sua situação política, mas também o estabelecimento de uma nova ordem social, em que se vissem, enquanto letrados, interlocutores privilegiados do poder: naquilo que, mais literária que politicamente, se denominaria como uma República das Letras.

Conforme assinala Laura de Mello e Souza (2006, p. 148-181), o desejo de “enobrecimento” destes letrados, para além da obtenção de títulos próprios da lógica do Antigo Regime, pressupunha o desejo de reconhecimento do mérito, do talento, dos “dons do espírito”, que assinaria sua inscrição no mundo culto e “civilizado”. Este seria o contexto da relação íntima entre os ilustrados de Minas e os governadores, desde Luiz Diogo Lobo da Silva, mas que atingiria o ápice durante o governo de D. Rodrigo de Menezes.<sup>5</sup> E nas solenidades festivas, que se abriam às sessões acadêmicas poéticas, os árcades teriam a oportunidade de expressar o seu contentamento e a esperança de prosseguimento desta partilha entre o poder central, na figura do governador, e as redes de poder local, às quais estavam associados. Foi este também o caso do concorrido batizado de José Tomás de Menezes, o filho brasileiro de D. Rodrigo, no segundo semestre de 1782, que mereceu saudações poéticas de Cláudio Manuel e Alvarenga Peixoto.<sup>6</sup>

## 2 O projeto “recolonizador” de Cunha Menezes e as “Cartas chilenas”

O período do governo de D. Luís da Cunha Menezes (1784-1788) na capitania de Minas Gerais, sucessor ao governo de D. Rodrigo, se caracterizará pela fragmentação do *status quo* conquistado pelas redes de poder local, que tinha se cristalizado durante os cinco governos anteriores da capitania, ocasionando a derrubada de códigos de conduta

---

<sup>5</sup> Na sua biografia de Cláudio Manuel, Laura de Mello e Souza (2011) traz muitas informações novas sobre as relações do poeta com as atividades econômicas e com o poder administrativo da capitania.

<sup>6</sup> Em carta endereçada a D. Rodrigo de Menezes, de 6 de setembro de 1782, o missivista José Joaquim de Siqueira mandava cumprimentos para a D. Maria José, aludindo à “gente nova”, que nascera naqueles dias. (LAPA, 1960, p. XLI). O batizado de D. José Tomás teria, portanto, ocorrido, como era usual naqueles tempos, poucas semanas depois, certamente no segundo semestre de 1782.

e hierarquias antes estabelecidas.<sup>7</sup> Sob as dubiedades de um governo empreendedor, mas extremamente autoritário e militarizado, setores letrados e intelectuais da sociedade, desgostosos com a perda de influência e poder em relação ao período anterior, e conhecedores das potencialidades econômicas e culturais daquela terra, passariam cada vez mais a refletir politicamente sobre a distância entre o que ecoava do poder metropolitano e a realidade socioeconômica local.<sup>8</sup> As instruções régias de 1785, proibindo toda a sorte de atividades autônomas e manufaturadas da Capitania, totalmente inversas ao ritmo do desenvolvimento político e econômico interno, só acentuariam esta reflexão.

Dentro desse fogo cruzado, estariam os poetas árcades, que utilizaram sua poesia, no gênero mais convencionalmente associado à crítica, que é a sátira, para se colocar contra o rumo das novas relações políticas. Ao final do governo de Cunha Menezes começariam então a circular em Vila Rica, anônimas e manuscritas, as “Cartas chilenas”, poema satírico contendo fortíssimas críticas às supostas mazelas e desmandos do governador, então cognominado pelo poeta de *Fanfarrão Minésio*. Hoje não existe mais dúvida de que foi autor das 13 Cartas (a última delas inacabada) Tomás Antônio Gonzaga, sob o pseudônimo de Critilo; sendo também incontestado que a Cláudio Manuel (o interlocutor Doroteu) coube escrever a “Epístola a Critilo”, após ter lido a primeira série de sete cartas.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Consideramos que o fortalecimento maior das redes locais tenha se dado a partir do governo de D. Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), passando por José Luís de Menezes (o Conde de Valadares), Antônio Carlos Furtado de Mendonça, D. Antônio de Noronha, até chegar a D. Rodrigo José de Menezes (1779-1783).

<sup>8</sup> Exemplo da forma autoritária como Cunha Menezes tratava os magistrados a ele subordinados está neste trecho da carta dirigida a Joaquim Antônio Gonzaga, primo do poeta Gonzaga, então ouvidor da Comarca do Serro Frio: “Eu sou o único Governador, e Capitão General, que há presentemente nesta capitania com superior jurisdição a todos os mais Lugares, não só nessa sua Comarca, mas em todas as quatro que pertence a esta capitania, e que posso como tal mandar prender por quem me parecer em toda esta Capital a todo o Vassallo de Sua Majestade, que fizer por donde desde o mais pequeno até o maior, e de qualquer grau, ou jurisdição [...]” (APM, SC, cód. 240).

<sup>9</sup> As “Cartas” foram escritas em dois lances, ou séries. O manuscrito de Saturnino da Veiga (que era mestre-escola na Rua do Ouvidor, onde vivera Gonzaga, e em 1813 teria aberto uma loja de livros), teve como base dois apógrafos que estavam em suas mãos: um com a primeira série, até a 7ª carta, além da “Epístola” de Cláudio Manuel;

Mas, ainda que se tenha certeza da autoria de Gonzaga, é bem provável que as “Cartas chilenas” fossem, frequentemente, lidas e emendadas, em reuniões do núcleo dos poetas árcades: Gonzaga, Cláudio Manuel e Alvarenga Peixoto. Mesmo porque a prática recíproca de leitura e proposição de emendas em obras dos parceiros seria usual entre os árcades ultramarinos. É o que atestam depoimentos como o de Gonzaga, que numa das respostas firmadas nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, afirmara expressamente “que o Doutor Cláudio Manuel da Costa [...] estava lendo e emendando as poesias do réu respondente” (ADIM, 1978, v. IV, p. 259-60). Nos *Autos de Devassa*, encontra-se também uma carta anônima de outubro de 1789, endereçada à Cidade do Porto, que relata a existência de “uns pasquins que – com bastante desaforo e sem justa causa – apareceram em público contra o General” (ADIM, 1978, v. IX, p. 33-34). Segundo o missivista, tais pasquins foram encontrados entre os pertences de Cláudio Manuel da Costa.

As “Cartas chilenas” teriam sido escritas entre meados de 1788 e início de 1789, já no governo do Visconde de Barbacena. Neste mesmo período, as conversas sobre um possível levante em Minas se articulavam, configurando-se realmente um plano de sedição, que seria abortado antes mesmo da sua deflagração. Destas reuniões políticas participariam ativamente os três poetas árcades, e ali se misturava a poesia à política. Em uma das principais reuniões sediciosas em casa do Tenente Coronel Paula Freire, conforme o mesmo Gonzaga, Alvarenga Peixoto pôs-se a “repetir umas oitavas feitas ao batizado do filho do Exmo. D. Rodrigo” (ADIM, 1978, v. IV, p. 267). Tratava-se, sem dúvida, do “Canto genétiaco”, escrito sete anos antes, e que agora bem serviria aos propósitos políticos daquelas reuniões.

Independente das motivações políticas, em vários depoimentos dos *Autos* há a confirmação de que os poetas e outros intelectuais realizavam, nas suas próprias casas, reuniões também de cunho literário. Na verdade, esta se constituiria uma terceira fase do chamado movimento arcádico ultramarino em Minas Gerais, em que as antigas sessões no ambiente palaciano se deslocariam para as residências particulares.

---

outro com o restante, até a 13ª carta, inacabada. O primeiro apógrafo é ainda do século XVIII e, ao final, existe a anotação da data: “Va. Rica, 9 de Febro 1789”, e do nome: “Tomas Anto Gonzaga”. O segundo apógrafo seria de 1804. Essas informações estão documentadas em Tarquínio de Oliveira (1972, p. 20-21).

Podemos citar, como testemunho disto, o depoimento de Cláudio Manuel, que ao se declarar amigo íntimo e particular de Gonzaga, confirmaria que “sempre estavam familiarmente um em casa do outro, comunicando-se com a lição dos seus versos e do mais que ocorria” (ADIM, 1978, v. II, p. 123). Ou citar a Lira XII de Gonzaga, do seu *Marília de Dirceu*, escrita pelo poeta já na prisão da Ilha das Cobras, ainda não sabedor da morte do amigo Cláudio Manuel:

Quando vires igualmente  
Do caro Glauceste a choça,  
Onde alegres se juntavam  
Os poucos da escolha nossa,  
Pondo os olhos na varanda  
Tu dirás de mágoa cheia:  
“Todo o congresso ali anda,  
Só o meu amado não” (PROENÇA FILHO, 1996, p. 642-43).

### 3 A cadeia de Vila Rica e o “diálogo poético” entre Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga

Para exemplificar esta articulação poética e política entre os poetas árcades que então viviam em Minas, tomamos o tema de que trata as cartas 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>, da obra *Cartas chilenas*, “em que se contam as injustiças e violências que Fanfarrão executou por causa de uma cadeia, a que deu princípio” (OLIVEIRA, 1972, p. 88-114). Nestas cartas, Critilo se põe a narrar a corrupção e o arbítrio com que teria sido executado o projeto da cadeia; a penalização dos escravos e “vadios” que trabalharam na construção; o momento inapropriado para a realização deste megaprojeto, em tempos de decadência aurífera e financeira da capitania. Seleccionamos alguns trechos das *Cartas*, para realizar um contraponto com poemas de Alvarenga Peixoto e Cláudio Manuel: um soneto de Alvarenga que versa sobre o mesmo tema, encontrado em miscelânea da Biblioteca de Évora (TOPA, 1998, p. 55-56); e uma ode inédita de Cláudio Manuel, intitulada “Vaidade humana”, que integra o *Manual de obras*, códice encontrado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Faremos aqui este exercício de diálogo, a partir das obras citadas (mantendo a sequência original das estrofes e versos dos três poemas que aqui dialogam), tentando com isso aproximarmos de trocas que efetivamente ocorreriam em reuniões literárias dos árcades.

Critilo assim inicia, nos versos 66-71 da 3ª Carta, a narração dos eventos sobre a construção da Cadeia:

Pretende, Doroteu, o nosso Chefe  
Erguer uma Cadeia majestosa,  
Que possa escurecer a velha fama  
Da Torre de Babel e mais dos grandes,  
Custosos edifícios, que fizeram,  
Para sepulcros seus os Reis do Egito. (OLIVEIRA, 1972, p. 89)<sup>10</sup>

Responde então Doroteu,<sup>11</sup> no fictício, mas factível, diálogo poético, através do poema “Vaidade humana”, escrito muito provavelmente na mesma época. Como na estrofe de Gonzaga, o tema é a vaidade dos grandes, em eternizar sua glória na construção de grandes templos e monumentos:

Babilônia vaidosa,  
Mênfis soberba, eu vejo, que ambiciosa  
De eternizar teu fausto entre os humanos,  
Tu, da grandeza, e da opulência exemplos,  
A Serapis, e a Belo ergues os Templos.<sup>12</sup>

Nota-se, nestes versos iniciais da ode, a repetição da referência aos templos do Egito: Serápis é uma divindade sincrética helenístico-egípcia, cujo templo maior situava-se em Alexandria, antiga Mênfis;

---

<sup>10</sup> Utilizamos como fonte para os versos das “Cartas chilenas” do apógrafo mais antigo existente do poema, como está transcrito na publicação de Tarquínio de Oliveira. Atualizamos a ortografia para as normas atuais da Língua Portuguesa, mas mantivemos os termos em letra maiúscula do apógrafo. Como todos os versos transcritos das “Cartas chilenas” referem-se à mesma publicação, limitaremos a indicar, a partir daqui, apenas a sua numeração.

<sup>11</sup> Nas “Cartas chilenas”, Tomás Antônio Gonzaga se refere ao seu interlocutor, que seria Cláudio Manuel, como Doroteu. E este, na “Epístola” responsiva às cartas, se refere a Gonzaga como Critilo. Na apresentação deste “diálogo”, resolvi conservar os dois codinomes, embora os mesmos não constem da ode “Vaidade humana”.

<sup>12</sup> Transcrito do *Manual de obras*, livro manuscrito com inéditos de Cláudio Manuel da Costa, Setor de Reservados da Biblioteca Nacional, códice 11438, p. 21, vv 1-5. Como todas as transcrições dos versos da ode “Vaidade humana” tiveram como referência o mesmo códice, limitaremos a indicar, a partir daqui, apenas a numeração dos versos transcritos.

Belo, pai mitológico de Egito, filho de Poseidon e de Líbia. Continua então Critilo, nos versos 72-76 da 3ª Carta, ironizando a imortalidade pretendida pelo governante, com a construção do monumento da cadeia, que não teria o reconhecimento dos povos, que jamais lhe consagrariam alguma estátua equestre, algum busto com seu nome:

Talvez, prezado Amigo, que imagine  
 Que neste monumento se conserve  
 Eterna a sua glória, bem que os povos  
 Ingratos não consagrem ricos bustos  
 Nem montadas estátuas ao seu nome.

Doroteu confirma, nos versos 25-30 da ode, a efemeridade da fama dos monumentos de pedra, como “cadáveres” da memória, de que o “caminhante” do futuro saberia apenas designar o nome, mas passaria adiante:

No cadáver das pedras a grandeza  
 Descobre o que seria:  
 Votos que o desengano em ti recebe  
 Só a ideia percebe;  
 Aqui foi Mênfis, diz o caminhante;  
 Ali foi Babilônia, e passa avante.

Critilo passa então, na mesma sequência (Carta 3ª, vv. 77-81), a usar a retórica do sofrimento impingido aos povos na “empresa” da cadeia, que não serviriam de glória ao seu mentor, mas de condenação:

Desiste, louco Chefê, dessa empresa;  
 Um soberbo edifício levantado  
 Sobre ossos de inocentes, construído  
 Com lágrimas dos pobres, nunca serve  
 De glória ao seu autor, mas, sim, de opróbrio.

Doroteu (vv. 31-32) prossegue, realçando a loucura e efemeridade de tais glórias:

Mortais, vossa loucura  
 É só o que nas vossas obras dura;

Critilo então, nos versos 82-85, começa a detalhar o projeto, até reconhecendo o mérito do gênio do projetista, mas condenando sua construção em época de decadência das Minas:

Desenha o nosso Chefe, sobre a banca,  
Desta forte Cadeia o grande risco,  
À proporção do gênio e não das forças  
Da terra decadente, aonde habita.

Doroteu, como filósofo mais radical, condena, na sequência (vv. 33-40), o próprio gênio que projeta os monumentos para a sua fama, independente da forma que ele tome:

Pouco importa, que artífice perito  
Do cinzel, ou da lima esgote o empenho;  
Que no Dórico rasgo, ou no desenho  
Do Coríntio esquisito  
Consagre ao tempo os monumentos raros;  
Vós, ó dentes avaros,  
Devorais insensíveis tudo quanto  
Se armara para o gosto, e para o espanto.

Neste trecho da ode também se revela o conhecimento arquitetônico do sempre erudito Cláudio Manuel, expressando um desprezo pessoal pelo “esquisito coríntio”, estilo derivado do jônico na antiguidade clássica. Nota-se que deste estilo são também as colunas do pórtico do prédio construído por Cunha Menezes em Vila Rica. A seguir (vv. 86-90), Critilo prossegue na crítica da distância entre a “máquina tamanha” e as residências simples de Vila Rica, mesmo aquelas em que habitavam os “grandes”:

Ora, pois, doce amigo, vou pintar-te  
Ao menos o formoso frontispício;  
Verás, se pede máquina tamanha  
Humilde povoado, aonde os Grandes  
Moram em casas de madeira a pique.

Doroteu, nos versos seguintes (vv. 41-45), parece aquiescer esta crítica, ao se apoiar no bucolismo arcádico para censurar a falsa glória que adviria da construção dos monumentos:

Quão pouco é necessário  
À nossa habitação! No giro vário  
Do mundo, que em costumes degenera  
É que achou nossa errada fantasia  
As altas torres, que erigir devia.

Depois de descrever com minúcias os exageros arquitetônicos do Fanfarrão Minésio, Critilo, mais cartesiano do que Doroteu, usa, nos versos 121-125 da 3ª Carta, do mesmo argumento deste, evocando também o bucolismo das “toscas choças”, que não deveriam fazer “sofrer” nem “os soberbos palácios, nem a Corte”:

Na sábia proporção é que consiste  
A boa perfeição das nossas obras.  
Não pede, Doroteu, a pobre aldeia  
Os soberbos Palácios, nem a Corte  
Pode também sofrer as toscas choças.

Doroteu, já quase finalizando a sua ode (vv. 114-120), profetiza contra a vaidade dos grandes, que com isto atrairiam fatalmente sua ruína, assim como ocorria no castigo do destino aos heróis mitológicos:

Edificai Palácios, vós, que a pele  
Prezais entanto, do Carneiro de Hele;  
Mas vede, que com isto  
Dais ao tirano, que inda Roma acusa  
As chamas, em que a Musa  
Do cantor grego se deleita, enquanto  
O Simoenta ardia, e ardia o Xanto.

O Carneiro de Hele, na Mitologia Grega, era um carneiro voador feito com lã de ouro. Simoenta é o nome de um rio próximo à cidade de Tróia; Xanto, um dos rios da antiga província romana da Lícia; ambos arderam em fogo e foram cantados nos poemas homéricos. Na sua ode, em rico jogo metonímico, Cláudio Manuel diz do apreço que os grandes têm pelo ouro, pelas riquezas materiais, atraindo com isso para si as mesmas chamas, com que os deuses também castigaram os rios, nos poemas de Homero. A vaidade, o arbítrio e a corrupção de Cunha Menezes seriam então pintadas por Critilo nos versos seguintes da sua Carta 3ª (vv. 126-137), que voltam a falar da violência e dos sacrifícios impostos à população:

Para haver de suprir o nosso Chefe  
Das obras meditadas as despesas,  
Consome do Senado os rendimentos  
E passa a maltratar ao triste povo  
Com estas nunca usadas violências.

Quer cópia de forçados, que trabalhem  
Sem outro algum jornal, mais que o sustento,  
E manda a um bom Cabo que lhe traga  
A quantos Quilombolas se apanharem  
Em duras gargalheiras. Voa o cabo,  
Agarra a um, e outro, e num instante  
Enche a Cadeia de alentados negros.

E quando o assunto se volta para o suplício da população escrava e pobre, introduz-se no diálogo poético outro interlocutor, Alvarenga Peixoto. O poeta já homenageara, no “Canto genétiaco”, o trabalho duro dos escravos, e, agora, com um soneto, retorna ao tema, descrevendo abusos cometidos por Cunha Menezes na construção da Cadeia:

Chia de dia pela rua o carro,  
Tine de noite da corrente o ferro;  
Aqui me estruge do soldado o berro,  
Acolá ronca do oficial o escarro. (TOPA, 1998, p. 55)

Critilo (Carta 4ª, vv. 52-59):

Mal o duro Inspetor recebe os presos  
Vão todos para as obras; alguns abrem  
Os fundos alicerces; outros quebram  
Com ferros, e com fogo, as pedras grossas.  
Aqui, prezado Amigo, não se atende  
Às forças nem aos anos. Mão robusta  
De atrevido soldado move o relho,  
Que a todos igualmente faz ligeiros.

Alvarenga:

Uns trabalham na cal, outros no barro,  
Fugiu a vadiação, pôs-se em desterro;  
O soldado ali faz justiça ao erro,  
E a cada canto com galés esbarro.

Nas próximas sequências, tanto Critilo quanto Alvarenga abordam a forma corrupta com que se fariam as “loterias” para paga dos mantimentos, e o arbítrio imposto aos tropeiros. Estes, além de serem obrigados à venda dos produtos abaixo do preço, teriam suas carroças sequestradas para o transporte dos blocos de pedras de cantaria que sustentariam o edifício:

Critilo (Carta 4<sup>a</sup>, vv. 219-229):

Para se sustentarem os forçados,  
 Os gêneros se compram com bilhetes,  
 Que paga o Tesoureiro, quando pode;  
 E sobre esta fiança inda se tomam  
 Por muito menos preço, do que correm.  
 As tropas, que carregam mantimentos,  
 Apenas descarregam, vão, de graça,  
 À distante Caieira, com soldados  
 Buscar queimada pedra. Daqui nasce  
 Os tropeiros fugirem, e chorarmos  
 A grande carestia do sustento.

## Alvarenga:

Não há milho, feijão, não há farinha,  
 O roceiro de medo a tropa arreia,  
 A nova loteria se avizinha.  
  
 Vê-se a porta de mendigos cheia,  
 E perguntada a causa desta tinha,  
 Toda a gente me diz: «← Faz-se a cadeia».

Ao final da Carta 4<sup>a</sup>, Critilo assume, na primeira pessoa, como missão da sua poesia (talvez metaforizando aqui também a ação política de Gonzaga), levar às gerações futuras o conhecimento de todas as penúrias em troca do que a fama de grande empreendedor e projetista de Cunha Menezes estaria sendo construída:

Ora pois, louco Chefe, vai seguindo  
 A tua pretensão: trabalha, e força  
 Por fazer imortal a tua fama;  
 Levanta um edifício em tudo grande;  
 Um soberbo edifício, que desperte  
 A dura emulação na própria Roma.  
 Em cima das janelas, e das portas  
 Põe sábias inscrições, põe grandes bustos,  
 Que eu lhes porei, por baixo, os tristes nomes  
 Dos pobres inocentes, que geram  
 Ao peso dos grilhões; porei os ossos  
 Daqueles, que os seus dias acabaram,

Sem Cristo, e sem remédios, no trabalho.  
E nós, indigno Chefe, e nós veremos  
A quais destes padrões não gasta o tempo.

Nos dois últimos versos acima, o narrador expõe sua opinião quanto à prevalência da perenidade da poesia sobre a efemeridade das construções materiais. É quando Doroteu volta ao debate, e faz soar também o seu veredito final, nos derradeiros versos do poema “Vaidade humana” (vv. 139-140), relativizando a importância do arbítrio do poder, que não implicaria necessariamente em grandeza de virtude:

Pouco importa, que sobre a Terra mande:  
Pode Alexandre ser, mas não ser grande.

Este foi um pequeno exercício demonstrativo do diálogo literário existente, como assinalado no início deste artigo, entre os poetas árcades de Minas, nos últimos embates da Arcádia Ultramarina. Não temos dúvida de que as “Cartas chilenas” circulassem manuscritas, pelo menos entre o seletto grupo de poetas e letrados, e que as trocas poéticas se realizassem. Também não temos dúvida de que nos trechos transcritos da ode de Cláudio Manuel estaria metaforicamente presente a crítica à construção do monumento da Cadeia em Vila Rica, o que resta comprovado com as muitas “coincidências” com a 3ª e 4ª carta da sátira de Gonzaga. O nosso ofício de historiadores da literatura não nos permite o uso de “bolas de cristal” para formular hipóteses, mas cobra-nos a responsabilidade de, à vista de tantos rastros na leitura interna e externa dos poemas, ter a coragem de conjecturar o que é perfeitamente factível e verossímil, ainda que não comprovado por testemunhos oculares, ou impressos.

A humanidade nunca lerá um documento que comprove “factualmente” que o diálogo que editamos tenha existido. Tampouco há a necessidade da onipresença desse demiurgo que diga: “Sim, existiu este diálogo relacionado à construção da Cadeia de Vila Rica, entre a ‘Vaidade humana’ de Cláudio Manuel e a 3ª e 4ª Carta de Gonzaga, eu estava lá e vi...”. Porque os poemas, mais que qualquer “documento oficial”, são capazes de operar e transmitir essa compreensão. O mesmo raciocínio serve para o dilema da existência “material” da Arcádia Ultramarina. Para nós, tanto do ponto de vista da Crítica Literária como da História da Literatura, mais importante que um documento que traga a informação de que determinados poetas se reuniram para traçar um estatuto porque se regesse sua Academia, de que se registraram oficialmente tantas e

quantas reuniões, é aquilo que se pode apreender, através do diálogo entre suas obras, como fundamento daquele projetado movimento literário.

## Referências

ADIM – Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. v. 2, 4, 9.

APM – Arquivo Público Mineiro. Carta do Governador Cunha Menezes a Joaquim Antônio Gonzaga, ouvidor da Comarca do Serro Frio. SC, cód. 240.

COSTA, C. M. A vaidade humana. In: MANUAL de obras, livro manuscrito com inéditos de Cláudio Manuel da Costa. Lisboa: Setor de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, [s.d.]. Códice 11438, p. 21-27.

D. RODRIGO José António de Menezes, 1º conde de Cavaleiros. In: *Geneall*. Disponível em: <<https://geneall.net/pt/nome/24333/d-rodrigo-jose-antonio-de-menezes-1-conde-de-cavaleiros/>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

HOLANDA, S. B. de. *Capítulos de Literatura Colonial*. Organização de Antônio Cândido. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LAPA, M. R. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

MAXWELL, K. As causas e o contexto da conjuração mineira. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 389-413.

MELLO E SOUZA, L. de. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MELLO E SOUZA, L. de. Nobreza de sangue e nobreza de costume: ideias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII In: \_\_\_\_\_. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 148-181.

OLIVEIRA, T. de. *Cartas chilenas: fontes textuais*. São Paulo: Referênciã, 1972.

PROENÇA FILHO, D. (Org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro. Exposição do governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania e meios de remedia-la. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 2, fasc. 2, p. 311-327, 1897.

TOPA, F. *Quatro poetas brasileiros do período colonial: estudos sobre Gregório de Matos, Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto e Silva Alvarenga*. Porto: Editora do Autor, 1998.

Recebido em: 01 de março de 2018.

Aprovado em: 21 de maio de 2018.

## APÊNDICE

COSTA, C. M. A vaidade humana. In: MANUAL de obras, livro manuscrito com inéditos de Cláudio Manuel da Costa. Lisboa: Setor de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, [s.d.]. Códice 11438, p. 21-27. Atualizamos a ortografia para as normas gramaticais atuais, preservando a pontuação e as maiúsculas do texto original.

### A vaidade humana

#### 1

Babilônia vaidosa,  
 Mênfis soberba, eu vejo, que ambiciosa  
 De eternizar teu fausto entre os humanos,  
 Tu, da grandeza, e da opulência exemplos,  
 A Serápis, e a Belo ergues os Templos;<sup>13</sup>  
 E tu, vencendo os danos  
 Do tempo gastador, em cópias de ouro,  
 Consomes o Tesouro,  
 Que das nações estranhas trouxe a Espada  
 Dos teus Palácios na gentil fachada.

#### 2

Mas que pouco acredita  
 A prudência mortal tudo o que excita,  
 A admiração, e o espanto em teus Altares,  
 E nos teus Mausoléus! As mugidoras,  
 Bárbaras Divindades, que já foras  
 Honrando tutelares  
 Nas mesmas aras onde acharam culto  
 Vem suceder o insulto;  
 E vem no mesmo estrago confundidas  
 Teus Monarcas e as Urnas mais luzidas.

---

<sup>13</sup> Serápis, divindade sincrética helenístico-egípcia, cujo templo maior situava-se em Alexandria, antiga Mênfis. Belo, Rei mitológico egípcio, filho de Poseidon e Líbia, pai de Egito.

3

Tudo levou o ferro,  
Tudo o fogo abrasou; ao crime, ao erro  
Cedeu a pompa, que a vaidade um dia  
Arrastara com bárbara torpeza:  
No cadáver das pedras a grandeza  
Descobre o que seria:  
Votos que o desengano em ti recebe  
Só a ideia percebe;  
Aqui foi Mênfis, diz o caminhante;  
Ali foi Babilônia, e passa avante.

4

Mortais, vossa loucura  
É só o que nas vossas obras dura;  
Pouco importa, que artífice perito  
Do cinzel, ou da lima esgote o empenho;  
Que no Dórico rasgo, ou no desenho  
Do Coríntio esquisito  
Consagre ao tempo os monumentos raros;  
Vós, ó dentes avaros  
Devorais insensíveis tudo quanto  
Se armara para o gosto, e para o espanto.<sup>14</sup>

5

Quão pouco é necessário  
A nossa habitação! No giro vário  
Do mundo, que em costumes degenera  
É que achou nossa errada fantasia  
As altas torres, que erigir devia:

---

<sup>14</sup> Sentimo-nos instigados a associar os versos desta estrofe, como também os seguintes, a uma velada crítica do poema ao grandioso monumento que estava, provavelmente na época em que escreveu esta ode, sendo construído em Vila Rica: a Casa de Câmara e Cadeia, hoje Museu da Inconfidência. Erguido pelo governador Cunha Menezes na década de 1780, este projeto também recebera nas “Cartas Chilenas” uma crítica severa de Tomás Antônio Gonzaga. Neste trecho da ode também se revela o conhecimento arquitetônico do erudito Cláudio Manuel, que inclusive expressa um desprezo pessoal pelo “esquisito coríntio”, estilo derivado do jônico na antiguidade clássica. Deste estilo são também as colunas que sustentam o prédio construído pelo “Fanfarrão Minésio” em Vila Rica.

Não era assim, não era  
 Quando a naufraga Mãe pedras lançando  
 Via estar-se animando  
 A geração primeira, que seu ninho,  
 Buscou no freixo, no carvalho, e pinho.

## 6

Só tu, Pastor ditoso,  
 Só tu sabes prezar o delicioso  
 Documento da esperta natureza:  
 Sobre a silvestre cana atando a palha,  
 De própria mão solícita trabalha  
 Tua dócil destreza:  
 Entro, e registro esta adorável choça;  
 Que coisa há que não possa  
 Arrebatá-me aqui! É tosca, é rude  
 Mas nela vive a Paz, vive a Virtude.

## 7

Nem quando o cão celeste<sup>15</sup>  
 Queima os campos, receias que te creste  
 O raio abrasador; nem quando aos ares  
 Solta o vaso Órion de horrores cheio,<sup>16</sup>  
 Eu vejo que te assusta algum receio  
 Dos procelosos mares:  
 Recolhido no pobre, humilde abrigo  
 Ao doce sono amigo  
 Rendes os laços membros; teu cuidado  
 Só no romper da luz te chama ao gado.

## 8

Em que funestos Laços  
 Não vive o Grande nos dourados Paços!  
 Que imagens de desgosto, e de agonia

<sup>15</sup> Os raios são aí designados como “Cão Celeste”.

<sup>16</sup> Órion, na Mitologia Grega, era filho de Poseidon e de uma mortal. Atraído pelas Plêiades, filhas de Atlas, e sem saber como encontrá-las, Zeus mostrou a Órion um caminho nas estrelas para chegar até elas; caminho este que ficaria conhecido como a Constelação de Órion. A expressão “solta o vaso Órion” aí se refere ao derramar das tempestades e raios do Céu.

Em cada Jaspe liso não descobre?  
Se é que o debuxo de Sidonia<sup>17</sup> cobre  
    O leito, em que dormia,  
Se a cabeça descansa em mole pena,<sup>18</sup>  
    Qual hora tão serena  
O viu jamais no seu repouso? Unido  
Ao vaidoso aparato anda o gemido.

9

Choras, mas porque queres,  
Tu forjas o punhal com te feres.  
Deixa os soberbos Feitos, vem comigo  
Habitar esta rústica cabana;  
A orgulhosa ambição, a inveja insana  
    Aqui não tem abrigo;  
A paz suave nestes campos mora;  
    Desde que rompe a Aurora  
Até que o Sol se esconda no horizonte  
Tudo é prazer, ó Grandes, neste monte.<sup>19</sup>

10

A prática inocente  
Entretém junto ao lume a simples gente,<sup>20</sup>  
Que aos seus rediz recolhe o manso gado;  
Não se ouve murmurar da mão que erguera  
Ao grau mais algo ao vil da baixa esfera:  
    Não se fala do Estado  
De algum Ímpio, que a grande soma ajunta;

---

<sup>17</sup> Sidônia, na Antiguidade, era a região do Líbano. Os gregos chamavam os sidônios de fenícios. Ainda existe a cidade de Sídon, no Líbano atual. O poeta se refere ao risco, à planta, ao projecto arquitetônico da cidade de Sídon.

<sup>18</sup> “Mole pena” era expressão usual dos poetas para designar os travesseiros, feitos de pena de aves.

<sup>19</sup> Os montes e penhas, nos primeiros poemas após o retorno de Cláudio Manuel da Europa, seriam sinais de martírio, melancolia, degredo. Agora assumiriam, na ode, uma conotação positiva.

<sup>20</sup> Mais do que convenção bucólica, aqui está retratado o velho costume rústico de se sentar prazerosamente em volta da fogueira, ainda típico no interior das Minas; tradição comumente associada às modas de viola e aos “causos” divertidamente contados pelos mais velhos.

Tão pouco se pergunta  
Quando a mercante Nau ao porto cheia  
Há de voltar da oriental areia.

### 11

Se em cólera abrasada  
Fere de Marte a fulminante Espada,  
Não pense que dos Pórticos, e Torres  
Abandone a magnífica estrutura;  
Ela não descerá soberba, e dura.  
Sobre esta área que corres;  
Onde de balde à militar Licença  
O roubo se dispensa;  
Dos carbúnculos, das pérolas, e do Ouro  
Tinge, ou esmalta o vencedor o Louro.<sup>21</sup>

### 12

Eu te beijo, e saúdo,  
Habitação bendita, ao dente agudo  
Da macilenta inveja aqui resisto;  
Edificai Palácios, vós, que a pele  
Prezais entanto, do Carneiro de Helle;  
Mas vede, que com isto  
Dais ao tirano, que inda Roma acusa  
As chamas, em que a Musa  
Do cantor grego se deleita, enquanto  
O Simoenta ardia, e ardia o Xanto.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> Carbúnculos são rubis. Estes são versos fortes, que dizem da forma como os conquistadores se apossam das riquezas das terras para tingir, ou esmaltar, as suas coroas.

<sup>22</sup> O carneiro de Hele era, na Mitologia Grega, um carneiro voador feito com lã de ouro, que o Deus Hermes usara para salvar Frixo e sua irmã Hele. Simoenta é o nome de um rio próximo à cidade de Tróia; Xanto era um dos rios da antiga província romana da Lícia. Ambos arderam em fogo e foram cantados nos poemas homéricos. No poema, em riquíssimo jogo metonímico, Cláudio Manuel diz do apreço que os grandes têm pelo ouro, pelas riquezas materiais, atraindo com isso para si as mesmas chamas com que os deuses castigaram os rios, nos poemas de Homero.

13

Se o filho de Agripina  
A cena iguala da fatal ruína  
É porque às altas Torres de Tarpeia  
Correspondem do Dárdano as muralhas.  
Os Capitéis, os Frisos, as Cimalhas  
Lhe dão do Ílion a ideia;  
Não fora assim, se em míseras cabanas  
Visse as Legiões Romanas  
Postadas junto ao Tibre, qual um dia,  
Quando a Virtude ao Luxo em vão cedia.<sup>23</sup>

14

Sagrada temperança,  
Divino dom do céu por ti se alcança  
O bem, que a instável Roda não altera.  
Feliz o sábio por ti vive; nada  
Do Macedônio o inquieta a vista armada;  
Maior se considera  
Que o vencedor da Pérsia; ele suspira;  
Confessa, que delira:  
Pouco importa, que sobre a Terra mande:  
Pode Alexandre ser, mas não ser grande.

---

<sup>23</sup> Versos que hoje nos afiguram, juntamente com a estrofe anterior, como os de maior complexidade do poema, dada pela própria erudição do poeta; que se utiliza facilmente do seu conhecimento para tecer relações metafóricas e metonímicas de grande riqueza estética e retórica. O filho de Agripina, no poema, é Calígula (12-41 d.C.), imperador Romano, conhecido também pela sua extravagância nos projetos de construção de grandes monumentos, a maioria deles de utilização privada. Tarpéia, na Roma antiga, era uma das encostas do monte Capitólio, usada para a execução de traidores do Império. No Capitólio foram erigidos suntuosos templos em louvor aos deuses do Olimpo. Dárdano, um dos últimos reis mitológicos da Grécia, teria fundado a Dardânia e um dos seus filhos, Tros, erguido a cidade de Tróia. Capitéis, frisos, cimalhas, são nomes que designam alguns elementos da arquitetura greco-romana, mas que permaneceram usuais até o neoclássico. Ílion é o nome que também designa Troia, na *Iliada* de Homero. Os versos desta estrofe querem dizer que a “fatal ruína” a que levaria a vaidade da construção dos grandes monumentos é igual, seja em Roma, seja em Tróia, independente dos elementos arquitetônicos. Vaidade do luxo, inimiga da virtude, que não beneficiaria aqueles que servem, pois “em míseras cabanas” se postavam, “junto ao Tibre”, “as legiões romanas”.



# Tradução





## O século XIX frente às correspondências<sup>1</sup>

José-Luis Diaz<sup>2</sup>

Brigitte Hervot (Trad.)

Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo / Brasil

biche@uol.com.br

Cláudia Valéria Penavel Binato (Trad.)

Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo / Brasil

claudiapbinato@uol.com.br

Será o século XIX o das correspondências? É isso que a atualidade do gênero epistolar, a qual permanece hoje amplamente dependente dele, nos levaria a dizer. Longe, entretanto, de aceitar tal preeminência, os especialistas dos dois “grandes séculos” anteriores falam em seu próprio interesse, não sem vantagens. Em 1895, em seu prefácio da obra *Choix de lettres du XVII<sup>e</sup> siècle*, Gustave Lanson considera como não muito importante o tesouro epistolar do final do século – ainda escondido na sua maioria, como ele reconhece –,<sup>3</sup> comparado ao do século de M<sup>me</sup>

---

<sup>1</sup> Texto original: DIAZ, José-Luis. Le XIX<sup>e</sup> siècle devant les correspondances. *Romantisme. Revue du dix-neuvième siècle*, n. 90, p. 7-26, 1995.

<sup>2</sup> Universidade Paris-Diderot et Société des études romantiques et dix-neuviémistes.

<sup>3</sup> “Nossa decadência a esse respeito não é demonstrada. É preciso pensar que, se o século XIX é menos rico em cartas que seus antecessores, é porque esse século ainda continua, e porque as correspondências íntimas, pela própria definição delas, escapam ao conhecimento do público. Só depois da morte dos principais interessados que se publicam em geral as correspondências. Várias cartas charmosas do século XVII só foram conhecidas hoje: cada ano tem suas descobertas e tornam famosos mortos de duzentos anos. Quem sabe se o próximo século não terá suas revelações?” Cabe a Lanson de relacionar o “tesouro de cartas contemporâneas”: Napoleão, Talleyrand, Joubert, Constant, M<sup>me</sup> de Rémusat, Courier, Jacquemont, Lamennais, Balzac, Doudan, G. Sand, Mérimée, Quinet, etc. (“Sur la littérature épistolaire”, introdução à *Choix de*

de Sévigné. Georges May, por sua vez, consagra um belo artigo que responde a essa pergunta-título: “A literatura epistolar data do século XVIII?”<sup>4</sup> A resposta é, como de se esperar, afirmativa para a explicação – ligeiramente ilusória – de que haveria evidente cumplicidade entre o século da liberdade e a liberdade do gênero epistolar.

Em finais de séculos, serão esses chauvinismos vãos? Talvez. Mas, neste momento em que a nossa sociedade se mobiliza para um colóquio internacional sobre “A invenção do século XIX”, talvez não seja tão inútil dedicar um número de *Romantisme* para discutir de forma geral a relação do “nosso” século com “o gênero epistolar”. Questão bastante pertinente, já que esse modo cavalheiro de proceder permite contrabalançar, desta vez, o tranquilo “um por um” monográfico que é o pedacinho ao qual convidam as correspondências.

É o próprio século XIX, ávido por sínteses históricas, que se perguntou acerca de sua relação com o gênero epistolar. E, muitas vezes, viveu essa relação – como no caso de Lanson – no nível do complexo de inferioridade: o século XIX sente-se pequeno em comparação com o de Voltaire. Diante do século anterior, talvez não mais livre do que ele, mas certamente mais mundano, portanto, mais adequado para cultivar essa aristocrática “estética da negligência”<sup>5</sup> considerada durante muito tempo o *nec plus ultra* do *savoir-faire* epistolar, o século romântico certas vezes se lembrou de que era também um vil século burguês... Isso explica a generosidade “senhorial” manifestada por Barbey d’Aurevilly quando reconhece que “a Correspondência”, essa “fonte amada do século XVIII que foi algumas vezes um néctar”, foi efetivamente uma especialidade do século passado:

A correspondência é, de fato, o talento próprio do século XVIII. Nenhum século tem mais cartas que ele no seu acervo literário. Nem antes, nem depois, nenhum século escreveu mais cartas que o século XVIII [...]. Fez um uso excessivo delas, como de tantas coisas. A

---

*Lettres du XVII<sup>e</sup> siècle*, Hachette, 1895, retomado em *Essais et méthodes de critique et de história literária*, apresentados por Henri Peyre, Paris, Hachette, 1965, p. 278-279).

<sup>4</sup> Seu artigo (*Studies on Voltaire*, v. LVI, 1967, p. 823-844) dedica-se a saudar as grandes edições de correspondências então quase terminadas: Voltaire (Théodore Bestermann), Rousseau (Ralph A. Leigh) et Diderot (Georges Roth).

<sup>5</sup> Sobre esse tema, ver Roger Duchêne, “L’esthétique de la négligence: le cas particulier de la lettre”. *Écrire au temps de M<sup>me</sup> de Sévigné*, Paris, J. Vrin, 1981, p. 47-61.

carta era uma forma do pensamento que esse século adorava. O romance do tempo, o romance loucura, o romance usurpador de glória, o romance que não deixava as duquesas vestidas saírem e irem ao baile, *La Nouvelle Héloïse* é escrito em cartas [...].

Fica difícil discordar de tal julgamento sustentado por uma análise inspirada.<sup>6</sup> Mas observamos, contudo, a que ponto a opinião desse mestre das elegâncias epistolares tornou-se tributária daquilo que era então um florescente mercado editorial de correspondências e se abeberava em grande parte no “néctar” do século anterior.<sup>7</sup> Moralidade? Se quiser dar a esse debate histórico bases mais sadias, deve-se levar em conta o fato de que as correspondências são objetos complexos: objetos em parte diferidos, destinados, em um segundo tempo, a um consumo póstumo. Uma quádrupla temporalidade as afeta: a de sua *produção-circulação* inicial; a de sua circulação sob forma de cópias manuscritas; depois,

---

<sup>6</sup> Barbey demonstra que a correspondência combinava muito bem com a forma de pensar do século, sobretudo porque era a forma mais apropriada para expressar a efervescência inquieta e libertina dos pensadores após uma época de rigor. Enquanto M<sup>me</sup> de Sévigné e M<sup>me</sup> de Maintenon foram “toda a *epistolatura*” de um século “com grandezas públicas, que tinha mais do que fazer do que se olhar na alma”, no século XVIII, ao contrário, “homens e mulheres fugiram e se atiraram nas correspondências; nessa forma de cartas em que o eu rola como a mula na grama e pode se deitar à vontade. As mulheres, sobretudo, esses Narcisos de seus sentimentos, olharam-se nas cartas como em um espelho, mas os próprios homens foram logo os Sardanapalos desse espelho. As cartas foram talvez, naquele momento, o melhor da literatura”. Notamos, contudo, que Barbey “romantiza” um pouco demais o Século das Luzes, projetando nele uma concepção romântica do gênero epistolar que vale para Julie de Lespinasse ou para Diderot e não para Voltaire (“Correspondance inédite de la comtesse de Sabran et du chevalier de Boufflers”, *Le Constitutionnel*, 17 de março de 1875, retomado em *Les Œuvres et les Hommes, Littérature épistolaire* – doravante abreviado em *Litt. épist.* –, Paris, Alphonse Lemerre, 1892, p. 259).

<sup>7</sup> A esse respeito, nós mesmos estaríamos, portanto, certos ao conceder a preeminência ao século XIX, pois, apesar de uma relativa aceleração da história, nossa atualidade epistolar permanece de fato, na sua maioria, a do século anterior, como gostava de observar um erudito tão experiente como Jean Pommier. Extraía disso a consequência radical que “o século XX era o século das correspondências”. Ver o testemunho de Roger Pierrot (“Éditer une correspondance”, em *L’Œuvre de l’auteur, Études sur la correspondance de Flaubert*, Presses Universitaires de Vincennes, col. “Essais et savoirs”, 1993, p. 21).

para as poucas que merecem, a de sua *publicação*; seguida, enfim, para alguns raros eleitos, de sua *consagração* ao entrar no Panteão literário. É somente nesse momento que, mudando radicalmente de natureza, as cartas se transformam em “literatura epistolar”.<sup>8</sup> Distinções que foram até agora negligenciadas, sem dúvida, por causa de nossa tendência em considerar espontaneamente as cartas como simples documentos biográficos, indignos da consagração literária (ao contrário do que se praticou no século passado).<sup>9</sup>

### Literatura epistolar

Se, em matéria de “correspondência”, não se sabe qual dos dois séculos, candidatos à preeminência, merece os louros, em matéria de “literatura epistolar”, é de fato o século XIX que parece estar em melhor posição: por causa, não tanto de seu suposto “talento” epistolar, mas da industrialização das editoras, as quais, ao se aproveitar do interesse *voyeuriste* do público pela “vida privada”, multiplicam as edições de correspondências. Resta fazer uma correção a essa constatação – e que muda bastante as coisas, há de se convir: a literatura epistolar instaurada pelo século XIX, a título de produção editorial regular, foi em grande parte tirada do século anterior.

Mas, vamos deixar de lado essa contribuição do Século das Luzes para a “glória epistolar” de seu sucessor. Essa “invenção” de uma verdadeira “literatura epistolar”, instalando-se no “tesouro das letras” e contribuindo para modificar o equilíbrio geral, é de fato um “acontecimento” característico do século XIX. “Acontecimento” esse

---

<sup>8</sup> Retomo a frase expressiva que serviu como título ao volume no qual, em 1892, foram reunidas as principais recensões críticas que Barbey de Aureville dedicou às edições de correspondências. Nas contribuições desse mesmo volume, Barbey fala correntemente dos “escritores epistolares”. É também da “literatura epistolar” que trata o estudo de Lanson.

<sup>9</sup> Resta escrever uma história da “literatura epistolar” que seguiria a curva da constituição em *corpus* das grandes correspondências lendárias: Cícero, M<sup>me</sup> de Sévigné, Voltaire, Diderot, etc. As pesquisas disseram respeito, essencialmente até agora, a M<sup>me</sup> de Sévigné. Ver NIES, Fritz, *Gattunspoetik und Publikumstruktur. Zur Geschichte der Sévignébriefe*, München, 1972, e também o colóquio da SHLF sobre a fortuna de M<sup>me</sup> de Sévigné (Paris, novembro de 1995). Para os séculos clássicos, uma síntese indispensável é dada pelo estudo de Janet Altman, citada em nossa introdução.

reforçado por outras evoluções concomitantes que contribuem para dar a esse século um lugar de destaque em matéria de gênero epistolar.

A primeira é o desenvolvimento quantitativo sem precedente das trocas postais que multiplicou o fluxo global das cartas: vitória para a quantidade! A segunda é a aceleração industrial da produção de *secretários* epistolares à qual se assiste e cuja evolução pode ser acompanhada no estudo muito bem documentado de Cécile Dauphin.<sup>10</sup> Encontra-se aí o sinal evidente de uma tentativa de dominação simbólica pela classe média, com fins de sucesso pessoal, de um instrumento de comunicação (e, portanto, de poder) obscuramente sentido como sendo de origem aristocrática. Enfim, o século XIX caracteriza-se também por uma outra tendência, que em parte é a causa dessa expansão editorial: a generalização da aprendizagem sistemática da arte epistolar no âmbito das diversas instituições de educação, em particular as destinadas aos “jovens”. A impressionante lista de manuais epistolares, reunida por Cécile Dauphin, testemunha esse grande movimento pedagógico, do qual permaneceu, na primeira metade de nosso século, o costume – hoje, cúmulo do obsoleto – de propor narrações e dissertações em forma de cartas. Seu próprio título indica o uso escolar de uma boa parte deles.

Se cabe aos historiadores explorar essa tripla mutação, convém, realmente, a nós “literatos” tomarmos consciência do duplo acontecimento que o desenvolvimento das edições de correspondência e a sua entrada no Panteão literário constituíram. Sua consagração é marcada pelo espaço substancial que a crítica, seguida pelos manuais de história literária do tempo, cede à literatura epistolar: Sainte-Beuve e Barbey d’Aurevilly, por um lado, Villemain, Nisard,<sup>11</sup> Brunetière e Lanson, por outro. Com exceção de M<sup>me</sup> de Sévigné, os manuais de hoje, em contrapartida, negligenciam soberbamente a produção epistolar,

---

<sup>10</sup> “Les manuels épistolaires au XIX<sup>e</sup> siècle”, em *La Correspondance. Les usages de la lettre au XIX<sup>e</sup> siècle*, obra coletiva sob a direção de Roger Chartier, Fayard, 1991, cap. IV, p. 209-272.

<sup>11</sup> Uma pesquisa nos tomos III e IV da *Histoire littéraire de la France* de Désiré Nisard (1849-1861), esse “reacionário” em política como em literatura, possibilita perceber a posição concedida à M<sup>me</sup> de Sévigné (15 páginas no t. III, dividida, é verdade, com Saint-Simon), e à correspondência de Voltaire (9 páginas no t. IV). Esta última é apreciada, certamente, porque possibilita o acesso ao “homem”, e porque é “o mais charmoso, o menos contestado dos títulos de Voltaire”, mas é situada abaixo da de Cícero, porque menos preocupada com os valores familiares.

porque eles a consideram como fora do “espaço literário” no sentido estrito, recortado de outra forma (com um privilégio que podemos julgar exagerado em favor dos textos de ficção, teatro e romance).<sup>12</sup> Para os pioneiros da história literária que orientavam então a doutrina pedagógica dominante, reconhecer a importância das qualidades da arte epistolar era, ao contrário, uma tradição. Cícero, Plínio, M<sup>me</sup> de Sévigné, seguida por sua sombra, M<sup>me</sup> de Maintenon – promovida educadora de todas as crianças da França –,<sup>13</sup> Voltaire, Rousseau, todos são os grandes nomes daquilo que surge então como uma importante província da literatura “clássica”, como mostram as “quartas capas” dos antigos volumes encadernados das edições Charpentier, Garnier frères e Michel Lévy. Esses “epistolares” (como então se dizia) eram dados de bom grado como “modelos” aos alunos, sobretudo porque os programas os obrigavam a aprender como redigir cartas. Mas houve também duas razões complementares desse interesse pedagógico pelas correspondências. A primeira é que o corpo professoral do secundário, clássico por gosto, apreciava dar como exemplo a divina fluência de M<sup>me</sup> de Sévigné e de Voltaire, para opô-lo às nefastas contorções estilísticas da língua literária da época. A segunda é que os universitários do “ensino superior” obedeciam aos reflexos da história literária emergente, que, desde Sainte-Beuve, se acostumaram a depurar os documentos epistolares.

Eis a novidade fundamental, pois no gosto que o século XIX manifesta pelas correspondências, pesa muito o respeito de historiador para com esses “documentos pessoais”. A carta que o século XIX idealiza não é mais essa mídia esperta que permitia, à vontade, confidências e felizes negligências, como a considerou o século de Voltaire. Como o século XIX é o século da historização generalizada dos fenômenos e dos enunciados, a carta – inclusive o bilhete que se escreve logo de manhã –

---

<sup>12</sup> A prática do século XIX era diferente a esse respeito, e a proporção *ficção/não ficção* menos desproporcional do que hoje. O movimento de “intransitivização” da literatura agravou-se atualmente, a ponto de reconhecer que não há nenhum diálogo possível entre escritores (limitados ao papel de carteiros da ficção) e intelectuais e/ou críticos. Talvez seja a hora de reagir...

<sup>13</sup> Como mostrou o livro de Antoine Compagnon, *La Troisième République des Lettres*, Seuil, 1983. Ver também o relatório que Sainte-Beuve dedica à edição em dez volumes fornecida por Th. Lavallée das *Lettres sur l'éducation des filles*, por M<sup>me</sup> de Maintenon (1854), *Causeries du Lundi*, t. XI, p. 105 e seguintes.

é desdobrada: registro emocionante do instante efêmero é, de antemão, também “espaço de memória”.

A carta não é mais simples substrato ocasional de troca; torna-se objeto de coleção. São pedaços de cartas que constituem o essencial do tesouro de “autógrafos” que qualquer dona de casa um pouco sofisticada tem de reunir em seu “álbum”, como garantia de suas pretensões de “mulher superior”. Por isso, o cromo da bela colecionadora de salão, mendigando de seus *galanteadores* literários algumas migalhas caídas de suas caixas de correio: frequentemente simples pedidos de entradas de espetáculo, mas da autoria de um mestre no topo na hierarquia das adulações. No supremo grau dessa escala, há o inestimável cofre de M<sup>me</sup> la Comtesse de Castelbajac. E entendemos a emoção que ela suscita na envelhecida “Occitânica” de Chateaubriand, devotamente fiel a seu esposo, mas abrindo, sempre tremendo, o tesouro postal que recebeu na sua juventude de um elegante sexagenário (1829).<sup>14</sup>

Esses instintos de colecionador não se restringiram às mulheres. O bom Theo lembra-se com emoção da “Caixa verde” que, durante muito tempo, conteve as cartas de seus cúmplices Jeunes-France.<sup>15</sup> E basta citar os simples nomes de Feuillet de Conches e do Visconde de Lovenjoul para lembrarmos que as coleções de autógrafos epistolares, exceto seu valor sentimental, começaram então a adquirir também um valor mercantil. Relativo de certo – já que se conhece o baixo preço das aquisições fabulosas do “caro visconde”, que fazem os colecionadores de hoje babar de inveja –, mas, contudo, crescente. O que aumenta a dignidade dessas coleções é o interesse novo que lhes concedem os historiadores e os críticos. De simples brinquedos de “antiquário”, as cartas elevam-se à dignidade de objetos históricos. Por isso, a atenção mais escrupulosa que lhes dão os colecionadores familiares que se transformam em historiógrafos de sua linhagem. Por isso, também os

---

<sup>14</sup> Ver Léontine de Villeneuve, Comtesse de Castelbajac, *Mémoires de l'Occitanienne. Souvenirs de famille et de jeunesse*, Paris, Librairie Plon, 1927.

<sup>15</sup> Ver Théophile Gautier, *Histoire du romantisme*, [1874] “Les Introuvables”, p. 82 e seguintes. “La force de la lettre”, como nota Gautier, é que ela diz: “Remember!” (p. 87).

falsários – o célebre Vrain-Lucas,<sup>16</sup> ou Arsène Houssaye.<sup>17</sup> Por isso, sobretudo, a propensão dos editores em procurar, no estoque epistolar, cópia gratuita e publicações picantes.

Para essas pesquisas bibliométricas que estão começando a ser feitas hoje, é um belo programa constatar, com métodos fiáveis, a crescente importância, no decorrer do século, das edições de correspondências. Enquanto isso é preciso se contentar com esses sinais esparsos que testemunham essa moda editorial. Por falta de dados, a impressão dos críticos, esses observadores profissionais dos fluxos editoriais, revela-se. Eles esboçam, grosso modo, uma cronologia; deixam entrever uma progressão regular, da qual observaremos, aqui, apenas dois tempos fortes.

### Duas explosões de correspondências

Muito tempo após a época de sua difusão, Sainte-Beuve lembra-se das edições que, por volta de 1806 (data de seu próprio nascimento), saíram, em um tiro certo, das prensas da livraria Leopold Colin:<sup>18</sup> com certeza, um momento privilegiado, por ter ficado, assim, legendário. Os anos seguintes a esse período do Império são férteis em acontecimentos editoriais da mesma ordem. Em 1812, o *Mercur* atesta isto: “as correspondências familiares, as memórias particulares estão muito em moda”.<sup>19</sup> É verdade que o interesse do público é então alimentado por iguarias. Opinamos sobre isso com base nas coletâneas que, por volta de 1810, estão na mesa de Sismondi, como o revela

---

<sup>16</sup> A condenação desse célebre falsário (acusado de ter vendido cartas apócrifas ao academicista Michel Charles) data de 17 de fevereiro de 1870. Ver Georges Girard, *Le Parfait Secrétaire des grands hommes, ou les lettres de Sapho, Platon, Vercingétorix, etc., mises au jour par Vrain-Lucas*, avec quatre fac-similés, Paris, La Cité des livres, 1924.

<sup>17</sup> Denunciado tanto por George Sand (*Correspondance*, éd. G. Lubin, t. XVIII, p. 113-114) quanto por Edmond de Goncourt (*Journal, Mémoires de la vie littéraire*, Paris, Robert Laffont, col. “Bouquins”, t. III, p. 262).

<sup>18</sup> “Reimprimia-se e publicava-se então, em torno de 1806, na editora Léopold Colin, uma quantidade de cartas do século XVII e do início do século XVIII, de M<sup>lle</sup> de Montpensier, de Ninon, de M<sup>me</sup> de Coulanges, de M<sup>lle</sup> de Launay, etc.; M<sup>lle</sup> de Meulan fala das cartas como teria feito uma das citadas, como se ela fosse contemporânea delas com um pouco de atraso [...]” (“Madame Guizot (née Pauline de Meulan)”, *Portraits de femmes* [1844], Paris, Garnier frères, [s.d.], p. 232).

<sup>19</sup> *Mercur de France*, 30 de maio de 1812, p. 403.

sua própria correspondência com M<sup>me</sup> de Albany: as *Lettres* de M<sup>lle</sup> de Lespinasse (1809), as *Lettres et pensées* do príncipe de Ligne, publicadas por Germaine de Staël (1809), a correspondência de M<sup>me</sup> du Deffand com Walpole (1810).<sup>20</sup> É a época (1813) em que se publica a *Correspondance* de Grimm que, apesar de seu estatuto especial, parece participar, de fato, do mesmo fenômeno.<sup>21</sup> E é todo esse período do Império e o da Restauração que se caracterizam por um fluxo editorial de correspondências e de memórias do século anterior, as quais enfim saem das caixas de papelão.<sup>22</sup> No final das três primeiras décadas do século, a publicação das cartas de Diderot à Sophie Volland (1830) é uma data-chave. Ao coincidir com a redescoberta de seus *Salons*, é o sinal de um renascimento para Diderot, mas também de uma romantização utópica do gênero epistolar, possibilitada pela prosa rapsódica do mais artisticamente comovido dos “filósofos”. Sainte-Beuve não perde a chance de saudar o acontecimento em um artigo que supostamente serviu de mensagem criptográfica mandada a Adèle Hugo.

O prazer perdura, perdura também a emoção sob o Segundo Império. Os séculos XVII e XVIII continuam servindo como reservas sem fundo, perseguidas em seus recantos. Mas começa-se também a ver surgir as cartas das celebridades do início do século: Paul-Louis Courier (1852), Leopold Robert (1854), Stendhal (1855), Balzac (1856-1858), Lamennais (1858), Napoleão I<sup>er</sup> (1858-1869), Béranger (1860), Tocqueville (1861-1865), Eugénie de Guérin (1864), Proudhon

---

<sup>20</sup> É Sainte-Beuve que comenta o fato no artigo que dedica a Sismondi, em seus *Nouveaux Lundis* (“Sismondi. Fragments de son Journal et Correspondance. Lettres inédites à M<sup>me</sup> de Albany”, 2<sup>o</sup> artigo, 14 de setembro de 1863, t. VI, p. 52). Doravante, utilizaremos as abreviações seguintes: *CL* para as *Causeries du Lundi* e *NL* para os *Nouveaux Lundis*.

<sup>21</sup> Assim testemunha o comentário feito pelo *Mercur*: “Toda a nação poética tremerá se se publicar ainda semelhantes coletâneas de cartas” (outubro de 1812, p. 119).

<sup>22</sup> Em 1818, são publicadas duas edições concorrentes da correspondência de Galiani com M<sup>me</sup> de Épinay (ver *CL*, t. II, p. 440); em 1820, as cartas escritas de Cirey por M<sup>me</sup> de Grafigny sobre o casal Voltaire-M<sup>me</sup> du Chatelet; o ano seguinte, as cartas de M<sup>lle</sup> Curchod (a futura M<sup>me</sup> Necker) a M<sup>me</sup> de Brenles: *Lettres diverses recueillies en Suisse*, pelo Conde Fédor Golowkin, Genève, 1821 (ver *CL*, t. IV, p. 245). Publicadas parcialmente desde o século precedente, as coletâneas das cartas de Rousseau e de Voltaire ampliam-se, graças ao trabalho dos eruditos: Musset-Pathay, o pai de Alfred, no que diz respeito a Rousseau (1821).

(1865),<sup>23</sup> Marceline Desbordes-Valmore (1869), etc., o que não deixa de acrescentar ao gênero epistolar um tempero de atualidade.

Começam então surgir os reflexos cientificistas que serão os da história literária. Os eruditos estão presentes e coniventes com os simples amadores. Felicitam-se os editores por textos mais seguros, por notas e por “prefácios” que precedem os textos que publicam, tudo com o objetivo de colocar discretamente à disposição do leitor “tudo aquilo que ele deve saber para primeiramente se sentir bem nesta boa companhia, para compreender subtendidos as alusões e os gracejos habituais”.<sup>24</sup> Em matéria de edições de correspondências, o valor das fontes manuscritas aumenta. Encantado por poder deflorar, sozinho, fundos de arquivos privados, Sainte-Beuve testemunha de modo exemplar o clima desse novo período para cuja definição ele dá grande contribuição. Como se quisesse ocupar todo o espaço, ele transforma-se também em conselheiro editorial e em autor de prefácio: maneira de se atribuir com exclusividade o papel de “grande *legitimador*”. Operação bem-sucedida, pois, em matéria de literatura epistolar, é ele de fato que, durante muito tempo, controla boa parte do território, esperando que outros mais espertos venham balançar seu império: Barbey de Aurevilly ou os Goncourt.

Ainda tímidas, algumas preocupações quanto à autenticidade começam a nascer. Primeiramente, Sainte-Beuve recebe com avidez a autorização que Feuillet de Conches lhe dá para mergulhar nos documentos de Hubert Robert,<sup>25</sup> depois se volta contra esse hábil colecionador. Denuncia-o, quando percebe que algumas das pretensas cartas autografadas de Marie-Antoinette, publicadas por ele, são falsas. Graças à M. d’Arneth, uma edição, publicada em Viena, que se abebera nas verdadeiras fontes, acaba, com efeito, de revelar a manipulação de um “orador hábil”. Quanto a Sainte-Beuve, bom perdedor, só lhe restava notar que “na Antiguidade, esses tipos de falcatruas eram frequentes e constituíam, até mesmo, um tipo de literatura epistolar não de todo

---

<sup>23</sup> Ver o estudo de Sainte-Beuve, “Proudhon étudié dans ses correspondances intimes”, *Revue contemporaine*, outubro-novembro-dezembro de 1865, depois em *P.-J. Proudhon, sa vie et sa correspondance, 1838-1848*, Michel Lévy, 1872.

<sup>24</sup> Sainte-Beuve, “*Correspondance inédite de Madame du Deffand*”, 9 de maio de 1859 (*CL*, t. XIV, p. 219).

<sup>25</sup> “*Léopold Robert, sa vie, ses œuvres et sa correspondance*, par M. F. Feuillet de Conches”, 1º artigo, 24 de agosto de 1854 (*CL*, t. X, p. 410).

desprezível”, e jurar que não se deixaria mais enganar. É a ocasião para ele citar de forma elogiosa um artigo de Gaston Paris publicado na *Revue critique*, e acatar a regra de prudência científica exposta por esse pioneiro dos estudos medievistas.<sup>26</sup>

Apesar de certas aparências, Sainte-Beuve não pertence realmente a essa geração de historiadores da literatura que abre o caminho para aquilo que será o lansonismo. Esses jovens da Sorbonne e da Escola Normal lhe escrevem com fervor, reconhecem-no como um mestre; mas, ele se mantém à distância. Seduzido por seu jovem colega Gandar, revolta-se quando um desses moços, autor de uma copiosa tese na Sorbonne, vangloria-se de ter editado a correspondência de M<sup>me</sup> des Ursins. Sua introdução é escrita em uma língua que faz todas as epistológrafas do Grande Século se revirarem no túmulo.<sup>27</sup>

A posição de Sainte-Beuve é ambígua também no que concerne à edição – fiel aos originais e cheia de vida – das cartas de M<sup>me</sup> de Sévigné que Adolphe Régnier publica, em 1861 (para substituir a velha edição de Monmerque, imposta como regra no decorrer do século). Admirando esse texto mais vivo e mais cru, cita passagens que o satisfazem: aquelas que exageram o lado rústico dessa “boa comadre” bem francesa e aquelas que permitem reencontrar, sob os arranjos da edição Perrin, “as naturais e divinas negligências de um autor encantador que nunca sonhara em ser autor”.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> “Quando documentos, de qualquer natureza que seja, que se apresentam sem garantias absolutas, são justamente aqueles que, de acordo com nossos conhecimentos, poderíamos ter fabricado ou que teríamos simplesmente esperados, esses documentos são quase sempre falsos”(Gaston Paris, artigo do 6 de outubro de 1866, citado por Sainte-Beuve, em “Marie-Antoinette. *Correspondance inédite* publiée par M. le Comte Paul Vogt de Hunolstein (suite et fin)”, 22 de agosto de 1864, *NL*, t. VIII, p. 382). Todo apêndice do artigo deve ser lido em razão da narrativa que Sainte-Beuve faz de sua descoberta da fraude.

<sup>27</sup> Ele se chama François Combes e “fez da princesa des Ursins o tema de uma dessas teses conscienciosas da Faculdade de Letras que se tornam tão facilmente livros”. Mas Sainte-Beuve irrita-se: “porque, quando se é tão familiar com as personagens do século XVII, quando se adentra tanto em sua conversação e sua correspondência, porque escrevemos de uma forma que lhes é tão estranha, que lhe seria tão antipática? (“La Princesse des Ursins. Ses lettres inédites...”, 8 de agosto de 1859, *CL*, t. XIV, p. 264-267).

<sup>28</sup> “Lettres de Madame de Sévigné, édition nouvelle publiée sous la dir. de M. Ad. Régnier, d’après les manuscrits et les copies les plus authentiques, avec une notice biographique par M. Paul Menard” (16 de dezembro de 1865, *NL*, t.I, p. 292). Esses

Porém, em uma digressão nostálgica, ele confessa entender mais ou menos a resistência dos velhos eruditos, seus colegas, incomodados com “esses pequenos tremores de terra ou de texto” em sua costumeira admiração.<sup>29</sup>

O próprio Sainte-Beuve se policia quando uma edição não expurgada das Memórias de M<sup>me</sup> Roland restabelece passagens escabrosas;<sup>30</sup> e mostra-se bastante prudente quando, em 1869, publica em seus *Portraits contemporains* trechos escolhidos a dedo das cartas que ele recebeu de George Sand: “É demasiado vivo, demasiado sincero, demasiado cheio sobretudo de nomes próprios, para poder ser dado por inteiro”.<sup>31</sup> Isso só confirma uma constatação que se faz frequentemente: “Nada é menos intacto, menos *original* que a carta nas coletâneas do século XIX”.<sup>32</sup> Essa infidelidade sistemática aos autógrafos choca-se com nossos princípios: na mente dos contemporâneos, era o preço a pagar para permitir a esses documentos privados “adentrar na literatura”.

### Qual o discurso sobre o gênero epistolar?

Em quais representações se baseia esse gosto pelo gênero epistolar manifestado no século XIX? Há um imaginário sobre as correspondências

---

dois volumes (os únicos então à venda dos 14 volumes que deviam incluir a edição das cartas de M<sup>me</sup> de Sévigné) são os primeiros da Collection des grands écrivains de la France, lançada então pela livraria Hachette.

<sup>29</sup> “Algumas vezes, eu também sou como vocês, surpreendo-me lamentando que tudo não seja definitivo nesse mundo das letras, que é para nós um asilo e um tipo de Eliseu terrestre. Por que remexer sem cessar com os eruditos alemães o texto de Homero? [...] Cheguei às vezes a lamentar que o livro destinado a se tornar clássico, uma vez vindo à luz, uma vez entregue ao público e impresso, não se destruíram todos os manuscritos, todos os meios de um controle eterno e renascido: que não houve um regulamento definitivo e um acerto de contas que possibilitou toda segurança e inteira plenitude à admiração. Mas, não, nada de preguiça, é melhor [...] Não vamos nos congelar no clássico, vamos sempre nos banhar nele” (*NL*, t. I, p. 286). – Belo tema de meditação para nossos atuais “geneticistas”...

<sup>30</sup> Onde Manon confessa as agressões sexuais que sofreu na juventude por parte de um funcionário de seu pai (ver o artigo sobre as “Mémoires de M<sup>me</sup> Roland, publiés d’après les manuscrits”, 4 de julho de 1864, *NL*, t. VIII, p. 193).

<sup>31</sup> *Portraits contemporains*, Paris, Calmann Lévy, 1891, t. I, p. 507.

<sup>32</sup> Alain Pagès, “Stratégies textuelles de la lettre à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle”, *Littérature*, n° 31, 1978, p. 110. Esse artigo constitui um bom panorama do estatuto literário das correspondências no fim do século.

um tanto unificado ou, ao contrário, diversos “discursos” heterogêneos? Esses discursos estão de acordo com a tradição crítica quanto a essa questão, ou eles demonstram, ao contrário, certa originalidade? Somente uma resposta a essas indagações permitirá definir o clima que acompanhou a ascensão da “literatura epistolar”. É muito fácil responder, sobretudo porque os críticos literários da época, muito assíduos em seguir as edições de correspondências, são também bastante eloquentes a respeito de sua própria filosofia da carta. Assim, mostram o controle ativo que eles exercem sobre os desenvolvimentos de um continente literário para cujo recorte eles contribuem fortemente. Sem a sanção dos melhores dentre eles – Sainte-Beuve e Barbey de Aureville, os mais notórios, mas também Lamartine e os Goncourt –, as cartas permaneceriam simples documentos. Graças à intervenção dos mestres da crítica, elas começam a constituir um “gênero” de literatura, e mais ainda, um tipo de novo paradigma intelectual.

## Resistências

Contudo, nem por isso se deve acreditar que essa fome de correspondências não teve contrapartida. As resistências são inúmeras no decorrer do século. Dizem respeito tanto às edições de correspondências e aos romances por cartas, quanto ao “estilo epistolar” propriamente dito.

Não são raros então os escritores que, como Rousseau, acham de bom tom declarar sua inaptidão para redigir uma simples carta: Chateaubriand, Renan, Baudelaire, Mallarmé.<sup>33</sup> Suas orgulhosas

---

<sup>33</sup> Chateaubriand proclama seus “desgostos pelo gênero epistolar” (*Correspondance*, Gallimard, t. I, 327). Renan tem vergonha de suas cartas e teme a sanção da posteridade: “Quanto à minha correspondência, será minha vergonha após minha morte se for publicada. Escrever uma carta é para mim uma tortura. Entendo que se exiba diante de dez ou diante de dez mil pessoas, mas não diante de uma pessoa!” (*Souvenirs d'enfance et de jeunesse*, Le livre de Poche, p. 102). Baudelaire confessa à M<sup>me</sup> Aupick que uma “carta [lhe] é mais difícil de escrever que um volume”. Mallarmé exclama um dia: “Abomino as cartas”. Todos seguem o exemplo de Rousseau, que explica, em suas *Confessions*, sua impaciência diante desse “gênero do qual [ele] nunca conseguiu pegar o tom e cuja prática tortura-o”: “Não escrevo cartas sobre quaisquer assuntos sem que isso me custe horas de cansaço ou se quero escrever logo o que me vem, não sei nem começar, nem acabar, minha carta é uma longa e confusa verbosidade: quase não se entende quando se lê” (Livre III).

proclamações de impotência valem como denúncia surda de um “gênero” famoso por ser demasiado sociável. Bom para os “fúteis” o “estilo epistolar”! Considerado, durante muito tempo, expressão dos salões aristocráticos, os românticos viam-no com maus olhos. Com uma frase lacônica, Vigny ataca a aridez da correspondência de M<sup>me</sup> de Sévigné: “É um salão que ela narra a um outro salão”.<sup>34</sup> George Sand – que também não “gosta muito” dela – qualifica em algum lugar as cartas como “escritas sem objetivo e sem alcance que servem para matar o tempo nas relações das pessoas da sociedade”.<sup>35</sup> Em Flaubert,<sup>36</sup> em Hugo<sup>37</sup> a ideia de “estilo epistolar” diverte, quando associada à imagem pouco gratificante de uma feminidade senil, que repete futilidades e se satisfaz com elas. Estilo para senhoras de idade! Mas é Maupassant que, de modo oposto, dará o grito mais dissonante:

Não posso escrever essas palavras pretensiosas sem que apareça a figura de meu professor do colegial que costumava nos dizer que o estilo epistolar era uma das glórias da França. Nós franceses, possuímos isso como temos o vinho Bordeaux e o Champagne. Estaria, contudo, propenso a acreditar que um tipo de filoxera literária atacou também esse ramo do gênio nacional. Assim, o estilo epistolar nos pertence, e M<sup>me</sup> de Sévigné o tornou perfeito. Portanto, glória ao estilo epistolar, um tipo de tagarelice escrita, familiar e espirituosa que permite expressar com agrado coisas banais que as pessoas bem-educadas tinham o dever de comunicar a seus amigos, de vez em quando.<sup>38</sup>

<sup>34</sup> *Journal d'un Poète*, em *Œuvres complètes*, Paris, Gallimard, “Bibliothèque de la Pléiade”, t. II, p. 1142.

<sup>35</sup> *Mademoiselle de La Quintinie*, Genève, Slatkine, col. “Ressources”, éd. de Simone Balayé, p. 99.

<sup>36</sup> Ver a definição irônica que o *Dictionnaire des idées reçues* dá do “Estilo epistolar”: “Tipo de estilo exclusivamente reservado às mulheres”.

<sup>37</sup> Ver em seus blocos (*Feuilles paginées III, 1834-1837*) suas zombarias em relação às “cartas de mulheres escritas por Ballanche”: “estilo epistolar de homem idoso que faz a barba a isso e que as veste de mulher” (*Œuvres complètes*, Club français do livro, t. V, p. 1009).

<sup>38</sup> “Le style épistolaire”, crônica publicada em *Le Gaulois* de 11 de junho, de 1888, retomada em *Choses et autres, Choix de chroniques littéraires et mondaines (1876-1890)*, éd. de Jean Balsamo, Le Livre de Poche classique, 1993, p. 88-93.

Se é preciso esperar o fim do século para encontrar essas revoltas de aluno de colegial contra o adestramento escolar “à correspondência”, rapidamente, a partir do início do século, ouvem-se zombarias contra os secretários epistolares – ridicularizados pela maneira sentenciosa com que programam a escrita do amor –,<sup>39</sup> e contra o romance por cartas. Foi dito frequentemente que, nessa época, o gênero estava em declínio, ao passo que, no século anterior, havia sido um dos pilares da hegemonia epistolar. Só sobrevive às custas de uma mutação profunda, que transforma os pretensos romances por cartas em eternas monodias solitárias, apenas “endereçadas”, conforme o modelo do *Oberman* de Sénancour ou das *Lettere di Jacopo Ortis* de Foscolo. Porém, quanto a suas manifestações tradicionais, o gênero é, doravante, suspeito porque prolixo e artificial. Por essa razão, provocam os sarcasmos de Hugo<sup>40</sup> ou de Balzac<sup>41</sup> (o qual, entretanto, se vangloria de ter um verdadeiro talento epistolar em seus romances.

A mania dos “amadores de autógrafos” não deixa também de ter censores. Sainte-Beuve não é o último a alfinetá-la, ao denunciar às vezes “a superstição histórica e biográfica que está ligada às menores cartas e bilhetes de personagens célebres, às assinaturas, às relíquias insignificantes”.<sup>42</sup> Mais marcada ainda é a resistência às edições de “correspondências particulares” contemporâneas, denunciadas como exibicionistas. Sainte-Beuve declara-se reticente a elas, quando um de seus correspondentes requer sua colaboração

---

<sup>39</sup> Se Julien Sorel está pronto para pegar sem constrangimento em um dos “seis volumes de cartas de amor manuscritas” que lhe é proposto para ter sucesso em suas conquistas amorosas, Musset ridiculariza os *Secrétaires des amants* que se multiplicam então e que se chocam com sua religião romântica do amor (*Il faut qu'une porte soit ouverte ou fermée* [1845], *Théâtre complet*, Gallimard, Pléiade, 1968, p. 667-668).

<sup>40</sup> Ele compara “as produções epistolares com essas laboriosas conversações de surdos-mudos que se escrevem reciprocamente o que têm para se dizer, de forma que sua cólera ou sua alegria deve sempre ter a pluma à mão e a escrivaniinha no bolso” (“*Quentin Durward*, par sir Walter Scott”, *La Muse française*, julho de 1823, *Œuvres complètes*, CFL, t. II, p. 434.)

<sup>41</sup> “O desejo de animar suas criações lançou os homens mais ilustres do século passado na prolixidade do romance por cartas”, nota o Prefácio do *Lys dans la vallée* (*La Comédie humaine*, éd. P.-G. Castex, “Bibliothèque de la Pléiade”, t. IX, p. 915). Em outra parte, Balzac zomba “dessa imensa coleção de cartas pelas quais o século XVIII foi inundado” (*Les Deux Amis*, *op. cit.*, t. XII, p. 679).

<sup>42</sup> “*Lettres inédites de Michel de Montaigne...*”, 9 de novembro de 1863 (*NL*, t. VI, p. 239).

para publicar as cartas de uma parente sua, conforme o modelo das *Lettres d'un voyageur* de George Sand.<sup>43</sup>

Embora fosse editora das Cartas do príncipe de Ligne (1809), M<sup>me</sup> de Staël comunicou à sua linhagem sua feroz reprovação desse “costume que começou, o de imprimir as cartas das pessoas célebres, sem respeito pela sua memória”.<sup>44</sup> E a sua vontade foi tão bem respeitada que a edição de sua própria correspondência foi por isso bastante adiada. Da mesma forma, segundo os editores mais circunspetos de suas cartas, Taine tomou disposições testamentárias muito precisas, proibindo formalmente a “reprodução de cartas íntimas ou privadas”.<sup>45</sup> A partir de

<sup>43</sup> “A meu ver, o gênero das cartas que M<sup>me</sup> Sand, novamente em moda, não é um gênero para imitar; não há nessa espécie de literatura nenhuma composição, nenhuma sequência, e esse *laisser-aller* só [*sic*] tem um real valor quando expressa e embeleza as relações reais, íntimas, das quais a morte das pessoas célebres vem tirar o véu. M<sup>me</sup> Sand, graças a sua extrema celebridade e sua falta de mistério, começou escrever por cartas, a todo mundo, os pormenores amplificados e exagerados de seus sentimentos, de suas amizades, de suas viagens, de suas divagações e até de suas criancices, e a curiosidade, que estava ligada à pessoa do autor, unida ao admirável talento que às vezes valorizava o âmagô, deixou passar tudo. Mas isso só é permitido a ela, e ainda, só lhe é permitido porque somos excessivamente complacentes e obsequiosos sem reserva para com os talentos em moda [...] Em resumo, não acredito que seja possível debutar na literatura imprimindo cartas” (Carta a Mayer, então professor no colégio de Tarbes, 2 de junho de 1837, publicada por Ruth Mulhauser, em “Sainte-Beuve Marginalia: four unpublished Letters”, *The French Review*, vol XXX, 1957-1958).

<sup>44</sup> Ver o “Avertissement de l’éditeur”, no início das *Œuvres posthumes de M<sup>me</sup> la baronne de Staël-Holstein*, Paris, Firmin Didot, 1838, p. 2. Essa advertência é manifestadamente escrita por sua filha, M<sup>me</sup> de Broglie: “Quanto à ideia de acrescentar sua correspondência, nunca passou pela nossa cabeça: e de fato, entre as inúmeras cartas que ela endereçou a seu pai, seus filhos e seus amigos, não há nenhuma que não seja escrita no abandono da intimidade, nenhuma cuja publicação seja considerada por ela como um ataque aos deveres mais sagrados da amizade e da delicadeza.” Cabe denunciar o costume de publicar as correspondências das pessoas célebres como “uma vergonha de nosso século das quais sempre ouvi minha mãe falar com o mais profundo desprezo”. Vem a ameaça: “Aquele que não respeitasse essa vontade que a morte tornou sagrada, não teria desculpas diante de seus próprios olhos, como no tribunal dessa verdadeira opinião pública, cujas decisões são mais cedo ou mais tarde iguais às da consciência”.

<sup>45</sup> Eis de fato o que lemos no início de *Taine, sa vie et sa correspondance. Correspondance de jeunesse (1847-1853)*, Hachette, 1905 (4<sup>e</sup> éd.), p. 2: “Era um dos traços dominantes de seu caráter o horror da publicidade e das indiscrições sobre a vida íntima [...] Não

uma certa época, George Sand não parou de tremer, temendo edições póstumas comprometedoras, limpa suas gavetas para escapar a esses despudores póstumos. Como mostrou Georges Lubin, os vestígios de sua correspondência com Musset guardam traço das lapisadas, das tesouradas, das reescritas falsificadoras que essa preocupação em deixar uma memória filtrada provocou. Mas, muito cedo, desde 1837, ela confessa que esse temor a inibe até na redação de suas cartas:<sup>46</sup> espiada pela posteridade assim que abre sua escrivaninha. Em Flaubert, a mesma preocupação está na origem do pacto feito com Maxime Du Camp, o de queimar sua correspondência: maneira de evitar o destino póstumo reservado, debaixo de seus olhos, a Mérimée, cujas *Lettres à une inconnue* acabavam de ser publicadas (1874). Pacto, por sorte, não totalmente respeitado. Quanto a Alfred de Vigny, ele inclui as cartas nessa “bagunça” de “ervas daninhas” – rascunhos, notas e bilhetes – que devem ser “arrancadas e queimadas” antes de sua morte, para melhor ressaltar a estátua do escritor e fazer cintilar seu “monumento”.<sup>47</sup> Mas ao permitir que seu *Journal* seja publicado após sua morte, ele não deixa de provocar advertências póstumas. É a ocasião para um de seus críticos (cuja crítica foi conservada nos documentos de Sainte-Beuve) atacar o fenômeno em seu conjunto:

Quando um bom escritor está morto, tudo o que pode ser recolhido, provindo dele, é cuidadosamente agrupado e reunido em volumes; reviram-se seus papéis, aproveita-se tudo, mesmo suas cartas, as

---

podia suportar a ideia que uma fotografia, uma entrevista que desse uma ideia de seu lar doméstico, poderiam se espalhar aos olhos do público. [...] Enfim suas disposições testamentárias proibem formalmente qualquer reprodução de “cartas íntimas ou privadas” [...] As únicas cartas ou correspondências que poderão ser publicadas são aquelas que tratam de matérias puramente gerais ou especulativas, por exemplo de filosofia, de história, de estética, de arte, de psicologia; ainda dever-se-á cortar todos os trechos que, de perto ou de longe, dizem respeito à vida privada e nenhuma delas poderá ser publicada sem uma autorização dada por meus herdeiros depois dos cortes operados por eles acima citados”.

<sup>46</sup> Ver, entre muitas expressões deste temor, ou que se manifesta é uma carta de abril de 1837 a Théodore de Seynes: “Uma das razões pela qual resisto a escrever cartas particulares é a mania de temer o julgamento frio dos indiferentes nas mãos de quem, em um instante de abandono e de *laisser-aller*, pode se tornar, graças aos comentários, um monumento de orgulho e de besteira” (*Correspondance*, éd. G. Lubin, t. III, p. 823).

<sup>47</sup> *Journal d'un Poète, op. cit.*, t. II, p. 1293.

que ele recebeu, aquela que ele escrevia e da qual ele guardava uma cópia; consequentemente, o segredo das correspondências está violado, até mesmo infelizes indiscrições são cometidas. Mas aqueles que publicam essas correspondências têm certeza de não ultrapassar seus direitos? O que havia sido escrito para um amigo era para o público? O *laisser-aller* da correspondência é digno de ser revelado?

Deus sabe se o que se coleciona ao agir dessa forma vale sempre a pena de ser conservado. Será que não se corre o risco de se publicar futilidades?<sup>48</sup>

Essa raiva seria um sentimento isolado, em um século que imaginamos mais respeitoso em relação ao gênero biográfico? Será? Tons semelhantes se encontram na pluma de Barbey de Aureville, considerado pouco avesso em relação ao gênero epistolar. A edição das cartas de Sainte-Beuve desencadeia nele uma porção de sarcasmos injustos contra o fluxo de palavras vãs, estampilhadas pelo correio, ao que tende a se reduzir à literatura da época:

Sainte-Beuve deixou cartas... *Words, words, words!* Cartas, cartas, cartas! Pois a literatura caminha em cartas agora. Nesse vazio universal que está aí, só vejo isso no horizonte. As cartas, essas espécies de fotografias nas quais somos tão feios e tão danificados quanto na outra, as cartas, eis o que vai logo substituir os livros nessa época, devotada aos *eus* mais engraçados e que preza mais um autógrafo do que a mais bela página, pois uma bela página é algo escrito para todos, e um autógrafo é algo *pessoal!*... Ó egoísmo dos tolos, como eu o adoro! As cartas, esses autógrafos, a seu modo, que são impressas esperando serem litografadas ou gravadas, são, em literatura, o que são, em jornalismo, as fofocas dos *repóteres*. Inundação da tagarelice humana!

[...] Portanto, as cartas, essa literatura para todos, é o único interesse intelectual em que se tornou a literatura na sociedade

<sup>48</sup> Artigo de Louis de Lancel, em o *Mémorial de l'Allier*, 31 de março de 1864, encontrado nos papéis de Sainte-Beuve (Fundo Lovenjoul, D. 567, t. XXX). O autor do artigo cita, como exemplo, um insípido bilhete de Henri Heine, acompanhado por esse comentário: “M. Prudhomme poderia certamente escrever bilhetes absolutamente semelhantes a seus amigos e conhecidos, mas será que ele acharia um editor que custeasse as despesas da publicação de obras epistolares de um realismo tão pouco interessante, eu lhe pergunto?”

francesa e que sobra para esse universo de zeladores. Sim, cartas nas quais uma grande celebridade, por exemplo, dirá, como qualquer uma: “Peço a M<sup>me</sup> Feray para trazer minhas botinas”, mas é palpitante e é delicioso! e se deve imprimir e publicar isso.<sup>49</sup>

Quanto mais se aproxima do final do século, mais as correspondências vão sofrer rejeições cada vez mais nítidas. A edição e a erudição universitária continuam, certamente, a usá-las como fundo de comércio predileto. Mas na idade do “desaparecimento elocutório” do poeta, a vanguarda literária desdenha-as, posicionando-se contra o biografismo romântico que se tornou obrigatório na universidade. A época de “impassibilidade” que se abre criticará a correspondência por fazer parte da “reportagem universal”. Preconceito que o *Contre Sainte-Beuve* de Proust consolidou, ao rejeitá-la inteiramente para a esfera da conversação e do “eu social”.

## Continuidades

Se agora nos voltamos para os defensores do estilo epistolar, ficamos confusos com uma insistência contraditória. Quem conhece os “refrãos” que eram incansavelmente repetidos ao longo dos dois séculos precedentes, de M<sup>lle</sup> de Scudéry até Philipon de la Madelaine,<sup>50</sup> está longe de se sentir perdido. Um tema novo, contudo, salta aos olhos: a

<sup>49</sup> “*Sainte-Beuve*, par M. Jules Troubat” [1872], retomado em *Les Critiques ou les juges jugés*, t. VI da primeira série de *Les Œuvres et les Hommes*, Paris, Maison Quantin, 1887, p. 71.

<sup>50</sup> Ver M<sup>lle</sup> de Scudéry (*La Clélie*, 1655, e *La Conversation de la manière d’écrire des lettres*, 1684); Jean-Baptiste Suard, “Du style épistolaire et de M<sup>me</sup> de Sévigné”, artigo originalmente publicado no *Mercure de France*, em 1778, retomado nos *Éléments de littérature*, 1803, t. III, p. 229-251. Philipon de la Madelaine é o autor de uma obra publicada originalmente sem nome de autor (*Modèles de lettres sur différents sujets*, Lyon, 1761), retomado depois, a partir do ano II, sob a forma de um *Manuel épistolaire à l’usage de la jeunesse*, precedido por uma introdução interessante: “Du style épistolaire”. O livro terá inúmeras edições ao longo do século, pelo menos até 1871. Um artigo recente nos informa que ele era, desde 1804, incluído nas obras que deviam entrar nas bibliotecas dos liceus imperiais. Ver Norbert Saveriau, “La littérature française, discipline scolaire au temps des premiers lycées”, *RHLF*, 1995, n° 5, p. 723. O autor desse artigo refere-se à obra de Barbier: *Catalogue des livres qui doivent composer la bibliothèque d’un lycée*, Paris, imprimerie da République, an XII, 1804, 44 páginas).

ênfase dada à função “emotiva” da correspondência, em detrimento de sua função “comunicativa”.

Quando enunciam preceitos sobre a escrita epistolar, Stendhal, Taine ou George Sand continuam insistindo, da mesma forma que no século precedente, na obrigação do natural. “Não se torture para me escrever frases bem polidas. Não quero isso. Escreve-se sempre bem quando se escreve de forma natural e que se expressa o que se pensa”.<sup>51</sup> É o que Sand ensina a seus jovens amigos, Poncy ou Adolphe Duplomb. É também o sentido dos conselhos dados por Stendhal ou por Taine às suas próprias irmãs, as quais eles se vangloriam de educar por correspondência. Taine pretende que “o verdadeiro estilo de uma carta é escrever o que vem, como vem, sem se preocupar em dizê-lo bem ou mal”. E ele alfineta a propensão que sua irmã manifesta em escrever bem demais, saindo assim dos cânones do estilo epistolar feminino: “Parece-me, algumas vezes, enxergar mais a mão de um homem do que de uma mulher e algumas pessoas achariam-no talvez demasiado expressivo, porque normalmente uma moça deve ter modos de uma mulher sensível e uma alma de seda e de cetim”.<sup>52</sup> Traduzida no registro burguês, portanto, é de fato a estética da negligência que ainda é o ideal. Da mesma forma, continua-se, como Lanson, a pensar que a carta é mais propícia às tagarelices ou às confidências, “no correr da pluma”, do que à troca de ideias.<sup>53</sup> E pouco importa se a realidade escapa em parte a esse imaginário, como tentará mostrar um colóquio em preparação.<sup>54</sup>

Na ideia comum que se tem da correspondência, não se perde de vista esse ideal da grande dama de outrora, que redigia bilhetes de uma elegância impressionante, sem cuidar da ortografia. Sim, decididamente,

---

<sup>51</sup> Carta a Adolphe Duplomb, 23 de julho de 1830, *Corr.*, t. I, p. 679.

<sup>52</sup> *Taine, sa vie et sa correspondance. Correspondance de jeunesse (1847-1853)*, Paris, Hachette, 1905 (4<sup>e</sup> éd.), t. I, p. 326.

<sup>53</sup> “Quanto mais uma carta reveste a forma de uma dissertação ou de um discurso, mais ela perde seu caráter próprio e natural”, observa ele. Mas ele mescla seu pensamento acrescentando: “[...] isso não quer dizer que não tenha benefício intelectual para tirar dela” (“*Sur la littérature épistolaire*”, *op.cit.*, p. 285).

<sup>54</sup> Um colóquio organizado pela Associação Interdisciplinar de Pesquisas sobre o Gênero Epistolar, e previsto para maio 1997, sobre o assunto seguinte: “Pensar por cartas”.

a destreza epistolar continua uma questão de bom gosto feminino, de leveza, de graça:

As cartas, essa conversação por escrito, o eco prolongado e contínuo dessa outra conversação de viva voz da qual não resta mais nada quando se acaba; as cartas, essa imortalidade da conversação, são normalmente o triunfo das mulheres, e mesmo das mulheres menos preparadas, ao que parece, para triunfar... Quase todas – é, provavelmente, uma questão de sexo e de organização – mostram em suas correspondências gracejos mentais, humildes ou orgulhosas, facilidades, espontaneidade, finuras, maneiras de dizer ou de insinuar, que, frequentemente, não possuem na conversação ao vivo.<sup>55</sup>

Entende-se a impaciência de Barbey quando não encontra essas qualidades na correspondência de George Sand, “essa mulher que nem mesmo tem o dom concedido às mulheres comuns, que não escrevem, de dizer coisas ínfimas, com a elegante leveza que extrai as coisas sem importância e lhes dá asas”.<sup>56</sup> Mas esse rude censor critica também esses escritores profissionais, que, sem ter a elegância alada que ela requer, ousam manejar esse “machado”, a correspondência: Tocqueville e também Mérimée, esse “lacônico”. A bela crítica contra ele nos permite ver como se passa de uma concepção sociável, que insiste na graça, no natural e na negligência, para uma concepção individualizada e passional da correspondência. Se Mérimée fracassou na sua, não é por falta de *savoir-faire*, é por falta de humanidade:

Todos os lacônicos devem morrer pelas cartas e eles estão errados ao tocar esse machado. Podem enganar em seus livros, trabalhados durante muito tempo, elaborados com destreza... Mas cartas! cartas, que se escrevem nas negligências da intimidade e seguindo a inspiração, deixam ver melhor o fundo da alma quando se tem uma, e a aridez do fundo, se o fundo for árido. As cartas de Madame de Sévigné das quais tanto se fala, que são apenas graciosas e que poderiam ter sido divinas se a alma da mulher que

---

<sup>55</sup> “*Lettres inédites de Sismondi, de Bonstetten, de Madame de Staël et de Madame de Souza*, com uma introdução por Saint-René Taillandier”, *Le Pays*, 13 de março de 1864 (*Litt. épist.*, p. 190).

<sup>56</sup> “*La Correspondance de Madame Sand*”, *Le Constitutionnel*, 8 de maio de 1882 (*Litt. épist.*, p. 367).

as escreveu tivesse sido mais verdadeira e mais tenra, entretanto, nos dizem perfeitamente a qualidade medíocre da alma que as escreveu com tanta elegância e adulação de amor maternal! [...] As cartas são intelectualmente a pedra de toque de toda superioridade humana, e se o homem for superior em suas cartas, é porque ele é em toda parte, e se for inferior, é porque realmente ele é assim no fundo de sua substância. Vê-se isso claramente em suas cartas. [...] Mérimée, o lacônico Mérimée, deveria mais do que ninguém ter desconfiado das cartas.<sup>57</sup>

A carta não é mais julgada em função dos critérios da elegância sociável, mas de seu coeficiente de humanidade.

### A carta é o homem

O que vale a carta vale o homem: compreendemos aquele que a escreveu e que assim propôs involuntariamente seu retrato tal qual é. Isso equivale a inverter a tendência – que fora a tendência dos dois séculos precedentes – em associar a carta a esta arte eminentemente social, a conversação.

Desde M<sup>lle</sup> de Scudéry até Philippon de la Madelaine, os diversos teóricos não cessaram de insistir sobre a sociabilidade da escrita epistolar. Mais do que o que se dizia em uma carta, o que importava era o respeito a um certo ritual: o “cerimonial epistolar”. Embora esse ritual tenha-se atenuado um pouco, a partir de M<sup>me</sup> de Sévigné,<sup>58</sup> e mais ainda a partir de Voltaire, de fato é a função comunicativa da carta que ultrapassa sua função “expressiva”. Sendo “conversação por escrito”, devia aplicar as regras de educação que proscravam o “eu odioso” e ordenavam para não pesar ao seu leitor. Por isso, o cuidado para persuadir o receptor de que ele é o grande administrador do universo fictício construído pela carta. Por isso também uma onipresente exigência da brevidade. A

<sup>57</sup> “Prosper Mérimée, *Lettres à une inconnue*”, *Le Constitutionnel*, 2 de fevereiro de 1874, retomado em *Litt. épist.*, p. 231.

<sup>58</sup> Mas sobretudo no século XIX, como observa um autor de manual epistolar, em 1856: “O cerimonial das cartas simplifica-se a cada dia” (Antonin Roche, *Du style et de la composition littéraire*, citado por Volker Kapp, “L’art épistolaire dans les manuels scolaires du XIX<sup>e</sup> siècle”, em *L’Épistolarité à travers les siècles. Geste de communication et/ou pratique d’écriture*, Colloque de Cerisy, 1987, sous la direction de Mireille Bossis, 1990, Stuttgart, Franz Steiner Verlag, p. 125).

jovem Aurore Dupin herdou-a de sua avó e revela-a em suas cartas de juventude a suas aristocráticas companheiras de convento, para mostrar bem que ela entendeu que a elegância e a educação dependem do ritmo. Em contrapartida, é no regime da carta-confissão que se situa a longa epístola a seu marido – trinta páginas! –, de novembro de 1825. Mas já é essa disciplina aristocrática da brevidade que as cartas infinitas e monódicas de Oberman (1804) decidiram reverter: tal “prolixidade” é um sinal formal de romantização epistolar.

Mas o melhor índice da entrada do gênero epistolar no continente romântico talvez esteja no título com o qual Chateaubriand coroa sua irmã Lucile. Suas raras produções epistolares, nas quais se manifesta “o mistério do estilo”, são a obra, como ele diz, de uma “Sévigné da solidão”, que tinha a “paixão do túmulo”.<sup>59</sup> Belo atalho que permite simbolizar, não a prática epistolar real que será a dos românticos (ela permanecerá por muito tempo de acordo com os modelos convencionais, como testemunham as cartas do próprio Chateaubriand), mas *o imaginário romântico da carta* – o qual, como era de se esperar, vai influir sobre a prática epistolar concreta. Segundo essa nova fantasia, é um “eu” solitário, confidencial, que se expressa na carta, como em *Werther* ou em *Oberman*. O epistológrafo não é mais um simples prosador, mas um “artesão de si”:<sup>60</sup> vê-se no espelho de seus correspondentes e a carta torna-se para ele uma forma disfarçada de confissão.<sup>61</sup> Por isso, a tendência em confundir, em um mesmo setor bibliográfico, Memórias e

---

<sup>59</sup> *Mémoires d'outre-tombe*, II<sup>e</sup> partie, livre III, chap. 1, éd. du Centenaire, Garnier-Flammarion, t. II, p. 103.

<sup>60</sup> A expressão é de Bernard Beugnot (“De l’invention épistolaire: à la manière de soi”, em *L’Épistolarité à travers les siècles*, éd. Mireille Bossis, Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 1990, p. 27-38). B. Beugnot explica de maneira muito correta que nas cartas “a invenção da expressão depende primeiramente da escolha de posições e de posturas epistolares que vão fixar um tom e um registro” (p. 31).

<sup>61</sup> Segundo Volker Kapp, a carta, no século XIX, “cessa de ser um “gênero feminino”. Torna-se um gênero preferido das almas sensíveis, que derramam suas emoções mais íntimas autorizando-se cartas autênticas da grande epistológrafa do patrimônio francês. A carta familiar transmuta-se em confissão e sucede à carta galante do século XVII e à carta filosófica que predomina no século XVIII” (“Deux problèmes de l’art épistolaire au XIX<sup>e</sup> siècle: besoin de communication et exigence stylistique”, *CAIEF*, n<sup>o</sup> 39, 1987, “L’Art épistolaire”, p. 182). Haveria muito para acrescentar a essas visões um pouco esquemáticas, porém corretas.

Correspondências. Por isso também as contínuas contaminações entre objetos pertencentes a essas duas categorias.<sup>62</sup>

Eis a correspondência reduzida a um duplo solilóquio. Se ele é escritor em outras ocasiões, o epistológrafo deve supostamente se mostrar nela sob um ângulo mais familiar que em suas obras. O que a carta permite descobrir é “a pessoa”. Não somente a “pessoa sociável”, como dirá Lanson, que permanece voltado para a idade clássica,<sup>63</sup> mas também o ser íntimo. Conquanto se encontre mais do que um esboço na pluma de Suard,<sup>64</sup> a ideia é nova. E todos a lembram em seu próprio estilo. “Não há nenhum gênero de escrita que possa substituir mais o conhecimento pessoal”, afirma M<sup>me</sup> de Staël em seu prefácio às *Lettres et pensées* do Príncipe de Ligne”.<sup>65</sup> Em sua biografia de Ducis, Campenon aplica a sentença de Buffon ao estilo epistolar (disfarçando-o, como de costume): “[...] se o estilo é o próprio homem, é sobretudo no rápido abandono do comércio epistolar”.<sup>66</sup> George Sand que, ainda em vida, foi a primeira a ter a ousadia de expor publicamente o conteúdo de sua escrivinha, legítima assim seu gesto: “[...] para quem se interessasse pelas secretas operações do coração humano, certas cartas familiares, certos atos, aparentemente insignificantes, da vida de um artista, seriam o prefácio

<sup>62</sup> Só quero tomar como prova disso o tratamento que se dá às cartas de juventude de Francisque Sarcey, editadas como constituindo seu Jornal, a custo de um profundo remanejamento de seu texto original (*Journal de jeunesse, 1839-1857, recueilli par Adolphe Brisson, Bibliothèque des annales politiques et littéraires, [s.d.]*).

<sup>63</sup> Segundo Lanson, “as qualidades literárias de uma carta não são [...] nada além das qualidades sociais da pessoa” (*op. cit.*, p. 260).

<sup>64</sup> Segundo ele, de fato, “o estilo epistolar é aquele que convém à pessoa que escreve e às coisas que ela escreve” (*op. cit.*, p. 229). Portanto, não se deve imitar ninguém, nem mesmo Cícero ou M<sup>me</sup> de Sévigné, “pois só se tem verdadeiramente um estilo quando se tem aquele de seu próprio caráter e da forma natural de sua mente, modificado pelo sentimento que temos ao escrever” (*ibid.*, p. 250).

<sup>65</sup> “Um livro sempre é feito conforme um sistema ou outro, que coloca o autor a certa distância do leitor. Pode-se adivinhar bem o caráter do escritor; mas seu próprio talento deve colocar um tipo de ficção entre ele e nós. As cartas e os pensamentos sobre diversos assuntos que publico hoje retratam ao mesmo tempo o devaneio e a familiaridade da mente” (Prefácio para as *Lettres et Pensées du Prince de Ligne*, publicadas em 1809, *Œuvres complètes de M<sup>me</sup> la baronne de Staël-Holstein*, Firmin Didot, t. II, 1838, p. 260).

<sup>66</sup> *Essais de mémoires, ou Lettres sur la vie, le caractère et les écrits de J.-F. Ducis*, endereçadas a M. Odogharty de la Tour, Nepveu, 1824, p. 198.

mais explícito, a mais clara exposição de sua obra”.<sup>67</sup> No final do século, enfim, Gustave Lanson, que privilegia o que ele chama do “interesse psicológico” das correspondências, dá esse grito do coração: “e o que é uma carta, a não ser alguns movimentos de uma alma, alguns instantes de uma vida, captados pelo próprio sujeito e inscritos no papel?”<sup>68</sup> Mas é de fato Sainte-Beuve e Barbey de Aureville que melhor expressaram essa ideia diretriz segundo a qual a carta revela o ser profundo.

Na obra de Sainte-Beuve, o desbravador, o privilégio das correspondências é o serem elas a principal via de acesso ao gênero biográfico. Elas fazem parte dessa(s) “produção(ões) direta(s)” da alma que o crítico-retratista deve conhecer bem para imaginar um escritor “no cotidiano e no ritmo comum de seus sentimentos e de seus pensamentos”.<sup>69</sup> Se o autor cria, em suas obras, uma personagem fictícia, ele se desnuda no “dia a dia” de sua correspondência. Dessa forma, pode-se esperar, da publicação da correspondência de Vauvenargues, que certas páginas insignificantes, em sua obra, venham “restituir o seu caráter biográfico e pessoal, que doravante as tornará vivas”.<sup>70</sup> Nas mãos de um crítico especialista, a carta possibilita reanimar frias estátuas.

Em relação a Barbey de Aureville, quando ele esquece seus ímpetos de raiva contra a invasão das cartas na literatura, coloca uma paixão de *voyeur* nesses *stripteases* possibilitados por elas. Nada de procurar o homem privado na bonomia de seu interior. Se irrita ao entrever “na touca de dormir de sua correspondência”, “Sand de chinelos”, “em um penhoar e em um desleixo terríveis para sua glória”.<sup>71</sup> *Intus et in cute*, tal é sua maneira de ser, assim como a de seu inimigo íntimo, Rousseau. “A correspondência

---

<sup>67</sup> Prefácio das *Lettres d'un Voyageur* (1836), Œuvres autobiographiques, Gallimard, “Bibliothèque de la Pléiade”, éd. G. Lubin, t. II, p. 646.

<sup>68</sup> “*Correspondance inédite du Roi Stanislas-Auguste Poniatowski et de Madame Geoffrin*, publiée par M. Charles de Mouy”, *Le Constitutionnel*, 3 de agosto de 1875, (*Litt. épist.*, p. 279).

<sup>69</sup> “*La Comtesse d'Albany*, par Saint-René Taillandier (suite et fin)”, 31 de agosto de 1863 (*NL*, t. V, p. 416).

<sup>70</sup> “Œuvres de Vauvenargues, publiées por M. Gilbert (fin)”, 7 de setembro de 1857 (*CL*, t. XIV, p. 55).

<sup>71</sup> “*La Correspondance de Madame Sand*”, *Le Constitutionnel*, 8 de maio de 1882 (*Litt. épist.*, p. 366).

é um confessorário”, exclama um dia esse examinador de almas,<sup>72</sup> retomando sem sabê-lo uma frase dos Goncourt (que encontraremos mais adiante). Nele, é da alma que, realmente, se trata, mais do que de verdades fisiológicas ou de confidências picantes, como se dá em seus sucessores. E quando considerada fútil, a alma é condenada. Muito impiedosamente porque, em uma correspondência, “o sujeito é o próprio homem que escreve. É sua maneira de ver e de julgar a vida”.<sup>73</sup>

São vítimas desse jogo da verdade Sand, Mérimée, ou Tocqueville, mas também Silvio Pellico. Por conseguinte, a conclusão tirada a respeito de suas cartas decepcionantes:

Aliás sempre é assim com as correspondências. Elas nunca deixam um homem no lugar onde esse homem estava. Ou elas o enobrecem, ou o rebaixam, ou até mesmo o apagam. Elas são a melhor verificação dos méritos superestimados. Mostram o homem em uma verdade mais sincera, e a História sai ganhando, se o homem sai perdendo – o que é preferível!<sup>74</sup>

Em proporção menor é também vítima Stendhal, porque “a tirania dos hábitos da mente” criou nele “uma sinceridade de segunda mão”: sua correspondência não mostra o que está “por trás da máscara”.<sup>75</sup> Ao contrário, foram aprovados M<sup>lle</sup> de Condé, o abade Galiani, Benjamin Constant, Balzac, Lamennais e, por fim, Horace Walpole. Não dizia ele que sua própria vida tinha “sido apenas uma longa carta”? Como todos seus pares, “gostava de se revelar sob essa forma de cartas, verdadeiramente mágica, pois evoca e faz aparecer o homem em sua palpitação mais íntima”.<sup>76</sup>

<sup>72</sup> “Prosper Mérimée, *Lettres à une inconnue*”, *Le Constitutionnel*, 2 de fevereiro de 1874, retomado em *Litt. épist.*, p. 231.

<sup>73</sup> “Œuvres et correspondances inédites de Alexis de Tocqueville”, *Le Pays*, 22 de janeiro de 1861 (*Litt. épist.*, p. 167).

<sup>74</sup> “Lettres de Silvio Pellico”, *Le Pays*, 6 de agosto de 1857 (*Litt. épist.*, p. 69).

<sup>75</sup> “Œuvres posthumes de Stendhal, avec une introduction par P. Mérimée”, *Le Pays*, 18 de julho de 1856 (*ibid.*, p. 35-49).

<sup>76</sup> “Lettres de Horace Walpole”, *Le Constitutionnel*, 21 de setembro de 1874 (*ibid.*, p. 242).

## O estilo a nu

Para terminar, restaria a questão de fundo, que mereceria por si só mais do que um artigo: Como se regulamentaram as relações entre o gênero epistolar e o literário no século XIX? Indiscutivelmente, a moda das correspondências de escritor inscreve-se em um movimento geral de “antropologização” da literatura. É essa a razão pela qual uma profunda mudança da paisagem epistêmica em que se inscreve a carta – e que teve consequências aparentemente contraditórias. Por um lado, contrapõe-se, com efeito, o natural “íntimo” da carta à preparação do texto literário; mas, inversamente, convida-se também a repensar o conjunto da literatura baseado no clima ideal que a “literatura epistolar” cria nesse conjunto.

Alguns se negam a considerar que a carta faz parte da literatura. Conhece-se o julgamento peremptório de Lanson:

Non há arte epistolar. Não há gênero epistolar: pelo menos no sentido literário da palavra gênero [...] A forma epistolar, nas verdadeiras cartas, não é uma forma estética escolhida propositalmente para despertar uma certa ordem de sentimentos ou expressar um certo tipo de beleza; não é uma intenção de arte, a ideia preconcebida de um efeito para produzir, que faz com que seja a preferida, é a necessidade material e bruta que a impõe. Escreve-se o que não se pode dizer e ponto final.<sup>77</sup>

Porque continuou um escritor afetado em sua correspondência, Tocqueville é condenado: “Guarda-roupa das ideias” vigentes, suas cartas conservaram “o vinco de seus livros”! Não se acha “nenhuma das qualidades que fazem de uma correspondência algo tão vivo, tão íntimo, tão aberto sobre si: a espontaneidade, a negligência amável, a graça, a inocência, a impetuosidade de movimento, as criancices adoráveis das mentes poderosas que gracejam com força, como reis com seu cetro ou

---

<sup>77</sup> “Sur la littérature épistolaire”, *op. cit.*, p. 260. Isso significa continuar uma tradição antiga de afirmação da extraterritorialidade do estilo epistolar em relação às categorias da retórica. Suard a reivindicava desde então: “Para que servem essas distinções de gêneros e de tons que conseguiram introduzir na literatura. Quer-se reduzir tudo em classes e em gêneros [...] O natural e a desenvoltura formam, portanto, o caráter essencial do estilo epistolar; a busca de espírito, de elegância ou de correção é nele insuportável” (“Du style épistolaire et de Mme de Sévigné”, *Mélanges de littérature*, 1803, t. III, p.229-231).

sua espada”.<sup>78</sup> Enquanto o gênio epistolar consiste na “espontaneidade da pluma”, e deve respeitar a dinâmica da mente e do humor, é um defeito típico das “escritoras sem talento” o fato de “compor” suas cartas, como confessa às vezes M<sup>me</sup> Roland,<sup>79</sup> ou de semear nelas “páginas ambiciosas de política e de moral”, como fez George Sand.<sup>80</sup> Pelas mesmas razões, ridicularizam-se esses epistológrafos que burilam seu estilo (Buffon),<sup>81</sup> guardam cópia de seus menores bilhetes (Chateaubriand e Flaubert),<sup>82</sup> ou corrigem suas cartas para imprimi-las (Paul-Louis Courier).<sup>83</sup>

Muitas vezes feminino, o talento epistolar dá as costas para a literatura. Mas a imagem da mulher mudou: alma machucada, balbuciante, e não mais elegante tagarela. Assim “o mérito inapreciável das Cartas de M<sup>lle</sup> de Lespinasse” se explica, pelo fato de “que não se encontra nelas o que se encontra nos livros e nos romances”, “o drama puro sem afetação”: “[...] a superfície da vida de repente rasga-se e lê-se

<sup>78</sup> “Œuvres et Correspondances inédites de Alexis de Tocqueville”, *Le Pays*, 22 de janeiro de 1861 (*Litt. épist.*, p. 176-177).

<sup>79</sup> A confissão é feita por meio de uma frase inocente, mas Sainte-Beuve a leva a sério. Apesar de todas as denegações de Manon, entrevê em várias ocasiões “o prenúncio de um autor” (*Portraits de femmes*, ed. citada, p. 199).

<sup>80</sup> Barbey de Auvilly, “La Correspondance de Madame Sand”, *Le Constitutionnel*, 8 de maio de 1882, *Litt. épist.*, p. 374.

<sup>81</sup> Segundo Barbey, embora Buffon tenha proclamado que “o estilo é o próprio homem”, “não teria sabido escrever uma carta. Teria feito dela um livro, sem sombra de dúvida” (“Œuvres posthumes de Lamennais: la Correspondance”, *Le Pays*, 15 de dezembro de 1858, *Litt. épist.*, p. 81).

<sup>82</sup> O *Victor Hugo raconté* acusa Chateaubriand de ter mandado seu secretário Pilorge pegar a cópia de suas cartas (*O.C.*, CFL, t. I, p. 987). O *Journal* dos Goncourt acusa esse grande normando que Flaubert é de ter agido da mesma forma, apesar de demonstrar a despreocupação em relação a isso (*Journal*, Robert Laffont, col. “Bouquins”, t. II, p. 251).

<sup>83</sup> A respeito da edição dessas “cem cartas que datam de 1804 a 1812 e que compõem suas verdadeiras memórias durante esse lapso de tempo”, ver o comentário de Sainte-Beuve: “Courier fez para suas cartas o que Plínio, o Jovem, havia feito pelas suas, com essa única diferença que ele as dispôs por ordem cronológica. Provavelmente, as terá tirado das mãos daqueles a quem as havia escrito para colecioná-las, ou as refez, as corrigiu à vontade, conforme seus próprios rascunhos conservados. [...] Cartas assim refeitas e retocadas deixam sempre algo a desejar, eu sei bem: elas não têm a mesma autoridade biográfica que cartas muito inocentes, escritas no correr da pluma, esquecidas no fundo de uma gaveta e reencontradas no momento em que menos se pensa nelas” (“Paul-Louis Courier”, 26 de julho de 1852. *CL*, t. VI, p. 264).

a nu”.<sup>84</sup> Mesma atitude por parte de Barbey diante das *Lettres intimes de Mademoiselle de Condé*: “Hesitamos em escrever a palavra ‘literatura’ a respeito de um livro desse tipo, pois, reunidas em livro, essas cartas, no fundo, não são um livro. Nada da arte de escrever [...] nessa coisa adorável para a qual se procura um nome, difícil de se achar.” Nessas “cartas castas”, nas quais ouvem-se “os últimos suspiros de uma alma celeste”, expressos por uma “pobre e pequena pluma que se ignora a si própria”,<sup>85</sup> estamos bem longe do “sentimento da literatura” que tinham, à sua maneira, até M<sup>lle</sup> de Lespinasse, “essa exaltada”, ou mesmo Eugénie de Guérin, “a ingênua do Cayla”.

Ao ler-se Sainte-Beuve e Barbey, vê-se quanto foi forte a tentação de procurar no âmbito das correspondências um espaço virgem, situado fora das circunscrições da literatura, e protegido de suas imposturas. Mas, por parte de críticos tão especialistas, esse gesto levou, necessariamente, a um outro resultado: fazer das correspondências uma “literatura em penhoar”, libertada das dependências retóricas da obra. É o que sugere uma frase de Lamartine, outro grande diletante das correspondências: “As cartas é o estilo a nu; os livros são o estilo vestido”.<sup>86</sup> Longe de permanecerem confinadas no saguão, as cartas de um escritor vão ser então tratadas como uma literatura paralela, suscetível de mobilizar novamente a outra, a oficial. Sobretudo mais excitante, porque ela guarda a marca da pulsação do vivido. Literatura transversal, eternamente incoativa, mas à qual todos os outros gêneros têm de se alinhar: como se toda obra literária no final de contas fosse apenas uma carta, um pouco cerimoniosa às vezes, reconquistando seu verdadeiro natural somente quando manifesta as “divinas negligências” do estilo epistolar. “Literatura espontânea e natural”, dirá Sainte-Beuve, para quem a literatura “parece ter mais sabor apenas quando provém de alguém que não desconfia que está fazendo literatura”.<sup>87</sup>

As cartas seriam, portanto, essa literatura inconsciente, a única a ter “sabor”, literatura capaz de apimentar, com um simples contato, os

<sup>84</sup> “*Lettres de Mademoiselle de Lespinasse*”, 20 de maio de 1850 (CL, t. II, p. 141).

<sup>85</sup> “*Lettres intimes de Mademoiselle de Condé à Monsieur de La Gervaisais*”, *Le Constitutionnel*, 10 de março de 1879 (Litt. épist., p. 319-321).

<sup>86</sup> *Cours familier de littérature*, “Entretien VII: Madame de Sévigné”, Paris, Chez l’auteur, 1856, t. II, p. 136.

<sup>87</sup> “Horace Vernet”, 3º artigo, 1 de junho de 1863 (NL, t. V, p. 110).

pratos mais convencionais. Por isso, a multiplicação das frases que tentam dizer o benefício de prazer que fornecem “essas deliciosas coletâneas chamadas de *Correspondências*”.<sup>88</sup> Para essas “adoráveis[s] coisa[s]” pelas quais somos loucos,<sup>89</sup> cada um revela seu amor segundo o protocolo que prefere: o simples “gosto”, a degustação metódica que se deleita em “acabar até a última gota”,<sup>90</sup> a fidelidade de sempre (“Sempre amei as correspondências”), a paixão, a sedução mágica,<sup>91</sup> o amor outonal: para Barbey, as correspondências são esses “tons pastéis empalidecidos, esses arco-íris logo desvanecidos, que [...] como as loiras que foram resplandecentes e que a sociedade chama de “*passadas*”, agradam ainda mais às almas sensíveis”.<sup>92</sup>

As cartas, novas zonas erógenas no espaço literário. Se for de fato a partir da literatura que são avaliadas, é para estabelecer a superioridade das “correspondências, essas coisas mais preciosas que os livros”.<sup>93</sup> Todos concordam sobre esse ponto: Lamartine, Sainte-Beuve, os Goncourt, Barbey. “Para os interessados na natureza humana, [...] para os mais preocupados pela vida e seu impaciente mistério do que pelas bagatelas mentirosas da arte de escrever, as correspondências são os verdadeiros livros”.<sup>94</sup> Elas vencem até o novo gênero-rei, o romance, mesmo que se tornem elas mesmas um tipo de romance vivido. Para George Sand, as cartas de seu próprio pai deram-lhe “um prazer que nunca lhe proporcionaram as ficções do romance”.<sup>95</sup> Sentimento que Bourget terá diante da correspondência de Balzac, “interessante como

<sup>88</sup> Ver Barbey, *Litt. épist.*, p. 319 e p. 39.

<sup>89</sup> *Litt épist.*, p. 296 (a respeito das cartas de Xavier Doudan).

<sup>90</sup> “*Correspondance inédite de la comtesse de Sabran et du chevalier de Boufflers*”, *Le Constitutionnel*, 17 de março de 1875 (*Litt. épist.*, p. 259).

<sup>91</sup> Texto de Barbey já citado: “*Œuvres posthumes de Stendhal, avec une introduction par P. Mérimée*”, *Le Pays*, 18 de julho de 1856 (*Litt. épist.*, p. 39).

<sup>92</sup> “*Mélanges et Lettres*, par M. X. Doudan”, *Le Constitutionnel*, 16 de outubro de 1876 (*Litt. épist.*, p. 296).

<sup>93</sup> Barbey de Aureville, “Prosper Mérimée, *Lettres à une inconnue*”, *Le Constitutionnel*, 2 de fevereiro de 1874 (*Litt. épist.*, p. 216).

<sup>94</sup> “*Œuvres posthumes de Lamennais: la Correspondance*”, *Le Pays*, 15 de dezembro de 1858 (*Litt. épist.*, p. 81).

<sup>95</sup> *Histoire de ma vie, op. cit.*, t. I, p. 179.

um romance”, “o mais tocante [...] daqueles que Balzac compôs, o mais real, e que serve de exemplo a todos os outros”.<sup>96</sup>

Mas o século XIX não esquece, simultaneamente, que é também o século da História: os novos *frissons* que ele espera das correspondências não são separáveis dos ensinamentos histórico-psicológicos que elas prometem. Semiliteratura, semi-história, semitexto de prazer, semidocumento trêmulo, a carta é o acesso cirúrgico a verdades incorporadas. E cabe aos Goncourt a última palavra, pelo seu admirável prefácio dos *Portraits intimes du dix-huitième siècle*, com um tom estranhamente hugoliano. Da “carta autógrafa”, dão uma interpretação que insiste sobre seu valor em termos de “ego-história” (como se diria), mas que faz vibrar em conjunto todas as emoções que o século XIX teve em relação ao gênero epistolar:

Os séculos que precederam nosso século só demandavam ao historiador a personagem do homem e o retrato de seu talento. O homem de Estado, o letrado, o poeta, o pintor, o cientista ou esse especialista eram mostrados somente em seu trabalho e em suas atividades públicas [...]. O século XIX demanda o homem que era esse homem de Estado, esse militar, esse poeta, esse pintor, esse cientista ou esse especialista. Exige, reclama a alma que estava nesse ator, o coração que viveu por trás dessa mente; e se ele não puder recolher todo esse ser moral, toda a vida interior, pede pelo menos que lhe tragam um rastro, um dia, um farrapo, uma relíquia. Eis aí a nova curiosidade da história e o novo dever do historiador [...] a história íntima; [...] esse romance verdadeiro que, talvez, a posteridade chame um dia de *a história humana*.

Mas onde procurar as fontes novas de tal história? Onde surpreendê-la, onde ouvi-la, onde escutá-la, onde confessá-la? Onde descobrir as imagens privadas? Onde retomar a vida psíquica, onde encontrar a consciência íntima, onde recuperar a humanidade desses mortos? Nessa bagatela desprezada pela história dos tempos passados, bagatela, farrapo, ninharia, brinquedo do vento! – a carta autógrafa. [...] Somente a carta autógrafa fará aflorar com o dedo o jogo nervoso do ser sob o choque das coisas, o peso da vida, a tirania das sensações. Somente ela revelará as tendências, os gostos, as inclinações, os instintos, o conselho secreto onde se regulamentam as ações dos homens. Somente ela revelará o porquê e o como dessa obra, dessa vontade transformada

---

<sup>96</sup> “Le roman de la vie de Balzac”, *République des lettres*, 24 de dezembro de 1876.

em fato. [...] Somente ela mostrará ao vivo essa saúde mental: o humor. Somente a carta autógrafa será o confessionalário onde os senhores ouvirão o sonho da imaginação da criatura, suas tristezas e suas alegrias, seus cansaços e suas reviravoltas, seus deslizes e seus orgulhos, sua lamentação e sua incurável esperança. Espelho magnífico onde acontece a intenção visível e o pensamento nu! Esse papel borrado de tinta é o tribunal onde é depositada a alma humana. [...] Que ressurreição – a carta autógrafa –, esse silêncio que diz tudo!<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Prefácio dos *Portraits intimes du dix-huitième siècle* (1ª ed., É. Dentu, 1856-1858, citada segundo E. e J. de Goncourt, *Préfaces et manifestes littéraires*, Genève, Slatkine reprints, col. “Ressources”, 1980, p. 162-164.

Data de recebimento: 05 de junho de 2018.

Data de aprovação: 06 de junho de 2018.

# Resenha





## **Obras involuntárias, olhares extemporâneos (edições de correspondência de escritores brasileiros em 2017)**

Marcos Antonio de Moraes

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo / Brasil

mamoraes@usp.br

“Nenhuma carta tem destinatário certo”, assegura, provocativamente, Raúl Antelo no estudo introdutório da edição da correspondência trocada entre os escritores Mário de Andrade e Newton Freitas, no período de 1940 a 1945. Para o crítico, uma vez expedidas, as cartas vivem a aventura da deriva no espaço público, deslizando do arquivo do destinatário para outros imponderáveis endereços, preservadas em mãos de terceiros ou de instituições, se resistirem ao descarte, fato mais recorrente. Assim, “o sentido atual, ativo, destas cartas é o de se integrarem, em última instância, numa educação crítica da cultura, numa enciclopédia brasileira, onde, finalmente, encontram, de maneira diferida, seu lugar provisório” (ANTELO, 2017, p. 56). Essa documentação situada no tempo, no espaço e em diferentes círculos interpessoais, sujeita a codificações discursivas e a códigos sociais historicamente cambiantes, espelha a realidade na qual estava inserida, com os seus valores e práticas. Acolhendo a multiplicidade de experiências humanas (“enciclopédia”), as cartas abrem-se para leituras transdisciplinares. Resistem, contudo, à interpretação totalizante de seus conteúdos, tendo em vista a sua natureza altamente alusiva, menos opaca apenas àqueles que primeiro vivenciaram a conversação. O caráter elíptico do discurso epistolar instaura leituras extemporâneas tateantes (“provisórias”), ensejando, inclusive, projeções e compreensões inadequadas dos escritos.

A visibilidade do legado epistolográfico amplia-se sobretudo na passagem das cartas em arquivos para o formato editorial, difusão quase sempre mobilizada por efemérides, por interesses pessoais ou coletivos, mais ou menos evidentes. Em 2017, o mercado de livros brasileiro

trouxe a lume expressivo número de edições de correspondências. A *Obra completa* do Padre Manuel da Nóbrega (Rio de Janeiro: Loyola/PUC-Rio), incluindo nova publicação de cartas do jesuíta, bem como de outros de seus textos, produzidos no século XVI na América Portuguesa, volume organizado por Paulo Roberto Pereira, cumpre o desígnio de “celebrar” o quinto centenário do nascimento do religioso português que desembarcou no Brasil em 1549. A reedição da *Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto* (1955), de Edgard Cavalheiro (Rio de Janeiro, Verso Brasil), sob os cuidados de Valéria Lamego, trazendo agora “notas, manuscritos e acréscimos”, encontrou sintonia na homenagem da FLIP 2017 ao autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*. As *Cartas de prisão*, de Frei Betto, reunindo as mensagens primeiramente difundidas em dois diferentes títulos, com a inclusão de matéria inédita, retratam a atuação do dominicano no movimento de resistência à ditadura militar dos anos de 1964 a 1985. Na “Apresentação”, o autor explicita a postura política, ao dirigir-se “às novas gerações”, em defesa da democracia, certamente tendo em vista a temível ascensão de posturas conservadoras na atualidade. No resgate do passado, o intelectual católico quer relembrar o sofrimento das vítimas nos anos de chumbo, para evitar que “tais atrocidades se repitam no futuro” (FREI BETTO, 2007, p. 13).

As edições de correspondências que chegaram às livrarias no ano passado também realçam aspectos da experiência brasileira do século XX, como o urbanismo e a religiosidade, destacando-se a movimentação na vida literária, na epistolografia de escritores. *O itinerário pioneiro do urbanista Attilio Corrêa Lima*, da arquiteta Anamaria Diniz, traz, no segundo volume, fac-símiles de substanciosas mensagens do idealizador de Goiânia aos pais, na época de sua formação no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, entre 1927 e 1931. O jovem testemunha embates acerca do problema da fisionomia das cidades, na Europa e no Brasil, atento a inovações e caducidades técnicas e artísticas. Essa valiosa documentação epistolar, espólio dos herdeiros de Corrêa Lima, forneceu subsídios originais para a elaboração da tese de doutorado de Anamaria, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, em 2015. *Roger Bastide/ Pierre Verger. Diálogo entre filhos de Xangô: correspondência 1947-1974*, obra apresentada e anotada pela etnóloga Françoise Morin, reconstitui o extenso diálogo epistolar entre o sociólogo e o fotógrafo/etnógrafo de origem francesa que residiram no Brasil boa parte de suas vidas, e cujo pendor investigativo se voltou para

o conhecimento das religiões afro-americanas. As cartas testificam não apenas uma fecunda partilha de consistentes saberes sobre as crenças do negro africano em sua diáspora, como também a plenitude da vivência dos dois intelectuais na cultura do outro, quando eles próprios são iniciados nos ritos iorubá (“filhos de Xangô”), concorrendo para a distinção do legado da África nas raízes da formação identitária brasileira.

As edições congregando depoimentos epistolares acerca do “mundo das letras” – expressão empregada, em 1940, por Mário de Andrade – ganham relevo na listagem de lançamentos recentes. Seis títulos retratam aspectos do “sistema literário” nacional, no que tange à produção, difusão e recepção da literatura, assim como à circulação do pensamento estético e ideológico dos autores envolvidos. Fixando a listagem das obras, a partir de uma cronologia balizada pela datação da primeira mensagem de cada conjunto, registram-se a já mencionada *Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*, cobrindo o período de 1918 a 1922; *Cartas provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*, abarcando de 1925 a 1966, organizada e anotada por Silvana Moreli Vicente Dias; *Descendo a rua da Bahia: a correspondência entre Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade*, de 1926 a 1983, sob os cuidados de Eliane Vasconcellos e de Matildes Demetrio dos Santos; *Correspondência Mário de Andrade & Newton Freitas*, 1940 a 1945, com organização, introdução e notas de Raúl Antelo; *Encontro entre poetas: as cartas de Geraldino Brasil e de Jaime Jaramillo Escobar*, de 1979 a 1995, preparada por Beatriz Brenner; *Jorge Amado e José Saramago com o mar por meio: uma amizade por cartas*, coligindo mensagens trocadas entre 1992 e 1998, com a seleção, organização e notas de Paloma Jorge Amado, Bete Capinan e Ricardo Viel. Nesse amplo espectro temporal, que vai de 1918 a 1998 (portanto, do predomínio dos Correios tradicionais ao tempo do fax), agem as singulares linhas de força da experiência literária local em um tecido discursivo autobiográfico esgarçado, composto de mais de 430 missivas, nos quais também os silêncios são eloquentes.

Nesse conjunto de obras, paradigmático em muitos sentidos na fortuna crítica da epistolografia brasileira, figura nomes de nossos mais profícuos correspondentes. Afirma-se, primeiramente, o engajamento epistolar de Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Jorge Amado, que fizeram da troca de cartas uma forma potente de circulação de seus ideários estéticos e políticos. Lograram constituir abrangente rede

de sociabilidade, demarcando a centralidade de suas ações no âmbito sociocultural do país. As mais de quatro dezenas de livros de cartas do criador de *Macunaíma* e as cerca de 70 mil mensagens no acervo da Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, por exemplo, atestam a existência de atuações intelectuais exercidas pela via dos Correios. Ao lado dessas personalidades comprometidas em projetos de largo alcance, nas mãos de quem muitas das ações artísticas (nacionalismo, regionalismo, etc.), comerciais e políticas do século XX foram moldadas, figuram os nomes dos poetas Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade e do memorialista Pedro Nava, que prestigiaram a comunicação por carta, enquanto prática social da amizade, lugar de convivência intelectual e de compartilhamentos afetivos. O poeta Geraldino Brasil (pseudônimo de Geraldo Lopes Ferreira), radicado no Recife, e o crítico literário e escritor Newton Freitas, que andou em tantos países, tão avesso às cartas, gênero que considerava “íngrato” (ANTELO, 2017, p. 114), são personalidades menos conhecidas no universo literário, mas que indiciam a abrangência das trocas de cartas entre homens de letras, quando esta era ainda o mais efetivo veículo de conexão no terreno privado. De fato, como assevera Mário de Andrade na crônica “Amadeu Amaral”, de 1939, inserida em *O empalhador de passarinho*, com o modernismo, as cartas “se tornaram uma forma espiritual de vida em nossa literatura” (ANDRADE, 1972, p. 183). Diversamente, portanto, das estritas regras de bom-tom no trato da correspondência, patentes no XIX brasileiro, no século seguinte, sob o mesmo signo da liberdade de criação nas artes e na literatura, forjaram-se “cartas com assunto, falando mal dos outros, xingando, contando coisas, dizendo palavrões, discutindo problemas estéticos e sociais, cartas de pijama” (ANDRADE, 1972, p. 183).

A correspondência, engendrada pela distância, aproxima vicariamente os interlocutores (reafirmando, por vezes, contrariamente, um desejado distanciamento). Mário e Newton Freitas cimentam o tráfego cultural entre São Paulo e Buenos Aires nos anos da Segunda Guerra Mundial. Geraldino e Jaramillo Escobar entabulam um rico e inusitado intercâmbio de poesia entre Pernambuco e a Colômbia, iniciado no período da ditadura militar no Brasil. Jorge Amado e o português José Saramago, defendem, na ponte que liga a Bahia à ilha espanhola de Lanzarote, a projeção da língua portuguesa na república mundial das letras. As cartas podem unir o Recife de Freyre à antiga capital (Rio de Janeiro) de Bandeira, configurando-se como um espaço simbólico

onde os conterrâneos podem edificar o sentido de pertencimento a uma raiz comum. Lobato, em São Paulo, por meio de cartas, vai buscar “gente interessante” (CAVALHEIRO, 2017, p. 41) no Rio, como Lima Barreto, com quem se sentia afinado intelectualmente, para enriquecer as páginas da *Revista do Brasil* e o catálogo de sua auspiciosa editora; as mensagens ainda poupam o aplaudido criador de *Urupês* de se defrontar com a “vida desordenada” (CAVALHEIRO, 2017, p. 51) do autor mulato, que, em seus últimos anos de vida, perambulava, doente e alcoolizado, pelas ruas da afrancesada urbe que o marginalizava. A proximidade dos correspondentes pode obliterar o vigor da correspondência, assim como determinar o seu ritmo/fluxo. Os mineiros Drummond e Pedro Nava, residindo, a partir dos anos de 1930, na mesma Rio de Janeiro, esbarrando-se em tantos lugares, descapitalizam o comércio epistolar, embora o arco temporal dessa correspondência seja expressivamente dilatado, 57 anos.

Essas recentes edições de cartas de “homens de letras” – efetivamente de *homens*, já que as vozes femininas ali presentes, como a das escritoras Zélia Gattai (Jorge) e Lídia Besouchet (Newton) e a da artista plástica Creusa Maurício (Geraldino), mostram-se intelectualmente esmaecidas – evidenciam que a *negociação*, em sentido largo, ou seja, interação que opera trocas interessadas, é traço marcante na vida literária no Brasil do século passado. Distingue-se o elemento comercial na correspondência Lobato-Lima Barreto quando o editor vislumbra, em 1918, no romancista carioca, “o segredo de bem ver e melhor dizer” (CAVALHEIRO, 2017, p. 40), acreditando na possibilidade de um sucesso de vendas. Aposta, contudo, gorada, em face ao fracasso na comercialização de *M. J. Gonzaga de Sá*, mesmo tendo a obra recebido menção honrosa da Academia Brasileira de Letras, onde (é bom lembrar) ainda pontificava a literatura “sorriso da sociedade”. Lobato, cauteloso nos negócios, declinaria, mais adiante, de publicar outras obras de Lima Barreto, pois lhe parecia “impossível”: “Estamos de tal modo abarrotados que não cabe mais ninguém na canoa. Infelizmente, o Brasil não ajuda a gente, e não é só editar – é mister vender, e a venda é sempre lenta, horrorosamente lenta” (CAVALHEIRO, 2017, p. 95). No início dos anos de 1990, Jorge Amado e José Saramago, ao encetarem uma correspondência transatlântica, já se posicionavam como escritores consagrados, reconhecidos amplamente também para além das fronteiras de seus países, vivendo exclusivamente da pena e de correlatos benefícios.

Entre eles, armam-se liames de solidariedade; aliança em júri literário; a indicação do confrade para ocupar posto em instituição cultural e para atuar em evento; elogio público mútuo; a valorização das produções um do outro. Empreende-se o agenciamento de bens simbólicos (que resulta direta ou indiretamente em lucros econômicos). Na correspondência, enuncia-se abertamente o “sentimento fraterno” (AMADO; CAPINAN; VIEL, 2017, p. 29) que os une, em um meio degradado, segundo o parecer do autor de *Ensaio sobre a cegueira*, em 1995: “o pior é que isto de prêmios não é raro que tragam um ressaibo de amargura [...]. Tanta miséria moral mal escondida, tanta inveja, tanto desejo de morte por trás das fachadas compostas de muitos que, num dado momento, vão ser juiz e sentença” (AMADO; CAPINAN; VIEL, p. 86). Embora Saramago garanta, em carta de 1992, que eles não estariam “a mendigar prêmios” (AMADO; CAPINAN; VIEL, 2017, p. 10), é o reconhecimento em escala universal de seus trabalhos que as cartas reivindicam com insistência. A ambição do “prêmio diabólico” (AMADO; CAPINAN; VIEL, 2017, p. 54), o Nobel sueco, traduz-se nas mensagens como defesa da lusofonia, condecoração, até hoje, como se sabe, apenas conferida, em 1998, a Saramago, mas sempre negada a um autor brasileiro.

A circulação de textos literários e ensaísticos, por meio da correspondência, pode igualmente configurar-se como uma transação de capital simbólico, se estes escritos são destinados a uma propagação mais ampla. Nem sempre, no caso, o aspecto financeiro parece estar em primeiro plano, sendo o principal o prestígio que o autor possa auferir com a difusão de sua obra. Newton Freitas, durante o Estado Novo, em razão de suas convicções políticas de esquerda, transfere-se para Buenos Aires, rapidamente integrando-se aos meios jornalísticos e editoriais. Admirador de Mário de Andrade, a quem considerava “a maior organização de escritor no Brasil” (ANTELO, 2017, p. 123), pretende “introduzir” a obra e o pensamento do amigo polígrafo “com força na Argentina” (ANTELO, 2017, p. 107). Na concretização de contatos e das propostas que lhe chegavam do país vizinho, Mário reconhece “a mão” de Newton (ANTELO, 2017, p. 145). Se, na década de 1920, pudera tecer vínculos frutíferos com escritores modernistas argentinos, o autor de *Pauliceia desvairada*, nos anos iniciais de 1940, beneficiava-se das ações do desembaraçado mediador cultural para “viajar impresso” em traduções (ANTELO, 2017, p. 207). Quando se “mir[a] em argentino” (ANTELO, 2017, p. 222), amplificando, assim, o raio de seu labor intelectual, pondera:

está claro que isso me dá satisfação, quem não tem vaidade! [...] Uma obra de combate artístico, linguístico e explosivamente nacionalista como a minha, decerto foi a consciência de toda essa restrição estética que eu me impunha que fez com que nunca eu sonhasse me ver traduzido ou conhecido fora daqui (ANTELO, 2017, p. 209).

Newton Freitas, em contrapartida, vale-se do renome de seu interlocutor, na expectativa de abrir caminhos para argentinos de passagem por São Paulo. Recorre a ele pedindo ajuda nas traduções que realiza e na ambição de enviar colaborações a jornais brasileiros; e pode contar com a assinatura de Mário no prefácio da versão em português de seu livro *Ensayos americanos*, obra que teve boa acolhida crítica do amigo. O escritor paulista, entretanto, será assertivo se não tem como “servir” Newton (ANTELO, 2017, p. 10) em alguma solicitação, desnudando, assim, o complexo sentido das transações na base da sociabilidade literária.

Em setembro de 1979, do Recife, o poeta Geraldino Brasil queixava-se em carta a Jaime Jaramillo Escobar, em Bogotá, da dificuldade de um “nome do Norte, chegar ao Sul” do Brasil; estimava que “mesmo custeando as pequenas edições, raramente se alcança no Rio ou em São Paulo, algo mais do que o silêncio” (BRENNER, 2017, p. 46-47). Entusiasmara-se ao saber que o colombiano, tendo lido, por artes do acaso, seus *Poemas insólitos e desesperados*, de 1972, manifestava a intenção de traduzi-los, e que uma amostragem do volume já havia sido estampada no jornal *El Spectador*, “con tiraje de 200.000 unidades” (BRENNER, 2017, p. 25). A substancial correspondência trocada entre dois autores sul-americanos, nomes sem grande projeção no âmbito editorial (do “Sul”), é instigante não apenas pela sua singularidade (a ligação literária Brasil-Colômbia), como também pelo que desvela do funcionamento da bolsa de valores da literatura, atrelada a uma determinada circunstância histórica. Se, em 1980, a prestigiosa José Olympio carioca não abria as portas a Geraldino, porque “a programação estava completa” (BRENNER, 2017, p. 87), a divulgação de sua obra poética terá, como indicam as missivas, uma grande projeção, em espanhol, na Colômbia, com perspectivas de propagação no território hispanófono. O que teria levado a esta inusitada situação? O lirismo de exasperada crítica social do brasileiro ecoava em um outro país em grave crise econômica, que assistia a manifestações populares de desgosto e à emergência dos movimentos de esquerda. Para Jaramillo Escobar, o poeta nordestino, solidário à “dor alheia”, “condena o nosso tempo,

porém confia nos meninos que estão chegando” (BRENNER, 2017, p. 29, tradução minha).<sup>1</sup> Geraldino deixa patente nas cartas o espírito de sua poesia, lamentando ver em sua pátria um “povo abandonado e explorado” (BRENNER, 2017, p. 229), que “está sofrendo, sem livro e sem escola, sem saúde” (BRENNER, 2017, p. 154). O tradutor, ao presenciar desigualdades similares na Colômbia, mostra-se igualmente combativo, acreditando “que nunca antes o poeta teve tanta responsabilidade como hoje” (BRENNER, 2017, p. 263, tradução minha).<sup>2</sup> Os versos de Geraldino, em roupagem castelhana, participava estrategicamente no coro dos descontentes; o fato de ser ele um autor estrangeiro, vivendo a distância dos embates, certamente o livrava de eventuais repreensões do governo local. O senso político dessas traduções aparece registrado em setembro de 1980, com o colombiano relatando ao autor que a leitura dos poemas dele na Universidad Nacional havia sido “proibida pelas autoridades militares” (BRENNER, 2017, p. 89, tradução minha).<sup>3</sup> A postura ideológica de Jaramillo Escobar diante da realidade entranha-se no processo tradutório, não se furtando ele a colaborar ativamente na (re)criação dos poemas, com a anuência do autor, que, certamente, se via prestigiado tendo sua obra difundida no estrangeiro. Explicita o tradutor: “a poesia não pode ser traduzida de maneira literal [...] a poesia está sempre para além da forma, é a alma do poema” (BRENNER, 2017, p. 43, tradução minha).<sup>4</sup>

modifiquei quase todos os títulos, como se faz com os filmes para adaptá-los para um público diferentes, mudei de lugar alguns versos e suprimi outros cuja correspondência em castelhano perde sentido. Os versos suprimidos foram substituídos por novos, pertencentes legitimamente ao poema posto que foram por ele inspirados. (BRENNER, 2017, p. 92, tradução minha).<sup>5</sup>

<sup>1</sup> “dolor de los otros”, “condena nuestro tiempo, pero confia em esos niños que están llegando”.

<sup>2</sup> “que nunca antes el poeta ha tenido tanta responsabilidad como hoy”.

<sup>3</sup> “prohibida por las autoridades militares”.

<sup>4</sup> “la poesía no se puede traducir de manera literal. [...] la poesía está siempre más allá de la letra, es el alma del poema”.

<sup>5</sup> “he modificado casi todos los títulos, como se hace con las películas para adaptarlas a un nuevo público, he cambiado de lugar algunos versos y he suprimido otros cuya correspondencia en castellano pierde sentido. Los versos suprimidos los he reemplazado por nuevos, que le pertenecen legítimamente al poema puesto que han sido inspirados por él”.

O aumento da turbulência na política colombiana, ao longo dos anos, provocando seguramente gestos reacionários, talvez tenha levado Jaramillo Escobar a um progressivo (e cauteloso) desaquecimento do diálogo epistolar que, para Geraldino, atuou como uma poderosa força motriz inventiva. De Medellín, Jaime escrevia em março de 1995: “A situação aqui é delicada, como afirmas, contudo me mantenho distante de tudo [...] tenho sorte em um país tão convulsionado” (BRENNER, 2017, p. 394, tradução minha).<sup>6</sup> Projetando Geraldino Brasil, o colombiano projetava o seu próprio ideário estético e social, em um intercâmbio que a ambos beneficiou.

A correspondência, enquanto lugar de partilha de vivências no domínio da sociabilidade literária, distingue afinidades eletivas e a disposição para lidar com diferenças. O nacionalismo universalista de Mário de Andrade e o regionalismo tradicionalista de Gilberto Freyre, nos anos de 1920, afastam-se mutuamente; antagonismos intelectuais e prevenções pessoais fizeram com que, entre eles, os laços epistolares não frutificassem. A boa sintonia entre Manuel Bandeira e Freyre, contrariamente, nascida, em grande medida, a partir da simpatia entre conterrâneos, refundou o senso do “provincianismo”, tema recorrente nas cartas que trocaram, termo sempre em clave valorativa. A realidade “provinciana” teria propiciado a Freyre o olhar crítico em relação ao cosmopolitismo do início do século XX e a Bandeira um rico imaginário levado à transcendência na atividade lírica. As trocas intelectuais efetivam-se no diálogo epistolar, que se consolida como espaço de amizade. Em 1925, Bandeira vê estampada a sua “Evocação do Recife” no *Livro do nordeste*, número comemorativo do *Diário de Pernambuco*, idealizado por Gilberto, quem, aliás, lhe encomendara o poema; Gilberto, em 1927, leva o companheiro a “travar relações com os irmãozinhos de língua inglesa” (DIAS, 2017, p. 33), emprestando a ele *The New Poetry: An Antology*; em 1929, deseja a colaboração (sigilosa) de Bandeira no desenvolvimento de um estudo sobre a “vida e a história da criança, em vários países”, detectando nele a “simpatia pelo assunto”, a “rara inteligência” e a “cultura musical”, além do que devia conhecer sobre o “menino na literatura brasileira” (DIAS, 2017, p. 40-42); em 1931, mobiliza-se na apresentação de *Libertinagem* ao

---

<sup>6</sup> “La situación acá es delicada, como dices, pero me mantengo muy aparte de todo [...] tengo suerte en un país tan convulsionado”.

crítico estadunidense Isaac Goldenberg; Bandeira, em 1934, ocupa-se em colocar o autor de *Casa grande & senzala* a par da recepção crítica da obra; em 1938, para ajudar o sociólogo, distribui questionário que viria a fundamentar as reflexões de *Ordem e Progresso*; em 1945, a editora Globo, por seu intermédio, anuncia o propósito de publicar a tradução de *Brazil: An Interpretation* de Freyre; etc. Avançando até 1966, as mensagens escasseiam, permanecendo, todavia, a memória afetiva do convívio, nas notícias pessoais e dos amigos comuns, nos relatos sobre a elaboração e difusão de suas produções e nas leituras da realidade brasileira, estando ausentes, desde o princípio dessa carteação “cordial”, embates e tensionamentos.

O sentimento fraterno que modula o diálogo Freyre-Bandeira preside também a correspondência trocada entre Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, ambos pertencentes à mesma geração de mineiros que aderiu ao movimento modernista. Drummond ao dirigir-se a Mário de Andrade e a Alceu Amoroso Lima empreendeu (como se observa na correspondência organizada, respectivamente, por Silviano Santiago, Lélia Coelho Frota e Leandro Garcia) um diálogo epistolar tenso, com a permutas de ideias e valores, à beira de rupturas, transfigurando, no correr do tempo, o que, inicialmente, era assimetria etária em igualdade de posicionamentos intelectuais. Embora Drummond e Nava, na avaliação de Humberto Werneck, possam ser vistos como “homens bem diferentes”, no contraponto “reservado” (Drummond) e “exuberante” (Nava), com suas escritas confirmando essas posturas, as missivas parecem aspirar a mansidão de um convívio harmônico, que lhes permite, aqui e ali, comedidamente, a expressão do que lhes vai mais fundo na alma. Se na primeira carta do conjunto Nava ensaia “começar um intercâmbio” no território da literatura, ao enviar dois “poemas mirins” (VASCONCELLOS; SANTOS, 2017, p. 21) de sua lavra para serem avaliados pelo itabirano, o verdadeiro sentido das trocas se realizará nas redes firmes do companheirismo, um oferecendo ao outro, a cada passo, a cumplicidade erigida na passagem dos anos, sem fissuras (os muitos bilhetes de feliz aniversário pontuando a sua durabilidade). Um pacto epistolar, em 1931, sublinhava a “velha amizade que sempre [os] uniu”, “amizade à prova [...] de desatinos amáveis” (VASCONCELLOS; SANTOS, 2017, p. 29). A colaboração recíproca registrada nas malhas da correspondência se dará ainda, e não por acaso, no trabalho de

reconstrução literária do passado, quando apontamentos de Drummond contribuem para que Nava pudesse tecer as suas (de todos eles) memórias.

A correspondência de escritores, ao mobilizar variadas negociações, livres intercâmbios intelectuais e expressões de posicionamentos ideológicos, suscita, muitas vezes, suspeitas de governos autoritários. A transmissão de ideias no campo literário por meio de cartas sofre, então, vicissitudes. Em 1941, na era Vargas, Mário de Andrade remete a Newton “o artigo sobre Inteligência Brasileira” de sua autoria, impresso “com o título ‘Elegia de Abril’, mode não dar na vista da censura” (ANTELO, 2017, p. 111). Com a vigiada abertura dos envelopes, trechos das mensagens recebendo cortes com a tesoura da malha estatal opressora, Newton se queixa, em 1945: “desgraçadamente nossas cartas não podem atualmente ter o caráter destas conversas francas, abertas, que tão bem faz à gente” (ANTELO, 2017, p. 190). No ano anterior, Bandeira deixava de escrever a Gilberto, ciente de que “a censura dava sumiço a tudo” (DIAS, 2017, p. 127) o que encaminhava para o endereço dele no Recife, por ordens da interventoria federal. Em dezembro de 1945, eles (e outros correspondentes) podiam, enfim, respirar aliviados, constatando Freyre, em carta, o fim do “regímen gestapiano” (DIAS, 2017, p. 132).

Obra involuntária, construída ao sabor dos dias, difundida muitas vezes à revelia dos missivistas, quase sempre póstuma, a edição de uma correspondência coloca em pauta, inicialmente, questões éticas, considerando-se que, enquanto documentos da vida privada, desnudam aspectos da intimidade dos envolvidos, ventilam ideias estrategicamente moldadas no contexto da produção do diálogo, irradiam opiniões reservadas (elogiosas ou ofensivas) acerca de terceiros ou de instituições. A publicação de cartas demanda ainda uma densa reflexão sobre questões de método, na passagem do texto no manuscrito para as páginas do livro. Ler carta e ler livro de cartas são práticas, evidentemente, diferenciadas, tendo em vista, entre outros aspectos, os significados ostensivos ou latentes na materialidade das missivas, elididos na tipografia bibliográfica homogênea. Silvana Moreli Vicente Dias foi quem, nas edições aqui mencionadas, pôde melhor situar o problema, sustentando que “editar correspondência é [...] um desafio e um risco” (DIAS, 2017, p. 20). Trouxe à luz, no tópico “Dos arquivos à edição: apontamentos”, a complexidade metodológica no tratamento documental, para que possa obter uma edição confiável, afiançada pelo “rigor filológico” (DIAS, 2017, p. 179). As edições hoje consideradas mais consistentes, compromissadas com

a extroversão de textos fidedignos, valem-se de pressupostos críticos da filologia, da crítica textual e genética, as decisões do organizador no estabelecimento do texto, vindo sempre explicitadas no volume. Do mesmo modo, a anotação das missivas, atividade crítica inesgotável que demanda saberes abrangentes, essencial para que o diálogo epistolar possa ser melhor compreendido dentro de seu contexto biográfico e histórico, requer apuradas considerações sobre os benefícios e os limites dessa empreitada, que deve, em geral, se orientar de acordo com o perfil do leitor almejado (transcrição diplomática, por exemplo, destina-se, prioritariamente, a especialistas da área linguística). As edições levadas a termo por Silvana Vicente Moreli Dias, Eliane Vasconcellos, Matildes Demetrio dos Santos e por Raúl Antelo, cada qual com suas especificidades metodológicas, são modelares em termos de propostas de edições “fidedignas e anotadas”, portanto ideais para suportar cerrados procedimentos hermenêuticos.

Se as correspondências de escritores permitem a apreensão de trajetórias intelectuais em confronto, em permanente interação, a carta, isoladamente, faculta a observação de marcos biográficos e de filtros testemunhais, quando não de valores estéticos, na exploração de seus recursos estilísticos e narrativos. O bonito relato de Manuel Bandeira, em sua passagem pela cidade mineira de Campanha, em 1935, aonde, 30 anos antes, chegara “carregado”, buscando a cura para a tuberculose, transforma-se em pungente manifestação de amizade:

No descalabro que foi a minha vida, ainda me sobram amizades sólidas como a das Blanks, a sua, do Rodrigo e poucos mais. E quis escrever isto a você para dizer que a lembrança destes bons amigos me acompanhava enquanto eu andava como um fantasma sem eira nem beira pelas ruas desertas daquela cidadezinha morta (DIAS, 2017, p. 87).

Esse notável documento autobiográfico, com seu vigor poético e potente senso de humanidade, poderia, certamente, ocupar as páginas de uma antologia epistolar. O escritor Sérgio Rodrigues leva a cabo, aliás, em *Cartas brasileiras: correspondências históricas, políticas, célebres, hilárias e inesquecíveis que marcaram o país*, uma bem-sucedida “seleção eclética de missivas brasileiras incríveis que se destacam como cápsulas de tempo” (RODRIGUES, 2017, p. 8). A obra inspira-se nas *Cartas extraordinárias*, do britânico Shaun Usher, traduzido no Brasil

em 2015. Embora a ideia de que as cartas expressem “sinceridade” (RODRIGUES, 2017, p. 9), defendida pelo organizador em seu prefácio, possa ser questionada, na medida que elas seriam, mais propriamente, estratégias de figuração da sinceridade, a saborosa compilação, de fato, contextualizando cada uma das mensagens selecionadas, consegue “nos transportar inteiros, cabeça e coração, para outras eras, outros mundos e mentalidades” (RODRIGUES, 2017, p. 8). Nessa antologia, os escritores, assinando perto de um terço das cartas, mostram como não apenas integram uma rede de *negociações* no campo literário, como também, não raras vezes, fazem de suas missivas refinados exercícios de “literariedade”.

## Referências

- AMADO, P. J.; CAPINAN, B.; VIEL, R. (Org.). *Jorge Amado e José Saramago com o mar por meio: uma amizade por cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ANDRADE, Mário de. *O empalhador de passarinho*. 3. ed. São Paulo: Martins, MEC, 1972.
- ANTELO, R. (Org.). *Correspondência Mário de Andrade & Newton Freitas*. São Paulo: Edusp, IEB, UFSC, 2017.
- BRENNER, B. (Org.). *Encontro entre poetas: as cartas de Geraldino Brasil e de Jaime Jaramillo Escobar*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2017.
- CAVALHEIRO, E. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto: com notas, manuscritos e acréscimos*. Organização de Valéria Lamego. 2. ed. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2017.
- DIAS, S. M. V. (Org.). *Cartas provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*. São Paulo: Global, 2017.
- DINIZ, A. *O itinerário pioneiro do urbanista Attilio Corrêa Lima*. Jundiaí: Paco Editorial, Conselho de Arquitetura de Goiás, 2017. 2 v.
- FREIBETTO. *Cartas da prisão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MORIN, F. *Roger Bastide/ Pierre Verger. Diálogo entre filhos de Xangô: correspondência 1947-1974*. Tradução Regina Salgado Campos. São Paulo: Edusp, Fundação Verger, 2017.

PEREIRA, P. R. (Introdução, estabelecimento de texto, notas, cronologia e bibliografia). *Manuel da Nóbrega: obra completa*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, Loyola, 2017.

RODRIGUES, S. (Org.). *Cartas brasileiras: correspondências históricas, políticas, célebres, hilárias e inesquecíveis que marcaram o país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VASCONCELLOS, E.; SANTOS, M. D. (Org.). *Descendo a rua da Bahia: a correspondência entre Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

Recebido em: 23 de maio de 2018.

Aprovado em: 08 de junho de 2018.